

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE.**

----- No dia trinta de setembro de dois mil e catorze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado no período da manhã pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária e o no período da tarde pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como Primeiro Secretário e pela Senhora Joana Patrícia dos Santos Ferreira, como Segunda Secretária. --
--- A Sessão teve início às nove horas e dezasseis minutos, tendo-se verificado as seguintes faltas:-----

--- No período da manhã e período da tarde, os/as Senhores (as) Deputados (as), MARIA DA GRAÇA ALMEIDA D'EÇA CANTO MONIZ (Justificada), PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (Justificada), ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (Justificada) e JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA FERNANDES (Justificada).-----

--- No período da tarde, a Senhora Deputada CRISTINA PAULA CUNHA PEREIRA GOMES (Justificada).-----

Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito:-----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Pedro Baila Antunes, remete via correio eletrónico justificação de falta referente ao período da tarde na Sessão da AM de Viseu de 30 de Junho de 2014.-----

– O Exmo. Presidente da União das Freguesias Faíl/ Vila Chã de Sá, remete via correio eletrónico justificação de falta referente ao período da tarde na Sessão da AM de Viseu de 30 de Junho de 2014.-----

– O Exmo. Presidente da União das Freguesias de Barreiros e Cepões, remete em mão justificação de falta referente ao período da manhã na Sessão da AM de Viseu de 30 de Junho de 2014.-----

– O Exmo. Presidente da União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Soito, remete em mão justificação de falta referente ao período da manhã na Sessão da AM de Viseu de 30 de Junho de 2014.-----

– A FRAP Viseu, remete via correio eletrónico agradecimento pelo envio da “Moção Contra o Encerramento da Escola do 1º Ciclo de Travanca de Bodiosa” com a qual está solidária e subscreve.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico para informação o Projeto de Lei n.º 634/XII/3.^a, entregue pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República: «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais».-----

- O Grupo Parlamentar "Os Verdes" remete e-mail referente à resposta do Ministério de Estado e das Finanças referente à questão colocada relativamente ao Encerramento de Repartições de Finanças no Distrito Viseu.-----
- O Exmo Coronel de Infantaria, Artur Carabau Brás, ao cessar funções de Comandante do Regimento de Infantaria nº 14 apresenta despedidas assim com agradece todas as provas de consideração, estima, amizade e colaboração.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete convite para integração na Comissão Municipal de Mobilidade.-----
- O Exmo. Senhor Nuno Coelho remete via correio eletrónico, fotografias relativas às obras das Termas de Alcafache, manifestando todo seu desagrado bem como possíveis alternativas.-----
- A Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local solicita via postal cópia autenticada da Ata da reunião desta Assembleia Municipal com o parecer emitido sobre o projeto de Lei nº 637/XII, (Alteração da designação da Freguesia da União das Freguesias de Viseu, no Município de Viseu, para Freguesia de Viseu) apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.-----
- A Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local solicita via postal cópia autenticada da Ata da reunião desta Assembleia Municipal com o parecer emitido sobre o projeto de Lei nº 637/XII, Alteração da denominação da Freguesia da “União das Freguesias de Viseu”, no município de Viseu, para “Viseu”) apresentado pelos Grupo Parlamentares do PSD e CDS/PP.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico para conhecimento e fins convenientes, o Projeto de Resolução n.º 1097/XII/3.ª, apresentado no passado dia 24 de Julho, sobre o novo Quadro Comunitário “Portugal 2020”.-----
- O Exmo Senhor Presidente do Conselho de Administração da Grupo Visabeira Engenheiro Fernando Nunes, remete via postal o Relatório Anual do Grupo Visabeira.-----
- O Exmo. Senhor Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo solicito via correio que seja considerada por finda a suspensão anteriormente solicitada retomando assim o seu mandato e o desempenho do cargo para o qual foi eleito.-----
- A Confraria de Sabores e Saberes da Beira “Grão Vasco” remete em mão, Estatutos da Fundação das Associações da Diáspora.-----
- O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela José Manuel Lemos Pavão, remete por oferta um exemplar do Livro “O Poder Local – Assembleia Municipal de Mirandela 2009-2013”, solicitando que do mesmo seja dado conhecimento aos Excelentíssimos Membros desta Assembleia Municipal.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Fernando de Figueiredo solicita via correio eletrónico, por razões de ordem pessoal e em virtude de ficar ausente da área da autarquia, suspensão do seu mandato desde 15 de setembro até ao dia 15 de outubro de 2014, bem como provida a sua substituição.-----
- O Exmo Senhor Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, solicita via correio eletrónico nova prorrogação da sua suspensão de mandato por um período complementar de mais três meses a contar do dia 16 de setembro de 2014.-----
- A Comissão Organizadora Encontro Internacional Os Municípios na modernização educacional solicita via correio eletrónico que sejam divulgados os documentos remetidos anexos ao email, junto dos Deputados Municipais.-----
- O Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para o período entre os dias 28 de setembro e o dia 5 de outubro.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete email relativo à divulgação de um conjunto de iniciativas do PCP em defesa do Direito à saúde e do Serviço Nacional de Saúde.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico para conhecimento o Projeto de Lei n.º 658/XII/4.ª do PCP, entregue na Assembleia da República, que «Recusa

a privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF) e revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março. Enviamos igualmente as Apreciações Parlamentares solicitadas pelo Grupo Parlamentar do PCP aos Decretos –Lei n.º 98/2014 a 108/2104, todos publicados no Diário da República de 2 de julho e que alteram os Estatutos das Sociedades de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos: RESIESTRELA; SULDOURO; VALORLIS; RESULTIMA; ERSUC; VALORMINHO; AMARSUL; VALNOR; RESINORTE; ALGAR e VALORSUL.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira, remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para o período entre os dias 29 de setembro e o dia 3 de outubro.-----

– A Câmara Municipal de Viseu, remete documentos em formato pdf, com vista a serem presentes na Sessão ordinária da AM de 30 de SETEMBRO de 2014.-----

– A Câmara Municipal de Viseu, remete via postal documento relativo ao assunto Comissão Municipal de Trânsito e Transportes – Convite.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal António Luís Gonçalves da Costa Martins, remeteu via correio eletrónico comunicação relativa a Renúncia de Mandato.-----

– O GICAV oferece medalha comemorativa dos seus 25 anos.-----

– O Secretariado Gabinete de Apoio à Presidência na pessoa da Exma. Sra. Dra. Cláudia Bento por incumbência do Exmo. Senhor Presidente remete email contento em anexo documento subscrito pelo Exmo. Sr. Vereador, José Hélder do Amaral, no qual informa que por motivos profissionais não vai poder estar presente na Assembleia Municipal do dia 30/09/2014 e que se fará representar pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do CDS-PP, Vítor Manuel de Matos Duarte.-----

– O Gabinete de Apoio à Vereação na pessoa da Exma. Sra. Dra. Sónia Boloto, por incumbência do Senhor Vice-Presidente, Dr. Joaquim Seixas, remete email contento em anexo, ficheiro relativo ao Programa “Viseu Educa”.-----

– O Exmo. Sr. Armando Nuno dos Santos Gomes Presidente da Junta de Freguesia de Mundão, remete email no qual informa que por motivos inadiáveis não lhe é possível estar presente na Assembleia Municipal de 30-09-2014, pelo que se fará representar conforme o n.º 1 da alínea c) do art.º 18, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, pelo Exmo. Sr. Secretário da Junta de Freguesia António de Oliveira Carragoso.-----

– A Exma. Sra. Dra. Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz remete antecipadamente via correio eletrónico justificação de falta à Sessão da AM de 30-09-2014.

– A Exma. Sra. Cila B Costa remete via correio eletrónico reclamação referente a esplanada do Café Bar Cocktail.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico Divulgação de um conjunto de iniciativas do PCP em defesa do Direito à Saúde e do Serviço Nacional de Saúde.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete email referente ao PJI PCP «Recusa a privatização da EGF» Apr. Parlamentares do PCP - Alteração Estatutos das Sociedades de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos.-----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:-----

– Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----

– Foram remetidas por via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária desta AM do dia 30 de junho de 2014.-----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Côta informação de que a falta do Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia à Sessão da AM de 30-06-2014 pelos motivos invocados foi considerada justificada.-----

– Foi remetido via EDOC à Câmara Municipal de Viseu, Recomendação do Grupo Municipal da CDU “Pela Construção do Parque de Campismo de Viseu”.-----

– Foi remetido via EDOC à Câmara Municipal de Viseu, Requerimento apresentado pelo

- Grupo Municipal da CDU relativo à constituição da Associação Beira Amiga.-----**
- Foi remetido via EDOC à Câmara Municipal de Viseu, Recomendação do Grupo Municipal da CDU “Atentado Paisagístico e Cultural no Mercado 2 de Maio”.-----**
 - Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" referente à resposta do Ministério de Estado e das Finanças referente à questão colocada relativamente ao Encerramento de Repartições de Finanças no Distrito Viseu.-----**
 - Foi remetido à Camara Municipal de Viseu via EDOC, cópia da Recomendação relativa à Piscina do Fontelo e Circuito de Manutenção Fontelo, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU na Sessão da AM de 30 de junho de 2014.-----**
 - Foi remetido à Camara Municipal de Viseu via EDOC, cópia da Recomendação “Melhorar a mobilidade na Cidade de Viseu”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU na Sessão da AM de 30 de junho de 2014.-----**
 - Foi remetido à Camara Municipal de Viseu via EDOC, cópia do Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU na Sessão da AM de 30-06-2014.-----**
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Direção das Cavalhadas de Vildemoinhos Voto de Louvor relativo às Cavalhadas de Vildemoinhos apresentado pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de repeses e S. Salvador, aprovado na Sessão da AM de 30-06-2014.-----**
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas Voto de Louvor relativo às Cavalhadas de Teivas apresentado pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Lourosa, aprovado na Sessão da AM de 30-06-2014.-----**
 - Foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu via EDOC, o Voto de louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos apresentado pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta União de Freguesias de Repeses e S. Salvador, aprovado na Sessão da AM de 30-----**
 - Foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu via EDOC, Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos apresentado pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Lourosa, aprovado na Sessão da AM der 30-06-2014.-----**
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá, informação de que a falta do Emo Sr. Presidente da Junta de Freguesia à Sessão da tarde da AM de 30-06-2014, pelos motivos invocados foi considerada justificada.-----**
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Direção da CONFAP a Moção "CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DO 1º CICLO DE TRAVANCA DE BODIOSA" apresentada na Sessão da AM de 30-06-2014 pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, aprovada por unanimidade.-----**
 - Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Sr. Presidente da Direção da FRAP Viseu, a Moção "CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DO 1º CICLO DE TRAVANCA DE BODIOSA" apresentada na Sessão da AM de 30-06-2014 pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, aprovada por unanimidade.-----**
 - Foi remetido a Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência Professor Nuno Crato, a Moção "CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DO 1º CICLO DE TRAVANCA DE BODIOSA" apresentada na Sessão da AM de 30-06-2014 pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, aprovada por unanimidade.-----**
 - Foi remetido a Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência Professor Nuno Crato, a Moção "CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DO 1º CICLO DE TRAVANCA DE BODIOSA" apresentada na Sessão da AM de 30-06-2014 pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta de Bodiosa, aprovada por unanimidade.-----**
 - Foi remetido ao Exmo. Sr. Diretor Regional de Educação do Centro a Moção "CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DO 1º CICLO DE TRAVANCA DE BODIOSA" apresentada na Sessão da AM de 30-06-2014 pelo Grupo Municipal do Bloco**

- de Esquerda, aprovada por unanimidade.-----
- Foi remetido via postal à Exma. Família do Exmo. Professor Cândido Moreira Voto de Pesar aprovado por unanimidade na Sessão da AM de 30-06-2014.-----
 - Foi remetido via postal para conhecimento e devidos efeitos ao Exmo. Sr. Presidente da ANAFRE Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Professor Cândido Moreira aprovado por unanimidade na Sessão da AM de 30-06-2014.-----
 - Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Voto de Congratulação à Câmara Municipal de Viseu referente ao Aeródromo Municipal aprovado na Sessão da AM de 30-06-2014.-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Direção da CNIPE a Moção "CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DO 1º CICLO DE TRAVANCA DE BODIOSA" apresentada na Sessão da AM de 30-06-2014 pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, aprovada por unanimidade.-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Freguesia de Bodiosa "MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA EB1 DE TRAVANCA DE BODIOSA".-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bodiosa "MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA EB1 DE TRAVANCA DE BODIOSA".-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Freguesias de S. Cipriano e Vil de Soito, informação de que a falta do Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia à Sessão da manhã da AM de 30-06-2014, pelos motivos invocados foi considerada justificada.-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Barreiros e Cepões, informação de que a falta do Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia à Sessão da manhã da AM de 30-06-2014, pelos motivos invocados foi considerada justificada.-----
 - Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais o email do O Grupo Parlamentar do PCP referente ao Projeto de Lei n.º 634/XII/3.ª, entregue pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República: «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais».-----
 - Foi dado conhecimento via Edoc/2014/48159 ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara do e-mail/fotografias proveniente do Exmo. Senhor Nuno Coelho relativo às obras das Termas de Alcafache.-----
 - Foi remetido via correio eletrónico para conhecimento aos Grupos Municipais o email do Grupo Parlamentar do PCP referente o Projeto de Resolução n.º 1097/XII/3.ª, apresentado no passado dia 24 de Julho, sobre o novo Quadro Comunitário "Portugal 2020".-----
 - Foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara pedido de clarificação do parecer recebido da Divisão de Consultadoria Jurídica e Contencioso.-----
 - Foram informados via correio eletrónico os Grupos Municipais da receção do documento relativo ao Relatório Anual do Grupo Visabeira de 2013, remetido pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho Administração Engenheiro Fernando Nunes.-----
 - Foi remetido para conhecimento via correio eletrónico aos Grupos Municipais, os Estatutos da Fundação das Associações da Diáspora enviados em mão pela Confraria de Sabores e Saberes da Beira "Grão Vasco".-----
 - Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando António Pereira Figueiredo a confirmação da receção do seu e-mail no qual informa que retoma o mandato na Assembleia Municipal de Viseu, suspenso por sua solicitação, com efeitos entre o dia 15 de maio e o dia 10 de agosto.-----

- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local Deliberação e Certidão referente à alteração da designação da União das Freguesias de Viseu.-----
- Por ocasião da cessação de funções como Membro da Assembleia Municipal de Viseu, em virtude da retoma de mandato do Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando António Pereira Figueiredo, que o havia substituído entre 15 de maio e 10 de agosto, foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal António Luís Gonçalves da Costa Martins agradecimento pela colaboração e disponibilidade demonstrada durante o respetivo período.-----
- Por ocasião da cessação de funções como Membro da Assembleia Municipal de Viseu, em virtude da retoma de mandato do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, que o havia substituído entre 24 de maio e 21 de agosto, foi remetido via postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto agradecimento pela colaboração e disponibilidade demonstrada durante o respetivo período.-----
- Em virtude da receção do Livro “O Poder Local – Assembleia Municipal de Mirandela 2009-2013” oferecido pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela José Manuel Lemos Pavão, foram informados via correio eletrónico os Líderes dos Grupos Municipais desta Assembleia Municipal que o mesmo se encontra disponível para consulta.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela José Manuel Lemos Pavão confirmação da receção do Livro “O Poder Local – Assembleia Municipal de Mirandela 2009-2013” bem como agradecimento pela gentileza do seu envio.-----
- Na sequência do pedido de suspensão de mandato solicitado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo para o período compreendido entre o dia 15 de setembro de 2014 e o dia 15 de outubro de 2014, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal, António Luís Gonçalves da Costa Martins para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de suspensão de mandato solicitado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo para o período compreendido entre o dia 15 de setembro de 2014 e o dia 15 de outubro de 2014, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que Exmo. Senhor Deputado Municipal, António Luís Gonçalves da Costa Martins foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Líderes dos Grupos Municipais, o documento referente à Conferência “A Organização do Estado na Democracia de Proximidade”.-----
- Na sequência do pedido de prorrogação da suspensão de mandato do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins por um período de três meses a contar do dia 16 de setembro de 2014, foi comunicado via postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de prorrogação da suspensão de mandato do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins por um período de três meses a contar do dia 16 de setembro de 2014, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
- Foi comunicado via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões o pedido de suspensão de mandato solicitado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo para o período compreendido entre o dia 15 de setembro de 2014 e o dia 15 de outubro de 2014.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, para o período entre os dias 28 de setembro e o dia 5 de outubro, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada

Municipal Manuela Maria Coelho Antunes para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues para o período entre os dias 28 de setembro e o dia 5 de outubro, foi comunicado via postal ao Partido Bloco de Esquerda que a Exma. Senhora Deputada Municipal, Manuela Maria Coelho Antunes já foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência receção do Livro “O Poder Local” oferecido pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, informou-se via CTT a receção do mesmo e enviados os devidos agradecimentos.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira, para o período entre os dias 29 de setembro e o dia 3 de outubro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal António José Coelho Lopes para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira para o período entre os dias 29 de setembro e o dia 3 de outubro, foi comunicado via postal ao Partido Social Democrata que o Exmo. Senhor Deputado Municipal, António José Coelho Lopes já foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para a Sessão Ordinária do 30 de setembro de 2014.-----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico convocatória para a Sessão Ordinária do 30 de setembro de 2014.-----

– Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal da Beira, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/09/2014.----- Foi

remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais, Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara referente à Sessão AM de 30 de setembro de 2014.-- Na sequência da comunicação de Renúncia de mandato do Senhor Deputado Municipal António Luís Gonçalves da Costa Martins via correio eletrónico, foi comunicado pelas vias postal e correio eletrónico à Exma. Senhora Deputada Municipal, Maria da Graça Almeida D’Eça Canto Moniz para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência da comunicação de Renúncia de mandato do Senhor Deputado Municipal António Luís Gonçalves da Costa Martins via correio eletrónico, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que Exma. Senhora Deputada Municipal, Maria da Graça Almeida D’Eça Canto Moniz foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais, o documento relativo ao Programa “Viseu Educa”.-----

– A reclamação referente a esplanada do Café Bar Cocktail enviada via correio eletrónico pela Exma. Sra. Cila B. Costa, foi reencaminhada pela mesma via para Câmara Municipal de Viseu.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico Divulgação de um conjunto de iniciativas do PCP em defesa do Direito à Saúde e do Serviço Nacional de Saúde.-----

– Para conhecimento, foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais email do Grupo Parlamentar do PCP referente à divulgação de um conjunto de iniciativas do PCP em defesa do Direito à Saúde e do Serviço Nacional de Saúde.-----

– Para conhecimento, foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao PJJ «Recusa a privatização da EGF» Apr.

Parlamentares do PCP - Alteração Estatutos das Sociedades de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos, penso que já temos quórum e por isso íamos iniciar a Sessão. Cumprimentava todos os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, cumprimentava também os Senhores Jornalistas e todos os Cidadãos que assistem a esta Sessão. Informava que o Dr. Carlos do Vale Martins do PS, solicitou a suspensão do mandato por um período de três meses a contar do dia dezasseis de setembro até ao dia catorze de dezembro, sendo substituído pela Dra. Adelaide Joana da Silva Modesto. Assim, colocava à apreciação desta Assembleia este pedido de suspensão. Não havendo nenhuma questão, pressupõe-se que o pedido foi apreciado e aceite por todos os presentes. Também o Senhor Coronel Fernando de Figueiredo, solicitou a suspensão do mandato, com efeitos de quinze de setembro até quinze de outubro, sendo substituído pelo Sr. Dr. António Luís Gonçalves da Costa Martins. Assim, também colocava à apreciação da Assembleia este pedido de suspensão. Não havendo nenhuma questão, pressupõe-se que o pedido foi apreciado e aceite por todos os presentes. O Sr. Dr. António Luís Gonçalves da Costa Martins solicitou a renúncia ao mandato, sendo substituído pela Dra. Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz, que falta a esta sessão, justificando a sua ausência devido a motivos profissionais. O Dr. Paulo Pereira do PSD, solicitou também a sua substituição para o período de vinte e nove de setembro a três de outubro, sendo substituído pelo Sr. António José Coelho Lopes. Também o Sr. Carlos Vieira e Castro do Bloco de Esquerda, solicitou a sua substituição para o período de vinte e oito de setembro a cinco de outubro, sendo substituído pela Dra. Manuela Maria Coelho Antunes. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mundão Armando Gomes, comunicou a sua impossibilidade de estar presente conforme determina o n.º 1 da alínea c) do art.º 18, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta António de Oliveira Carragoso, que está presente. Também o Sr. Deputado Pedro Alves não está presente e justificou a sua falta a esta sessão por motivo de trabalhos parlamentares. Tivemos também agora a comunicação que o Senhor Alberto da Ascensão do PS, não pode estar presente por motivos pessoais.-----

Informamos também que esta sessão terá já em consideração o novo Regimento aprovado na última Sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho, e que a Mesa em reunião havida com todos os Grupos Municipais apresentou uma proposta no sentido de ser considerado um período de atendimento para audiência dos munícipes, período esse de atendimento que vai existir e que foi aprovado por todos os Grupos Municipais. Foi aprovado que, inicialmente este período de atendimento dos munícipes seria mensal e que seria alargado conforme as solicitações que houvesse. Seria sempre um atendimento em período pós-laboral, por isso brevemente nós iremos dar conhecimento público do horário de atendimento. Informava também que a partir desta sessão, os cidadãos que pretendam intervir no período reservado ao público, terão a possibilidade de deixar um contacto para serem informados pelos serviços quando o período para discussão se aproximar. Informava também que foi distribuído a todos os Grupos Municipais um parecer da CCDR Centro sobre a apresentação de propostas de recomendação. Também em relação à próxima Assembleia Municipal Infantil, informava os Senhores Deputados que já foram convidados todas as Instituições Escolares para uma reunião tendo em vista a preparação da Assembleia Municipal Infantil mais cedo a pedido das Instituições Escolares, reunião que vai ser no dia nove de às quinze horas. Foi rececionado também a informação da criação da Fundação das Associações da Diáspora bem como cópia dos estatutos sendo dado conhecimento a todos os elementos aos Grupos Municipais. Também nos foi enviado e que será distribuído a todos os Grupos Municipais uma proposta de alteração à proposta da Câmara Municipal da Taxa do IMI sobre prédios urbanos para 2014 a liquidar e a cobrar em 2015, como é óbvio, depois no momento da discussão teremos uma posição em

relação a esta proposta em termos regimentais, de qualquer maneira, como a proposta veio ontem, nós iremos distribuir a todos os Grupos Municipais.-----
Temos a Ata da Sessão Ordinária de 30 de junho que foi distribuída a todos os Senhores Deputados para apreciarem e votarem, por isso perguntava se algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar em relação a esta Ata de 30 de junho? Não havendo nenhuma solicitação de uso da palavra, colocava à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Íamos agora já de imediato iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia e por isso também informar que em reunião com Grupos Municipais foi acordado que as listas dos Senhores Deputados que iriam usar da palavra, fariam referência ao tempo de intervenção previsível como é óbvio que cada Deputado iria ter. Foi também acordado que cada Deputado teria direito a um período de até três minutos quando solicitar a palavra no Período de Antes da Ordem do Dia. Por isso solicitava a todos os Grupos Municipais as respetivas listas.-----

Dava a palavra ao Senhor Deputado João Cotta e tem sete minutos-----

----- **UM – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Amigos, bom dia a todos. O Concelho de Viseu tem excelentes indicadores no domínio da educação. Ontem ao final do dia fui ao site do INE e pude recolher informação que eu próprio desconhecia. Os Senhores Deputados sabiam qual é o número de diplomados do ensino superior por mil habitantes em Portugal? Eu também não sabia, mas agora sei, e estamos a falar de dados de 2012, é 77.39 e este número em Lisboa é de 107.87, em Viseu é de 151.69, isto é, eu fiz esta pesquisa três vezes porque pensei que me tinha enganado nos critérios de filtro, mas de facto fiquei surpreendido com este indicador. Sabem qual é a Taxa Bruta de Escolarização no ensino secundário? Isto é, população que frequenta o ensino secundário face à população entre os quinze e os dezassete anos. A média nacional são 124.9 e em Viseu temos 143.7, isto é, há muita gente a continuar a apostar na sua qualificação e na sua formação. Os Senhores Deputados sabem qual é a Taxa de Escolarização no ensino superior? Isto é, o número de população entre os dezoito e os vinte e dois anos que frequentam o ensino superior no nosso município, porque são dados do município de Viseu? A média nacional são 32.2 e Viseu tem 55.5 e Lisboa tem 45.2. A Taxa Bruta de Pré-Escolarização, isto é, as crianças que frequentam os estabelecimentos do ensino pré-escolar face ao total das crianças entre os três e os cinco anos, em Portugal é 90.9 e em Viseu é 91.3, e posso aqui referir o trabalho notável que se tem feito em Lafões que tem 97.8, isto é, a Taxa de Cobertura Pré-Escolar é notável. A Taxa de Retenção e Desistência no ensino básico regular é de 7,6% em Viseu e a média nacional é 9,9%, isto é, mais uma vez aqui estamos bastante bem. O nosso indicador pior é sem dúvida a Taxa do abandono escolar, onde estamos acima da média nacional, sendo a média nacional de 1.58% e a em Viseu 2.06%.-----

Viseu tem de facto realizado um excelente trabalho no domínio da educação e a educação e a formação ao longo da vida como sabemos, são indispensáveis para o progresso económico e social de qualquer território. O Município nesse sentido, faz um grande esforço, investindo cerca 8,5 milhões de euros (13% do orçamento municipal). Nesse sentido, foi lançado o programa “VISEU EDUCA”, que é um programa de intervenção municipal para a promoção do sucesso educativo, o combate ao abandono escolar, que como referimos é um indicador que há que melhorar, a diversificação de qualificações culturais e desportivas, a formação da cidadania e a inclusão social. Um aspeto importante é que há uma responsabilidade partilhada entre o município e todos os agentes do sistema educativo tal como deve ser um assunto que diz respeito a todos. Este programa é descentralizado, tendo os diversos agrupamentos escolares autonomia para definir e propor as respetivas ofertas educativas. Este programa tem objetivos relevantes como a promoção do sucesso educativo, a igualdade no acesso à educação e o combate ao

abandono escolar, o fomento de sentidos de pertença e identidade com a comunidade, a multidisciplinidade cultural, desportiva e tecnológica, a valorização do mérito escolar, o desenvolvimento de boas práticas, as sinergias de recursos pela cooperação entre diversas entidades. Obviamente nem tudo são rosas, a necessidade de contenção da despesa e sobretudo a crise demográfica que o país atravessa levou ao encerramento de algumas escolas. Isto exigirá mais esforço municipal nos transportes e no apoio às famílias mais carenciadas. Apesar deste encerramento e dos transtornos que o mesmo causa às famílias, a abertura do ano letivo decorreu com normalidade. Mas também queria deixar alguns números sobre o ensino superior. Além do peso económico que tem no concelho de Viseu (cerca de 5%) da nossa riqueza, eu gostaria de referir o seguinte: O número de vagas, e estando concluídas duas fases de acesso ao ensino superior, este ano foi de 1312. Nas primeiras duas fases foram colocados 1202 alunos o que corresponde a uma taxa de colocação de 92%. Ainda falta a terceira fase que no ano passado entraram 32, isto é, houve um aumento face ao ano passado de 24% nas licenciaturas, nos alunos de licenciaturas. Em outros cursos foi também muito positiva a evolução. Nos CETs, Mestrados e Pós-graduações entraram mais 38% do que em 2013. Este ano entraram 830 e no ano passado entraram 602 alunos. Em resumo, em 2014 temos mais 29,3% de alunos do que em 2013. Isto é, no global de alunos em todos os cursos do Instituto Politécnico temos mais 9% de alunos do que tínhamos que em 2013. Temos de saudar o IPV por estes números. Estes números mostram o acréscimo da atratividade da nossa região e do Instituto Politécnico de Viseu. Há muito no entanto para fazer para reforçar ainda mais a reputação desta instituição e dos profissionais que lá são preparados. É um longo caminho de afirmação que exige cada vez mais do IPV, dos seus professores, dos alunos e de todos os membros a comunidade. É indispensável obviamente e há aqui um aspeto importante, e temos que fazer "lobby" político neste aspeto, é que existe um desequilíbrio a nível nacional, isto é, Viseu e Coimbra têm um número de oferta, um número de vagas muitíssimo superior aos alunos residentes, o que é que acontece com isto, provoca um efeito "sugador" e no fundo, suga alunos de outros territórios. No Norte de Portugal o número de ofertas de vagas é equivalente ao número de residentes, Coimbra e Lisboa tem um número de vagas muitíssimo superior o que provoca um efeito, digamos de "seca" em relação aquilo que se passa a nível nacional. O Senhor Presidente do IPV, tem pugnado muito neste aspeto que é de tentar haver um maior planeamento das vagas disponíveis a nível nacional. Por esta razão, a região de Viseu tem que lutar pelo reforço das competências do Instituto Politécnico de Viseu, evitando as habituais tendências centralistas dos governos centrais. O Município de Viseu deve continuar a promover o crescimento e atratividade da região e do seu ensino superior. O IPV deve continuar o seu caminho do mérito, da excelência, da diferenciação e do trabalho em rede.-----
A base do progresso e do combate às desigualdades sociais é sem dúvida a educação.-----
Existe em Viseu uma boa base educativa, que já produz resultados e que irá produzir ainda mais.-----
Os números que aqui apresentei são de facto auspiciosos, nunca estaremos satisfeitos mas com a aposta na educação estaremos certamente a criar as melhores condições para o futuro.-----
Termino a minha intervenção fazendo uma questão ao Senhor Presidente. O município liderou uma excelente iniciativa que foi o Estaleiro Escola, por razões alheias ao empenhamento do município e de outros agentes, não se conseguiu evitar o encerramento do curso de arquitetura da Universidade Católica de Viseu, mas obviamente que é importante que esta iniciativa do Estaleiro Escola não se perca, dado o carácter virtuoso e os objetivos muito positivos a que se propunha. Portanto, Senhor Presidente faço a pergunta. Apesar do esforço nomeadamente que o município realizou, eu gostaria de saber o que é que pensa sobre este projeto e que formas é que poderemos tomar para retomá-lo, eventualmente de outra forma mas para não deixar cair este projeto tão inovador a nível

nacional. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Só informar que utilizou oito minutos. Dava a palavra à Senhora-----

----- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Público em geral e Comunicação Social. -----

O Partido Socialista não pode deixar de, mais uma vez, exprimir a sua preocupação relativamente à inoperância e ausência de competência da equipa do ministério da educação, desta vez no que respeita à colocação de professores.-----

Este ano letivo, o processo de colocação de professores “começou atrasado, com graves erros, ilegalidades e irregularidades cometidas pelo Ministério da Educação.”-----

A colocação de professores da mobilidade interna e a contratação inicial, cujos docentes deveriam ter-se apresentado, nas escolas a 1 de setembro, só foram colocados a 9 de setembro, com todas as consequências negativas para professores, escola e toda a comunidade educativa, uma vez que os professores não puderam participar na preparação e nas atividades do arranque do ano escolar.-----

Os professores, não são máquinas, não são números, como muitos querem fazer crer, os professores têm família, muitos com filhos em idade escolar, e dado a distância da sua colocação, tiveram que num curto espaço de tempo alterar a sua vida, muitos a mudarem de residência e mudarem os filhos de escola. O caos não termina aqui, para colmatar o atraso na colocação dos professores o MEC (entenda-se Ministério de Educação e Cultura) lança um novo concurso, Bolsa de Contratação de Escola, (mais conhecida pela BCE) mas que, e tal como o próprio Ministro admitiu, houve um erro na “fórmula de ordenamento dos professores”. Em causa está a forma como foi feito o cálculo da nota de candidatura de cada Professor. A lei determina que sejam tidas em conta duas componentes e cada uma deve ter um peso de 50%. A graduação profissional, com um peso de 50% e a avaliação curricular com os outros 50%. O problema é que as duas componentes estão a ser medidas em escalas diferentes, em que a graduação profissional é medida em valores absolutos, numa escala que oscila entre os 10 a 40 (no qual inclui a média de curso mais um ponto adicional por cada ano de serviço), já a avaliação curricular é avaliada numa escala de 0 a 100%. Acontece que, o MEC limitou-se a somar e dividir por dois. Como facilmente se depreende houve uma sobrevalorização da avaliação curricular, muitos professores com mais anos de serviço foram ultrapassados por colegas menos experientes.-----

Curiosamente, o Senhor Ministro reconheceu o erro, fez um pedido de desculpas ao país, aos Pais e Professores pelos erros e inúmeras falhas no processo concursal de colocação de professores e afirmando que todos os danos seriam reparados, mas até ao momento ainda não revelou de que forma está a resolver o problema da harmonização das duas escalas.---

Sem dúvida que este processo de colocação de professores, em que os próprios concorrentes não conheciam as regras, (até ontem à noite ou hoje de manhã) é um processo “com ausência de clareza, dependente, exclusivamente dos resultados finais impostos pela hierarquia do ministério.”-----

Ainda na senda das más políticas deste governo, PSD/CDS e, ao empobrecimento que estão a conduzir o país, segundo a comunicação social, e, na sequência do resultado do orçamento retificativo recentemente imposto...-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** Só informar a Senhora Deputada que já vai com mais um minuto.-----

- ***A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo:*** ... pelo governo e pelos partidos da maioria de direita (PSD/CDS-PP) estabeleceu-se uma redução de 12,5% nos trabalhadores do Estado, processo que já se iniciou no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o mesmo é dizer que em Viseu,

24 educadoras de infância e auxiliares estão na iminência de serem convidadas à mobilidade especial, o mesmo é dizer e de acordo com a legislação em vigor, o resultado imediato desta requalificação será o corte de 40% do salário, no primeiro ano, e de 60% no segundo ano, ao mesmo tempo que, profissional e socialmente, estes docentes e auxiliares ficarão numa situação de grande precariedade. (Vou já terminar Senhor Presidente) Com esta medida, o Governo/MSESS pretende colocar centenas de trabalhadores na requalificação (mobilidade especial), sendo que, destes, os Educadores de Infância em funções em centros distritais, infantários e creches dependentes deste ministério se encontram entre os mais afetados. Trata-se de uma situação inadmissível, sabendo-se apenas que “serão notificados” em breve.-----

Esta é mais uma medida que é justificada pelo Ministro Pedro Mota Soares com o alegado empenho do Governo “em controlar a despesa pública”, justificando a imposição da passagem à requalificação com a inexistência de serviço para as funções que lhes estão atribuídas, quer por extinção da categoria, quer pela transferência de serviços para alçada das IPSS e Misericórdias.-----

A ser confirmada esta notícia, o Partido Socialista repugna veementemente esta situação que apenas conduz ao empobrecimento das pessoas, da região e do país.-----

Este não é o caminho que o país e a região precisa. (Peço desculpa por ultrapassar o tempo). -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Senhora Deputada Elisabete Farreca.-----

----- **TRÊS – A SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA JESUS FARRECA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Colegas Deputados desta Assembleia, Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Manter as tradições e inovar constantemente. Duas máximas que caracterizam na perfeição os vários eventos que têm ocorrido no Município de Viseu, no passado recente.---

São disso exemplo a Feira de São Mateus ou as Comemorações do Dia do Município.-----

Com a realização da edição número 622 da Feira de São Mateus houve uma evidente preocupação em aproximar, ainda mais, os Viseenses da Feira, construir memórias nas novas gerações e atrair novos públicos para o certame que decorreu entre 8 de agosto e 14 de setembro. “Nós Gostamos de Feirar” foi o *slogan* da Feira, que é uma das mais antigas da Península Ibérica e que este ano começou uma semana mais cedo, para poder ser usufruída pelo elevado número de emigrantes que regressa a Portugal no início do mês de Agosto.-----

Foi notória a forte aposta numa nova imagem envolvente, com uma iluminação original e alterações nas artérias do campo, reforçando a atratividade e a qualidade da Feira. Por outro lado, recuperaram-se as tradições do fogo preso, logo no dia de inauguração, e do cinema na feira.-----

A Feira ganhou, igualmente, um novo espaço: o “Viseu Lounge”, que permitiu ativar a sua marca, dando-lhe notoriedade e tornando-se num local de divulgação do empreendedorismo regional. Outra das inovações com mais impacto foi a instalação de torniquetes eletrónicos nos acessos, permitindo registar e controlar, mecanicamente, todas as entradas, bem como gerir as visitas e garantir a segurança no recinto.-----

O cariz suprarregional e tradicional da Feira também não foram esquecidos, conforme se constatou através da mostra promovida pelos concelhos do Alto Paiva, Dão-Lafões, junto ao espelho de água, e a apresentação de produtos tradicionais portugueses de excelência que tinham em comum o selo de garantia da QUALIFICA, da Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses. É importante realçar que Viseu foi a figura central deste grande certame, com o Centro Histórico e a Cava de Viriato a serem partes integrantes da programação, e

o Dão foi, pela primeira vez, o vinho oficial da feira.-----
Mais uma vez a inovação na Feira de São Mateus ficou devidamente patente quando se proporcionou aos seus visitantes a possibilidade de participarem em visitas guiadas, com a duração de 2 horas, alusivas à história de Viseu e da sua atividade comercial, permitindo um melhor conhecimento da história do comércio viseense e perceber a importância da nossa cidade nas rotas de negócios de outros tempos até aos dias de hoje.-----
Também a tradição saiu reforçada com o retomar do “Dia do Viriato”, que regressou a Viseu e à Feira de São Mateus 85 anos depois da sua fundação e 80 anos após a última edição conhecida. Da programação da Feira de S. Mateus constou o dia em que se resgatou a memória do herói mítico da Cidade, com iniciativas lúdicas, educativas e turísticas, destacando-se o concurso de fotografia “Luzes, Câmara, Viriato”, a reedição do “Mercado de Viriato”, ou a reapresentação do filme “Viseu”.-----
Mais do que palavras, gostaria de apresentar alguns números que são bem elucidativos da singularidade e da importância da Feira de São Mateus para Viseu e para a Região.-----
O programa incluiu 70 concertos, cerca de 120 eventos e exposições, 9.000 m2 de diversões, 30 restaurantes e tasquinhas de comes e bebes. Dos 38 dias de Feira apenas 17 dias tiveram entrada paga e três dos quais para fins de solidariedade, nomeadamente o dia da Associação Viseense dos Bombeiros Voluntários, o dia da Paróquia de S. José e o dia das Instituições Viseenses de Solidariedade Social. Mas o número mais relevante que torna a Feira de S. Mateus um mega evento de dimensão nacional é o facto de ter atraído mais de 800 mil visitantes.-----
Outra das iniciativas que merece destaque prende-se com as comemorações do Dia do Município, que este ano se realizaram autonomamente ao programa festivo da Feira de São Mateus, como acontecia em anos anteriores. Esta opção inovadora permitiu dar destaque ao dia mais importante do Município, que muitas vezes passava despercebido por ser mais um dia de Feira. Neste âmbito das comemorações do Dia do Município há a realçar dois eventos que foram verdadeiramente marcantes para Viseu e para os Viseenses: a primeira “Festa das Vindimas do Dão” e a “1ª Meia-Maratona do Dão”. Como foi vivenciado por todos os que tiveram a oportunidade de participar nesta Festa, entendemos que a mesma foi um verdadeiro sucesso, que deverá continuar. Neste contexto, é importante enaltecer as parcerias que foram criadas com produtores, distribuidores e agentes económicos, e o facto da Festa das Vindimas do Dão ter conseguido projetar o Vinho do Dão aquém e além-fronteiras, através de uma divulgação marcante nos meios de comunicação social. Porém e na qualidade de mãe, gostaria de realçar um aspeto da Festa das Vindimas do Dão que para mim foi especial e no qual tive a oportunidade de participar com os meus filhos, que foi o envolvimento dos mais novos, na “Vindima Petiz”. Um número muito significativo de crianças passou pelo ritual de fazer a pisa em balseiros tradicionais, com a posterior lavagem dos pés, tiveram, ainda, a oportunidade de conhecer um minilaboratório, da responsabilidade da Escola Superior Agrária de Viseu e tiveram também a possibilidade de provarem o fruto do seu esforço, antes do início da fermentação.-----
Citando o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Almeida Henriques, “a participação dos mais jovens nos ciclos da terra é uma aposta na formação da identidade local. Esta iniciativa é também uma semente para a sustentabilidade e o futuro da cultura da vinha em Viseu.”---
Outro ponto alto das comemorações do Dia do Município foi a realização da “1ª Meia-Maratona do Dão”. Ultrapassando, em muito, as expectativas mais otimistas. Nesta corrida participaram cerca de 5 000 pessoas, o que é um autêntico feito, tendo a 2ª edição da Meia-Maratona do Dão sido anunciada para 20 de Setembro de 2015. Estas, como outras iniciativas, que aliam a tradição à inovação são deveras importantes para o desenvolvimento cultural, social e económico de Viseu e da Região, e devem ser incentivadas e merecedoras do reconhecimento de todos os Viseenses. Muito Obrigada.---
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada.

Utilizou seis minutos e estavam previstos sete. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires da CDU.-----

----- **QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Cumprimentar todas as pessoas aqui presentes. Muito bom dia a todas e a todos. Trago aqui questões que me são caras e que gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara e a primeira prende-se com os estaleiros municipais em Cabanões. Já em tempos levantei esta questão ao Senhor Presidente. As condições logísticas de higiene e conforto em que trabalham os funcionários municipais nos estaleiros de Cabanões, são em nosso entender deploráveis. Num espaço desmesurado (antigas instalações fruteiras), o trabalho desenvolve-se no meio do armazenamento de tudo quanto é trastes velhos. Não há vestiários condignos. No Inverno, o frio é insuportável por falta de condições para o aquecimento. De todos os investimentos, o mais rentável é aquele que tem como alvo a melhoria das condições de vida do ser humano. Se os trabalhadores tiverem boas condições de higiene e conforto, estarão com certeza mais disponíveis para desempenhar com brio as suas tarefas de serviço público. Trazer aqui também uma questão que já em tempos trouxe a esta Assembleia relativa à estrada que liga Quintela em Orgens a Pascoal na Freguesia de Abraveses. Em Março deste ano, depois da denúncia pública da Comissão de Freguesia de Abraveses da CDU, sobre o abatimento da Estrada Quintela/Pascoal, o Senhor Vereador do Pelouro, interpelado pelos jornalistas, apressou-se a comunicar que estaria para breve o início das obras de reparação naquele troço de estrada tão importante para a comunicação das pessoas daquelas duas localidades. Hoje constatamos que, passados sete meses, a estrada continua por arranjar, com a agravante de que entretanto a situação se deteriorou e ameaça agravar-se, com a chegada do Inverno. Sabe Senhor Presidente, são estas obras que os cidadãos querem ver resolvidas, a par dos mediatizados grandes planos estratégicos. E também trazer aqui, porque fui contactado recentemente por uma trabalhadora de uma empresa, enfim, contratada pela Câmara, a Fulgoralto, que me informou, e além de trazer a informação me pediu a intervenção nesta Assembleia da minha parte, a informação de que ela e as colegas continuam sem receber os créditos a que têm direito, por terem trabalhado para a Fulgoralto entre Maio e Outubro de 2012, na limpeza das instalações municipais. Como é do seu conhecimento, há uma sentença judicial já transitada em julgado, que obriga o Município de Viseu a entregar no Tribunal todos os créditos arrestados à Fulgoralto até ao valor de 10.855,82€, verba a juntar aos 5.868.70€ já anteriormente entregues em Tribunal pelo município, perfazendo assim o total dos créditos devidos às trabalhadoras. Recorrendo a manobras dilatórias a Câmara têm-se furtado ao cumprimento da sentença, mantendo incompreensivelmente viva esta situação de ilegalidade e discriminação social das trabalhadoras. A minha intervenção tem como objetivo, mais uma vez, reclamar de Vossa Excelência a resolução deste grave problema, cujo impasse dá uma má imagem da Câmara e do seu respeito pelos direitos de quem nela, direta ou indiretamente trabalha. Como mais à frente veremos, não é por falta de dinheiro que a Câmara não cumpre a sentença.-----

Entregar também na Mesa dois Requerimentos, um relativo a uma informação que pretendemos obter sobre a utilização do carrossel instalado no Mercado 2 de Maio e sobre a inexistência de telefones públicos ao que parece terão sido levantados nas cabines que permanecem de facto nas ruas, praças e largos da nossa Cidade. Muito Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Só utilizou três minutos e tinha direito a quatro minutos. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Cunha do Centro Democrático Social.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimos Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Digníssimos Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Público presente e Comunicação Social. Iniciamos esta intervenção

subordinada ao tema da educação, começando por salientar a normalidade com que se processou o arranque do ano letivo nas Escolas do Município de Viseu.-----

Uma vez mais houve escolas do nosso concelho que alcançaram, no ano letivo transato, resultados notáveis que importa aqui destacar e que encheram de orgulho os viseenses, uma vez que as escolas da nossa cidade voltaram a ser faladas a nível nacional pelos bons resultados alcançados.-----

Aproveitamos também o ensejo para saudar aqueles que escolheram as instituições de ensino superior existentes na nossa cidade para realizarem os seus estudos, o que muito nos prestigia. Lastimamos, contudo, o facto de haver cursos superiores que tiveram vagas por preencher, no entanto, acreditamos que tal se verificou devido à atual conjuntura e não pela qualidade da oferta educativa disponibilizada. Lamentamos também o facto de não haver por parte das mais altas instâncias do Ministério da Educação e Cultura um compromisso relativamente às obras de requalificação da Escola de Grão Vasco. Enquanto viseenses não podemos calar a nossa voz quanto a este assunto, pois, entendemos que os nossos alunos merecem o melhor, por isso, gostaríamos que a tutela fixasse uma data para o início das obras naquele estabelecimento de ensino. Até lá alunos, professores e assistentes continuarão a aprender e a trabalhar numa escola cujo prazo de validade há muito expirou.-----

Foi com tristeza que assistimos ao encerramento de cinco escolas do 1º CEB no nosso concelho por falta de crianças. Todos ficámos mais pobres com o encerramento das Escolas Básicas de Boa Aldeia, Corvos, Vil de Souto, Lages e Orgens. No entanto sublinhamos o facto da transição destes alunos para as escolas de acolhimento ter decorrido sem sobressaltos nem incidentes, o que de certa forma tranquilizou as famílias destas crianças.-----

É de enaltecer a conclusão atempada das obras de substituição da cobertura da Escola Básica da Ribeira. Foram honrados os compromissos assumidos perante esta Assembleia Municipal e perante os encarregados de educação que viram atendidas as suas pretensões. No entanto, o mesmo não se verificou na Escola Básica de Santiago onde as obras de melhoramento e ampliação ainda decorrem. Gostaríamos, portanto, que nos pudesse adiantar uma data previsível para a sua conclusão.-----

Pretendemos ainda saber se o Município irá dar continuidade, no presente ano letivo, ao Programa da Fruta Escolar, uma vez que o mesmo preconiza a promoção de uma alimentação saudável e de combate à obesidade infantil através do consumo regular de fruta.-----

Quanto ao Programa Viseu Educa regista-se a preocupação com o edificado, através da melhoria da eficiência energética dos edifícios escolares. Porém, podemos acrescentar mais ambição nesta matéria, sugerindo-se a instalação de equipamentos desportivos em escolas de maior dimensão e com previsão de frequência de um número significativo de alunos para os próximos anos letivos, de modo a que o investimento seja rentabilizado, podendo os mesmos para tal serem colocados ao serviço da comunidade.-----

Gostaríamos também de dar conta da nossa preocupação relativamente aos equipamentos informáticos disponibilizados nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º CEB, uma vez que os mesmos já apresentam sinais de algum desgaste, estando a chegar o tempo de pensar na sua atualização ou substituição. Seria importante dotar ainda alguns destes estabelecimentos de máquinas fotocopiadoras, uma vez que estas são um recurso muito importante para o trabalho dos docentes e para o fomento de uma aprendizagem de sucesso.-----

A vertente formativa do Programa Viseu Educa também nos suscita algumas reservas na sua implementação, uma vez que no 1ºCiclo do Ensino Básico as aulas terminam por volta das 17 e 30, por isso, gostaríamos que nos esclarecesse quanto ao modo como pretende colocar no terreno a oferta educativa disponibilizada.-----

Enaltecemos o compromisso “Escola aberta todo o ano”, que garante atividades e refeições em períodos de interrupções letivas aos alunos carenciados. É uma medida francamente positiva, no entanto, gostaríamos que a autarquia refletisse sobre uma eventual organização de programas de férias, (de ocupação de férias) alargando-os também a alunos não carenciados, proporcionando-lhes assim a vivência de experiências enriquecedoras em vários domínios do conhecimento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Manuela Antunes.-----

----- **SEIS – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):**

Bom dia a Todos e a Todas. Vou passar a apresentar uma Moção que o Bloco de esquerda está a fazer aprovar ou não em todas as Assembleias Municipais do País e que tem a ver com a “Condenação pela utilização de Contratos de Emprego Inserção denominados de (CEI) e Contratos de Emprego Inserção+ denominados (CEI+)”.-----

Nos últimos anos, têm vindo a alastrar-se a os programas designados como sendo de “trabalho socialmente necessário”. Estas medidas foram sendo conhecidas por vários nomes sendo agora designadas como Contratos de Emprego Inserção (CEI) destinados a pessoas que recebem subsídio de desemprego e Contratos de Emprego Inserção+ (CEI+) quando se destinam a pessoas que recebem rendimento social de inserção (RSI) ou pessoas que estejam desempregadas há pelo menos doze meses, integrem famílias monoparentais, vítimas de violência doméstica ou pessoas cujos cônjuges estejam desempregados.-----

Em traços gerais, o funcionamento destes programas é o seguinte: a colocação de trabalhadores ao abrigo de CEI e CEI+ é da responsabilidade do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Podem candidatar-se a receber estes trabalhadores as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), as autarquias locais e os serviços públicos, devendo para tal manifestar o seu interesse junto do IEFP. Posto isto, o IEFP escolhe uma pessoa que tem obrigatoriamente que aceitar a colocação na CEI ou CEI+ sob pena de perder o subsídio de desemprego ou o RSI.-----

Apesar de estar previsto que as candidaturas apresentadas pelas IPSS, autarquias ou serviços públicos não podem visar a ocupação de postos de trabalho, a verdade é que não é isso que tem vindo a acontecer, há um recurso sistemático a esta medida para suprir necessidades permanentes de mão-de-obra em vez de contratar estas/es trabalhadoras/es com os direitos e deveres inerentes ao trabalho por conta de outrem.-----

Recorde-se que as pessoas contratadas através de CEI e CEI+ produzem trabalho quase gratuito para a entidade contratante, uma vez que têm que pagar apenas o transporte, o subsídio de alimentação e uma pequeníssima parte da bolsa mensal que o/a trabalhador/a recebe, no caso do CEI+. De facto, o/a trabalhador/a colocado/a através de um CEI recebe o subsídio de desemprego e uma majoração de 20% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), o que corresponde a 83,84 euros.-----

No caso de um/a trabalhador/a colocado/a através de CEI+, o pagamento corresponde a 419,22 euros por mês, um valor inferior ao salário mínimo nacional, sendo que a entidade contratante paga apenas 10% deste valor caso seja uma IPSS e 20% se for uma entidade pública, o resto do pagamento é feito IEFP. -----

Como se constata, esta é uma modalidade muito atrativa para as entidades que podem assim ter trabalhadores a custo quase zero, exercendo funções que, na esmagadora maioria das vezes, são permanentes e não “serviço socialmente necessário”.-----

As pessoas que exercem funções através de CEI e CEI+ são, na verdade, trabalhadores por conta de outrem para todos os deveres, mas são filhas de ninguém para os direitos, por exemplo, não têm direito às férias ou a ficarem doentes mais de 15 dias ao longo de todo o tempo do seu contrato. Atualmente são mais de 55 mil as pessoas que trabalham no setor público ao abrigo de CEI e CEI+. Trabalham nas escolas, nos centros de saúde, tratam dos jardins das cidades, recolhem os resíduos urbanos, trabalham na segurança social, nas finanças nos tribunais ou até mesmo nos museus. São mais de 55 mil pessoas

que trabalham, têm horário de entrada e de saída, têm chefias, estão integradas numa equipa. São mais de 55 mil trabalhadores que criam legítimas expectativas de virem a ser contratados, e que, conjuntamente com todas as outras pessoas desempregadas, têm direito ao trabalho com direitos e à dignidade no trabalho.-----

Perante o exposto, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida no dia 30 de Setembro de 2014, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:-----

1 - Condenar a utilização de Contratos de Emprego Inserção e Contratos de Emprego Inserção+ de forma abusiva;-----

2 - Defender que as necessidades de trabalho permanentes têm que corresponder contratos de trabalho permanentes;-----

3 - Recomendar à Câmara Municipal que não utilize os CEI e CEI+ quando se trate de atividades municipais que correspondam a necessidades de trabalho permanente;-----

4 - Defender a dignidade no trabalho;-----

5 - Solicitar ao Governo e à Assembleia da República para que tomem todas as medidas necessárias a combater a precariedade gerada com a utilização deste tipo de contratos;-----

6 – Remeter a presente Moção à Sr.ª Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, à Ministra de Estado e das Finanças, ao Ministro da Solidariedade Social, ao Secretário de Estado da Administração Local, ao Secretário de Estado da Administração Pública e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República. Obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Utilizou o seu tempo adequadamente. Colocava à discussão esta Moção. Tem a palavra o Deputado Teodósio.-----

----- SETE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros da Assembleia Municipal. O assunto que aqui foi vertido nesta Moção, é um assunto de âmbito nacional, diz concretamente a uma medida que já tem vários anos, que vai sendo afinada conforme as necessidade e que visa fazer face a uma situação que todos nós consideramos extremamente complicada que é a questão do desemprego. Portanto, este obviamente que não é o fórum para ser colocado. Portanto, o Bloco de Esquerda deve dizer aos seus órgãos nacionais para que na Assembleia da República a apresente, porque esta é uma medida nacional, não é uma medida local. De qualquer forma, ficamos satisfeitos porque, em termos de grande preocupação do Concelho de Viseu, é uma política nacional o que quer dizer que nas locais estamos bem servidos e ficamos satisfeitos por isso. Muito obrigado.---

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Mais alguma inscrição? Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- OITO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Relativamente a esta Moção do Bloco de Esquerda, o Partido Socialista concorda plenamente com a Moção aqui apresentada. Relativamente à questão e o argumento apresentado pelo Senhor Deputado do PSD, lamentamos imenso esta postura, é um falso argumento uma vez que nós sabemos também das influências que tem o Senhor Presidente de Câmara e que pode através das suas influências também tentar junto do Governo alterar estas medidas, até porque, nós percebemos que as entidades que existem no concelho, câmara, hospitais e enfim, etc. por aí fora, usam e abusam desta medida e portanto, penso que isto não é um caso de rir porque há pessoas lá fora que estão a ser seriamente exploradas e nós como cidadãos responsáveis, devemos-nos preocupar com essas pessoas. É só isto que eu tenho a dizer.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Há mais alguma inscrição? Deputada Filomena Pires.-----

----- NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Quero aqui apenas dizer que de facto, também concordamos com o teor da Moção

do Bloco de Esquerda e trazer aqui também a ilustração de como esta exploração que está de facto a acontecer em diversos sectores e nomeadamente em entidades públicas, pode em determinadas situações trazer consequências negativas para os utentes de determinadas instituições públicas que efetivamente também usam trabalhadores nestas condições. Não havendo qualificação profissional, não havendo tempo útil para dar efetivamente a formação básica mínima para o exercício de determinadas funções, tem havido e tem sido noticiado efetivamente algum prejuízo para os utentes, nomeadamente quando estes trabalhadores, são escolas do 1º ciclo, são escolas do pré-escolar e efetivamente, parece-nos que é de solicitar a esta Assembleia que tome uma posição de modo a exercer alguma pressão sobre o Poder Central para que esta situação seja ultrapassada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, já usou da palavra, já usou um minuto mas de qualquer maneira tem direito à resposta. A título excecional.-----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, não, não, é só uma questão de clarificação. Nós vimos aqui uma coisa fabulosa, o Partido Socialista estar contra uma medida implementada pelo Partido Socialista. Esta questão dos CEIs é do Partido Socialista, mas hoje o Partido Socialista, não sei se é o novo ou se é o mau Partido Socialista, isto é como o BES, a gente anda aqui um bocadinho baralhados, é bom que as águas acalmem para a gente perceber alguma coisa. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma inscrição? A Mesa gostaria de colocar uma questão antes de irmos à votação desta proposta que tinha a ver com a questão da aprovação em minuta. Por isso a Mesa, antes desta votação desta Moção, se permitissem, para efeitos de execução imediata, propunha que todas as deliberações desta Assembleia incluindo Moções e propostas que sejam apresentadas, sejam aprovadas em minuta para terem efeitos imediatos, era nessa perspetiva e portanto, antes de fazermos esta votação, a Mesa propunha isto. Há alguma questão? Quem vota a favor da proposta da Mesa para aprovação em minuta para efeitos imediatos? Quem vota a favor da proposta da Mesa? Está *aprovada por unanimidade*.-----

Íamos agora também pôr à votação a Moção apresentada pela Deputada Manuela Antunes do Bloco de Esquerda. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? *Foi rejeitada com trinta (30) votos contra, nove (9) a favor e três (3) abstenções*.-----

Dava a palavra à Senhora Deputada Cristina Fonseca.-----

----- **ONZE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Na verdade o assunto que me traz aqui, julgo que é de particular interesse para todos nós, porque efetivamente é de amplo consenso, das notícias que têm saído, que nestes últimos anos e particularmente este ano de 2014, de facto, houve um acréscimo de episódios de violência doméstica, destacando-se o facto de este ano ter atingido o record de mortes no primeiro semestre. Em seis meses houve vinte e quatro homicídios, o número mais alto da década, já para não falarmos das vinte e sete mulheres que conseguiram escapar com vida às tentativas de homicídio. Consultando o relatório anual da segurança interna, podemos verificar que efetivamente em 2013 para o Distrito de Viseu, nós até podemos assistir a uma ligeira diminuição no que diz respeito ao nosso Distrito de Viseu, no entanto, os dados relativos ao primeiro semestre de 2014, apontam para a manutenção de um número de ocorrências participadas às forças de segurança e no que diz respeito aos Distritos que registaram um aumento de participações, efetivamente Viseu surge logo seguido à Guarda com 28,4% de registos de participações. Ora, de facto, apesar de toda a consciencialização e de todo o trabalho e empenho social que nós temos vindo a desenvolver com todas as estruturas que nós temos em termos das nossas comunidades, eu venho aqui lançar apenas

e de uma forma muito rápida, não só um desafio, para que efetivamente Viseu e a Câmara Municipal de Viseu, esta Autarquia efetivamente se destaque na elaboração e num combate decisivo relativamente às questões da violência doméstica, porque urge uma política alternativa, uma estratégia política, urge um trabalho em rede concertado e no que diz respeito ao gabinete de apoio, ou às medidas, ou ao protocolo que existe no apoio às mulheres vítimas de violência doméstica relativamente aos vários protocolos que estão em curso, questionar efetivamente o seguinte, porque acho que é um balanço que é importante, não só ao que diz respeito a medidas de sensibilização, medidas de prevenção, mas também, ao que diz respeito ao apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, gostaria que surgissem aqui já alguns números dos protocolos que neste momento estão em curso e estão em funcionamento na Câmara Municipal de Viseu, e que efetivamente era de facto, quantas mulheres é que neste momento já usufruíram de prioridades na atribuição de fogos na habitação social, efetivamente, que mulheres é que já beneficiaram de arrendamentos a baixo custo relativamente aos apoios pelo facto de terem sido vítimas de violência doméstica e de facto, começar a haver aqui um trabalho de balanço para percebermos se nós em Viseu pactuamos com este estado de que nas nossas narrativas parece que está tudo bem, que as campanhas estão a ser suficientes, que os protocolos efetivamente estão lançados no terreno, mas urge, urge começarmos a ver números e evidências das medidas de apoio que neste momento estão em curso no terreno e se efetivamente elas estão a ser eficazes, porque efetivamente estamos a falar de famílias, estamos a falar de crianças, de menores, de mulheres, e estamos a falar inclusivamente de uma nova geração de tipo de risco de violência doméstica também no que diz respeito aos idosos. Não sei se ainda tenho um bocadinho de tempo só para fazer também aqui uma ligeira intervenção... -----

- O Senhor Presidente da Mesa responde dizendo: Tem mais um minuto.-----

- A Senhora Deputada Cristina Maria Nunes Fonseca retoma a sua intervenção dizendo: Queria também fazer um apontamento, ao arranque do início deste ano letivo. Apreciei sem dúvida nenhuma esta narrativa de que o ano escolar começou na sua plenitude e era bom que isso tivesse acontecido, mas na verdade eu penso que há uma palavra a dizer entre o que se proclama, entre aquilo que se anuncia e de facto algumas questões reais, e era importante nós alertarmos que há coisas que ainda estão por resolver no que diz respeito ao arranque do ano letivo e eu vou-vos dar alguns casos particulares no campo que me é de particular interesse que é o campo das crianças com deficiência, e aí eu questiono que palavras temos nós a dizer relativamente do facto de alunos cegos que nós temos a frequentar nas nossas escolas do 1º ciclo, ainda não dispõem de materiais efetivamente traduzidos na escrita Braille, portanto o que obriga a um trabalho absolutamente complementar dos docentes que estão colocados diariamente para que os alunos acompanhem os conteúdos, veem-se obrigados a traduzir esses manuais e portanto, alerta que há necessidade de facto de exercer pressão também sobre os sistemas educativos, neste caso com Lisboa. Que palavra também temos a dizer para o facto das nossas turmas de surdos, neste momento ainda só, e só estamos a falar de cerca de doze alunos surdos, neste momento ainda só dispõem de um docente na área surdez, os intérpretes de linguagem gestual, os monitores, os terapeutas da fala ainda não estão colocados nas escolas e portanto, há aqui uma lacuna de facto e estamos a falar neste momento de alunos das nossas escolas dos vários níveis de ensino, e que palavra temos nós a dizer também das unidades de atendimento das crianças e dos alunos com perturbações do espectro do autismo? Neste momento os técnicos especializados ainda não estão em funcionamento nas escolas. Portanto, eu quero dizer que reconheço o trabalho que a autarquia tem feito junto das escolas no que diz respeito a um trabalho de colaboração, inclusivamente posso dar aqui um testemunho no que diz respeito às assistentes operacionais e as escolas confrontam-se com muita falta de recursos humanos inclusivamente nestas matérias dos funcionários, mas na verdade vamos parar com estas

narrativas populistas de que as escolas estão bem, de que o arranque do ano letivo foi perfeito, porque efetivamente ainda há muita coisa a corrigir e precisamos de estar nestas matérias em que não há dúvidas, todos do mesmo lado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Eu só gostaria aqui de chamar atenção para uma situação. Este problema da violência doméstica aqui colocado pela Senhora Deputada, penso que mereceria e depois ouviremos o Senhor Presidente de Câmara, da parte desta Assembleia, e já houve algumas intervenções neste âmbito, tem que haver por parte da Mesa a total disponibilidade para se encarar ações de informação e sensibilização nesta temática. Por isso, era também um desafio que em termos de Mesa e em parceria com a Câmara ou mesmo a própria Assembleia poderia fazer algumas ações de informação e sensibilização neste âmbito. Era esta situação que gostaria de colocar. Dava a palavra à Senhora Deputada Filipa Mendes.-----

----- **DOZE – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social e Público Presente. É evidente a aposta deste executivo camarário no trabalho em rede e com total abertura à sociedade civil. Nesse sentido, e através de várias estruturas e órgãos municipais, o executivo de Viseu continua a desenvolver o trabalho de proximidade junto da comunidade viseense criando mecanismos de participação cívica que dão voz a esta mesma comunidade.-----

Destaco o papel do Conselho Municipal da Educação no qual ainda este mês foi apresentado o programa “Viseu Educa” já aqui referido várias vezes, em que este programa junta a Câmara Municipal aos responsáveis do sistema educativo, às instituições parceiras e outros agentes, tendo como objetivo a promoção do sucesso escolar e o combate ao abandono do mesmo, a aposta na formação cultural e desportiva, a formação de cidadania, a inclusão social e o apetrechamento linguístico dos nossos jovens.- O Conselho Local de Ação Social – CLAS é outro fórum de trabalho em rede que desenvolve serviço na área de intervenção social e tem âmbito concelhio. Este órgão desenvolve estratégias de promoção e formação, sendo ainda um local de levantamento de necessidades, definição de estratégias de atuação conjunta na ótica de otimização de recursos materiais e humanos. O know-how de cada entidade e intuição que o compõem potencia as respostas a dar às diversas situações que ao longo do tempo são sinalizadas. Neste Conselho são ainda programadas ações de intervenção junto dos jovens com o objetivo de prevenção e de capacitação em termos de futuro.-----

Num outro âmbito menciono a criação do Conselho estratégico de Viseu, órgão de consulta e aconselhamento do executivo camarário e que reúne um conjunto de personalidades de referência de diversas áreas. Este conselho já apontou duas prioridades para o município de Viseu. Por um lado, invoca a necessidade de uma estratégia para o centro histórico que seja partilhada pela população e pelos atores económicos, culturais e sociais. Não podendo deixar aqui de evidenciar a mudança da Escola Profissional Mariana Seixas para a Rua Direita, a futura instalação da Universidade Sénior, assim como, as Águas de Viseu sendo todos estes serviços e instituições uma alavanca para o processo de revitalização do centro da cidade.-----

Por outro lado, este fórum reclama um Ensino Superior forte, com autonomia e que consiga trabalhar em rede, com especialidades em sectores com ligação à comunidade empresarial, social e cultural viseense. Como representante dos jovens louvo estas iniciativas pois fortalecem e criam os laços de partilha e união necessários ao sucesso da revitalização do centro da nossa cidade.-----

Este ano também foram criados mais mecanismos de participação aberta á sociedade como o Conselho Municipal da Juventude que foi felizmente reativado em boa hora e

incentiva a participação dos jovens viseenses nas políticas municipais de juventude nas mais diversas áreas e que apresentam maior relevância para a formação da população mais jovem. O orçamento participativo foi ainda apresentado em junho passado, com uma dotação orçamental de 75 mil euros, dirigido a revitalização do centro histórico e com a possibilidade de serem apresentadas ideias e propostas através da plataforma criada para o efeito. O sucesso já visível destes órgãos e iniciativas está intimamente ligado ao trabalho em rede e à comunicação que deve e é feita entre todos eles. O papel desempenhado por estes será naturalmente refletido na continuação da marca de qualidade de vida de Viseu, na prevenção da exclusão social e também no seu combate, no melhor sistema de educação que sirva as necessidades da nossa região, nas melhores políticas autárquicas jovens e na revitalização do centro da cidade. A colaboração com as várias instituições públicas e privadas, com os vários agentes económicos, sociais e locais, é fulcral para o conhecimento por parte governo municipal, podendo melhorar a sua estratégia camarária no sentido de debelar os problemas existentes no nosso concelho.-----

Enalteço o trabalho desenvolvido pelo executivo camarário por estas boas práticas de conciliação e auscultação da comunidade pela qual foram eleitos e por porém em prática o que afirmaram no seu programa eleitoral.-----

Pese embora o executivo auscultar as diversas sensibilidades e opiniões não deve este aspirar a falsos unanimismos. Deve honrar os compromissos sufragados pelo eleitorado por uma vasta base de apoio. É o que tem acontecido.-----

A própria coesão territorial, o futuro das novas gerações e a visão autárquica para os próximos anos passa e passará por estes órgãos e pelos seus conselheiros.-----

Agrada-nos a visão estratégica do médio e do longo prazo que está a ser seguida. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Pedro Antunes.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Público e Excelentíssimos Senhores Jornalistas.-----

Na Constituição da República Portuguesa consagra-se, inequivocamente, o princípio da separação entre o Estado e confissões, as igrejas e outras comunidades religiosas, enquanto garantia da laicidade do Estado, garantia que é inerente à dimensão republicana do Estado Português. Esta exigência constitucional mostra-se, naturalmente, em “letra de lei” na política e na sua prática, assim como na prática protocolar, isto foi sobretudo como sabemos enfatizado depois do 25 de Abril porque é conhecida a relação íntima no Salazarismo. -----

Bem sabemos pela tradição municipalista portuguesa, da ligação, por vezes demasiado estreita, entre as autarquias e a Igreja Católica (com contornos que não cabe aqui explorar...) ou, para lá da religiosidade, da relevância sociocultural da Igreja Católica em Portugal e em Viseu, particularmente. 70 a 80% dos Viseenses serão crentes na religião católica. Porém o último ano, temos vindo a assistir a um recrudescimento de uma relação demasiado próxima entre a Câmara Municipal de Viseu e a Igreja (*como sói dizer-se*), cito 4 exemplos paradigmáticos:-----

1. Institucionalização excessiva da Semana Santa pela Câmara Municipal de Viseu, mormente o evento celebrativo da Via Sacra.-----
2. Organização de uma vista/peregrinação (?) ao Santuário de Fátima para os Seniores/Idosos do Concelho de certo modo, em substituição da afamada viagem profana ao arraial na Quinta da Malafaia.-----
3. Construção de uma estrada e corredor pedonal para cumprimento de promessas, entre a casa da Beata Rita Amada de Jesus (conhecida por Madre Rita) e a Igreja Matriz de

Ribafeita. Já agora Sr. Presidente, o respetivo investimento foram os por si anunciados, 100 mil euros ou os 500 mil euros que vieram a público pela Rádio Renascença?-----

4. Envio de convite formal para as comemorações do Dia do Município / Dia de S. Mateus, incluindo nele a celebração de uma Missa em honra de S. Mateus, seguida de procissão.---- De facto, a par de diversas iniciativas cosmopolitas e, até, progressistas como ainda aquelas referidas ao nível de auscultação dos municípios referidas pela deputada Filipa Mendes a Câmara tem tido alguns impulsos conservadores, (eu tinha aqui direitosistas, mas retiro e não leio) e de futuro estarei atento e agora não terei tempo para salientar alguns destes impulsos. É tudo, fui rápido.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Utilizou três minutos e só para dizer que hoje estamos numa fase transição, porque alguns dos Grupos já esgotaram o tempo. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Ribafeita.-----

----- **CATORZE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAFEITA CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Caros Colegas, Caro Público. Caro Deputado, você conhece o caminho? Conhece? Já foi lá ao local? Olhe, em primeiro lugar fique informado este caminho não tem nada a ver com a Igreja, nada. Sabe quem é o proprietário, ou neste caso a Instituição que é dono do Memorial? Sabe? Não sabe pois não. Então se não sabe, para que é que vem discutir para aqui assuntos que não sabe? Esta obra foi pedida pela Junta de Freguesia e foi uma obra prioritária, prioritária da Freguesia de Ribafeita, e não foi só do Presidente da Junta, foi da comunidade de Ribafeita também. Isto já foi dito tanta vez, porque é que os Senhores insistem nisto? O Memorial, para que fique claro aqui para quem não o conhece, o Memorial, o dono da obra é o Instituto Jesus Maria José, não tem nada a ver sequer com o Bispo ou com o Padre ou com a Igreja, entende?-----

- *O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Antunes interrompe dizendo:* É para as pessoas andarem de joelhos.-----

- *O Senhor Presidente da Junta de Ribafeita Custódio Figueiredo Ferreira responde:* Não é de joelhos. De joelhos? As pessoas andam de qualquer maneira.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo está bem?-----

- *O Senhor Presidente da Junta de Ribafeita Custódio Figueiredo Ferreira prossegue a sua intervenção dizendo:* Portanto, não falem daquilo que não sabem. Depois mais tarde irei falar neste tema, mas só para responder a este Deputado está bem? Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado Carlos Costa.-----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social. O Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de expressar a sua satisfação pela conclusão do processo de recrutamento do novo comandante da Polícia Municipal. Ao Senhor Comandante, Subcomissário Diogo Duarte, queremos deixar públicos votos de um excelente desempenho em prol deste concelho e desta cidade-região.-----

Ao Senhor Presidente da Câmara, gostaríamos de aproveitar o ensejo para expressar aqui nesta Assembleia, a visão do papel que achamos desejável para a Polícia Municipal de Viseu.-----

Se é certo que a nível territorial existe quicá uma sobreposição da atuação das diversas forças policiais, a verdade é que na imagem transmitida por essas forças, ou por outras forças quicá, nessa imagem transmitida por essas forças, a vertente pedagógica e de apoio

ao cidadão, não tem sido a mais conseguida. Apesar de terem por missão assegurar a legalidade democrática, a segurança interna, e os direitos dos cidadãos, cresce no espírito de muitos a imagem, e salvaguardo eventualmente errada, (o trabalho dessas instituições não se resume a isso) mas essa imagem reforço eventualmente errada, associa em demasia a figura policial ao ato de multar e de repreender. É uma imagem que tem vindo a crescer e que se calhar não é a mais desejável. Se bem que como disse, a imagem possa ser errónea, e o trabalho daquelas forças seja bem mais abrangente do que aquilo que o cidadão comum pode presenciar no dia-a-dia, aparentamos ter-nos afastado do modelo policial desejável, pecando por defeito nas relações de proximidade, e por excesso na vertente da fiscalização repreensiva, em especial na vertente do trânsito. Cremos existir aqui uma janela de oportunidade para a Polícia Municipal desempenhar um papel que a distinga pela positiva das demais forças transformando-a num claro e importante apoio à sociedade. Pensamos assim ser desejável que a Câmara Municipal oriente a sua Polícia com especial ênfase para a vertente preventiva, utilizando a seu favor a maior proximidade e visibilidade junto dos cidadãos e primando sempre e sobretudo pela ação pedagógica. O tema da localização da Polícia Municipal num local mais central da cidade, também já foi abordado será ou terá aqui também um papel relevante. Colmataremos assim uma lacuna importante, ajudando os viseenses a elevar a sua cultura de cidadania, com uma Polícia Municipal que se diferenciara pela postura construtiva, ajudando a alicerçar uma relação de forte confiança e cooperação entre Polícias e municípios. Construir-se-á assim uma imagem mais positiva das forças policiais, e colocar-se-á a Polícia Municipal na vanguarda dessa diferença.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tinha seis minutos e utilizou quatro minutos. Tem a palavra o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. O tempo de que disponho é apenas de um minuto que eu vou utilizar apenas para fazer duas coisas: Em primeiro lugar para reafirmar aquilo que aqui foi dito por mim pelo menos por duas vezes de que aquilo que se passou com a reorganização dos tribunais é um disparate, os tribunais estão parados e não se sabe sequer quando vão começar, é que não se sabe sequer quando vão começar. A única coisa que entra são ações novas, tudo o resto está parado, não se sabe quando vai recomeçar, é um caos, ao contrário do que a Senhora Ministra diz. A segunda era apenas duas pequenas notas. Era felicitar e congratular-me com a eleição da Deputada Lúcia Sila para o Departamento das Mulheres (Femininas) e referir... do Partido Socialista, das Mulheres do Partido Socialista, é uma tautologia peço que me desculpem... não, não, é uma tautologia, e é um "lapsus linguae". Queria congratular-me com o elevado civismo com que decorreu a votação das eleições que ocorreram recentemente no Partido Socialista. Durante, das nove da manhã às dezanove horas, em Viseu votaram 1850 pessoas das quais evidentemente, mais de metade não são militantes, o que significa que aqui há claramente uma vontade e mais, desses 1850, 1263 votaram no António Costa o que significa que há uma clara vontade de mudança quer no Partido quer no País que terá resultados muito em breve como se verá. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Ribeiro Gonçalves.-----

----- **DEZASSETE – O SENHOR DEPUTADO ALFREDO JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A questão que eu trago aqui é a seguinte:-----

Foi notícia o incêndio que ocorreu na Feira de S. Mateus e pelo que li as coisas correram bem e a resposta acabou por ser eficaz. No entanto também sei que não havia um plano de contingência. Ora, isso parece-me que seria fundamental. Eu sei também que os Bombeiros Municipais após esse mesmo incêndio começaram a frequentar mais o recinto, também sei que foram anunciadas já algumas medidas para o próximo ano, e nomeadamente que ia haver mais reforço de meios, no entanto as coisas não podem ser feitas em cima do joelho e penso que no próximo ano e para o próximo ano é fundamental que exista um Plano de Contingência para o recinto. A segurança tem que ser a palavra-chave para este evento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da União das Freguesias Couto de Cima e Couto de Baixo.----

----- **DEZOITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS COUTO DE BAIXO E COUTO DE CIMA FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Cumprimentos à Mesa na pessoa do Senhor Presidente, cumprimentos o Senhor Presidente da Câmara, às Senhoras Vereadoras, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados, à Comunicação Social presente. Aquilo que me traz aqui é apenas a apresentação de uma proposta que eu vou passar a ler e que tem a ver com a alteração da denominação da União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima.-----

“Proposta para a alteração da denominação da União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima”.-----

A Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro determinou a reorganização administrativa do território das freguesias. E ainda, de acordo com o seu artigo 3.º, a nova denominação de todas as freguesias que agregaram, foi praticamente regra geral, a colocação da expressão “União das Freguesias de”, seguido das várias designações originárias. Esta situação originou denominações com redações extensas e pouco apelativas. Na maioria dos casos inclusive, com um número de caracteres superiores aos disponíveis nas plataformas informáticas dos organismos públicos. Situação que veio a motivar a publicação do Despacho n.º 11540/2013, de 05 de Setembro, no qual se cria uma designação simplificada, que elimina a já mencionada expressão.-----

Se para a designação adotada, não foram as Juntas de Freguesia consultadas, tendo que aceitar uma denominação pouco prática, pela sua extensão, acontece que com a designação simplificada publicada no referido Despacho, e que pode ser utilizada pelos organismos públicos, caiu-se numa dualidade de denominações, geradoras de confusão, mesmo no seio dos próprios organismos públicos. Nestes termos e porque o atual executivo e a população da freguesia pretendem uma denominação mais sucinta, que enquadre geograficamente a freguesia no Concelho e na região, que não confunda os “nossos” Coutos com outros “Coutos” existentes a nível nacional, que marque um recomeço e uma nova era da história da atual freguesia, foi apresentada pela Junta da União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima à Assembleia de Freguesia, uma proposta devidamente justificada para a alteração da denominação, tendo na última Assembleia de Freguesia realizada no passado dia 18 de Setembro de 2014, sido aprovado por unanimidade, que a União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima se passe a denominar de “Freguesia dos Coutos de Viseu”. Deste modo, em representação da vontade do Executivo, da Assembleia de Freguesia e dos Coutoeenses, que foram convidados a participar, apresento à Assembleia esta nova Denominação, para que os Exmos. Srs. Deputados se pronunciem quanto à alteração que se pretende.-----

Viseu, 30 de Setembro de 2014-----

O Presidente da Junta de Freguesia.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta Fernando Almeida. Íamos então colocar à discussão esta proposta. Há alguma

intervenção? Não havendo nenhuma intervenção, íamos então colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.-----

Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta da freguesia da União das Freguesias de Repeses e S. Salvador.-----

----- **DEZANOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REPESES E S. SALVADOR JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Público presente, Comunicação Social. Sabendo que a Lei da reorganização administrativa do território das freguesias iria criar vários problemas aos cidadãos que residem nessas freguesias agregadas, nessa altura fui totalmente contra e para evitar alguns males criados com essa reorganização as juntas de freguesia tiveram que se adaptar e aceitá-la como é óbvio e tiveram que arranjar soluções para junto dos seus cidadãos lhes resolverem os problemas e é nesse sentido que eu aqui venho apresentar também esta proposta de alteração.-----

“Proposta para a alteração da denominação da União das Freguesias de Repeses e São Salvador”.-----

A Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro determinou a reorganização administrativa do território das freguesias. E ainda, de acordo com o seu artigo 3.º, a designação de todas as freguesias que agregaram, foi praticamente regra geral, a colocação da designação “União das Freguesias de”, seguido das várias designações originárias. Esta situação deu origem a denominações com redações extensas e pouco apelativas. Na maioria dos casos inclusive com um número de caracteres superiores aos disponíveis nas plataformas informáticas dos organismos públicos. Situação que veio a motivar a publicação do Despacho n.º 11540/2013, de 05 de Setembro, no qual se cria uma denominação simplificada, eliminando aquela designação.-----

Se para a designação adotada, não foram as Juntas de Freguesia consultadas, tendo que aceitar uma denominação pouco prática, pela sua extensão, acontece que com a designação simplificada publicada no referido Despacho, e que pode ser utilizada pelos organismos públicos, caiu-se numa dualidade de denominações, geradoras de confusão, mesmo no seio dos próprios organismos públicos. Nestes termos e porque o atual Executivo e a população da freguesia pretendem uma denominação mais sucinta, que marque um recomeço e uma nova era da história da atual freguesia, foi apresentada pela Junta da União das Freguesias de Repeses e São Salvador à Assembleia de Freguesia, uma proposta justificada para a alteração da denominação, tendo na última Assembleia de Freguesia realizada no passado dia 5 de setembro de 2014, sido aprovado por maioria, com onze votos a favor, um voto contra e uma abstenção, que a União das Freguesias de Repeses e São Salvador se passe a denominar de “Freguesia de Repeses e São Salvador”. Deste modo, em representação da vontade do Executivo, da Assembleia de Freguesia e das suas gentes, apresento aqui esta nova designação, para os Excelentíssimos Senhores Deputados se pronunciarem quanto à alteração que os Órgãos da Freguesia pretendem introduzir na sua denominação.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor José Coelho Presidente da União das Freguesias de Repeses e São Salvador. Está à discussão esta proposta. Há alguma inscrição? Não havendo, íamos então colocar de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.-----

Dava a palavra o Senhor Presidente da União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto.-----

----- **VINTE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. CIPRIANO E VIL DE SOUTO AURÉLIO PEREIRA LOURENÇO (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e demais Elementos, Senhor Presidente da

Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social e respetivo Público. A proposta é a mesma, alteração da denominação da União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto.-----

A Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro determinou a reorganização administrativa do território das freguesias. E ainda, de acordo com o seu artigo 3.º, a designação de todas as freguesias que agregaram, foi praticamente regra geral, a colocação da designação “União das Freguesias de”, seguido das várias designações originárias. Esta situação deu origem a denominações com redações extensas e pouco apelativas. Na maioria dos casos inclusive, com um número de caracteres superiores aos disponíveis nas plataformas informáticas dos organismos públicos. Situação que veio a motivar a publicação do Despacho n.º 11540/2013, de 05 de Setembro, no qual se cria uma denominação simplificada, eliminando aquela designação.-----

Se para a designação adotada, não foram as Juntas de Freguesia consultadas, tendo que aceitar uma denominação pouco prática, pela sua extensão, acontece que com a designação simplificada publicada no referido Despacho, e que pode ser utilizada pelos organismos públicos, caiu-se numa dualidade de denominações, geradoras de confusão, mesmo no seio dos próprios organismos públicos. Nestes termos e porque o atual Executivo e a população da freguesia pretendem uma denominação mais sucinta, que marque um recomeço e uma nova era da história da atual freguesia, foi apresentada pela Junta da União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto à Assembleia de Freguesia, uma proposta justificada para a alteração da denominação, tendo na última Assembleia de Freguesia realizada no passado dia 20 de setembro de 2014, sido aprovado por unanimidade dos presentes, que a União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto se passe a denominar de “Freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto”. Deste modo, em representação da vontade do Executivo, da Assembleia de Freguesia e das suas gentes, apresento aqui esta nova designação, para os Excelentíssimos Senhores Deputados se pronunciarem quanto à alteração que os Órgãos da Freguesia pretendem introduzir na sua denominação. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta, Senhor Aurélio Lourenço da União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto que apresentou esta proposta. Por isso, colocava à discussão esta proposta. Não havendo nenhuma intervenção, íamos então colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Dava a palavra o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá.-----

----- **VINTE E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. FAÍL E VILACHÃ DE SÁ JOSÉ ANTÓNIO MARQUES SEABRA FIGUEIREDO (PS):** Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro Público e Comunicação Social. O que me traz aqui também é a alteração da designação de União de Freguesias e eu passo a citar a proposta:-----

A Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro determinou a reorganização administrativa do território das freguesias. E ainda, de acordo com o seu artigo 3.º, a nova denominação de todas as freguesias que agregaram, foi praticamente regra geral, a colocação da expressão “União das Freguesias de”, seguido das várias designações originárias. Esta situação originou denominações com redações extensas e pouco apelativas. Na maioria dos casos inclusive, com um número de caracteres superiores aos disponíveis nas plataformas informáticas dos organismos públicos. Situação que veio a motivar a publicação do Despacho n.º 11540/2013, de 05 de Setembro, no qual se queria uma denominação simplificada, que elimina a já mencionada expressão.-----

Se para a expressão adotada, não foram as Juntas de Freguesia consultadas, tendo que aceitar esta denominação pouco prática, pela sua extensão, acontece que com a designação simplificada publicada no referido Despacho, e que pode ser utilizada pelos organismos públicos, caiu numa dualidade de denominações, geradoras de confusão, mesmo no seio dos próprios organismos públicos. Nestes termos e porque o atual Executivo e a população da freguesia pretendem uma denominação mais sucinta, que enquadre geograficamente a freguesia no Concelho e na região, foi apresentada na Assembleia de Freguesia, uma proposta devidamente justificada para a alteração da denominação, tendo na última Assembleia de Freguesia realizada no passado dia 18 de Setembro de 2014, sido aprovado por unanimidade, que a União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá, se passe a denominar de “Freguesia de Fail e Vila Chã de Sá”. Deste modo, em representação da vontade da Junta, da Assembleia de Freguesia de Fail e Vila Chã de Sá, que foram chamados a pronunciar-se, apresento à Assembleia esta nova Denominação, para que os Excelentíssimos Senhores Deputados se pronunciem quanto à alteração que se pretende.--- Viseu, 30/09/2014.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Seabra Figueiredo Presidente de Junta a União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá e colocava à discussão esta proposta. Não havendo nenhuma intervenção, íamos então colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia, mas antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a todos os Senhores Deputados gostaria de dizer que de um modo geral foi cumprido aquilo que estava estipulado, com a exceção de um Grupo Municipal, mas de qualquer maneira todos cumpriram os tempos estipulados em termos regimentais. Dava a palavra então ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Com gosto o faço. Bom dia a todas e a todos. Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora Secretária, o Senhor Secretário, cumprimentar também o Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, também os Senhores Deputados e Deputadas Municipais, os Órgãos da Comunicação Social presentes, bem como o Público que assiste a esta Assembleia Municipal. Portanto, queria cumprimentá-los com amizade e começava exatamente por realçar o facto de que estamos eleitos à um ano e não queria deixar de realçar esse aspeto e sobretudo enaltecer a forma como durante este primeiro ano não efetivo de mandato porque ainda só estamos com onze meses depois da tomada de posse, realçar exatamente nesta Assembleia Municipal a cultura democrática vivida neste novo ciclo e a forma como ainda foi bem patente neste Período de Antes da Ordem do Dia, duma perspetiva construtiva de todos aqueles que eleitos, uns na papel de exercer funções mais executivas outros mais no papel de serem oposição, realçar aqui a forma construtiva como o trabalho tem vindo a ser desenvolvido ao longo deste ano e não queria deixar de o realçar nesta abertura, digamos assim, nesta minha primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, não deixando também de fazer aqui um reparo. Eu acho que os eleitores nos merecem um grande respeito, aqueles que votaram, aqueles que não votaram, os que votaram em branco e os que votaram nulo e portanto, devemos todos ter uma grande preocupação não só de ir ao encontro e muitos dos mecanismos que este executivo tem procurado criar, que foram ainda aqui enaltecidos há pouco pela Deputada Filipa Mendes, visaram exatamente isso, fazer uma aproximação a todos os eleitores e suscitar uma maior participação direta. Eu sei que há alguns que às vezes sem coragem para o poderem assumir diretamente e até muitas vezes de uma forma anónima põem em causa estes mecanismos de participação dizendo que este executivo basicamente tem criado conselhos, a verdade é que eles estão todos a funcionar. O Conselho Municipal da Educação

está a funcionar, o Conselho Municipal de Juventude está a funcionar, o Conselho Estratégico está a funcionar, o Fórum Cultura está a funcionar, exatamente fazendo aquilo para que foram criados. Fazendo a interação com os diferentes parceiros da sociedade. A verdade também é que as reuniões públicas da Câmara, hoje estão a ser feitas nas Freguesias Rurais, fazendo história, porque efetivamente nunca tinha acontecido existir reuniões do Executivo nas diferentes Freguesias. Isto são tudo mecanismos que eu só estou aqui a lembrar, que depois de estarem adquiridos parece que sempre foi assim. Não, foram mecanismos introduzidos muito recentemente. Também entendo que há um respeito que deve existir, e ainda há bocado ouvia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referir que um renunciou, outro substitui-se, enfim, acho que o exercício de funções autárquicas, é um exercício de demasiada responsabilidade para ser um exercício itinerante ou muitas vezes virtual, não basta de vez em quando fazer uns comentários no facebook ou fazer uns artigosinhos de “bota a baixo” para as pessoas terem a legitimidade para se considerarem oposição, ou sequer cidadãos que têm opinião. Isso tem que se fazer todos os dias os mandatos são coisas sagradas e quando o povo nos dá a confiança nós devemos honrar os mandatos e portanto, neste primeiro ano, deixa-me ficar aqui uma nota negativa que é de facto a itinerância de algumas representações nesta Assembleia Municipal e não deixando de ter um enorme carinho e amizade pelo Senhor Vereador substituto, não deixar também de realçar a forma itinerante como o Partido a que pertence se tem feito representar em reuniões da Assembleia, independentemente da amizade e da apreciação positiva que tenho feito pela sua oposição construtiva, mas acho que democracia é isto, as pessoas têm que honrar os seus compromissos. Quem não quer ser candidato e não tem disponibilidade, não deve ser candidato, as pessoas depois de eleitas devem honrar os seus compromissos até ao fim a não ser que um motivo de força maior exista. Feito este reparo que não podia deixar de o fazer, iria então procurar responder às questões que foram colocadas. Começava pelo Senhor Deputado João Cotta a quem agradeço as questões levantadas designadamente as estatísticas do INE que nós conhecemos bem, aquilo que nos motivou para além do facto de estar no programa a criar do Viseu Educa, foi também posicionar o Concelho de Viseu na lógica de uma excelência educativa, isto é, não é possível ter um concelho dinâmico, que busque o investimento, que procure fazer a sua internacionalização se não tivermos uma boa aposta na educação. A educação é claramente o pilar da sociedade, conforme a família é outro pilar, a educação é também um pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade e portanto, o Viseu Educa também tem esse objetivo, nós quando olharmos para os indicadores verificamos que Viseu globalmente o nosso concelho está acima da média em quase todos os indicadores, mas mesmo assim não ficamos satisfeitos. Portanto, o Viseu Educa tem exatamente como objetivo ainda melhorar designadamente os indicadores do abandono escolar e portanto, queremos através deste programa suscitar numa lógica de rede como ele é criado, com os Agrupamentos, com as Associações de Pais, com as diferentes Instituições Culturais, o Teatro Viriato e outras que estão a participar neste programa, o Conservatório de Música, em rede procurarmos contribuir para isso. A inserção do ensino da música e designadamente os instrumentos musicais neste programa Viseu Educa, tem um duplo objetivo, tem o objetivo de por um lado suscitar uma maior concentração, a música está muito associada a concentração, o facto de um jovem começar a

aprender um instrumento musical vai ter reflexos na sua aprendizagem escolar, mas também elevar o nível cultural dos nossos jovens. Eu não vos escondo que tenho uma ambição, um sonho, diria que é mais um sonho de que em dois mandatos nós conseguíssemos fazer com que todos os jovens que terminam a escolaridade obrigatória tivessem tido pelo menos o contacto de aprendizagem de um instrumento musical, o que acharíamos que isso seguramente se iria traduzir num grande salto qualitativo do ponto de vista de educação no nosso concelho. O abandono escolar, obviamente que muitas destas iniciativas que estão presentes no Viseu Educa, têm como objetivo exatamente, fazer também o combate ao abandono escolar. Cada vez que um jovem abandona a escola, a própria sociedade perde, porque efetivamente é menos uma pessoa que está a adquirir as qualificações necessárias para poder entrar no mercado de trabalho. Portanto, queria agradecer as referências que fez e designadamente referir aqui, e não foi o único Deputado que falou sobre isto, mas referir por um lado o papel que o Conselho Municipal de Educação teve nesta matéria, nós reunimos o Conselho Municipal de Educação no final do ano, para juntamente com o Conselho Municipal de Educação prepararmos o ano letivo seguinte e procurarmos também encontrar o tal consenso em relação a algumas escolas que infelizmente fecham. Não é nada que seja simpático fechar uma escola e já agora, também gostava de ter ouvido algum dos Senhores Deputados que aqui estiveram, designadamente a Senhora Deputada Lúcia Silva poderia ter também feito uma referência elogiosa ao facto da Escola de Travanca estar a funcionar, não lhe ficava mal, não lhe ficava mal e efetivamente dizer assim, de facto o Presidente da Câmara foi, enfim, não volta com a sua palavra atrás e a escola está lá, os meninos estão lá a ter as suas aulas o que é um motivo também de satisfação independentemente de um problema mais grave que é enfim, a desertificação de alguns territórios a que Viseu não é alheio e também não vale a pena escamotear a situação, Viseu não é homogéneo, o concelho não é homogéneo, nós temos uma realidade urbana, temos uma realidade periurbana e temos uma realidade de territórios de muito baixa densidade onde estamos também a trabalhar no sentido de travar a deslocação das pessoas para a cidade. Há situações caricatas como o caso de Travanca, em que se todas as crianças que vivem em Travanca ficassem na escola, o problema já não se colocava, a verdade é que muitos desses jovens casais trabalham em Viseu e dá-lhes mais jeito trazer as crianças de manhã para a cidade e isso depois acaba por prejudicar o próprio funcionamento da escola e isto são realidades que não podemos escamotear e que existem. Portanto, referir também aqui que o Conselho Municipal de Educação foi a primeira estrutura a conhecer o Viseu Educa e portanto foi aí que ela foi apresentada e não noutro fórum, porque efetivamente queremos que este órgão seja um órgão que funcione do ponto de vista do trabalho com as escolas. Referir também aqui o carinho com que preparámos este ano escolar, eu sei que não foi notícia, se nós tivéssemos tido uma escola que não abriu, ou se não tivéssemos reforçado em nove pessoas os auxiliares, independentemente de termos encerrado alguns estabelecimentos, ainda reforçámos em nove pessoas, exatamente até para acudir a situações como foram aqui referidas de crianças com deficiência, porque sabemos que é necessário um rácio bastante maior, sensíveis a essas questões, reforçámos em nove os auxiliares do conjunto do concelho, para além de que já havia um reforço natural pelo encerramento das escolas que tivemos, mas de facto preparámos com muito carinho a abertura deste ano escolar,

não só no aspeto das intervenções que fizemos e é bom realçar aqui, a palavra dada é um compromisso, a Escola da Ribeira é um bom exemplo, na Escola da Ribeira, houve um compromisso da nossa parte quando visitámos a escola e dissemos às pessoas, também é preciso haver alguma pedagogia porque às vezes também é bom que os Senhores Deputados mesmo da oposição não deixem de assumir uma assumir uma atitude pedagógica, porque às vezes a simples reivindicação por reivindicação, quando os meios financeiros não o permitem pode levar as pessoas a uma ideia errada, é bom que se perceba que hoje em dia até pelo Portugal 2020 que temos pela frente há obras que eram feitas com 85% de comparticipação que vão deixar de ser e portanto, significa que o planeamento da autarquia vai ter que ser um planeamento cada vez mais bem feito e muitas vezes não podemos almejar a ter uma obra de um milhão, temos que procurar racionalizar os projetos e nós já o começámos a Escola da Ribeira é um bom exemplo, o projeto que existia era de um milhão e meio de euros, sem garantia de apoio comunitário para a escola a câmara não pode alocar um milhão e meio de euros a uma remodelação de escola, a verdade é que terminámos em tempo, fiz questão de visitar a escola no primeiro dia de aulas com os meninos já a usufruírem de uma nova cobertura, a questão do ambiente está ultrapassada, para além de ter uma placa mais amiga do ambiente e que é térmica, portanto vai proteger quer no verão quer no inverno a temperatura da própria escola. Na Escola de Santiago, há de facto uma obra que ainda está a decorrer, mas a verdade é que aulas abriram com normalidade. Não houve uma única situação, nós fizemos as contas ainda há pouco, intervencionámos ao longo deste período mais de cinquenta escolas no concelho, isto é, pequenas reparações num lado, reparações mais de fundo noutra, na verdade é que preparámos com muito carinho e com muito cuidado a abertura do novo ano escolar, não foi notícia e devia ser notícia, no Concelho de Viseu o ano escolar abriu com total normalidade com as escolas todas, etc., etc., etc. Era muito interessante que o Concelho de Viseu tivesse sido notícia por esse aspeto positivo, agora, se tivéssemos tido uma escola que não tivesse aberto, seguramente que teríamos aberto os telejornais, mas infelizmente as coisas são assim e não vale a pena estarmos a fugir a essa questão. Em relação ao Ensino Superior, também gostava de abordar e por um lado não deixar de me congratular, eu acho que este é um aspeto muito importante do trabalho de todos, que é criarmos um bom ambiente para Viseu ser vista como uma boa cidade para estudar, isso pode ajudar muito as nossas instituições de ensino superior, obviamente que elas têm que fazer pela vida não é, no ponto de vista da qualidade dos seus cursos, não serem generalistas porque é bom que as escolas hoje se vão no fundo implantando no terreno pela qualidade pelo menos de alguns dos seus cursos, que sejam referência nacional ou internacional. Na Católica, e abordando com a total transparência que me é habitual nestas questões, eu ontem tive cá a visitar uma Senhora Reitora da Universidade Católica que eu convidei para vir a Viseu, até para analisarmos a questão da Faculdade de Arquitetura. Que fique bem claro, a Faculdade de Arquitetura não fechou, e às vezes essas notícias que são colocadas cá fora, de uma forma de alarme, só prejudicam, nenhum aluno concorre para um curso que vai fechar, isto é natural, provavelmente algumas situações que até são feitas com alguma leviandade só prejudicam a cidade e a verdade é que o curso de arquitetura não vai abrir independentemente do esforço que o Presidente da Câmara fez, não tinha nada que se meter nisso, mas, para além das duas bolsas

que a Câmara aprovou, andei a telefonar, diga-se de passagem, aqui com o apoio do Senhor Deputado João Cotta e a verdade é que arranjámos dez bolsas em dez empresas que ficaram disponíveis para pagar uma bolsa por cada aluno para este ano e mesmo com doze bolsas, o curso só teve sete inscrições. A garantia que me deu ontem a Senhora Reitora é que não encerrará a Faculdade de Arquitetura, nem podia encerrar até porque tem alunos no quarto e quinto ano e têm a expectativa que noutros anos venha a ter inscrições. Portanto, que fique bem claro, ao contrário de notícias que saíram no jornal, não vai encerrar o curso de arquitetura da Católica em Viseu, não vai é abrir mais um ano, infelizmente e com grande pena nossa e com muita pena minha porque vos garanto que não foi fácil passar algumas horas a ligar a empresários, a convencê-los da bondade de entrarem neste processo, para podermos assegurar que o curso de arquitetura iria abrir. Agora, que fique bem claro, a Senhora Reitora deu-me ontem essa garantia, ao mesmo tempo que me informou que a medicina dentária abriu com toda a normalidade e que fruto da imagem que a Católica tem na área da gestão o curso de gestão tem vinte e tal anos inscritos este ano. Portanto, lá está, a tal imagem de excelência que a Católica tem na área da gestão em que nos Rankings internacionais ficou muito bem classificada, acabou por ajudar o curso de gestão de Viseu. Portanto, isto também para deixar bem claro aos Senhores Deputados que às vezes quando pensam que estão a atingir o Presidente da Câmara numa determinada matéria, não estão, estão a atingir é a própria notoriedade de uma determinada instituição e provavelmente a pôr em causa que alguns alunos procurem aquela opção em detrimento de outras. Por outro lado, também não quero deixar de realçar com a frontalidade que me conhecem, também acho que se calhar também não foi feito tudo o que devia ter sido feito, eu acho que hoje em dia, as escolas têm que ter um marketing mais agressivo, porque a concorrência é grande entre escolas, o curso de arquitetura é um curso bom, reconhecido redirecionado cada vez mais para as vertentes da reabilitação urbana e provavelmente, com doze bolsas que estavam asseguradas, duas pagas pela câmara e dez por empresas, provavelmente isso não foi tão bem publicitado como devia ser e eu também quero deixar aqui publicamente este reparo, acho que cada instituição também tem que fazer aquilo que estiver ao seu alcance e procurar fazer uma publicitação mais profunda porque confesso que tenho uma enorme pena que um curso com qualidade e eu conheço-o bastante bem até porque tenho uma sobrinha que frequenta o curso, e sei que é de facto um curso de grande qualidade e numa área onde as pessoas continuam a ter felizmente saídas profissionais e sobretudo numa área da reabilitação urbana que como sabemos neste quadro comunitário de apoio vai ser uma das áreas mais prioritárias, portanto lamento. Agora, também quero dizer ao Senhor Deputado João Cotta e às Senhoras e Senhores Deputados que não está em causa o Estaleiro Escola. O Estaleiro Escola é um projeto estruturante que foi lançado com a parceria da Câmara, da Católica, do Instituto Politécnico e com a Associação Empresarial da Região de Viseu que visa o quê? Visa criar um centro de competências no domínio da reabilitação urbana e da regeneração urbana e que visa criar uma dinâmica com o apoio da Faculdade de Arquitetura e portanto, se nós temos o objetivo central de reabilitar o nosso Centro Histórico, e criar competências nesta matéria, obviamente que o Viseu Estaleiro Escola não vai ficar no estaleiro, vai mesmo para o terreno, obviamente com candidaturas que estão a ser preparadas neste

momento à espera que elas abram no próximo quadro comunitário de apoio e queria referir aqui porque acho que é justo a tenacidade de uma Senhora que se calhar não conhecem e que se chama Ana Pinho, arquiteta de profissão, que tem sido inexcedível, faz parte dos quadros da Católica e que tem sido inexcedível e que será também para nós um dos pivôs fundamentais desta estratégia posta na escola, além de que cinco empresas que estavam envolvidas nas bolsas, são cinco empresas de construção civil que querem fazer a viragem de agulha para a área da reabilitação e portanto, estão perfeitamente interessadas em se manter dentro deste processo do Estaleiro Escola. Portanto, que fique bem claro e para a comunicação social também, que não vai fechar a Faculdade de Arquitetura, não vai é abrir o curso este ano e portanto, os alunos que estão nos dois últimos anos vão ser devidamente acompanhados. O Estaleiro Escola, até poderá servir, assim o esperamos, para além de potenciar toda esta área, criar um centro de competências em Viseu nesta área, que é uma área que nós pretendemos atuar ao nível nacional e internacional nesta vertente, o Estaleiro Escola, pode até vir a ser um mecanismo de incentivo a que no próximo ano a Católica consiga ter alunos no curso de arquitetura, portanto que fiquem bem claras estas questões. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Lúcia Silva, de facto um elogio ao município não lhe tinha ficado mal não é, ficou pelas questões nacionais, a sua colega foi mais correta, porquê? Ser oposição não é só dizer mal, não é, obviamente se a coisa está mal, diga-se que está mal, agora de vez em quando também reconhecer que alguma coisa está bem, também não fica mal, mesmo à líder das Mulheres Socialistas a quem felicito pela sua eleição. Mesmo à líder das Mulheres Socialistas, não fica mal, os seus camaradas de certeza que não lhe vão cobrar qualquer elogio que faça à Câmara de Viseu e ao seu Executivo e designadamente, tinha-lhe ficado bem falar da Escola de Travanca não é, não lhe tinha ficado nada mal. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Elisabete Farreca, agradecer a sua intervenção e de facto realçar aqui, eu vou falar a seguir no período de informação, mas não queria deixar de realçar por um lado, que nem tudo está feito, olhando para a Feira de S. Mateus deste ano, para já congratular-me por ter visto a generalidade dos Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta presentes várias vezes na Feira, afinal também gostaram de feirar e várias vezes lá foram e realçar a forma como ela foi aberta, penso que foi de um grande simbolismo termos convidado especificamente para o dia da abertura, os eleitos municipais, todos sem exceção e convidar os Presidentes de Câmara que estão mais diretamente ligados à estratégia de Viseu, a CIM Viseu Dão Lafões, o Presidente da Câmara de Lamego, Aveiro, Coimbra, Porto e Guarda, portanto, foram convidados e marcaram presença o que foi muito saudável do ponto de vista da presença, obviamente que nós sabemos, que uma feira com seiscentos e vinte e dois anos, com a tradição que tem, tem que ser renovada permanentemente, uma feira que se realiza ao longo de seiscentos e vinte e dois anos sem interrupções, é porque houve pessoas com capacidade para a inovar, nós temos orgulho naquilo que fizemos, acho que este ano a feira já melhorou em muitos aspetos, agora, obviamente que nós também dissemos que este era o ano inicial da revitalização da Feira de S. Mateus, há um estudo que está a ser feito e que foi feito pela Católica que nos irá ser apresentado a curto prazo, que nos vai permitir fazer uma avaliação que não existia, sobre o tipo de pessoas que nos visitam, que motivação têm, de onde é que vêm, para nós procurarmos numa lógica de tradição de um

certame com seiscentos e vinte e dois anos, continuarmos a ir mais longe, indo ao encontro da procura como é óbvio. Eu sei que fui muito criticado por ter antecipado o encerramento da feira, agora, eu acho que o Dia do Município e foi essa a motivação que tivemos, não pode ser o dia do fim de alguma coisa, tem que ser o Dia do Município, e provou-se que foi uma aposta ganha, nunca o Dia do Município foi comemorado de uma forma como foi este ano, a sessão nom Teatro Viriato estava cheia, uma participação efetiva de muita gente, é certo que também era uma sessão especial de homenagem, a meia-maratona excedeu todas as expetativas, para além da questão competitiva foi um dia de grande convívio entre cidadãos de Viseu das diferentes instituições, o ambiente que se vivia na rua, era de facto um ambiente, aliás, também vi lá o Senhor Deputado João Cotta a correr na meia maratona, a correr não, a caminhar, que fique bem claro e já agora o Presidente da Câmara não caminhou porque foi à missa e só faltou ao Senhor Deputado dizer que o Presidente da Câmara comunga, olhe, já viu que chatice, o Presidente da Câmara é Católico praticante, é um problema muito grave Senhor Deputado, de facto eu acho que esta confusão, eu já lhe respondo, eu acho que a sua intervenção foi de alguma infelicidade. Em relação à Feira de S. Mateus, portanto, ultrapassou os oitocentos e cinquenta mil visitantes, de facto é o maior certame do país deste ponto de vista, agora isto também nos cria aqui uma responsabilidade, é que provavelmente estas oitocentos e cinquenta mil pessoas ou mais que foram à Feira de S. Mateus, também são pessoas que vão à feira numa lógica dos afetos, da tradição do imaginário e nós temos que ir aos novos públicos, temos que levar mais pessoas novas à feira, e termos ações que os levem lá, temos que procurar novos mercados de pessoas que vão à feira, portanto, embora satisfeito com a forma como correu, seguramente que há muito para melhorar e vamos melhorar. Em relação ao Dia do Município, gostava de realçar a forma como correu e gostava também de realçar esta assunção de Viseu como capital vinhateira, eu sei que há para aí umas pessoas que dizem, isto é propaganda, enfim, fiquem naquilo que vos parece, não há cidade nenhuma que se consiga implantar, que consiga ser competitiva se não tiver o marketing de cidades, qualquer cidade que não comunica não existe, Viseu está a comunicar, umas vezes melhor outras vezes pior, estamos seguramente a burilar algumas questões, nunca se falou tanto de Viseu, e não é do Presidente da Câmara de Viseu, é de Viseu, cidade e das várias instituições e que também fazemos questão nisso, nunca mais ninguém ouviu queixar-me da falta das televisões em Viseu, em todas as grandes iniciativas que temos tido as televisões têm estado cá seguramente que não é o Presidente da Câmara que as anda a comprar não é, elas vêm cá porque as iniciativas são reconhecidas e vêm cá porque efetivamente as coisas têm interesse. Portanto, o marketing de cidades é algo demasiado importante e vamos continuá-lo, isto é, acreditem que a vertente do marketing de cidades é uma das nossas grandes apostas, porque é assim que se capta investimento, é assim que se captam turistas, é assim que se captam estudantes para o ensino superior, é assim que se captam jovens casais para o nosso centro histórico, é desta maneira e portanto, podem procurar desvirtuar as nossas opções, estão no direito, mas nós continuaremos seguramente a seguir este caminho que achamos que é um caminho correto. Passando agora à questão levantada pela Senhora Deputada Filomena Pires, três tiros na água não é? Se estivéssemos a jogar à batalha naval, a Senhora conseguiu três tiros na água. Primeiro porque, olhe eu não a vi no primeiro dia de mandato às cinco da manhã a visitar as instalações e a ver as situações em que aqueles trabalhadores estão, nem nunca a vi lá a essa hora, olhe, o Presidente já lá foi mais do que uma vez e exatamente no primeiro dia de mandato às cinco da manhã lá estávamos a perceber que aqueles balneários não estavam em condições, neste momento já estão melhorados, vá lá ver, vá lá ver Senhora Deputada. Olhe, a pintura também foi feita, como sabe aquilo não são instalações da Câmara, portanto a Câmara não vai fazer obras naquelas instalações, é um comodato não é, sabe o que é um comodato e portanto não preciso de lhe explicar, e também sabe porque eu já o disse nesta Assembleia Municipal,

que a questão da centralização das oficinas da Câmara, é uma questão que estamos a trabalhar nela, estamos a preparar um projeto para avançar com ela, isto é, nós vamos centralizar num só edifício todas as oficinas e os serviços da Câmara, porque, e eu também concordo consigo, não é possível exigir se não dermos condições de trabalho. Eu já o tenho dito mais do que uma vez, não é só nas oficinas, não é só para os nossos calceteiros, para os nossos jardineiros ou para o nosso pessoal da limpeza, é para todos os funcionários da Câmara, há ali pessoas que trabalham em locais sem luz natural, eu se trabalhasse num local sem luz natural, para além do cantinho escuro dos Senhores Deputados da Oposição, se eu trabalhasse dias a fio num local sem luz natural, entrava em depressão ao fim de pouco tempo e olhe, é por isso que ficámos com o edifício do Governo Civil e vamos levar para lá a parte educativa da Câmara e o Viseu Educa vai ficar a funcionar nas antigas instalações do Governo Civil, aliás, fizeram-me um reparo é que o Governo Civil volta a ter a sua vocação original, já lá funcionou o Magistério Primário há uns anos largos atrás, o Inspetor Pires fez-me esse reparo no dia em que fiz lá a primeira reunião já com as instituições. É nossa intenção na reorganização que estamos a fazer dos serviços da Câmara para melhorara cada vez mais o seu serviço, racionalizar o número de pessoas que vão ficar naquele edifício onde nós estamos, a saída dos Serviços Municipalizados para o Centro Histórico, agora Águas de Viseu, também tem um duplo objetivo, tem o objetivo de criar mais uma âncora no centro Histórico, mas também tem o objetivo de operacionalização de serviços. Aquelas pessoas vivem todas umas em cima das outras e não têm condições para trabalhar e assim vão ser criadas mais condições para trabalhar, isto para dizer à senhora Deputada Filomena Pires que normalmente se coloca nessa postura da defesa dos trabalhadores, eu sou o maior defensor dos trabalhadores, o maior defensor dos trabalhadores, sempre o fui toda a vida e digo-lhe mais, e não me refugio em clichês, nem venho para aqui falar em atentados ambientais como a Senhora, tira-se uma árvore de ali do Mercado 2 de Maio e é um atentado ambiental, olhe, eu pergunto o que é que é isto, se não é um atentado ambiental. Numa das melhores rotundas da cidade veja a nódoa que lá está, eu só não o mandei tirar porque a Senhora vinha no dia seguinte dizer que eu estava a atentar contra a liberdade de expressão, mas eu pergunto se isto é aceitável. Isto é que é um atentado ambiental e isto é só um exemplo, podia-lhe trazer mais uma dúzia. Já agora aproveito para fazer um apelo, não só ao Partido Comunista mas a outros Partidos, a nossa cidade é demasiado bonita, está demasiado bem tratada para ser condicionada por coisas destas não é, convenhamos que não fica nada bem ter uma coisa destas de tão má qualidade, eu se quiserem, ponho mesmo os serviços da Câmara ao serviço dos Partidos para ajudar a encontrar boas localizações, mas façam isso como deve ser. A cidade é demasiado bonita para ter estes atentados ambientais. Senhora deputada, fique com este reparo. Em relação à estrada de Quintela/Pascoal, mais um tiro na água, olhe, sessenta mil euros de custo, o trabalho está concluído e ainda não avançou sabe porquê, porque há um problema de um acordo com um proprietário confinante com a estrada e portanto, da parte da autarquia está tudo em condições para avançar, diz-me o Senhor Vereador responsável que a obra estará para começar ainda durante estes próximos tempos e a expectativa é que até ao início do ano ela esteja concluída. Sabe quantas obras a Câmara tem neste momento em execução? Cerca de setenta e portanto, o tal “*show off*” de que falava, são também as obras no dia-a-dia, a Senhora Deputada esquece-se do trabalho que foi feito nas escolas, enfim, isto é um trabalho diário do executivo e de todos os colaboradores da Câmara que trabalham de uma forma afanosa para poderem ter as coisas a tempo e horas prontas, não é “*show off*” Senhora Deputada é trabalho. Sabe, nós trabalhamos muito e temos muito orgulho no trabalho que estamos a fazer ok, e se for ali às oito e meia já estamos lá, quase todos os dias não é, e gostamos daquilo que fazemos porque também se não gostássemos não nos candidatávamos, portanto, nunca ninguém nos ouviu queixar que trabalhamos horas a mais ou que ganhamos de menos, não, estamos nisto porque de facto gostamos e para dizer que

efetivamente também essa situação foi um tiro na água, não foi no porta-aviões. Já agora, a questão da fulgoralto, olhe, a Câmara paga aquilo que acha que deve e bem, a Câmara paga a tempo e horas, não há um único fornecedor da Câmara que diga que tem o pagamento em atraso, agora, obviamente que pagamos aquilo que devemos pagar, todos os pagamentos ao tribunal foram feitos, naquilo que a Câmara deve, agora, a Câmara não vai pagar ao tribunal mais do que aquilo que deve Senhora Deputada. Portanto, pelos trabalhadores eu tenho a maior das considerações, logo que fomos notificados, foi logo no início do mandato, mal fomos notificados, de imediato pusemos à ordem do tribunal o dinheiro, o dinheiro daquilo que devíamos, não daquilo que os trabalhadores acham que a Câmara deve, a Câmara tem que pagar com base em documentos, aliás, seu eu pagasse que não fosse com base em documentos sabe o que é que acontecia, o Tribunal de Contas de hoje para amanhã perguntava então o Senhor Presidente anda a pagar valores que não deve, portanto, a Senhora Deputada antes de vir para aqui lançar o alarme informe-se bem das coisas, olhe, vá ao tribunal, consulte o processo que é público, veja quais são os valores em dívida e portanto, a partir daí depois venha cá, agora, posso-lhe dizer sem receio de ser desmentido que a Câmara cumpriu com o que tem que cumprir e por portanto, depositou à ordem do tribunal o dinheiro que deve e não deposita mais do isso, portanto, que fique bem claro Senhora Deputada. Em relação aos telefones públicos, se calhar é melhor falar com a PT, ou com a ONI sobre essa situação. Senhor Deputado Carlos Cunha, agradeço a sua intervenção, como sempre positiva, oposição construtiva, por um lado enalteceu a abertura do ano escolar, falou na questão do encerramento das escolas, quero-lhe dizer que este encerramento das escolas foi todo feito em articulação com os pais e com os professores. Portanto, todas estas crianças têm hoje os seus transportes assegurados e gostava de realçar aqui, o município neste momento tem um investimento anual de um milhão e cem mil euros em transportes escolares e tem um investimento de um milhão de euros com a alimentação dos alunos e cento e cinquenta mil euros para material de apoio expediente e limpeza, portanto, o investimento só para estas duas rubricas é superior a dois milhões de euros por ano. As nossas crianças merecem isto, felizmente que o município tem disponibilidade para o fazer e fá-lo de uma forma convicta, assegurando os transportes, e todas estas crianças e a algumas delas o transporte vai buscá-las praticamente a casa, levá-las à escola e depois de retorno, portanto, houve esse cuidado de o fazer. Agradecer-lhe a referência que fez em relação à Escola da Ribeira, dizer que em relação a Santiago a escola abriu normalmente, as obras estão em curso, é nossa expectativa, pelo menos é o que o empreiteiro nos diz, que a conclusão final será até ao mês de novembro, e o recreio até ao final do ano, portanto, são os dois aspetos que ainda não estão concluídas, mas a escola abriu normalmente e está a funcionar, eu pessoalmente, nunca mais me esqueço que uma jovem na Assembleia Municipal Infantil, veio aqui falar sobre a questão do refeitório, já lá está, portanto, essa pequenita que aqui esteve, essa jovem Deputada já lá tem o seu refeitório, já não tem que ir fazer o que fazia, portanto, pode já comer dentro da escola. Em relação à questão da fruta que fique bem claro, a Câmara já candidatou, candidatou em junho, mas haja ou não aprovação da candidatura nós vamos distribuir a fruta gratuitamente nas escolas, nem que não haja aprovação da candidatura. Portanto, é um programa que, obviamente se pudermos fazê-lo com o apoio de uma parte faremos, mas se não houver esse apoio vamos seguramente continuar a ter a distribuição de fruta nas escolas. Também na área dos equipamentos que foi um aspeto que referiu, quero-lhe dizer que está perfeitamente diagnosticado, nós temos plena consciência que do ponto de vista dos videoprojectores, daqueles écrans eletrónicos estamos globalmente bem servidos nas nossas escolas, mas também temos consciência que o nosso parque de computadores está um pouco obsoleto, portanto, quer ao nível do parque de computadores, quer ao nível da velocidade de acesso à Internet, estamos a trabalhar nisso e a ver se neste quadro comunitário de apoio que vem aí, se aparece a oportunidade, porque se houver possibilidade de fazer uma candidatura, faremos uma

candidatura mais global para podermos melhorar esse aspeto nas escolas, se não houver verbas neste quadro comunitário para isso, teremos que o ir fazendo de uma forma progressiva porque o dinheiro também não cai do céu. Em relação às refeições nas férias, se tivemos essa prática no primeiro ano vamos continuar a mantê-la, era bom que o país já estivesse numa situação que pudéssemos prescindir de dar o apoio, sobretudo às crianças mais carenciadas, seguramente que vamos continuar a assegurar essas refeições no período de férias. Deputada Manuela Antunes do Bloco de Esquerda, para já folgo muito em vê-la em todas as iniciativas da autarquia, de facto é uma das pessoas que pode testemunhar a qualidade da nossa política cultural e tem sido uma participante ativa, folgo muito em sabê-lo e além disso, já lhe dei aquela boa notícia, na rua onde mora e portanto, temos interagido e eu tenho-lhe respondido a todos os emails que me envia, porque eu acho que o exercício da democracia é isto mesmo, é aceitarmos os reparos e cada vez que me envia um email a fazer um reparo está a prestar um serviço à comunidade e quero também realçar a sua postura colaborativa aqui nesta Assembleia. Em relação à questão dos contratos de inserção, sabe que são as pessoas que nos vão pedir à Câmara para ver se as envolvemos nos contratos de inserção e às vezes até por razões sociais, temos apresentado projetos porque há pessoas que não têm nenhuma remuneração e através do contrato de inserção passam a ter alguma remuneração, outras que têm um reforço de remuneração e há sobretudo uma grande vantagem é que estão inseridas no mercado de trabalho, e não há nada mais frustrante do que uma pessoa estar em casa à espera que lhe apareça uma oportunidade e se tiver numa lógica de estar inserido no mercado de trabalho mais facilmente até lhe pode aparecer uma oportunidade de emprego e portanto, a câmara vai continuar a seguir esta lógica social, nós olhamos para este tipo de contratos numa lógica social, a autarquia poder acolher algumas pessoas que hoje estão no desemprego para determinado tipo de trabalhos, não é substituição por mão-de-obra barata, é uma lógica social e posso-lhe dizer que são dezenas de cidadãos que nos procuram para esse efeito, o Senhor Vice-Presidente tem apresentado várias candidaturas que cumprem exatamente essa função. Deputada Cristina Fonseca e a questão da violência doméstica, algo que também nos tem preocupado, é um trabalho que é feito silenciosamente não é, não se anuncia, não se diz aonde é que fica a casa de acolhimento porque isso é errado não é, o que temos feito é isso mesmo, como sabe há uma instituição em Viseu que nós temos acarinhado muito, que é a Casa do Povo de Abraveses, tem feito um trabalho bom e temos feito sobretudo esta articulação também com a Senhora Secretária de Estado Teresa Morais que já por duas vezes nos visitou em Viseu e portanto, no capítulo da violência doméstica tem havido aqui claramente um trabalho sobretudo em rede e posso dizer-lhe também que tem corrido bastante bem e respondendo concretamente a duas questões, fogos de habitação social, já tivemos situações em que, aliás, alterámos o regulamento para que a questão da violência doméstica fosse um fator a ponderar quando temos possibilidade de atribuir, infelizmente temos poucas disponibilidades neste momento apesar de a autarquia ter mais de quatrocentos fogos da sua propriedade, eles estão todos ocupados não é, e nem sempre é fácil termos resposta, mas a verdade é que temos estado a dar prioridade a pessoas nessas circunstâncias. Já agora referir que também no Núcleo de Apoio à Vítima na Segurança Social que conta com dez parceiros, a Câmara de Viseu já está a dar a sua colaboração também informal e vai aderir ao Núcleo, portanto, vai fazer parte também deste Núcleo de Apoio à Vítima, aliás, o Senhor Vice-Presidente também tem a área social e tem vindo a acompanhar. A unidade de apoio a crianças, designadamente às crianças cegas, ainda visitámos na Escola da Ribeira a unidade que lá está de apoio, como sabe é de apoio a uma área muito mais vasta que o Concelho de Viseu, mas temos perfeitamente diagnosticado inclusivamente o reforço de um equipamento para reprodução de textos em Braille e que estamos neste momento a ver com o Ministério da Educação, e até disponíveis para se for necessário participarmos em alguma parte, agora a Câmara não se pode andar aqui a substituir

ao Ministério da Educação porque os recursos também não são ilimitados. Mas, se há questão para a qual temos particular sensibilidade, é claramente a questão da deficiência. Já falei também da intensificação dos assistentes operacionais e também já agora queria-lhe dizer Senhora Deputada, da minha parte nunca viu um discurso populista em relação às questões da educação, mas antes tem visto um discurso responsável de assumir que algumas coisas precisam de ser melhoradas e temos vindo a melhorá-las com consciência. Se nós não tivéssemos uma perspetiva reformista da educação e uma perspetiva de melhoria continua não tínhamos apresentado o Viseu Educa. O Viseu Educa é um grande exercício de grande responsabilidade para a autarquia, porque nos coloca num determinado patamar extremamente exigente e portanto, populista seguramente que nunca serei e muito menos em matérias tão importantes como estas. À senhora Deputada Filipa Mendes, queria por um lado agradecer a sua intervenção, é bom ver que os jovens estão atentos, a política de juventude desta autarquia é uma política transversal. Quando falamos do Centro Histórico, quando falamos na parte da participação dos jovens, realçamos, aliás, é de realçar, isto é dito na minha intervenção de informação que por exemplo no orçamento participativo, há claramente uma participação muito grande de jovens e de mulheres o que é interessante, é anormal até, do ponto de vista da participação cívica e folgamos muito com isso e realçar também a normalidade como estão a correr os vários Conselhos, que estão exatamente a ser Conselhos de apoio às políticas do município nos diferentes setores. Falando com os vários atores, com as várias pessoas que estão no terreno, seguramente que nos permite termos uma melhor perceção e podermos ir ao encontro. Não tenho dúvidas que o sucesso da abertura do ano escolar, deveu-se muito em larga medida ao trabalho em rede que efetuamos, porque se tivéssemos fechados dentro dos gabinetes a definir como é que as coisas deviam ser feitas, provavelmente as coisas teriam corrido mal. Por último, Senhor Deputado Pedro Baila Antunes, enfim, já é habitual termos assim uns momentos destes, deprimentes. Eu não percebi bem a sua intervenção, sabe que a autarquia tem o maior respeito pelas diferentes confissões religiosas e pergunte às confissões religiosas que estão sediadas em Viseu como é que a autarquia as trata. Tratamos toda a gente em igualdade de circunstâncias, agora, não podemos ignorar a realidade sociológica do nosso concelho e portanto seguramente, olhe, para ao ano a Semana Santa ainda vai ser mais intensa, ok! Vamos ter um programa muito mais intenso, vamos explorar bem porque queremos que Viseu se torne também um destino na Semana Santa e para além da questão religiosa que respeitamos muito, nós queremos que Viseu seja também um destino na Semana Santa e que as pessoas venham a Viseu para participar na procissão, para desfrutar da nossa cidade, para irem à Via-Sacra ou aquela encenação que é tão bem feita pela Freguesia do Campo, vamos continuar a dar toda a nossa atenção a isso, portanto, fique descansado que vai ter outra vez Semana Santa para o ano, portanto, não precisa de se preocupar. A visita a Fátima? Se calhar este ano não iremos a Fátima, mas talvez possamos ir a outro sítio, talvez de cariz religioso ou não, vamos continuar a tratar muito bem os nossos seniores. Se falar com nos nossos seniores, estão aqui os Senhores Presidentes de Junta que os vejo a sorrir, perguntem aos Senhores Presidentes de Junta qual é o grau de satisfação que neste momento têm os nossos seniores? Porque, o programa foi alargado, passaram a ter um acompanhamento inclusivamente de saúde, nós fizemos um protocolo com a Escola Superior de Educação, em que é feito um diagnóstico de saúde no início da atividade, no meio e no fim, nós queremos acompanhar muito bem os nossos seniores e queremos que eles sejam tão felizes como são os outros cidadãos e portanto, seguramente que tudo o que eu puder fazer para continuar a acompanhar os nossos seniores da melhor maneira, se for preciso ir bailar com eles irei, se for preciso fazer um passeio com eles farei, a hidroginástica continuará com toda a certeza como tem continuado, esta boa interação que fazemos com as várias instituições que permitem, com técnicos pagos pela câmara, há hoje aulas regulares em quase todas as freguesias do concelho que ajudam as pessoas a manterem-se mais

saudáveis, porque se fizerem exercício físico menos vão parar aos médicos e a própria atividade convívio sénior traz as pessoas muito melhor, a tal depressão da pessoa estar fechada em casa e de não conviver com ninguém, é ultrapassada também assim. Portanto, pode ter a certeza que vou continuar com a minha equipa a trabalhar seriamente esta matéria da Atividade Sénior. Já agora dizer, os meus pecados não são assim tantos, também tenho alguns não é, quem é que não tem pecados? Sei que ainda me disseram que eu tinha gasto cem mil euros para cumprir promessas. O Senhor Presidente da Junta, meu querido amigo Custódio deu-lhe aqui uma resposta magistral, parabéns caro Custódio porque respondeu lindamente, as pessoas em vez de falarem deviam ir ao local ver porque depois já não diziam estas coisas, eu nem quero colocar aqui um adjetivo, mas se calhar se fosse ao local ver o que lá está, é uma estrada de ligação que está feita com qualidade como tudo aquilo que fazemos, mas numa lógica de não desperdício de recursos e obviamente, e por acaso foi o Presidente da Câmara que sugeriu, porque o Presidente da Câmara vai muitas vezes ao local antes de decidir. Neste caso concreto a decisão sobre da melhoria desta estrada de ligação, foi feita com o Senhor Vereador das Freguesias, com o Senhor Presidente da Junta e com pessoas ligadas à Instituição e nesse mesmo dia foi o Presidente da Câmara que disse: Penso que o fluxo de pessoas que vai ter esta estrada, justifica criarmos aqui um passeio pedonal para segurança das pessoas. Não é assim Senhor Presidente da Junta, para segurança das pessoas e esta pista que aqui está feita, vai ter uma dupla utilização, é que serve para as pessoas praticarem desporto quando não está a ser utilizada e sei que muita gente a está a utilizar para praticar desporto o que significa que fizemos uma boa opção. Aquela obra na sua totalidade custou cem mil euros e este foi o dinheiro que a Câmara investiu ali, obviamente que existe uma Instituição que tem um investimento muito grande, nem é meio milhão, até é muito maior do que isso, o investimento que está feito naqueles espaços todos, até ultrapassa o meio milhão de euros, mérito da Instituição que lá está que tem sabido angariar os meios necessários. Agora, a autarquia não se substitui às instituições e portanto, seguramente que fizemos isso e bem. Portanto, Senhor Deputado Baila Antunes, olhe, a autarquia vai continuara a comportar-se da mesma maneira independentemente da sua intervenção e de facto acho que temos tido um respeito muito grande por todas as confissões religiosas e vamos continuar a ter.--- Senhor Deputado Carlos Costa, também falou aqui no novo Comandante, foi um assunto que tínhamos e que está resolvido, portanto, temos um novo Comandante o Senhor Subcomissário Diogo Duarte e também é um dado assumido que há um redireccionamento das funções da Polícia Municipal. A Polícia Municipal não pode ser uma polícia de trânsito, tem que ser mais uma polícia de acompanhamento daquilo que são as principais atribuições da autarquia, da fiscalização das esplanadas, das construções ilegais e por aí fora. Portanto, cada vez mais, a missão que demos ao Senhor Subcomissário foi exatamente cada vez mais colocar o enfoque da atuação da Polícia Municipal naquilo que são as atribuições principais da autarquia e já agora dizer-lhe que em relação ao trânsito, hoje vão ser eleitos e só estamos à espera disso, vão ser eleitos os dois representantes dos Senhores Presidentes de Junta e da Assembleia Municipal e só estamos à espera disso para marcar a primeira reunião da Comissão de Mobilidade Trânsito e Transportes, acho que é assim que se chama, porque temos um conjunto de alterações para serem debatidas nesta comissão e entre elas, uma delas será a questão pedagógica na questão do estacionamento. Uma cidade com qualidade de vida, tem que ser disciplinada do ponto de vista do estacionamento e portanto, tem que haver maior civismo da parte das pessoas, o estacionamento em segunda fila infelizmente é uma constante na nossa cidade e portanto a policia tem que atuar. Agora, também há aqui uma preocupação que é nos parcometros passarmos a utilizar uma metodologia que não seja logo a multa, se a pessoa pôs moedas no parcometro e estava numa reunião e demorou mais dez minutos, quando esta medida for implantada, passará a ter um ticketzinho que diz, excedeu o tempo, se quiser pagar, poderá pagar voluntariamente num espaço de “xis” horas no multibanco só com um

acréscimo de “xis”, portanto, não se passará logo imediatamente para a multa, obviamente que quem estiver mal estacionado tem que ser multado, não pode ser de outra maneira não é, porque se não isto iria ser complicado. Portanto, quero-lhe dizer que estamos a perspetivar também no âmbito da comissão, fazer algumas campanhas de sensibilização das pessoas para o comportamento também na cidade, porque não é só termos uma cidade limpa e bem cuidada, a questão do trânsito também é extremamente importante. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, falou na reorganização dos tribunais, só queria aqui mais uma vez realçar, aliás, no dia da abertura da tomada de posse dos novos magistrados foi bem notório a colaboração que a autarquia tem dado, porque, pelo menos duas intervenções foram de enfatizar e continuo a achar que vamos levar a água ao nosso moinho, estamos a trabalhar com a Senhora Juiz Presidente e também com o novo Juiz Presidente do TAF do Tribunal Administrativo e Fiscal que também está de acordo com a estratégia que estamos a seguir e portanto é bom porque estamos todos em sintonia no sentido de concentrar todos os serviços de justiça nos dois palácios de justiça, no antigo e no novo. Se temos condições para isso, não faz sentido que as coisas estejam mal instaladas quando efetivamente temos um terceiro piso que precisa de algumas obras mas que não são nada de relevantes. Portanto, dizer-lhe que também estamos na tal perspetiva de que... dirá, isto não é da competência da Câmara, claro que não, claro que não é, mas é da competência da Câmara interferir na forma como são reorganizados os serviços e na forma até como se localizam espacialmente na cidade, não nos é indiferente ter este tribunal, ter o TAF a funcionar aqui junto ao Centro Histórico e ter as conservatórias também junto ao Centro Histórico é movimento que traz também para a parte do Centro Histórico. Portanto, a Câmara não se vai demitir em circunstância alguma de atuar quando tiver que atuar em matérias que sendo do Poder Central, não deixaremos de estar em cima delas como nesta questão da justiça. Senhor Deputado Ribeiro Gonçalves referir só que em relação ao incidente ocorrido na Feira de S. Mateus felizmente sem consequências, de imediato como sabe foram despoletadas uma série de medidas e inclusivamente pedido o relatório da auditoria que me foi entregue ontem. Portanto, para lhe dizer, para já que todos os planos, e o chamado plano de emergência existe e que antes da abertura da Feira de S. Mateus, foram feitas todas as visitas com as várias entidades, com a Polícia, com os Bombeiros, com a EDP, portanto, todas as entidades com a presença da Senhora Vereadora fizeram uma visita vistoria ao recinto da feira, portanto, ela foi vistoriada exatamente nos mesmos termos em que foi vistoriada nos últimos anos, agora, obviamente que às vezes e um alerta destes leva-nos a questionar e seguramente que no próximo ano já vai ter assinaladas saídas de emergência, este ano já tivemos essa preocupação, reparou que os corredores principais da feira estavam desafogados, desobstruídos, não tinham vendedores ambulantes nos corredores principais, primeiro para recuperarmos o tal conceito do passeio dentro da feira que é algo que agrada a quem nos visita, mas também por questões de segurança, portanto, exatamente por termos os corredores desanuviados. Portanto, dizer que esse relatório já está na minha posse e que seguramente vou dar orientações para que se prepare a próxima Feira de S. Mateus, que já começou a ser preparada como é normal, levando em linha de conta já uma série de sugestões que estão presentes nesse mesmo relatório de segurança, é assim que se tratam as coisas. Portanto, procuramos tratar todos os assuntos com o profissionalismo que gostamos de colocar nas coisas e com a disciplina que gostamos de ter no trabalho que fazemos. Já agora, fazer uma referência final a algumas alterações na denominação das Freguesias, e pronto saudar os Senhores Presidentes da Junta que aqui vieram trazer as propostas, entender que tudo que seja para simplificar, de facto estes nomes são muito compridos e mesmo a prazo provavelmente alguns destes nomes vão ter que, enfim, as populações é que terão que ser sempre os portadores destas mesmas propostas. Pronto, penso que não deixei nenhuma questão por responder e agradeço ao Senhor Presidente da Mesa por um lado a benevolência do tempo que me concedeu, mas também já pus o

Senhor Presidente da Mesa à vontade, se em algum dia quiser limitar o tempo do Presidente da Câmara, o Presidente da Câmara respeitará o tempo, agora também, o Presidente da Câmara nunca deixará porque tem sido esta a postura a que tem habituado Assembleia e quer continuar de responder a todas as questões que lhe forem colocadas. Portanto, acho que é um respeito que todos os Senhores Deputados me merecem e os eleitores. Se os Senhores Deputados me colocam questões, eu tenho que responder e para responder também preciso de tempo e portanto, enfim, também estamos cá para isso. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Desde já agradeço esta postura do Senhor Presidente de Câmara até porque, todos nós devemos fazer um esforço no sentido da síntese e estávamos perante cinquenta e dois minutos, mas de qualquer maneira, as questões eram muitas que foram colocadas por parte dos Senhores Deputados e como é óbvio as respostas também tinham de ser de acordo com as questões que foram colocadas. A Senhora Depurada Filomena Pires pediu a palavra e eu gostaria de saber qual é a figura regimental que quer utilizar? Está bem.-----

----- **VINTE E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Aquilo que me traz aqui é naturalmente um protesto pela forma como o Senhor Presidente da Câmara se dirigiu aqui à força que aqui represento e que naturalmente também me atinge a mim. De facto, não é a primeira vez que o Senhor Presidente da Câmara fala nas nossas estruturas de propaganda como se fosse o proprietário da cidade. Disse aqui na última Assembleia, pode elogiar-me que eu deixo, continuo a permitir que use as estruturas, como se de facto a cidade fosse sua. A cidade não é do Presidente da Câmara a cidade não é do município e usar estruturas para propaganda é um direito legal que naturalmente a CDU utiliza, o PCP utiliza. A imagem que o Senhor Presidente da Câmara aqui mostrou, naturalmente, enfim, procurando enxovalhar aquilo que é o trabalho político do Partido Comunista nesta cidade, devo dizer-lhe que a água que tem caído dos céus, tem sido de facto tanta que é natural que degrade as estruturas de papel que são coladas nas estruturas metálicas, isso acontece, é uma consequência inevitável e portanto, a imagem que aqui me mostra e que mostra à Assembleia tem como consequência exatamente essa degradação das águas pluviais. Dizer-lhe também que naturalmente se tivéssemos o dinheiro que a Câmara tem usaríamos outras estruturas, penduradas noutros locais para podermos efetivamente passar as mensagens políticas que queremos passar aos municípios de Viseu, mas não temos, somos de facto um Partido sustentado por meios próprios, não temos de facto grandes empresas nem grandes empresários nem grandes fortunas a alimentar a nossa atividade política, somos de facto um Partido de trabalhadores alimentado por aquilo que é o contributo dos nossos militantes e naturalmente que não é com a regularidade que gostaríamos de ter que substituímos os documentos que procuramos divulgar e estaremos naturalmente, perante esta situação, estaremos naturalmente disponíveis para aceitar propostas que a Câmara Municipal nos faça relativamente a locais onde possamos divulgar as nossas mensagens políticas, agora, que sejam de facto locais que tenham visibilidade e não locais que sejam escondidos, que sejam interiores. Aproveito ainda para dizer que relativamente à sentença que o Senhor de facto insiste em dizer que está esta questão resolvida com a fulgoralto, eu posso ler a sentença transitada em julgado, eu posso ler-lhe aqui a passagem da sentença que tenho nas minhas mãos e que efetivamente diz, obriga a Câmara a pagar uma quantia que a Câmara ainda não pagou. Ora, se a Câmara não obedece a um Tribunal, a uma sentença transitada em julgado eu já não sei o que é que possa dizer de facto sobre isto não é, já não sei o que é que possa dizer. Os tiros não terão sido de facto na água, porque o Senhor Presidente diz, pintou as paredes do estaleiro mas efetivamente não resolveu problemas. Os problemas permanecem lá, os trabalhadores estão de facto a trabalhar numa situação deplorável, absolutamente deplorável e parece-me que efetivamente a sua reação, sobretudo a forma como de facto reage é sinal que a CDU está a incomodar.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradecia a sua intervenção. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhora Deputada, eu por acaso há uma coisa que prezo muito que é a humildade. Uma atitude de humildade não fica mal a ninguém. Se a Senhora Deputada acha que isto está bem? Que isto é perfeito numa cidade como a nossa? Ok, respeito, é uma opinião. Mas eu desconfio se fizer aqui um inquérito nesta sala, independentemente dos Partidos, toda a gente acha que isto está mal. Ter numa rotunda destas, uma infraestrutura destas, e repare, isto não está lá há uma semana, não foram as últimas chuvas, esta estrutura está lá há mais de dois anos e por outro lado repare, por exemplo a CDU tem um painel junto ao Fórum Viseu, naquela rotunda quem sobe, esse está sempre impecável, afinal tem meios para uma coisa e não tem para outra. Sigam só critérios de respeito para a cidade. Repare, eu não sou o dono da cidade nem quero ser, eu só estou legitimamente eleito pela vontade do povo, o tal povo que vocês dizem representar eu também represento e com mais votos. Portanto, aí estamos conversados não é? Portanto, esse respeito que o povo me merece, obriga-me a cuidar bem da cidade, da cidade e do concelho e portanto, não podia deixar, a Senhora que me acusa de atentados ambientais, eu pergunto se isto não é um atentado ambiental? Agora, se a Senhora com humildade disser assim, nós estamos disponíveis para retirar esse painel daí, porque eu não vou mexer no painel como é óbvio se não no dia seguinte tinha aí um comunicado a dizer que estava a atentar contra a liberdade, eu já sei quais são os métodos do Partido Comunista e portanto, se a Senhora está disponível, sim Senhora, eu ponho-lhe à disposição um técnico da Câmara que consigo vai estudar localizações, mas ponha lá um mobiliário urbano digno da nossa cidade, é isso que eu lhe peço. Portanto, eu não quis enxovalhar o Partido Comunista, tenho muito respeito pelo Partido Comunista e também pela sua história. Tenho muitos amigos no Partido Comunista, ao nível dos mais altos dirigentes a começar pelo seu Secretário-Geral que prezo muito, enquanto pessoa e com quem tenho uma relação de amizade, e prezo-a muito, aliás, se há coisa que eu tento conseguido cultivar ao longo da vida, são relações interpessoais com todas as pessoas dos diferentes partidos, sabe porquê? Porque sou um Democrata e porque me comporto como um Democrata e porque cresci em democracia e gosto muito de viver em democracia e portanto, respeitarei sempre todas as opiniões, mas também nunca deixarei de lhe responder à letra, porque a Senhora não pode querer ser aqui a defensora dos pobres e oprimidos, e em relação à sentença do tribunal, a Câmara está a honrar todos os seus compromissos, a Câmara não deve um centímo, aquilo que está contabilizado está tudo pago, agora eu não vou pagar mais um centímo do que o que está contabilizado Senhora Deputada por mais que me peça. Olhem eu até por mim, face às pessoas que estão em causa, se pudesse pagar mais pagava, agora, eu não posso legalmente pagar mais do aquilo que está na contabilidade da Câmara, como é normal. Nós temos uma contabilizada organizada e ainda há dias tivemos uma auditoria e teremos muitos e que venham porque eu não serei nunca apanhado seguramente a pagar algo que não deva ter pago. Portanto, Senhora Deputada, sobre democracia estamos falados, se a Senhora é uma democrata eu peço meças, serei tanto ou mais que a Senhora Deputada, portanto, não vale a pena vir para aqui com enxovalhos e não sei o quê. Talvez fosse e era interessante que o Partido Comunista adotasse também no concelho uma postura diferente, e olhe, eu aprecio muito a comportamento do Partido Comunista no Parlamento, são pessoas normalmente muito corteses, veementes no seu tratamento, mas não lançam por dá cá aquela palha e eu já estive no Parlamento em várias circunstâncias, enquanto Governante e enquanto Membro do Parlamento e há uma coisa que eu tive sempre do Partido Comunista, oposição mas respeito, e por isso é que eu às vezes coisas que vejo por parte do Partido aqui, não posso estar de acordo com elas porque o Presidente da Câmara merece respeito e as suas opções merecem respeito porque eu sou o Presidente da Câmara eleito pelos Viseenses, como a Senhora está eleita aqui, portanto, a Senhora tem quer cumprir o seu papel, eu respeito-a

a si em todos os momentos, vou responder às suas perguntas e a Senhora também tem que me respeitar a mim, é isto, enxovalhos, não há cá enxovalhos, eu não enxovalho ninguém, que fique bem claro.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Então, nós terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia, com a colaboração de todos, com o esforço de todos, terminámos numa hora perfeitamente aceitável. Íamos então entrar no Período da Ordem do Dia e por isso dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar já do Ponto número um da Ordem de Trabalhos.-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira, acompanhada das matérias referidas no nº 4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.-----

Decorreu um ano desde a nossa eleição. Não sendo minha pretensão fazer aqui uma avaliação de balanço sobre o exercício de funções, não quis deixar de assinalar esse facto no início desta minha comunicação.-----

Como se tem tornado evidente nas informações regulares que presto neste fórum da nossa democracia local, têm sido feitos avanços e progressos, em qualidade e em número expressivo, em todos os capítulos do programa de governo municipal. No desenvolvimento económico e no investimento, na solidariedade social e na inclusão, na revitalização do centro histórico e na coesão local do Concelho, na modernização da administração municipal e no fomento de uma cidadania participativa e livre. A este respeito e olhando a atividade desenvolvida pelo Município, começaria por atualizar essa prestação de contas a respeito de um compromisso político e social em concreto, o Orçamento Participativo de Viseu. No passado mês de Junho lançámos o “Viseu Participa”, o primeiro orçamento participativo do Concelho, do distrito e do espaço intermunicipal em que nos inserimos. É bom que se realce este aspeto. É mais uma medida do programa “Viseu Primeiro” a ser cumprida no primeiro ano do exercício deste Executivo, quando nenhum compromisso a isso nos obrigava. Esta iniciativa vai muito para além de uma afetação orçamental. Tem um significado e um impacto que vão muito para além de uns meses de debate e submissão de propostas. É uma vitamina na democracia local, na ativação de uma cidadania mais participativa e na modernização da administração municipal. O Viseu Participa foi também o 1º orçamento participativo em Portugal a disponibilizar uma versão mobile da sua plataforma e feita por uma empresa local o que também é de enaltecer. Trata-se porém de um marco na democracia local. Marco cujo mérito não reclamo para a Câmara mas para a população que mostrou a sua vontade e a sua maturidade no desenvolvimento de uma experiência real e coletiva de participação.-----

Este primeiro Orçamento Participativo de Viseu assume um carácter experimental, mas também consubstancia um contributo concreto para uma democracia local mais qualificada, mais responsável e também mais participativa. Tendo em vista a dinamização do Orçamento Participativo, criámos uma plataforma web dedicada a receber propostas. Durante dois meses, realizámos também 11 assembleias participativas nas quais foi possível receber também propostas coletivas ou individuais. Ao todo, contamos com 170 participantes e recebemos um total de 72 propostas.-----

Em contracorrente do que é tradição em Portugal, já hoje aqui o referi, os jovens e as mulheres participaram fortemente, o que constitui uma satisfação e, sobretudo, um estímulo. Os jovens e as mulheres representaram 60 e 46% dos acessos à plataforma participativa respetivamente, 22% das visitas Web participaram através de dispositivos móveis. Agora como está definido, até final de outubro as propostas estão a ser transformadas em projetos pelos serviços da Câmara, sendo depois sujeitos a apreciação e votação conforme foi apresentado no lançamento deste programa.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, procurando valorizar as comemorações do Dia do Município apesar de o ter referido, não deixarei de ler o que aqui está até por um reparo que me foi feito de ter extravasado do texto, agora, disciplinadamente, seguirei o texto que envio previamente aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas. Procurando valorizar as comemorações do Dia do Município e posicionar Viseu como cidade vinhateira, organizámos a primeira Festa das Vindimas do Dão no fim de semana do feriado municipal, com um conjunto alargado de parceiros locais, regionais e nacionais. Este festival foi uma aposta municipal com relevante sucesso e impacto, abrindo uma janela importante para o futuro. Uma aposta municipal ganha com uma programação inovadora e diferenciadora de eventos, para todos os públicos, residentes e turistas, e com um relevante impacto nacional. Da ação das vindimas nas quintas à 1ª Meia-Maratona do Dão, que contou com 5000 participantes, do serviço educativo do festival à promoção da nossa região e dos nossos vinhos, a Festa das Vindimas afirmou a identidade vinhateira de Viseu e reforçou a atratividade turística desta nossa cidade-região. Na sua organização e promoção contamos também com o apoio de patrocinadores públicos e privados, desonerando o Município de encargos de organização, contratação de espetáculos e também promoção, este é um caminho que vamos continuar. A Festa das Vindimas do Dão em Viseu afirmou-se como cartaz e sucederá também no próximo ano à realização da nossa Feira de São Mateus, que recentrará a sua agenda no período de maior procura interna e externa, nomeadamente pelos nossos concidadãos emigrantes, e também de maior rentabilidade. Fazer da Feira de São Mateus uma realização de tradições vivas e populares e um certame económico regional sustentável é um compromisso do projeto de revitalização deste que é o principal evento do Município e da Cidade-Região e também o maior evento do País. Demos passos seguros e promissores na presente edição da Feira, a edição número 622, que decorreu de 8 de agosto a 14 de setembro e durante cinco semanas.-----

Aqui, gostava de realçar algo que já realcei que é a presença de muitos dos Senhores Deputados na abertura do certame, facto que muito valorizou o momento mas também a participação de grande parte dos Presidentes de Câmaras Municipais da Região Viseu Dão Lafões, de Aveiro, e Coimbra.-----

A Feira Franca de São Mateus é de Viseu, mas o seu público, a sua influência e os seus impactos dão-lhe uma dimensão única na região centro e em Portugal. Com o convite aos autarcas da região Viseu Dão Lafões quis também sinalizar a atitude de parceria e colaboração que a Câmara de Viseu pretende aprofundar com toda a região e também com os seus agentes. Procurámos também na Feira Franca de São Mateus iniciar um novo ciclo, apostando numa estratégia de revitalização de tradições e do espaço. Adotámos uma nova imagem envolvente, uma iluminação original e alterações nas artérias do campo que contribuíram para um ambiente mais atrativo e qualificado ao certame. A relação também com o espelho de água foi aberta e reforçada. Introduzimos também um novo “*élan*” na sua promoção, dentro e fora de portas, com maior modernidade mas com uma mensagem centrada nas tradições e também na sua identidade. Vinculámos o vinho do Dão como o “Vinho Oficial” da Feira de São Mateus, reforçando a ligação do certame à identidade vinhateira e também à economia da região. Recuperámos tradições como o Dia de Viriato e o fogo-de-artifício. Gostava de destacar também o regresso do Dia de Viriato, 85 anos depois da última realização. Portanto, no passado dia 31 de agosto foi assinalado com uma programação especial com iniciativas para todas as idades. A cidade apresentou-se também com um espaço moderno, atrativo e informativo, pelo Viseu Lounge passaram mais de 150 mil pessoas, tendo sido lançada uma nova oferta de produtos informativos, lúdicos e de “*merchandising*” promocional. Este ano contamos com 280 feirantes numa área total de mais 50 mil metros quadrados e oferecemos 70 espetáculos, 120 eventos, também 30 restaurantes e várias dezenas de divertimentos. Também este ano foi introduzido um novo sistema de acesso, com torniquetes, que permitiu, de forma rigorosa,

e pela primeira vez, efetuar uma contagem dos visitantes. Sem dúvidas ou estimativas, quero de facto deixar a informação que o valor total de visitantes ultrapassou os 850 mil, e portanto, a aposta na valorização da Feira Franca de São Mateus passa também pelo conhecimento efetivo dos seus impactos, pelo que lançámos uma parceria com o Instituto Politécnico de Viseu para o desenvolvimento de um estudo aprofundado que nos habilite com a informação necessária para orientar a evolução da Feira. Com este estudo esperamos avaliar o peso da Feira na economia real de Viseu, nomeadamente no que respeita ao volume de negócios gerados, respetiva distribuição pelos diferentes setores de atividade e criação de emprego.-----

Esperamos obter informação sobre os diversos agentes envolvidos na Feira particularmente os visitantes, nomeadamente quanto a origem geográfica e socioeconómica, género e idade, despesas e respetivo destino ou opinião que nos permita melhorar a sua experiência na Feira. Queremos também avaliar a importância da Feira enquanto marca da região, bem como a sua reputação, ou ainda avaliar a importância da Feira Franca de São Mateus noutros setores da sociedade viseense, nomeadamente junto dos agentes associados à vida cultural e de recreio.-----

Apostaremos num caminho que leve os visitantes da Feira Franca de São Mateus a gostar, cada vez mais, de feirar!-----

Senhoras e Senhores Deputados, no passado dia 11, assinalámos também o arranque do ano escolar com a realização de mais um Conselho Municipal da Educação o onde apresentamos a nossa proposta de programa “Viseu Educa”. Demos assim cumprimento a mais um compromisso do programa de governação “Viseu Primeiro”, mas sobretudo, em conjunto com os agentes do setor, demos um salto em frente no planeamento estratégico da ação educativa. O Viseu Educa é um programa colaborativo, partilhado e que exige uma cultura de trabalho em rede. Não é, nem poderia ser, um plano de ação apenas da Câmara, mas o plano de ação do Município e de todos os agentes educativos do Concelho, formais e informais, públicos e privados, escolas, instituições, atores culturais, clubes desportivos, profissionais educativos. O município assume o papel de estimular e liderar uma rede, de apontar objetivos, de cofinanciar projetos e intervenções estruturantes, não se substituindo a ninguém. As escolas têm de cumprir o seu papel, numa lógica de complementaridade com os demais agentes educativos. Os atores culturais e as instituições de formação artística são convocados para contribuir para uma política de serviço educativo de segunda geração, participando no esforço da diversificação de formações e de chegar às freguesias. Também os clubes e associações desportivas têm de articular, diversificar e qualificar a sua oferta formativa, olhar para novas formações, para o desporto adaptado e têm de partilhar recursos e equipamentos. Às instituições de solidariedade social e de educação de crianças com deficiência cabe aqui também uma missão especialmente relevante na inclusão comunitária e na defesa da diferença pela positiva. As instituições de ensino superior têm um papel a cumprir na sua ligação às escolas, na educação para a ciência e no fomento do empreendedorismo. Por isso, o programa Viseu Educa aposta numa articulação da Comunidade no seu conjunto para a promoção de um sistema educativo com qualidade voltado para o mundo económico, global e tecnológico de hoje, que seja inclusivo e não deixe ninguém para trás. Também com o Viseu Educa assumimos também que o apoio às famílias mais carenciadas e aos alunos com dificuldades de aprendizagem é um compromisso inegociável no nosso Concelho, tanto quanto o do reconhecimento do mérito e do valor. A educação como já o referi hoje aqui, é um pilar da nossa ação governativa e essa aposta tem de ser consequente e partilhada por todos. É uma aposta com evidência não só retórica, como orçamental ou de atividades. Investimos anualmente 8,5 milhões de euros em educação, das infraestruturas e equipamentos aos serviços de transporte escolar, dos auxiliares de ação educativa ao programa de refeições escolares, portanto, este investimento corresponde a 13% do orçamento do Município. Desse investimento, 4,6 milhões de euros

são destinados a despesas correntes, de financiamento dos serviços educativos e pedagógicos, de pessoal, do funcionamento das escolas, de transportes e também refeições. Já em 2014 reforçámos e renovámos os programas de transportes escolares e de refeições. Gerimos com rigor e parcimónia esse investimento, mas não abriremos mão de transportes para todos e de refeições durante todo o ano para as crianças que necessitem.

No ano letivo que agora se inicia, e no que ao Pré-Escolar e 1º Ciclo se refere, vão funcionar, ou já estão a funcionar, 72 salas em 47 Jardins de Infância públicos, com cerca de 1400 crianças e 186 salas em 54 Escolas do 1º Ciclo públicas, com cerca de 3500 alunos, o que dá aqui um universo de cerca de 5000 alunos. No conjunto dos vários Ciclos de escolaridade e Ensino Secundário, no que ao ensino público concerne, o Município de Viseu conta com cerca de 13 mil alunos, e se a estes juntarmos os alunos que frequentam o ensino privado e o ensino superior, o número de alunos que frequentam estabelecimentos de ensino no Concelho de Viseu é superior a 20 mil, o que não deixa de ser um número extremamente significativo e expressivo. Viseu conta com cerca de 1300 Educadores e Professores colocados no ensino público, no Pré-Escolar, Escolas Básicas do 1º, 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário e ainda com mais de 670 Assistentes Operacionais e apesar, já o referi também hoje aqui, de terem sido encerradas 5 Escolas do 1º Ciclo e 3 Jardins de Infância, o Município colocou ao serviço das Escolas 233 Assistentes Operacionais, o que representa um acréscimo de 9 relativamente ao ano anterior. A este número devem somar-se mais 105 Assistentes Operacionais do Ministério da Educação e Ciência e assim, nas áreas da Pré-Escolar e do 1º Ciclo estão ao serviço 338 Assistentes Operacionais, o que corresponde a um rácio de, aproximadamente, 15 alunos por Assistente. É seguramente um dos rácios melhores do País.

Nos últimos meses foram também realizadas obras em cerca de metade dos Estabelecimentos escolares onde funcionam os Jardins de Infância e as Escolas do 1º Ciclo. Não nos limitamos a prometer, fomos capazes de cumprir. É imenso o número de escolas que, desde a Escola da Ribeira à Escola de Fragosela, enfim, passando por praticamente as escolas de todas as freguesias do concelho foram objeto de melhoramentos.

No ano letivo 2014/2015, o Município irá suportar mais de 1 milhão e 100 mil euros de despesa com transportes escolares, sendo que 30 mil se referem a transporte adaptado, cerca de 1 milhão de euros com a alimentação dos alunos e cerca de 150 mil euros para material de apoio, expediente e limpeza. Ainda assim, muito para além das infraestruturas e equipamentos, o Programa “Viseu Educa” concentra a aposta na modernização dos serviços, na gestão da rede educativa, na qualificação e diversificação das ofertas formativas e educativas, no apoio à família e na promoção do mérito.

Quero aqui recordar algumas das medidas concretas e estruturantes que preconizámos neste plano de ação, nas diferentes vertentes:

Desde logo no plano dos equipamentos.

i) Assumimos a reavaliação da Carta Escolar de Viseu, tendo em vista redefinir com rigor programa de requalificação do parque escolar municipal.

ii) Iremos promover um diagnóstico energético do parque escolar municipal e preparar projetos de eficiência energética a financiar através de fundos comunitários do Portugal 2020.

iii) Asseguraremos a requalificação prioritária do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Viriato. Da nossa parte está concluído o projeto, estamos só à espera de assinar o protocolo com o Ministério da Educação para avançarmos para a obra.

No plano da articulação da oferta formativa, da modernização e do apoio às famílias, são compromissos do Programa:

i) Desde logo a capacitação técnica do Gabinete de Educação da Câmara Municipal e a sua transferência para as instalações do Governo Civil de Viseu.

ii) A adoção da figura do “Gestor de Projeto VISEU EDUC”.

iii) A implementação de uma plataforma web para a gestão educativa e escolar, que permita aos pais a “gestão da conta do aluno” e a gestão de recursos escolares por parte dos Agrupamentos. A partir desta plataforma, passamos a saber exatamente, as refeições escolares, os transportes escolares e quando estamos a pagar às empresas contratadas, sabemos que estamos a pagar o valor justo. Por outro lado, retiramos o dinheiro do circuito porque passa a ser tudo feito com os cartões dos alunos.-----

Queremos desenvolver um grande programa de formação complementar artística, cultural, desportiva, ambiental e para o empreendedorismo, voltado especialmente para as crianças e famílias mais carenciadas e excluídas. Este programa arrancará já em 2014 e será organizado de forma gradual e descentralizada com os agrupamentos e as escolas, os agentes culturais e de formação artística, os clubes e associações desportivos, as instituições de ensino superior, e também as associações ambientais.-----

Outra aposta será a formação em línguas estrangeiras, incluindo idiomas de mercados emergentes como a China. A preparação para o mundo global e económico é fundamental e começa na escola.-----

Outra inovação marcante é a criação de um Serviço Educativo para o Centro Histórico e o Património Cultural, no âmbito do processo de candidatura do Centro Histórico a Património da Humanidade da UNESCO. Portanto, a candidatura à UNESCO não se faz sem as pessoas, sem a base social da comunidade, sem educação para o património, sem uma forte sensibilização! Esta é talvez a dimensão mais importante e decisiva desta bandeira que levantámos para o Centro Histórico! Estamos à procura de parceiros para por em pé este projeto.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desde a primeira hora, o executivo municipal assumiu como prioridade a aposta no Centro Histórico de Viseu. Poucos meses depois da nossa tomada de posse apresentámos aos viseenses uma proposta de estratégia, desafiando-os para um debate público das opções que preconizamos e para a apresentação de propostas. Trago a esta reunião da Assembleia a versão final da estratégia, que resulta dos debates realizados e dos contributos recebidos e que discutiremos no seu ponto da ordem do dia. Durante os últimos meses, apesar do debate não nos limitámos a projetar, pusemos também as mãos à obra. Paralelamente ao processo de desenho da estratégia, demos vários passos concretos e decisivos para a redinamização do Centro Histórico. Foi com particular satisfação que, fruto do nosso empenho e colaboração, celebramos em julho o protocolo entre Município de Viseu, a Escola Mariana Seixas e o Montepio Geral que vai permitir a instalação daquela escola profissional no Centro Histórico de Viseu. Estamos a falar de 350 alunos e 50 colaboradores dos quais a maioria professores, que passarão a estudar e trabalhar na nossa Rua Direita. Com a esperada entrada em funcionamento no início do ano, alcançaremos assim, sem encargos ou custos associados, um dos objetivos definidos na estratégia de revitalização do Centro Histórico. Radicar instituições de ensino e serviços coletivos que reocupassem de forma permanente o coração antigo da cidade. Também, na esteira deste objetivo, a Câmara Municipal de Viseu deliberou a aquisição de um imóvel situado no Centro Histórico de Viseu para aí instalar as Águas de Viseu, mais conhecidos por SMAS. Atualmente, o prédio encontra-se devoluto e em estado de degradação avançada. Depois de reabilitado e devidamente equipado, acolherá todo o “backoffice e frontoffice” dos Serviços Municipalizados, com cerca de 100 colaboradores e mais de 40 mil clientes. A aquisição traduz um investimento de 325 mil euros. O imóvel data dos anos 20 do século passado e localiza-se no coração do Centro Histórico, na Rua do Comércio e na Travessa de São Domingos. A SRU, está portanto a tratar neste momento do seu projeto. O edifício tem uma área bruta de 1400 metros quadrados e o investimento de reabilitação estima-se que ascenderá a 750 mil euros e obviamente que o iremos também candidatar a projetos de reabilitação urbana no âmbito do Portugal 2020. Talvez fruto do sucesso que temos alcançado, muitos têm tentado, erradamente, passar a mensagem que a nossa aposta no Centro Histórico se tem feito à

custa do desinvestimento nas Freguesias. Mais uma vez, tiro errado. Quero aqui recordar uma transcrição do programa “Viseu Primeiro” que pauta a nossa atuação: “Para a Câmara Municipal de Viseu, as prioridades são: o Desenvolvimento Económico, a atração de investimento e internacionalização; a Solidariedade e a Inclusão Social; a Coesão Territorial e Revitalização do Centro Histórico e das nossas Aldeias.-----

Portanto, apostados em aproximar as Aldeias do Rossio, passámos a realizar reuniões públicas de Câmara de forma descentralizada pelas freguesias. Propositadamente escolhemos para a primeira reunião a freguesia mais distante da sede do Concelho, Côta, e também propositadamente nesta reunião, em 21 de Novembro de 2013, aprovamos o Programa de Desenvolvimento Local, designado de "Viseu Local".-----

A proposta, incluída na estratégia "Viseu Primeiro 2013/2017", visava criar políticas de desenvolvimento de nova geração, nas 25 freguesias e uniões de freguesia do Concelho. A descentralização de competências para as freguesias e a sua capacitação, o reforço do carácter socioeconómico da intervenção local, nomeadamente na ótica rural, e um acompanhamento de proximidade dos contratos programa locais constituíram os principais objetivos deste programa.-----

Os primeiros acordos de execução como sabem, foram assinados logo no primeiro trimestre, tendo o processo de delegação de competência sido concluído até 8 de maio. Portanto, cinco meses depois do início do ano. Viseu foi um dos primeiros concelhos do País a concretizar as alterações preconizadas na lei 75 de 2013, assumindo o executivo uma política consistente de valorização do papel das Juntas de Freguesia e dos seus Presidentes. Aos que nos acusam de não olhar para as freguesias quero aqui reafirmar que esta política não se fica pela retórica, significando, desde a nossa tomada de posse, a transferência para as freguesias de cerca de Dois milhões e meio de euros. Dois milhões e meio de euros para as freguesias, dizem bem da aposta que este executivo faz na descentralização e na mobilização dos agentes locais de desenvolvimento.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também alguma oposição tem vindo, em aparente surdina, a alimentar rumores e comentários sobre a situação financeira do Município, vamos a isso, e concretamente sobre a sua pretensamente negativa evolução. Várias vezes foi dito que está esta Câmara a desbaratar os saldos herdados ou a consumir os seus recursos, assim degradando a boa situação que o anterior executivo deixou aos novos eleitos, isto é o que se tem falado.-----

O simples cumprimento do disposto na alínea c) do nº2 do artº 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro permite aos senhores deputados, em cada reunião da Assembleia Municipal, receber os dados que atestam a situação financeira da Câmara e assim ter a informação que desmistifica desde logo essa calúnia. A ideia alimentada de que estávamos a deteriorar as contas do município é absolutamente falsa e os números falam por si. Aliás, costumo dizer que só se alimenta da calúnia quem se sente prejudicado pela verdade e não posso deixar de condenar quem por manifesta má-fé tem vindo a levantar mentiras sobre o estado das finanças do município.-----

Na cortina de fumo que se tem levantado várias vezes tem sido referido o saldo de gerência que foi anunciado na Assembleia Municipal de setembro de 2013. Passado um ano, em abono da verdade, importa perceber a evolução e vou seguir exatamente aquilo que foi dito nessa Assembleia para fazer o ponto de situação atual.-----

Nessa assembleia, foi afirmado e passo a citar que o “*Saldo Orçamental para a Gerência Seguinte é superior a 22 milhões de euros*”. Tendo sido acrescentado que a Câmara Municipal de Viseu dispunha de dinheiro mais do que suficiente para pagar todas as suas dívidas de curto prazo, uma vez que aquelas apenas representavam 8,42% do saldo então existente, o que permitiria, igualmente, solver cerca de 92% da dívida de médio e longo prazo. Esta foi a informação prestada nesta Assembleia.-----

É tão inquestionável a saúde financeira herdada, como incompreensíveis os rumores de deterioração alimentados!-----

Usando o mesmo critério, os critérios que referi, o saldo de gerência em setembro deste ano é de € 25.060.796,88, ou seja o saldo de gerência cresceu mais de 2,9 milhões de euros. Se usarmos as mesmas métricas usadas na Assembleia de setembro 2013, o Saldo de gerência é hoje suficiente para cobrir 14,64 vezes as dívidas de curto prazo contra o rácio de 11,11 em 2013, ou representa 121% das dívidas de médio e longo prazo contra os 92% de há um ano atrás.-----

Às mentiras que por aí se alimentam respondem os factos, e contra factos não há argumentos. Já agora, de há um ano para cá as dívidas de curto, médio e longo prazo diminuíram mais de 3,5 milhões de euros e simultaneamente o saldo de gerência cresceu quase 3 milhões de euros. Esta é a situação real do município, para que fique claro, porque de facto esses rótulos que às vezes procuram colar, são rótulos falsos, as pessoas vejam como é que as coisas são, os números falam por si.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, de facto, os últimos 11 meses foram também um período de reforma da administração municipal. Herdámos uma estrutura sólida mas não descartámos o dever de a modernizar, em nome dos interesses municipais, da competitividade económica, da qualidade de vida dos nossos munícipes e também da eficiência de gestão. O interesse público e o interesse municipal ocupam o primado das opções que tomámos na modernização dos nossos “Serviços Municipais de Águas e Saneamento de Viseu”, que agora denominamos comercialmente de “Águas de Viseu”.-----

O Programa “Viseu Primeiro” elege a modernização dos serviços do Município como um objetivo estratégico na promoção da qualidade de vida, do crescimento económico e da eficiência da gestão municipal.-----

Antes de completar um ano e sinto-me bastante bem por isso, nas funções de Presidente da Câmara Municipal e, por inerência, do Conselho de Administração dos SMAS, foi implementada a reforma dos meios de pagamento dos serviços de água e saneamento em Viseu. Todos os Senhores Deputados, que são também clientes dos serviços, já receberam a fatura com estas inovações e portanto, a partir deste mês de setembro estão em vigor, para um universo de 42 mil munícipes e empresas radicadas no Concelho, os meios de pagamento por Multibanco, nos CTT e na rede de lojas PayShop. Em especial, os 14 mil munícipes que, até aqui, se viam limitados a receber e liquidar as suas faturas num agente local único passarão a beneficiar da comodidade e flexibilidade de realizarem esse pagamento em 33 lojas *Payshop* e CTT no Concelho e na extensa rede de caixas Multibanco. Estes meios oferecem maior comodidade e segurança para os munícipes e maior eficiência para o Município. Esta mudança é um passo na modernização dos SMAS, mas é feita em primeiro lugar a pensar nas pessoas e nas empresas. Aliás, com o slogan que adotámos “Agora, pagar a água tão fácil como bebê-la!”. As pessoas vão fazendo críticas mas o trabalho vai sendo feito. Tenho a consciência de que esta mudança e esta modernização eram esperadas há algum tempo pelos munícipes, mas tornaram-se também uma exigência da lei e um imperativo de boa gestão. A legislação determina que as verbas públicas que sejam cobradas à economia estejam à guarda ou depositadas no Estado até 24 horas depois. O atual sistema não o permitia fazer, o novo já o permite. Este é um modelo mais cómodo e seguro para os munícipes, e mais eficiente e controlado para o Município. Contámos também com a preciosa colaboração das Juntas de Freguesia no esclarecimento destas mudanças e desta reforma e queria aqui agradecer publicamente aos Senhores Presidentes de Junta, que quer no combate aos ilegais, quer nestas alterações que muitas vezes para os nossos cidadãos que vivem nas aldeias mais longínquas, são alterações complexas, agradecia de facto a pedagogia e a colaboração que deram à autarquia na implantação destas reformas. Com esta reforma, implementámos também uma nova designação comercial para os SMAS, que se passarão a chamar de Águas de Viseu, o novo nome, mais simples e mais fácil, reforça o compromisso de um serviço mais próximo do cidadão e mais moderno para a economia. A nova imagem acompanha a campanha de informação e esclarecimento ao munícipe, a nova fatura e também os novos

meios de pagamento. Aproveito para informar que o serviço de fatura eletrónica, que lançámos no final de maio, já foi subscrito por quase 3000 munícipes, com as vantagens económicas, só com esta adesão as Águas de Viseu, terão uma economia de 13 mil euros/ano e tenho a expectativa de que este número possa crescer até aos 10 por cento de subscritores até ao final do ano, para além da vertente ambiental, que é menos papel que circula e portanto, essa parte ambiental.-----

Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, termino a minha intervenção recordando precisamente que há um ano e um dia fui eleito Presidente da Câmara Municipal de Viseu, um ano depois, junto a ambição e empenho que mantenho no desenvolvimento do nosso concelho o orgulho no percurso que já fomos capazes de trilhar.-----

Muito obrigado pela vossa atenção.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Dava a palavra aos Senhores Deputados. Deputado Manuel Teodósio.-----

----- VINTE E SEIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Neste primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção, apresentou-nos um conjunto de atividades recentemente levadas a cabo pelo seu executivo, que na realidade traduzem e consubstanciam muito do trabalho implementado no terreno e que os Viseenses acompanham com orgulho.----- Desde o sucesso do “Viseu Participa”, nome dado ao primeiro Orçamento Participativo de Viseu, passando pela “Festa das Vindimas”, que na sua atividade mais visível, conseguiu congrega 5 mil pessoas, até à secular “Feira de S. Mateus” ou “Feira Franca” como muitos ainda continuam carinhosamente a chamar-lhe, e por onde passaram mais de 850 mil visitantes, foram 3 atividades que já mereceram o devido destaque e reconhecimento do seu sucesso, hoje mesmo nesta Assembleia.-----

Relativamente ao “Viseu Educa”, gostaria de expressar que o mesmo se apresenta como um grande desafio protagonizando um grande salto na qualidade e variedade da intervenção concelhia na área da Educação. Conjugam as sinergias dos diversos atores que já trabalham nesta área, com o objetivo de o reorientar para a nova realidade económica e tecnológica, numa lógica de inclusão sem abandonar, antes pelo contrário, até reforçar o pilar social de apoio aos alunos mais carenciados, para que ninguém fique excluído do mesmo. As verbas envolvidas são efetivamente muito elevadas, mas nós entendemo-las não como mais uma despesa, mas antes como um forte investimento que nos dá garantias de retorno a médio prazo. É um projeto muito ambicioso? Sem dúvida que sim, mas acreditamos que esta também será mais uma aposta ganha pelo município.-----

Relativamente ao Centro Histórico, continuamos a assistir a uma forte implementação e concretização de medidas práticas que têm sido capazes de dinamizar e atrair muitas atividades, mais no campo cultural, em muitos momentos do último ano, que têm dado regularmente, uma nova vida a esta zona da cidade. O protocolo que a Câmara Municipal dinamizou e assinou com o Montepio Geral e a Escola profissional Mariana Seixas, vai levar, não de uma forma sazonal, mas diariamente e de uma forma permanente ao Centro Histórico cerca de meio milhar de pessoas, entre alunos, professores e funcionários. De “grosso ó modo” podemos afirmar que a população diurna desta zona da cidade, irá aumentar em um terço, só com esta medida.-----

Mas neste momento já outra medida foi tomada que vai também ela levar de forma permanente várias centenas de pessoas para a Zona Histórica, estou a referir-me à aquisição do edifício na Travessa de São Domingos, que depois de recuperado e adaptado irá receber os Serviços Municipais de Água e Saneamento, agora denominado de “Águas de Viseu”. Esta decisão vai ainda permitir melhorar e dignificar as condições de trabalho dos seus funcionários, elevando a qualidade de atendimento aos munícipes, sendo que este mês já entraram em funcionamento as novas modalidades que facilitam o pagamento da

água. É honesto da nossa parte reconhecer que tem este executivo passado à prática os compromissos eleitorais assumidos nesta área, com uma intensidade e rapidez que não seria expectável há um ano atrás, superou largamente as melhores expectativas.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua intervenção deixou bem claro ainda outros dois temas que para nós são muito importantes, e sabemos que também o são para os viseenses.-----

O primeiro, refere-se à importância e ao investimento nas freguesias, sejam elas mais ou menos urbanas, ou sejam elas mais ou menos rurais. O que sabemos é que são parte integrante deste concelho e que têm de ser olhadas como tal. Com a decisão da descentralização das Reuniões públicas de Câmara, pelas diversas Freguesias do Concelho, quis desde logo o Município, dar esse importante sinal de que todas as freguesias iriam ser tratadas com grande empenho, e agora foi a concretização dessa vontade, através da assinatura dos “Acordos de Execução” com todas as freguesias num valor total de dois milhões e meio de euros. Sabemos que Viseu, foi um dos primeiros concelhos a nível nacional a concretizar esta medida da nova legislação publicada no ano passado. Esta rapidez de execução e os montantes envolvidos, só beneficiam e muito, todas as freguesias deste Concelho.-----

O segundo aspeto a que me quero referir, e que como já afirmei, nos é muito caro, a nós PSD, mas também sabemos que o é para os Viseenses, tem a ver com a saúde financeira da autarquia. Nunca a Câmara de Viseu nadou em dinheiro, mas também nunca foi notícia por ser má pagadora ou por ser má gestora dos dinheiros públicos. Este aspeto económico, Senhor Presidente, é o principal pilar que suporta todos os outros, por isso mesmo, ele tem de estar sempre bem robusto e bem forte. Os valores que nos são apresentados, demonstram que a saúde financeira da Autarquia além de ter sido salvaguardada, a mesma ainda foi reforçada. Relativamente há um ano atrás, a Câmara Municipal de Viseu tem hoje uma dívida menor (baixou 3,5 milhões de euros) e tem um maior saldo de gerência (mais 3 milhões de euros). Esta é sem dúvida uma boa notícia para os viseenses e uma má notícia para os opositores, que já se preparavam para passar a mensagem de que “este executivo estaria a esbanjar o dinheiro herdado”. Atendendo a que já tiveram de deitar fora o slogan dos “impostos máximos” e não querendo usar o correto que seria “impostos mínimos”, vão ter agora claramente uma dificuldade acrescida em encontrar um outro.-----

Podemos portanto ficar todos descansados, que se antes a saúde financeira da Câmara era boa, agora ela ainda está melhor e como tal, recomenda-se. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **VINTE E SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Quando o Senhor Presidente da Câmara começou a falar na fruta das escolas eu assustei-me porque como é do Futebol Clube do Porto, pensei que vinha falar do Pinto da Costa, mas não. Eu começava por felicitá-lo pelas medidas que tem tomado relativamente ao Centro Histórico, era importante que se fizessem coisas ali e portanto, de facto, tudo o que fizer nesse sentido e que tem feito é bem-vindo, é de aplaudir. É de aplaudir também o facto de ter associado todos os autarcas à inauguração da Feira. Não estávamos habituados a isso, lembro-me até de um discurso oficial do Dia do Município, o anterior Presidente da Câmara se ter esquecido que havia Deputados Municipais ou sequer Assembleia Municipal, o que me obrigou a nunca mais comparecer em nenhuma cerimónia a partir desse momento. Mas, há duas ou três situações que não queria deixar de trazer aqui. Uma delas relaciona-se com a primeira intervenção que houve aqui. A situação da Universidade Católica, felizmente que não é de ter encerrado o curso, embora se não houver entradas inevitavelmente que vai acabar, mas a mim preocupa-me outra

situação que é a do Instituto Piaget, em que aí sim, a situação é muito mais grave, há dois cursos que têm finalistas que o Instituto Piaget pretende fechar pura e simplesmente. São o de Educação Física que é de um nível superior ao da Escola Superior de Educação de Viseu e que pretendem pegar nos alunos e transferi-los para Almada. Não sei se estão a ver a situação terrível que isso acarreta, quando um deles é futebolista, tem um contrato e se não cumprir tem que indemnizar o clube, outro é funcionário de uma grande superfície, não pode ausentar-se para Almada, outro trabalha no próprio Instituto Piaget em Viseu, agora imaginem esta situação. São concretamente os cursos de Educação Física que o último ano pretendem não dar, aliciando-os das mais diversas maneiras, nomeadamente dizendo que lá em baixo não pagam propinas. Quando aceitaram que eles se inscrevessem aceitaram as propinas iniciais e agora pretendem que vão para Almada, e o outro curso é de música. Se a Câmara Municipal puder fazer alguma coisa, é importante, porque de facto é grave, no meu ver é ilegal e é uma situação dramática. Quanto efetivamente ao restante, para além da propaganda e eu peço desculpa pelo facto que exista uma enorme propaganda, eu já uma vez referi aqui o César Moreira Batista e essa situação mantém-se. A única que pelos vistos não terá sido, é a tal abertura do ano que o Senhor Presidente diz que não foi noticiado porque correu bem, é a única notícia que o município não publicitou ou não propagandeou e de resto, esse género de propaganda vem refletida nas intervenções que aqui se assistiram que são tranquilamente um decalque daquilo que o Senhor veio dizer em termos de informação. Há duas Deputadas que vieram aqui decalcar aquilo que o Senhor disse, isto é supérfluo, não havia necessidade, aliás, já estávamos habituados a isso mas de outra maneira. No tempo do Dr. Fernando Ruas, faziam ao contrário, quando o Dr. Fernando Ruas pretendia tratar de algum assunto, a Bancada do PSD fazia perguntas, “Ó Senhor Presidente explique lá isto?” e ele tinha a amabilidade de explicar às pessoas, agora é mais à descarada, decalam aquilo que o Senhor disse, mas sempre com uma palavra que é utilizada nas três intervenções, incluindo aquela que agora o Senhor Deputado trouxe. Sucesso. Nós tomámos nota disso, é sempre sucesso. Mas, eu gostava de lhe fazer duas perguntas:-----

A primeira e esta. A Câmara Municipal vem praticando um horário de trinta e cinco horas...-----

- Alguns dos Senhores Deputados intervêm em simultâneo dizendo: Quarenta.-----

- O Senhor Presidente da Câmara intervém também dizendo: Quarenta. Foi logo uma medida que tomámos no início.-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha de Ribeiro Carvalho retoma a sua intervenção dizendo: Quarenta? Eu pensei que eram trinta e cinco. Se é quarenta, já está o problema resolvido em termos da Procuradoria que me veio dizer que não aceitava essa situação. A segunda pergunta era esta. Foi aprovado nesta Assembleia por proposta da Câmara Municipal a atribuição de um Viriato de Ouro ao Dr. Fernando Ruas, eu pensei que o Senhor trazia isso aqui para nós percebermos porquê. A minha pergunta concreta é esta. Que diligências fez a Câmara para que o Senhor Dr. Fernando Ruas comparecesse a receber o Viriato de Ouro? É que neste momento, não tendo ele comparecido a receber, tendo dado a entrevista ou a notícia que deu a um jornal cá da terra, tendo havido também dois ex-Vereadores que não compareceram à atribuição é com grande preocupação...-----

- Vários Senhores Deputados interrompem dizendo: Foi só um.-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha de Ribeiro Carvalho volta a retomar a sua intervenção dizendo: Eu ouvi dizer que foram dois, eu não estive presente, mesmo que quisesse estar presente era um bocado difícil porque o Senhor cortou a cidade, a partir das nove da manhã não se passava da Rotunda da Vila Beira para baixo, não havia hipótese nenhuma, estava a cidade completamente cercada para haver a meia-maratona, mas pronto, eu tinha até outro tipo de atividades e não pude ir e com pena, eu gostaria de ir. Mas, gostava muito de saber que diligências a Câmara fez porque nós Membros desta

Asssembleia aprovámos essa atribuição e depois somos confrontados com a situação de que a pessoa a quem é atribuído o galardão, o único que é atribuído em vida, não comparece. Isso é para nós extremamente grave e gostávamos que a Assembleia fosse suficientemente esclarecida, e eu tenho muita pena que não tenha sido o executivo a trazer esse assunto para nós termos conhecimento disso. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra...,-----

- ***O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques intervém dizendo:*** Queria fazer um voto de protesto.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa responde:*** Tem que ser rápido.-----

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Só uma questão de correção. O Senhor Deputado afirmou aqui que, o Piaget tinha um curso superior ao da Superior de Educação, são cursos diferentes, não são superiores nem são inferiores, porque pode aqui haver uma leitura errada por parte das pessoas, isto é uma questão de correção. Portanto, são cursos diferentes, não são superiores nem são inferiores.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo:*** Senhor Deputado isso é um esclarecimento ou um protesto?-----

- ***O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques responde:*** É um protesto em termos do que foi dito.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa interrompe novamente dizendo:*** Isso não é um protesto, vai-me desculpar Senhor Deputado mas isso é um esclarecimento.-----

- ***O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques intervém novamente dizendo:*** É um protesto sobre uma informação que não é correta e pode criar uma leitura errada e complicada em termos de cidade.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados.-----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE JUNTA DE RANHADOS LUÍS FILIPE MARTINS DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssimos Vereadores, Senhores representantes da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Antes propriamente de fazer a minha intervenção, queria informar o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho que quando eu lhe tiver que pedir autorização para o teor do meu texto, eu não estarei mais nesta casa. Sou militante do PSD há vinte e cinco anos e orgulho-me muito nisso. Posto isso, o poder autárquico democrático instituído com a revolução de 74 foi das principais conquistas com implicações visíveis no bem-estar das populações. O quadro legal tem vindo a ser adaptado às novas realidades com base no saber de experiência feito. A Lei 75/2013 de 12 de Setembro vem clarificar, aprofundar e reger as principais funções do poder autárquico. Não há leis perfeitas mas é reconhecidamente um avanço. A Autarquia de Viseu soube interpretar este novo desígnio e consciente do papel insubstituível das Juntas de Freguesia tratou de imediato de operacionalizar esta nova janela de oportunidades. Também aqui o novo Executivo Municipal concretizou o que a Lei determina mas muito mais do que isso nomeadamente aquilo que foram os compromissos eleitorais assumidos com convicção. Os primeiros acordos de execução já aqui ditos, entre a Câmara Municipal de Viseu e as Juntas de Freguesia foram assinados logo no primeiro trimestre, tendo o processo de delegação de competências sido concluído até ao início do mês de maio deste ano. Viseu foi um dos primeiros concelhos (como é sabido) do país a concretizar o preconizado na Lei 75 de 2013 assumindo o executivo uma política de valorização do papel das Juntas de Freguesia e dos seus Presidentes. Foi dito também que nestes acordos de execução, contratos programa, protocolos, materiais e administração direta foram transferidas para

as Juntas de Freguesia desde a tomada de posse deste executivo cerca de dois milhões e meio de euros. Tendo como objetivo dignificar o território no seu todo a Câmara Municipal de Viseu decidiu realizar de forma descentralizadas reuniões públicas da Câmara. Esta metodologia para além do reconhecimento e apoio ao trabalho realizado e a realizar nas freguesias possibilita ao Executivo Municipal e aos serviços um reconhecimento ainda maior do potencial e das suas carências. A via verde de acesso dos Presidentes de Junta ao Executivo Municipal e aos diversos serviços é o reconhecimento das parcerias existentes e da mais-valia que uma relação entre Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal pode significar. Num trabalho de persistência e de respeito pelos eleitos locais decorreram reuniões entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal para se definirem as principais obras a realizar até final do mandato autárquico. Este trabalho foi precedido de visitas às Freguesias do Vereador com responsabilidades na área nomeadamente do Senhor Engenheiro João Paulo Gouveia. Gostamos de o ver por lá pois esta é a política de proximidade que todos defendem e alguns praticam. As palavras são importantes quando acompanhadas por ação que tem acontecido. Numa época de forte contenção orçamental é de louvar que a Câmara Municipal de Viseu deposite nas Juntas de Freguesia a faculdade de fazerem as opções que considerem mais corretas e mais geradoras de bem-estar. Há estratégia e um há fio condutor nas opções. Por este e outros motivos existe um clima de confiança entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Viseu o que só pode resultar em benefício para as populações. Só trabalhando em articulação e em rede é possível otimizar os recursos postos à nossa disposição. Sabemos e saberemos dignificar a confiança depositada no pressuposto de que temos a mesma legitimidade democrática. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **TRINTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Excelentíssimo Senhor Presidente, reportando-me ao documento que contém a sua informação escrita sobre a mais recente atividade do município, não posso deixar de evidenciar a subtilidade da sua impressão em corpo oito, para criar em nós a sensação de que o Senhor foi desta vez mais contido.-----

Anuncia a presença de 170 participantes no debate público sobre o Orçamento Participativo e o requecimento de 72 propostas. Louve-se o mérito do debate público. Tive oportunidade de participar num desses debates e o que vi e ouvi confirmou os meus receios. a Câmara reage mal às críticas e às propostas que não se enquadram no seu figurino pré-definido. Num exercício de comparação, poderia até concluir que é muito debate para tão pouco dinheiro a investir no Orçamento Participativo.-----

Quanto ao slogan de “Viseu Vinhateiro”, ao sucesso da Festa das Vindimas e à Feira de S. Mateus, ressaltam um conjunto de contradições que quero assinalar. Destaca a aposta no vínculo da Feira de S. Mateus ao vinho do Dão. Apesar disso, quando os comerciantes pedem que a Feira se prolongue mais uma semana, exatamente até ao dia do Padroeiro, coincidente com a badalada Festa das Vindimas, o Senhor rejeita categoricamente essa possibilidade. Pergunto: o funcionamento da Feira de S. Mateus não teria sido enriquecido e potenciado com a Festa das Vindimas e o contrário não seria igualmente verdadeiro? Os comerciantes e a população consideram que sim. Para a história vai ficar a inquestionável evidência, entre uma Câmara que quer dar a imagem de abertura ao diálogo e outra que impõe de forma autoritária a sua vontade aos comerciantes da Feira.-----

Ainda neste capítulo, para uma cidade que quer ser a capital do Vinho do Dão, não se compreende que não haja uma palavra para o estado de abandono das antigas instalações da Federação dos Vitivinicultores do Dão. Aí está um espaço que o município deveria adquirir para instalar um Museu Vivo do Vinho e da Região Demarcada do Dão, removendo alguns dos abcessos paisagísticos ali existentes e incorporando uma infraestrutura de qualidade na cidade, valorizando sobremaneira toda aquela zona

ribeirinha. Também quanto ao Viseu Educa, a realidade encarrega-se de contrariar as “boas intenções” da Câmara. Sem negar alguns méritos ao projeto, assistimos à transformação daquilo que são obrigações legais do executivo, em medidas “históricas” e de grande alcance, enquanto questões básicas para a qualidade de vida das crianças, continuam por resolver. Como deve saber, as escolas ou Agrupamentos, já disponibilizam hoje aos pais por via eletrónica, os horários, as classificações, o calendário escolar, etc. Pelos vistos a Câmara quer duplicar a informação ou não entendi o que é que se pretende de facto com a plataforma. São louváveis as obras nas Escolas nomeadamente nas do 1º Ciclo. Só que a dinâmica é de tal ordem que a Câmara até diz ter feito obras em escolas do 1º Ciclo que já não existem, como acontece em Travassós de Baixo, Escola citada duas vezes como tendo sofrido obras. Infelizmente as escolas desta localidade fecharam e as crianças foram deslocadas para longe dos seus progenitores e familiares.----- Colocar coberturas nas paragens dos autocarros é uma medida que vai certamente beneficiar as crianças, como também os outros cidadãos, sem dúvida. Mas o que era necessário era deixar as crianças perto de casa e não nesses abrigos, obrigando-as a andar cerca de dois mil metros, com atravessamento perigoso da estrada, como acontece com as crianças de Travassós de Cima. Problema que por mais de uma vez trouxe a esta Assembleia e que continua sem resolução. Senhor Presidente, para além da macro política, da estatística e da informação numérica é necessário dar resposta às pequenas coisas que fazem a diferença na qualidade de vida das crianças.----- Em abono da sua tese, de que existe uma estratégia municipal de valorização das freguesias, releva o facto de algumas das reuniões do Executivo se terem realizado nessas localidades. Isso é importante para as populações, para a resolução dos seus problemas e para o conhecimento da realidade local por todos os eleitos. Contudo, lembrava-lhe que já o seu antecessor tinha essa prática. De facto as reuniões não eram reuniões formais do executivo é certo, mas uma vez por mês essas reuniões eram feitas.----- É pena que a voz dos Senhores Presidentes de Junta não se faça ouvir mais vezes nesta Assembleia sobre os problemas que afetam os seus territórios. Era bom ouvi-los, para aquilatar da realidade. Sim, porque o que tem chegado ao meu conhecimento, Senhor Presidente, são queixas e mais queixas sobre o mau estado das estradas e dos caminhos rurais, sobre a inexistência de saneamento básico em importantes núcleos populacionais, da dificuldade de muitos cidadãos em cumprir a obrigação de ligar as suas casas à rede de saneamento básico e rede pública de fornecimento de água, sobre esgotos a correr a céu aberto para as ribeiras, casos que posso concretizar em Couto de Cima, em Cepões, em Rio de Loba, em Bodiosa, e acrescentaria que até no Campo isso acontece. Não basta descentralizar algumas competências e respetivas verbas, é efetivamente necessária uma estratégia de desenvolvimento sustentado de todo o território municipal, que fixe as populações rurais e eleve a sua qualidade de vida.----- É o que recomenda a evidente boa saúde financeira do Município. 25 Milhões de euros de saldo, dariam para transferir em média um milhão de euros para cada freguesia. Desafio-o a assumir esse compromisso com os Senhores Presidentes de Junta para o mandato.----- É inegável, perante a informação que nos fez chegar, que a Câmara dispõe de uma “almofada financeira”, como gosta de dizer, que lhe permite lançar grandes projetos que sejam relevantes para os municípios. Mas fica também claro do Mapa da situação financeira do Município em 22 de Setembro, que existe um desfasamento perigoso entre as despesas correntes e de capital. É que, as Despesas de Capital, que representam os investimentos, são apenas 20% do total das despesas, enquanto as despesas correntes ascendem a 80%. Esta realidade, como sabe, contraria todas as regras da boa gestão municipal.----- Por último os SMAS, agora Águas de Viseu. Quero congratular-me com a adoção de medidas que vão facilitar o pagamento aos consumidores, algumas das quais eu aqui propôs em devido tempo. É um sinal de modernidade, sem dúvida. Mas, estou em crer,

que em simultâneo com estas medidas de agilização do pagamento, os consumidores gostariam de ver regularizada a fórmula de contagem dos consumos. Como sabe, e disso lhe dei conta em requerimento, o SMAS está a cobrar ilegalmente o preço da água pelos consumos máximos, em vez de corretamente o fazer escalão a escalão. É só consultar a fatura e verificar.-----

Senhor Presidente, os que habitamos na cidade, considerando embora excessivo o slogan, reconhecemos que esta é uma cidade boa para se viver. No que depender da CDU, tudo continuaremos a fazer para ter não só uma cidade, mas o melhor concelho para se viver.---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigada Senhora Deputada, tem a palavra a Deputada Manuela Antunes.-----

----- **TRINTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):** Bom dia mais uma vez a Todos e a Todas. O Bloco de Esquerda não partilha desta euforia do balanço que o Senhor Presidente apresentou, mas reconhece que houve um grande esforço para superar a perspetiva mais conservadora e retrógrada do anterior executivo. No entanto, muito do que nos foi apresentado não passa de uma mera mudança de imagem. É o caso por exemplo do Orçamento Participativo, que apesar de aumentado o seu valor para 75 mil euros e alargado o seu âmbito, após as nossas críticas iniciais, não deixa de ser um ensaio que pela exiguidade das verbas, não poderá ter um impacto significativo na cidade. De qualquer modo, tendo em conta a reação de repúdio da maioria do PSD e do CDS quando apresentámos por duas vezes a proposta de Orçamento Participativo nesta Assembleia, não deixa de ser um passo em frente que saudamos, e no qual o Bloco e os seus militantes, participaram com propostas quer na plataforma online quer em várias assembleias participativas.-----

O mesmo podemos dizer da Feira de S. Mateus que apenas mudou na imagem, pouco ou nada de significativo a nível da qualidade da programação. A maior novidade foi o sistema de torniquetes, que para além da complicação que foi para as pessoas poderem entrar na Feira, principalmente nos dias de grandes eventos como o caso dos Xutos e Pontapés e outros artistas que vieram à Feira, criou também alguns problemas na validação de bilhetes, no qual uma Senhora que eu conheço pessoalmente, médica no Hospital de Viseu, foi acusada de querer entrar com um bilhete falso e só depois de vinte minutos é que lhe conseguiram resolver o problema e isto são dados de falar com as pessoas. Atenção, que falhas de sistema podem acontecer mas! Outra situação foi as filas que o sistema provocou na entrada da Feira. Nem tudo é perfeito, ficamos também já na expectativa de na Feira de 2015 até porque sabemos que este executivo herdou coisas menos boas do executivo anterior em relação à Feira.-----

Também não nos parece ter sido boa ideia ter posto o funicular a andar durante a feira, já que tivemos conhecimento de vários acidentes na calha, (a velha e controversa calha) e nos carris quer com adultos quer com crianças e por outro lado, a questão de funcionar até às duas da manhã, alguns moradores da Calçada de Viriato queixaram-se de não poder descansar nem dormir com o funicular a funcionar até às 2 da manhã, mas isso também tem a ver como funciona o próprio funicular.-----

Consideramos também que a ligação da Feira à CAVA é uma boa ideia, mas tão urgente como construir o seu Centro de Interpretação para atrair turistas e principalmente é urgente corrigir as armadilhas que têm provocado e mais uma vez torno a falar em acidentes em turistas e em viseenses que vão ali passear e que ou caem no intervalo de 15 cm das lajes de granito ou no perigo que é uma falha de 30 e tal cm que fica junto ao banco de pedra, ao fundo mesmo da rua dos Heróis Lusitanos, e que já têm caído lá muita gente.-----

Agora, uma particular atenção para o Programa “Viseu Educa, que de entre outros objetivos vou destacar o seguinte: “ A promoção do sucesso e a igualdade de acesso à educação de todas as crianças e jovens e o combate ao abandono escolar”. Eu e o Bloco de Esquerda consideramos fundamental que deve ser criado ou que deve incluir este projeto

um grupo de trabalho específico que trabalhe o abandono escolar nas nossas crianças e jovens de etnia cigana, porque os 2,6% que foi falado e foi referido aqui pelo Dr. João Cotta, não digo cem por cento dessa percentagem, mas noventa e tal por cento são realmente os nossos jovens e crianças de etnia cigana que abandonam a escola muito precocemente, abandonam no segundo ciclo e no terceiro ciclo a maioria, há alguma frequência ao nível do primeiro e pré-escolar também já se verifica, mas realmente é muito difícil para os agrupamentos manterem estes meninos e estas meninas na escola e principalmente as meninas, que como sabem, tem-se falado muito na questão até dos casamentos de jovens meninas noutros países, mas nós temos esses casamentos de jovens meninas no nosso país e ao lado da nossa porta, e eu isso acho que é também uma preocupação, deve ser uma preocupação de todos os partidos em trabalhar.-----

A questão dos transportes escolares, e como faz agora um ano deste executivo e das eleições e que também foi falado até na campanha e nós que temos boa memória, eu pelo menos tenho e que não ganho acima de cinco mil euros, portanto consigo ainda ter uma memória razoável, digo eu, considero que era urgente criar uma rede de transportes escolares, eu sei que é difícil, considero que é um desafio para a autarquia, a questão da adaptação da rede pública é bom mas não chega, e vou falar de uma situação que se mantém ao longo destes anos e que se está a manter, porque é de um agrupamento que eu conheço muito bem e que já lá estou há vinte e tal anos e que abrange os alunos e alunas de de Vilar de Lordosa, Lordosa, Lustosa, Paraduça, Vilar do Monte, Póvoa de Calde e Várzea que se estiverem a sair às 17h30 da escola, têm o autocarro às 17h30 e ficam até às 19h, meninos de dez, por aí adiante, até ao nono ano, portanto, dos dez aos quinze, ficam à espera uma hora e meia do novo autocarro que passa às 19h ao cimo da rua. Isto cria algumas situações de brincadeiras estranhas na estrada, aliás, houve aqui há dois anos um acidente de um atropelamento grave de um menino que andava a brincar na estrada e a pessoa que o atropelou realmente não teve culpa porque eles andavam a desafiar automóveis, são brincadeiras que é muito usual ver nas estradas das paragens dos autocarros, é o desafio dos miúdos aos automobilistas que passam e apesar de a escola ter já pressionado as empresas, os horários dos transportes ainda não mudaram.-----

Outra situação que não tem muito a ver mas que eu tenho que referir, é que apesar da Escola Duarte em Vil de Soito não ser da responsabilidade da autarquia, pedia a esta autarquia que pressionasse o Ministério de Educação para cumprir o que disse em relação à retirada das placas de amianto já que esta escola ainda mantém as placas em dois pavilhões, um de aulas e outro de serviços com as placas de amianto.-----

Para terminar, rapidamente só uma nota em relação à violência doméstica, é um desafio também para a Câmara que é, eu acho que a Câmara devia adotar uma máxima que já foi adotada para outras medidas que é a tolerância zero. Não pode haver tolerância à violência doméstica e portanto, eu penso que tudo o que se desenvolva à volta desta temática tem que ser tolerância zero. Fala-se muito na vítima, na vítima, na vítima, gastam-se milhares de euros por ano para apoiar a vítima, e ninguém trata do principal ponto que é o agressor. O agressor tem que ser condenado rapidamente e tem que ser preso, se calhar, casas de apoio agressor fecham-se lá dentro até eles recuperarem e as vítimas manterem-se no se habitat natural que é a sua casa com os seus filhos e família.----

Aproveito também para falar na questão de, e dar também uma..., digamos que, é com orgulho que vejo que a cidade neste momento tem uma boa atividade na qual eu participo com muito orgulho e hei-de participar sempre, é o meu dever enquanto cidadã porque eu nasci aqui, fui criada aqui e vivo aqui, portanto tudo o que venha de bom eu... e também critico o que tiver que criticar como é óbvio.-----

Temos neste momento e penso que é um dos distritos aqui à volta, Aveiro, Coimbra a formação artística de dança foi pela primeira vez no ensino secundário autorizada a funcionar em Viseu, é com muito orgulho que vejo isso o “Lugar Presente” em parceria com a “ Emídio Navarro” têm esse curso, só lamento que o Ministério de Educação não

financie o ensino artístico quer da música quer da dança. Só para informação dos presentes, que não sei se sabem, o ensino artístico, chamado ensino articulado até ao nono ano é financiado pelo POPH, mas se um aluno quiser seguir estas duas vertentes, ou seja, ser bailarino ou ser músico, tem que pagar do seu bolso a propina numa escola pública, e eu tinha que deixar aqui esta referência porque que é uma desigualdade de acesso ao ensino artístico.-----

Para terminar, dia 1 de outubro e também a Câmara que é parceira, vai-se realizar o “Outono Quente” no qual eu também sou voluntária na organização, tenho aí uns desdobráveis para distribuir por todos os presentes e portanto, espero que seja um “Outono Quente” em cheio com a associação “Zunzum” que o vai organizar. Obrigada.---- Desculpem lá, tenho que dizer mais uma coisa, e como os Partidos também servem para servir, não só para fazer a política, os “mupis” da CDU e do Bloco de Esquerda, foram disponibilizados à “Zunzum” para enfeitarem a cidade com os seus cartazes. Portanto, demos sossego à população de Viseu durante duas semanitas dos cartazes de propaganda do CDU e do Bloco de Esquerda.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigada Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Rafael Amaro.-----

----- TRINTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS:) Senhor Presidente muito obrigado. Cumprimento o Senhor Presidente e a Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Comunicação Social e Público Presente. Senhor Presidente, eu leio sempre com muita atenção este ponto de informações, acho até que do ponto de vista daquilo que são as regras da Assembleia Municipal, isto é uma excelente ideia, melhorou este debate, vejo que também é muito exaustivo na forma como apresenta essa informação e portanto, saúdo-o por isso. Pode haver pessoas que achem que é demasiado longo, mas eu acho que é importante. Saúdo-o também já agora, porque se enquadra naquilo que quero dizer a seguir, e para não dizer depois que a oposição só faz críticas, saúdo-o pelo facto de a metodologia que adota ou a nova filosofia que adota do ponto de vista da política dos convites, saúdo-o por trazer realmente um novo modelo, uma nova convivência democrática e eu aí estou completamente de acordo. Infelizmente não posso ir a todas, mas irei sempre aquelas que for possível, porque acho que é muito importante para a democracia local e portanto felicito-o por isso. Agora, quanto às informações é óbvio que não vou deter-me sobre, e não temos tempo sequer para deter-me em todas as partes da informação e portanto, aquelas que eu não vou referir o Senhor Presidente considere-as como positivas, ou seja, que eu as considero positivas e começaria por dizer o seguinte: Vejo que há uma preocupação deste executivo o que acho natural, com toda a sua política, com todo o modelo de política que tem seguido demarcar-se digamos que, da governança anterior, eu acho isso positivo, cada personalidade tem a sua personalidade e o Senhor Presidente tem realmente uma personalidade diferente, mas não é só isso, ou seja, já passou um ano, ergueu o edifício que faz essa distinção, essa marca, esse corte e para que fique também digamos que, enquadradas as críticas, acho que esse corte é mais positivo. Eu já estive na Assembleia Municipal noutras circunstâncias e eu considero que este modelo é mais positivo. Agora, quando normalmente e quando eu ouvi aqui o Senhor Presidente dizer que o marketing da cidade é algo importante, eu concordo. Não é só importante, é importantíssimo, hoje a comunicação política é importantíssima. Agora, o que eu às vezes vejo é alguma confusão entre aquilo que é marketing da cidade a confundir-se muitas vezes com o marketing e a publicidade do próprio executivo, são duas coisas distintas e eu achava muito bem que alguns desses assessores conseguissem fazer essa distinção. Uma coisa é o marketing da cidade, outra coisa é com esse marketing muitas vezes tentar dar uma ideia, que também é natural e eu acho que isso se deve dar, obviamente que o Senhor Presidente não vem dar aqui notícias daquilo que é menos positivo, agora, é nesses pontos que eu gostaria de me centrar aqui, ou seja: Primeiro

ponto, considero que passado um ano, quer queiramos quer não é um quarto do seu mandato e há coisas que já se podem começar, digamos que, a fazer algumas perguntas e uma pergunta delas é, não obstante terem sido aqui apresentadas algumas coisas, mas nomeadamente no que diz respeito à gestão da Câmara, ou seja, o acesso que as pessoas têm à Câmara, aquilo a que chama a desmaterialização deste processo, eu acho que essa racionalização está por fazer, ou se não está por fazer, não está aqui na informação. Não confundir com aquilo que foi feito com os SMAS e que vai nesse sentido, mas eu, as informações que tenho é de que, no acesso à Câmara, no acesso aos processos, no acesso aquilo que é o tempo dos processos, no acesso aos serviços, não vejo que neste ano passado se tenham dado grandes sinais do ponto de vista dessa desmaterialização desse processo. Eu digo só que, essa desmaterialização pode chegar ao ponto de algum de nós em casa poder acompanhar os seus próprios processos, porque hoje é possível acompanhar uma encomenda daqui até aos Estados Unidos e saber se está no porto ou se já passou o barco, etc., etc. Portanto, esse ponto eu não vi ainda tratado. O outro ponto, já que tenho pouco tempo, mas só para dizer, o outro ponto é óbvio que é nuclear, é central no seu programa e é central no programa da Câmara, é o problema do investimento e da atração do investimento e o problema do emprego, e olhando esta informação está lá essa preocupação, mas não há nenhum dado. Bem sei que o Senhor Presidente, e já aqui falámos sobre isso, não cria emprego, tem que criar institucionalmente as condições para que esse emprego se faça, mas já passou um ano e digamos que, nessa área carece alguma informação ou pelo menos gostaríamos de ter alguma informação sobre isso. O outro ponto em que eu demoraria um bocadinho mais, é quanto à situação financeira. Eu li duas ou três vezes Senhor Presidente e vai desculpar-me, li duas ou três vezes a situação financeira e ao acusar a oposição eu ia quase caindo e porquê? Porque o que eu tenho aqui acompanhado e eu não vou tomar as dores da oposição toda, vou só tomar as dores da oposição do Partido Socialista, nós temos aqui debatido esse assunto e nunca ouvi uma palavra da parte do Partido Socialista a dizer que o Senhor Presidente estava a gerir mal a Câmara, aliás, nem podíamos dizer nada disso porque o Partido Socialista já não tem nada com o passado, ou seja, com o passado do Dr. Fernando Ruas e esse orgulho, eu não vou agora aqui discutir, esse orgulho relativamente às contas é para mim muito relativo e portanto, o Partido Socialista que saiba e aqui na Assembleia, mesmo os outros Partidos, nunca ninguém pôs em causa as contas, as contas que aqui vão sendo apresentadas e têm sido apresentadas, como tal até as temos tido aprovado e nem sequer as discutido muito porque achamos que nesse aspeto não há nada que dizer relativamente ao passado, o que me leva a supôr que esse recado não é nem para o Partido Socialista, nem para o Bloco de Esquerda, nem para o PCP, é para um partido invisível que existe na sociedade Viseense mas que não tem nada a ver com os que estão representados nesta Assembleia. Esse partido invisível, o Senhor Presidente tem que dizer e chamar "*os bois pelos nomes*" e portanto, tem que dizer aqui quem são e não fazer insinuações, aliás, porque eu estou a habituado a ter essa frontalidade do Senhor Presidente e aliás, até acusa a oposição muitas vezes dizendo, não insinue, diga, e portanto, quando eu estou a ouvir aquilo e como até me tenho como alguém do Partido Socialista aqui na Assembleia Municipal, vou obviamente acompanhar este caso, eu senti-me, não é ofendido, mas eu senti-me um bocadinho mal e ainda por cima, virou-se um bocadinho para ali. Eu não escrevo nas redes sociais, não lanço boatos, não sei se alguém escreve, e portanto, o que leio nas redes sociais, são pessoas que eu conheço, que já estiveram aqui nesta Assembleia a dizer certas coisas que eu às vezes vejo-o insinuar para a oposição. Portanto, o Senhor Presidente nesse aspeto vai-me desculpar, mas vai ter que ser frontal nisso e portanto, quem está preocupado ou quem está agitado com isso, é porque fez bandeira disso no passado e está a tentar ver se agora não é. Mas não é, a gente vez as contas e nesse aspeto eu reconheço-lhe razão, agora vai ter é que falar para essas pessoas, dizer os nomes dessas pessoas que fazem isso, e talvez até a política fique mais clara sobre isto. Quando houver alguma coisa, nós viremos aqui dizer,

que realmente as contas, mas nunca vamos, não vamos comparar com o passado, com aquele passado se tinha mais ou para menos, etc. Agora, acho que o Senhor Presidente clarificou bem só que devia ter dito, não a oposição, mas dizer o partido que às vezes diz isto, em todos os partidos não é? Às vezes resolve-se, agora está resolvido no Partido Socialista, no PSD vão ter que o resolver nomeadamente ao nível da cidade e portanto, e até se quer a minha opinião muito concreta, isso fica muito mais claro, com certeza que nos vai clarificar sobre isso. Portanto, resumindo, eu diria este é um, eu até diria que este é um “*fait divers*”, o Senhor Presidente saberá explicar isto melhor. Os dois que me preocupam aqui é, sem dúvida nenhuma, mais informação sobre como é que o investimento no concelho, digamos que a internacionalização desse mesmo investimento, o emprego como está, porque é óbvio que será esse o problema principal e não é do Concelho de Viseu, é um problema do País e se calhar nem é só do País, esse sim. Quanto ao outro ponto eu acho que a desmaterialização estava no programa do Partido Socialista, mas também estava no vosso programa espero que possamos também depois falar sobre este assunto Muito obrigado. Não sei se ultrapassei, obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado da nossa parte também. Entraram mais quatro inscrições e eu ia propor que houvesse uma suspensão dos trabalhos e recomeçam às quinze horas, se estivessem todos de acordo. É uma e dez, recomeçamos às quinze horas.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** – Já temos quórum, agradecia que ocupassem os vossos lugares. Íamos reiniciar a Sessão tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Ribafeita. Eu peço imensa desculpa, a Doutora Cristina teve um imprevisto profissional, não pode estar presente por estar no tribunal. Pedia à Deputada Joana para nos assessorar aqui na Mesa está bem.-----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAFEITA CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Os meus cumprimentos para a Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Colegas e Caro Público. Antes de começar aqui a minha intervenção, não vou deixar de comentar algumas intervenções dos Deputados que fizeram um comentário aqui à intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Primeiro o Senhor Ribeiro de Carvalho veio dizer que a cidade de Viseu ficou fechada desde as oito da manhã até à uma da tarde. Senhor Ribeiro de Carvalho, foi o Senhor que o disse aqui, penso que foi o Senhor, peço desculpa se não foi, que esteve fechada no dia da meia maratona. Eu penso que a cidade, fechou-se ao trânsito mas abriu-se às pessoas, eu acho que a cidade nunca se abriu tanto às pessoas como naquele dia, sinceramente. Portanto, espero que esta iniciativa continue e dou os meus parabéns ao executivo por esta iniciativa. Depois, também dizer ao Senhor Presidente da Câmara que acho que teve muita coragem em de facto antecipar o fecho da Feira de S. Mateus. É uma opinião pessoal, mas também falei com alguns comerciantes que deram também a sua opinião, uns de uma forma outros de outra, mas a grande maioria estava a favor da tomada de posição da Câmara Municipal de Viseu, é bom que isto seja referido. Depois outro comentário também que foi feito aqui pela Deputada do PCP. Eu penso que os Presidentes de Junta, não lhe passaram nenhum atestado, nenhuma declaração, nenhuma procuração para falar em nome deles, está a entender? Portanto, que fique bem claro, porque é óbvio que se as relações entre a Junta de Freguesia e a Câmara são boas, são as melhores, se calhar são as melhores do País, é óbvio que os Senhores gostavam de ter aqui um “*fait divers*” que é ao que vocês estão habituados, mas não é. Portanto, as relações são boas, são boas com os Presidentes de Junta do PSD, do PS e Independentes, portanto, se são boas é óbvio que não trazem aqui os assuntos, levam-nos diretamente ao executivo, portanto, isto é clarinho como a água e dizer mais do que isto, não vale a pena. Dito isto, não podia deixar de vir falar aqui como é óbvio da inauguração da Madre Rita, da forma como decorreu, bem, com um número de pessoas que tivemos, inclusivamente de Países da

Europa e fora da Europa, tivemos aqui cerca de duzentas e cinquenta pessoas de fora, que estiveram aqui já com o proveito da hotelaria aqui de Viseu, portanto, foi um primeiro proveito que esta obra deixou e continua a deixar, quer já depois da inauguração, quer no momento imediato. Vamos então aos factos. Antes de mais, como não podia deixar de ser gostaria de me congratular perante esta Assembleia o sucesso que foram as comemorações e inaugurações referentes ao projeto Madre Rita. É com muito orgulho que a Freguesia de Ribafeita vê hoje o trabalho alcançado, nesta medida é mais que devido um agradecimento ao Executivo Municipal, incansável apoio nuclear ao auxílio, à concretização da obra realizada. Gostaria também de referir que esta obra não é uma obra da Freguesia, não é uma obra do Presidente da Junta, não é uma obra do Padre nem do Bispo, é uma obra de todos e portanto, toda a gente tem usufruído dela, inclusivamente para cumprir promessas, para fazer os seus passeios, para andar de bicicleta e outras coisas mais, e que as pessoas saibam aproveitar, até porque aquilo tem uma paisagem bonita e portanto, mais uma vez lanço o repto a esta Assembleia e ao público em geral para que o façam, vão surpreender-se com aquilo que vão encontrar. O sucesso deste projeto, apesar de ainda embrionário, começou já a revelar-se traduzindo, duas mil e oitocentas visitas na Casa Museu, não contando com a inauguração. Portanto, que fique aqui bem claro e vou repetir o número novamente, duas mil e oitocentas visitas, deve haver aí poucos museus que tenham este número de visitantes. Proveito igualmente para informar que este sucesso não só se traduz em número de visitas, foi mais uma vez uma alavanca económica para a Freguesia, tendo sido um incentivo fundamental para investidores privados, cujos alguns processos já estão validados. Aproveito a oportunidade para reconhecer o importante trabalho da Câmara Municipal na implementação, conjuntamente com as Juntas de Freguesia na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Locais para os próximos anos, especialmente para as Freguesias Rurais. Convém ainda enfatizar o reconhecimento no terreno por parte do executivo, convém enfatizar aqui também uma palavra de apreço ao Senhor Vereador das Freguesias que tem sido incansável a percorrer as Freguesias e neste momento tem um conhecimento do terreno que não é fácil num tão curto espaço de tempo. Acrescido a isto e ainda mais relevante, o trabalho da Câmara Municipal na previsão da obra a executar nos próximos anos, isto permite-nos a nós Juntas de Freguesia executarmos um orçamento mais conciso e mais correto, que era aquilo que não tínhamos anteriormente. Portanto, agora dá-nos essa previsão e meus em termos orçamentais vem-nos ajudar e de que maneira. Termino mais uma vez para dar os parabéns à Câmara Municipal de Viseu, que mantém de facto as contas públicas boas, iguais ou melhores às antigas e isso deve ser um motivo de orgulho para todos nós, infelizmente grande parte das Camaras Municipais do País não têm sequer dinheiro para pagar aos funcionários, isto infelizmente é uma realidade que percorre o País. Portanto, o meu obrigado ao Executivo Municipal por este trabalho, por este ano de trabalho que tem sido muito positivo. Obrigado e boa tarde.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigado Senhor Deputado, tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimos Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Digníssimos Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Público aqui presente e Comunicação Social. Volvido um ano de mandato, podemos afirmar que Vossa Excelência e o seu Executivo se esforçaram por trazer uma imagem de modernidade suscetível de marcar a diferença nesta nova era de governação. Estamos certos que encontrou, durante o caminho efetuado, dificuldades internas e externas que tem procurado gerir e ultrapassar, de modo a tornar Viseu numa cidade atraente para viver, trabalhar e investir. Durante o tempo que leva de mandato, foi-nos permitido observar algumas

mudanças de estratégia, pois, se inicialmente a aposta recaiu no desenvolvimento económico e ainda continua a recair, através da criação do Gabinete do Investidor, cedo se percebeu que os frutos tardariam a surgir, apesar dos incentivos de isenção temporária de impostos municipais prometidos às empresas que se instalassem no nosso concelho e criassem postos de trabalho. É certo que a conjuntura económica adversa dificultou as boas intenções do Município e também sabemos que *“Roma e Pavia não se fizeram num dia”*. Deste modo, a direção da governação voltou-se para o Centro Histórico, tornando-o uma das grandes bandeiras da sua governação e, neste domínio, podemos dizer que o saldo da sua atuação é positivo, não só porque colocou na ordem do dia uma zona da cidade que estava paralisada, como resolveu alguns dos seus problemas aí existentes, para além de ter colocado os viseenses no centro do debate sobre o Centro Histórico.-----

A assinatura do protocolo com a Escola Profissional Mariana Seixas e o Montepio Geral foi até ao momento uma das medidas de maior assertividade, porque permitirá à Rua Direita voltar a ter um novo dinamismo, esperando-se assim que o comércio local ganhe um novo impulso e um maior desenvolvimento. Queremos acreditar que a Rua Direita voltará a estar na moda, devendo ser encarada como uma oportunidade de negócio e não como um problema sem solução.-----

Em relação ao Centro Histórico há assuntos que importa clarificar nomeadamente através de uma delimitação clara da zona de habitação e da zona de lazer, uma vez que nesta pontificam os bares e os restaurantes, uma das imagens de marca da zona histórica de Viseu. Falando em imagens de marca o meu reparo para as pinturas efetuadas no chão em algumas artérias do Centro Histórico de Viseu. Viseu é sem dúvida a melhor cidade para se viver, mas devemos ter alguma ponderação em determinadas manifestações que apenas conduzem ao exagero e podem desvirtuar uma marca que é acima de tudo um sentimento.-----

Apesar de vermos relegada para um plano secundário a promessa da criação de uma residência para estudantes no Centro Histórico, vemos com agrado a chegada de um Hostel ao, por forma a diversificar a oferta hoteleira.-----

Somos favoráveis à regulação do trânsito, havendo períodos do ano em que se deve fixar um horário de cargas e descargas, devendo-se ainda interditar o trânsito automóvel, particularmente aos fins-de-semana, promovendo-se, em alternativa, uma mobilidade mais amiga do ambiente como tão bem tem dito.-----

Em nossa opinião, deve ser dado um novo impulso ao arrendamento jovem e já que a autarquia tem adquirido alguns imóveis para recuperar, pretendemos saber qual a parcela que vai ser destinada aos jovens que pretendam fixar residência no Centro Histórico.-----

Quanto ao Mercado 2 de Maio gostávamos de o ver transformado num local de cultura e de eventos de índole diversa e com capacidade para abarcar públicos de todas as idades, uma vez que é necessário criar nos mais novos e desde tenra idade o hábito de frequentarem aquele local. Por isso saudamos iniciativas como, a Vendima Petiz, saudamos também a representação histórica que houve também neste mercado logo no início.-----

A realização de eventos tem sido uma aposta forte deste Executivo, no entanto, volvido um ano de governação urge refletir sobre esta matéria. O CDS preconiza uma seleção de eventos, cabendo à autarquia a organização de eventos realmente capazes de projetar Viseu no panorama nacional e além-fronteiras. Estamos a falar, em concreto, de eventos com créditos firmados como é o caso da Feira Franca de S. Mateus e da Volta a Portugal em Bicicleta. Todavia, há outros com potencial emergente como é o caso da Festa das Vindimas e da Meia Maratona do Dão que devem ser acarinhados e continuados. Pelos vistos a meia maratona já é um compromisso para o próximo ano, e bem. Para além disso, há ainda os Jardins Efémeros que, pelas provas já dadas, devem continuar a fazer parte integrante da agenda do Município.-----

Por último, não nos podíamos deixar de referir um facto político que tem assinalado a agenda dos últimos dias e que se prende com a atribuição do Viriato de Ouro, acima de tudo, entristece-nos ver, enquanto força política, que o prémio mais prestigiante deste Município irá ficar no cofre da Autarquia, sobre as razões de tal desfecho cada um saberá das suas, porém estamos certos que os viseenses e esta instituição que os representa não mereciam esta desconsideração.-----

Para refletir deixamos uma pequena frase e para terminar uma pequena grande frase de Winston Churchill “*Não há delito maior que a audácia de se destacar*”. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **TRINTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Boa tarde. Aproveito a ocasião para cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa extensivo aos demais Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Deputados e Colegas, Público em geral Comunicação Social. Começando por deixar aqui uma palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que muito me apraz esta abertura deste executivo na valorização desta Assembleia e dos Membros que a constituem. Uma palavra de apreço Senhor Presidente pela participação que esta Assembleia tem tido, pelos convites que lhe têm sido endereçados e portanto, eu gostaria de deixar esta nota inicial. Gostaria também de estender esse cumprimento ao Senhor Presidente da Mesa que tudo tem feito para que nesta Assembleia haja um tratamento igual para todos os que a compõem, sendo este o fórum de excelência do Concelho de Viseu. Dizer também Senhor Presidente que ouvi a sua informação com bastante atenção, dizendo-lhe que o documento Viseu Educa, é também ele um documento pilar da ação executiva ou governativa do executivo camarário, dizendo-lhe que prezo o trabalho em rede, mas dizer-lhe que também, o facto de existir esse documento não esvazia de qualquer conteúdo todas as reivindicações que sejam trazidas a esta Assembleia pelos Deputados que a constituem, reivindicações essas legítimas, antigas, ainda não concretizadas de pais e educandos e portanto, trazer aqui ao conhecimento as seguintes questões: A Escola de Jogueiros tem demonstrado algumas preocupações, e os pais têm demonstrado algumas preocupações quanto ao ginásio e à qualidade do ar desse mesmo ginásio, problemas de humidade, a saúde das crianças, são reivindicações que me foram trazidas ao meu conhecimento, reivindicam também uma entrada para a escola que seja diferente daquela que existe, não está devidamente coberta, nestes primeiros dias do início do ano letivo houve bastante chuva, as crianças chegaram molhadas à escola, portanto, há uma distância de cem, duzentos metros que é em espaço aberto do portão até à referida porta e portanto, há reivindicações dos pais quanto a isso e a essa resolução, existem também reivindicações quanto à existência de um vídeo porteiro, a escola não tem segurança, e também há reivindicações quanto à existência de um parque infantil. Eu gostaria de realçar isto, é certo que já nos deu notícias e boas notícias de escolas que têm sofrido obras, mas não podemos esquecer as reivindicações que são de todos e são legítimas. Também dizer ao Senhor Presidente, que quanto ao início do ano letivo e às nossas crianças e aos jovens, dizer-lhe que, também as populações de Travassós de Cima e Travassós de Baixo, cujos seus filhos e netos estudam na Escola Básica de Mundão, se deslocam em transporte público que faz a Estrada Nacional 229 e portanto, essas crianças são deixadas nesse transporte, numa estrada que não tem passeios, que não tem uma sinalização adequada e uma reivindicação que é antiga de pais e de alunos quanto à existência de semáforos na zona da entrada para Travassós de Cima e que iria dar mais segurança a esses jovens que são feitos transportar no transporte público que passa na Estrada Nacional 229. Dizer também Senhor Presidente, que muito prezo ouvir falar nesta Assembleia de Orçamento Participativo de consulta pública do Centro Histórico, porque isso diz-nos que o Partido Socialista andou bem durante esses anos em que reivindicou essas questões, andou bem e Vossa Excelência anda bem também quando

acolhe essas questões e as traz ao conhecimento público, quando as implementa, quando deixa que os cidadãos participem e nós Partido Socialista muito nos orgulhamos de ter entregues proposta que num outro ponto teremos oportunidade também de aqui trazer. Dizer-lhe também que este ano, este balanço de um ano, está implementado o arquétipo da governança municipal, importa agora concretizá-lo, Vossa Excelência tratou, e creio eu bem em termos de executivo porque tinha que o fazer de criar os princípios basilares da governança, importa agora, começar a fazer o balanço dessa forma que adquiriu e estes anos subsequentes terão que ser a concretização, mas importa-me também aqui deixar uma última nota, espanta-me Senhor Presidente e porque aprecio de alguma forma aquilo que disse aqui no início, que na maneira com o se dirigiria a esta Assembleia, jamais iria fazer insinuações veladas ou afirmações, é uma pessoa que francamente assume as coisas e eu tenho-o por essa perspetiva, dizer-lhe que me espanta um pouco esta informação e a maneira como ela foi redigida, creio que não é o seu estilo, não estava habituada a ele, dizendo em determinadas formas que uma certa oposição, repudiando uma certa oposição. Eu creio que Vossa Excelência não se dirige a nenhum de nós que aqui estamos, até porque disse-o a todos nós que não o iria nunca fazer de uma forma velada e portanto, eu acredito que haja um espectro de que paira uma certa oposição mas nenhuma dela aqui está representada nesta Assembleia e portanto, creio eu que de hoje para o futuro, essas informações deverão ser depuradas no que tange este tipo de afirmações.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Vicente de Figueiredo.-----

----- **TRINTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Público em geral e representantes da Comunicação Social. Dizer ao Senhor Presidente que ouvi com muita atenção e li também a comunicação que trouxe a esta Assembleia e dizer-lhe desde já que me congratulo muito porque o Senhor através desse documento, sai hoje desta Assembleia em ombros, pois efetivamente são mais os elogios, propriamente da oposição o que não é muito habitual do que propriamente a crítica. Claro que é mérito seu, é mérito também do executivo que elaborou esse documento, mas é mérito também dos Deputados presentes, sobretudo os Deputados da oposição porque efetivamente começaram a aprender que na casa da democracia, a democracia também fica bem nomeadamente nas apreciações que fazem. Posto isto, quero dizer-lhe que trago duas notas apenas relativas à comunicação que Vossa Excelência apresentou, duas não três, porque a vinda do Senhor Presidente da Junta de Ribafeita fez-me despoletar alguma coisa que me deixou entristecido nesta Assembleia que tem a ver exatamente com a intervenção do Deputado Baila Antunes que eu estimo mas que efetivamente me parece que não esteve muito feliz porquanto me começa a cansar a arrogância ou intolerância digamos, a intolerância agnóstica e laica, não permitindo que outros tenham opiniões contrárias, nomeadamente em termos de fé. O Senhor Presidente já lhe deu a resposta e muito bem, é um homem de fé e como tal não pode de forma alguma, tal como o Senhor não faz relativamente a eles, aceitar críticas que vêm em sentido contrário à fé que professa. A mim, admira-me muito que isso tenha acontecido porque o Senhor Deputado deveria saber e o Senhor Presidente também já disse que estamos a falar de tradições seculares. A Semana Santa sempre foi vivida, claro através de cerimónias religiosas que eram feitas na Sé de Viseu e nas Igrejas da Cidade, mas sempre foi vivida intensamente e como sabe, exatamente a partir do carnaval, terminava o carnaval e começava a quaresma e todo esse período era cheio de cerimónias, dum cerimonial muito rico, mas depois há também as cerimónias populares, e a tradição da Via-Sacra, é uma tradição Secular, é uma tradição que pode arrastar e arrasta gente, e o Senhor na intervenção esqueceu-se que, em termos de património, nós devemos preservar o património que temos e nesse património há o património imaterial, ou seja,

temos também as tradições, os hábitos e os costumes e isso atrai turismo religioso e o mesmo poderemos dizer relativamente à Procissão e à Missa de S. Mateus, o Senhor com certeza nunca participou mas, este ano não aconteceu, mas no dia 21 de setembro, é hábito muito antigo, haver a Missa de S. Mateus e quando havia procissão, no período em que decorria a Feira, percorria mesmo a própria Feira, com os feirantes a integrarem-se na procissão. Portanto, são tradições que nós não podemos e muito bem deixar acabar. Fico-me por aqui, vamos então ao assunto que aqui me traz Senhor Presidente e que tem exatamente a ver com a Feira de S. Mateus. Falemos da Feira de S. Mateus. Em relação à intervenção e aquilo que disse, o Senhor salientou uma série de alterações introduzidas em termos de imagem, em termos de negócios, falou dos torniquetes de entrada, da marca comercial e também do impulso comercial que isso trouxe à Cidade de Viseu, contudo, talvez por esquecimento, não referiu o programa cultural da Feira de S. Mateus e eu penso que terá sido por esquecimento, porque o programa cultural da Feira de S. Mateus, é uma parte não menos importante que todas aquelas que eu referi, a imagem, os negócios que fazem na Feira e como tal entendia que deveria também merecer uma referência, e eu quero saudá-lo pelas alterações introduzidas no programa cultural, sobretudo num aspeto que passou despercebido a muita gente, a mim não, e que tem exatamente a ver com a criação de um segundo palco fora do espaço habitual da Feira de S. Mateus e que permitiu a realização de concertos de música, estou a referir-me ao espaço do Orfeão de Viseu, que no anfiteatro que foi construído permitiu mostrar à cidade uma série de grupos musicais que não atuaram no palco principal, mas que foram atuar ali e muito bem.----- Depois também dizer-lhe que, não foi só esse espaço do Orfeão de Viseu, foi a centralização também que o Senhor teve a capacidade de fazer, levando ao Adro da Sé, mais propriamente ao Adro da Igreja da Misericórdia espetáculos de muita qualidade, foi pena que algumas noites estivessem frias e que não houvesse a assistência que nós esperávamos nesse tipo de espetáculos. Também a este propósito, quero manifestar-lhe a satisfação que foi ver o Orfeão de Viseu com muita gente, fizeram-se lá colóquios, fizeram-se lá espetáculos com artistas de grande qualidade e tudo isto foi fruto de uma iniciativa do Executivo Camarário e também da Expovis que propôs uma parceria com o Orfeão de Viseu. Esta ideia de transferir espetáculos e transferir a Feira para a outra margem do Pavia, foi uma ideia conseguida, a utilização dos espaços do Orfeão para diversos fins neste período da Feira de S. Mateus, trouxe mais visibilidade à própria instituição, muita gente passou por ali, muita gente elogiou as instalações belíssimas que nós temos, foi fruto também de um protocolo com a Câmara anterior e depois com os fundos comunitários do QREN e finalmente e relativamente ainda à Feira, permita-me que saliente a conclusão, o início e a conclusão do seu mandato os arranjos exteriores daquele espaço, que era um espaço degradado, que inclui agora um anfiteatro ao ar livre e a capacidade que teve de recuperar um espaço que estava degradado que era depósito de lixo, estou a referir-me aquele terreno que era do Senhor Alfredo Cruz, na zona envolvente do Pavia, que de uma forma não muito cara, conseguiu dar a volta, retirando o lixo que havia criando ali um jardim. Não falo como membro do Orfeão de Viseu, falo como cidadão da cidade, aquela zona envolvente do Pavia, toda a gente sabe desde o velho edifício do matadouro aquele espaço de terreno que era do Senhor Alfredo Cruz que estava para construção era um espaço extremamente degradado, foi recuperado, tem hoje outra visibilidade, só esperamos que agora também as casas que estão em ruínas do lado de lá, também venham a ser recuperadas para finalmente termos ali uma zona agradável. Segunda questão Senhor Presidente, muito rápido. Eu como sempre estou atento às suas palavras e o Senhor disse que tinha um sonho, mais ou menos de, não sei se referiu no final do seu mandato, ou dois mandatos de pôr as pessoas a tocar um instrumento. Eu já diria que seria muito bom que um terço da população do concelho no final de quatro mandatos estivesse a tocar um instrumento. Eu regozijo-me muito por isso e quero felicitá-lo, porque os sonhos, com a força do querer também se tronam realidade, e quero dizer-lhe que o

Senhor tem uma via para poder conseguir isso mais rapidamente, hoje há muitas associações que têm escolas de música, estou a falar de associações da cidade mas também associações nas aldeias e se o Senhor souber aproveitar essas escolas de música incentivando a que mais alunos as frequentem, então estou convencido que esse sonho se possa tornar realidade mais cedo. Depois também o desfiava para uma outra coisa, é que o Senhor está a ver na perspetiva dos jovens eu sei que o Senhor é um adepto das atividades viradas para seniores, hoje há muitos seniores que procuram instituições e eu falo por experiência própria para tocarem instrumentos tradicionais, para cantarem em coro, isso também alivia o espírito e alimenta o intelecto das pessoas. Senhor Presidente, aposte também na área musical, não apenas na área desportiva mas comece a apostar na área da música para os seniores e eles de certeza que ficarão gratos. Termino apenas com uma simples nota que tem a ver com a passagem do centenário do nascimento de Mirita Casimiro. Mirita Casimiro, como sabem era filha de um grande toureiro, irmã de toureiros, têm nome de Rua, exatamente a Rua dos Casimiros ali na confluência da Alberto Sampaio e a 10 de outubro, exatamente deste ano, daqui a pouco mais de uma semana, celebra-se o centenário. Eu presumo que a Câmara terá alguma coisa em vista no sentido de comemorarem este centenário, se não, provavelmente ainda se vai a tempo de não deixarmos passar esta data em claro. Eu sei que Cascais tem projetado eventos para comemorar esse centenário, sabemos também que Espinho onde ela nasceu curiosamente por acidente, porque o pai sempre morou aqui mas na altura estava lá, tal como aconteceu com D. Duarte, e ela nasceu em Espinho, mas a vida dela sempre foi aqui na cidade e depois então em Cascais quando começou a dedicar-se ao Teatro musical. Deixo também esta nota e depois a Câmara se entender ainda poder realizar alguma coisa, seria muito bom. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Baila Antunes.-----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Colegas Deputados, Excelentíssimo Público presente Excelentíssimos Senhores Jornalistas. Se me permite Senhor Presidente, eu faço primeiro um preâmbulo a bem da democracia interna e das boas relações interpessoais. Há bocado com o Senhor Presidente da Câmara disse que a minha intervenção em sequência de outras são deprimentes, foi incorreto, foi deselegante e porventura, contrariando as suas próprias palavras enxovalhou-me. O Senhor Presidente da Câmara, devia estar atento realmente aquilo que eu vou dizendo, porque se lembrar dos últimos oito anos antes deste mandato, eu acho que o Senhor subscrevia todas as minhas intervenções aqui, e foram repetidamente focados aspetos essenciais que agora está a seguir. Quantas vezes me ouviu aqui dizer da falta de estratégia ou do modelo de desenvolvimento para Viseu com crescimento epidérmico associado ao metabolismo urbano? Quantas vezes me ouviu dizer que em Viseu faltava força motriz económica geradora de riqueza não sabendo a Câmara ser catalisadora como agora o Senhor Presidente quer ser? Quantas vezes eu disse aqui que em Viseu falta uma Marca endógena e não epidémica só com aquele logotipo de Viseu a melhor cidade para viver? Quantas vezes me ouviu aqui dizer que não havia articulação com os outros municípios inter e intra-regionalmente? Quantas vezes eu insisti com o Senhor Presidente Fernando Ruas que não havia uma ETAR neste município, e eu vinha aqui quase todas as Assembleias, até que finalmente a ETAR apareceu, está em construção. Portanto, Senhor Presidente, sinto-me com propriedade para seguir da minha maneira, que pode não ser a mais correta politicamente. Eu não sou político, estou aqui a fazer o meu último mandato, porque a ética democrata assim me obriga, é o terceiro e portanto, eu falo à vontade e com propriedade e se o Senhor Presidente vai achincalhar como já não é a primeira vez que faz

as minhas intervenções, pois já outros fizeram e eu pensava até que o Senhor era um “gentleman”, a sério, o Senhor tem um porte de um outro tipo de político, mas já por duas ou três vezes caiu numa outra postura de alguém que quer ser totalmente diferente e eu estarei aqui a defender os Viseenses, foi para isso que fui eleito. Bom, por isso mesmo, vou fazer outra intervenção que já estava prevista e que se calhar no final o Senhor vai novamente utilizar a argumentação que eu referia.-----

Senhor Presidente, sejamos claros isto é a voz da rua e toda a gente reconhece. A par de verdadeiras iniciativas políticas dos “novos tempos...” (os novos tempos) (diversas de saudar muitas, algumas efetivamente estratégicas e estruturantes) isso é verdade, neste primeiro ano de mandato, aquilo que mais se evidencia aos Viseenses é a Propaganda. Tudo bem que o Senhor tenha feito muita coisa boa, tem anunciado coisas ótimas, que a serem concretizadas e o seu tempo de estado de graça está a acabar, vai ser ótimo se se concretizarem, esperemos que sim, mas a verdade é isso que mais transparece e eu queria focar sobretudo na questão da Marca e olhei para o mentor que está ali em cima e parece-me o mentor, e só lhe vou focar na questão da Marca. A marca indelével ou símbolo, (só vou focar o octógono amarelo) que é de facto a ponta de lança de toda esta estratégia, este logotipo nas suas múltiplas variações, é disseminado à saciedade pelo município, seja em autocolantes, t-shirts, tarjas, tabuletas aberto/fechado, graffitis no pavimento, elementos escultóricos, táxis, site e Facebook, programas de variedades de fim de-semana de tv, etc., etc., etc.-----

Este logotipo, elegante e moderno, de *design* bem conseguido ... segue também à boleia dos inúmeros eventos que já aqui se falaram, celebrativos/festivos pelas ruas de Viseu, uns mais conseguidos que outros, uns muito bem conseguidos, a meia-maratona, eu tive pena estava lesionado, a meia-maratona foi um evento magnífico por exemplo, alguns a parecer apenas criar Um Momento, (Criar Um Momento).-----

A priori, a intenção do atarefado Gabinete de Imagem e Comunicação do Município é muito positiva, e é verdade, e precisamos de marketing territorial, mas tem que ser substanciado, não é só uns logotipos sem haver estes caminhos que eu agora vou referir, isto é: Para a Marca Viseu ser consolidada, estar ancorada em algo estruturador corporizando algo tangível, podia seguir dois caminhos:-----

Um é o óbvio de acordo com o que é o logotipo, é a Cava de Viriato, e a Cava do Viriato, bem ou mal, e mal não por sua culpa mas do seu antecessor, não está potenciada, muita gente fora de Viseu não sabe que existe a Cava de Viriato e então o logotipo ser um octógono, pode cair e desculpem a expressão popular, “em saco roto” e realmente espero, e acho que tem hoje mais uma vez boas intenções, que tenha um papel muito importante, já este ano a Feira funcionou a esse nível e outras atividades, de reerguer o Viriato e sobretudo a Cava, tem um enorme potencial e assim o logo corporiza algo ou então, tinha uma segunda via que é aquela que eu defendi aqui “n” vezes, e que ainda ontem, terá visto o seu colega Rui Moreira, que eu acho e desconfio que o considera muito, apesar de não ser eleito pelo seu Partido, apresentou a estratégia de Marca do Porto, e realmente a Marca Viseu, tem de estar associada a algo verdadeiramente criador de riqueza. O PIB interno, ao nível de geração de riqueza, com forças motrizes associadas por exemplo à atividade industrial, é muito reduzido, mas nós temos um potencial enorme e é por aí que temos que ir, porque se não, pese as intenções anunciadas e algumas iniciativas dispersas, ainda não há frutos claros da sua estratégia o que é natural, mas tem que acontecer, porque a “Marca Viseu” não pode ser entendida apenas como um conceito simbólico, e eu li as palavras do mentor, enfim, estou-lhe a dar essa relevância, uma imagem instituída superficial e forçadamente por campanhas de marketing.-----

Eu acabo só, e peço desculpa porque já me estou a alongar, por uma coisa que cola a essa questão do marketing. Este frenesim de marketing também se disseminou pelas Águas de Viseu como agora se diz e bem, Senhor Presidente, eu elogio as coisas, e bem que o SMAS, as Águas de Viseu vão agora para o Centro Histórico, tal como a Mariana Seixas e etc.,

mas eu coloco uma questão. Será que esta nova imagem, com um “*Appeal*” mais comercial, “Águas de Viseu” a abordagem até, e mesmo a informação que agora deu aos munícipes, mais uma, já não bastavam os cartazes dos meios de pagamento, tantos municípios que fizeram isso sem o anunciar, é uma coisa normal agora com o multibanco, essa imagem, esse destacamento da Sede da Câmara Municipal para um edifício autónomo, se não é um embrulho para privatizar, sim exatamente, (peço desculpa é a linguagem corrente, é a falar da Câmara como saberá) isso não é apenas um passo para a empresarização e privatização das Águas de Viseu? Estou só a questionar, nem sequer tenho dogmas sobre isso. Senhor Presidente, durante o seu mandato, porque o segundo, não se sabe, este mandato, que este é garantido, vai fazer algum caminho nesse sentido? Privatização, das “Águas de Viseu”? Era só isto que eu queria dizer. Peço desculpa por me alongar.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Responderei com gosto a todas as questões que me foram colocadas. Antes de mais, gostava só de fazer aqui uma referência e vão-me permitir que a faça. Saúdo o Senhor Enfermeiro Dias, que está ali em cima a assistir a esta Assembleia Municipal, foi uma pessoa que trabalhou em equipa comigo durante vários anos enquanto presidente desta casa, não queria deixar de o saudar por estar aqui a matar saudades, espero eu, deste órgão.-----
Gostava de começar pelo Senhor Deputado Manuel Teodósio, desde já dizer o seguinte: Mal parecia que a minha bancada não apoiasse o executivo, mal andaríamos, mal andaríamos se os Senhores Deputados da Bancada, eu falo muito com eles, acreditem que sim, que esta perspetiva aberta de debate passa também por um debate alargado com os meus companheiros de partido que muito prezo e que também me vão dando as suas sugestões e trazendo os seus reparos, mas obviamente que faz todo o sentido que haja uma sintonia. Agora, já não é tanto normal ver uma sintonia das duas bancadas não é, essa também é verdade, mas isso só nos cria mais responsabilidade, de facto quando eu ouço várias intervenções como hoje aqui vi, positivas, que enaltecem aspetos positivos, não está tudo feito, obviamente que ninguém faz..., uma pessoa pode estar dez anos numa função e quando chega ao fim da função, olha para Trás, e seguramente que há-de reconhecer que cometeu erros, seguramente que há-de ter a perceção que nem tudo fez porque enfim há várias vicissitudes, mas é muito motivante para o Presidente da Câmara e para a sua equipa ver as intervenções que aqui foram feitas, porque genericamente são de saudação e de estímulo para os caminhos que estamos a seguir, portanto, acho que só tenho que me sentir, enfim, lisonjeado, responsabilizado, porque isto também é uma responsabilidade, porque nós também sabemos que temos muita ambição para a nossa terra e que essa ambição nos obriga a trabalhar muito e nos obriga a ser muito criativos nas opções que vamos fazendo no dia-a-dia, mas seguramente que vamos conseguir levar essa ambição até ao ponto que pretendemos, com a vossa ajuda, com a ajuda de todos os viseenses e sempre nesta lógica, aos 53 anos já não vou mudar, este feitio é o que vocês conhecem, portanto, não estejam à espera que eu vá, os que estavam à espera que eu enquanto Presidente da Câmara viesse a assumir uma postura diferente daquela que assumi ao longo de toda a minha vida, enganaram-se redondamente, porque eu estou Presidente da Câmara, estou, vejo a expressão como estive já noutras funções mas sempre igual a mim mesmo e portanto, é assim que eu vou continuar. Falou também no Centro Histórico, vou-me reservar um pouco para a intervenção sobre o Centro Histórico, mas gostava de realçar aqui na sua intervenção, dois aspetos. Por um lado, as Freguesias e por outro lado a situação financeira. É que, os Senhores Presidentes de Junta estão aqui e sabem bem a consideração que tenho por todos sem exceção, os que foram eleitos pelo meu partido e os que não foram eleitos pelo meu partido e todos eles testemunharão que nestes onze meses

de trabalho conjunto tiveram sempre um tratamento igual face ao Presidente da Câmara e ao Executivo Camarário e mais do que isso, definimos regras muito claras, sabem que a aplicação da Lei 75, fomos dos primeiros municípios a aplicá-la nesta convicção que tenho, porque não é fruto só da Lei, é convicção de que, as coisas feitas numa lógica de proximidade, têm um efeito desmultiplicador muito maior. Eu e o Senhor Vereador às vezes falamos sobre a questão da disponibilização de materiais para as Freguesias. Eu sei que cada vez que se dá uma tonelada de “*touvenan*” a uma freguesia, isso tem um efeito desmultiplicador muito maior. Duzentos mil euros de materiais ou mais que já transferimos até ao momento para as freguesias, sem que se vão traduzir em quase um milhão de euros de obra pela forma como os Senhores Presidentes de Junta conseguem desmultiplicar tudo isto, muitas vezes, já eu o vi, alguns dos Senhores Presidentes de Junta a trabalharem ao lado do pessoal que anda lá na freguesia a trabalhar e isso é saudável. Portanto, estes homens merecem-me toda a consideração e tenho que os elogiar em todos os momentos porque de facto são os primeiros, nesta democracia representativa são os primeiros a atenderem as reivindicações dos nossos concidadãos e nós sabemos que todo o processo evolutivo do nosso concelho nos coloca num determinado patamar muito mais exigente, é que se em Viseu há um buraco na rua, há logo vinte mails que chegam à Câmara a dizer que há um buraco na rua. Uma pessoa vai a Lisboa e há lá ruas que o difícil é encontrar um espaço que não tenha um buraco, mas seguramente que os cidadãos não reclamam tanto porque estão habituados a menos qualidade. Obviamente que a cidade que nós queremos construir, o concelho que nós queremos construir é um concelho posicionado como a melhor cidade para viver ou o melhor concelho para viver, e portanto, dentro desses padrões, é muito mais exigente para quem está ao executivo, além disso, a relação com as freguesias, também se traduziu na criação dos chamados PDL Planos de Desenvolvimento Local, exatamente para quê, para puxarmos em cada uma das freguesias por aquilo que tem. O Senhor Presidente da Junta de Ribafeita, esteve aqui e quando discutimos o seu PDL, chegámos à conclusão que a Madre Rita era claramente um fator de competitividade da sua freguesia e era importante também para o concelho e fizemos a aposta e os números que nos trouxe aqui denotam bem que fizemos a aposta correta, não estou nada arrependido da decisão que tomámos em relação ao investimento que fizemos, e mais do que isso, estamos neste momento, os Senhores Presidentes de Junta sabem-no, por um lado, com uma grande transparência, não vale a pena nós andarmos aqui a iludir, o próximo quadro comunitário de apoio, tem aspetos onde é um quadro comunitário de apoio muito mais aberto, sobretudo para a vertente económica, mas tudo que é estradas, largos e até obras de saneamento, “foi chão que deu uvas”, temos que ter consciência disto. Na área do saneamento e ambiente, mais obras intermunicipais eventualmente no abastecimento de água, mas, há uma panóplia de obras que tinham acolhimento nos fundos comunitários que vão deixar de ter e isso é bom saber-se, e os Senhores Presidentes de Junta sabem com a transparência que temos. Em alguns casos, nós vamos ter que fracionar obras em dois três anos para se conseguir atingir o mesmo resultado, mas se tivermos esta relação transparente seguramente que as coisas vão correr bem e também, com cada um dos Senhores Presidentes de Junta, já estamos neste momento e estruturar um trabalho para contratualizarmos todo o trabalho de obras que vão fazer ao longo dos próximos três anos, o que dá aqui uma perspetiva de estabilidade, os Senhores sabem com o que é que podem contar, sabem qual é o orçamento que a autarquia aloca às obras nas freguesias, podem planear e mais do que isso, nós vamos contratualizar a maior parte dessas obras com as freguesias para que efetivamente responsabilizando as juntas, isto é de facto uma forma muito transparente de relação com os Senhores Presidentes de Junta e o “*feedback*” que tenho tido da vossa parte é aquele que já hoje se ouviu aqui em várias intervenções, não é bajulação nenhuma ao Presidente da Câmara, é um reconhecimento legítimo de uma nova forma de relacionamento que lhes dá, aos Senhores Presidente de Junta também a possibilidade de planearem o seu trabalho como eu gosto de planear o

meu, saber com que linhas é que me coso e fazer as coisas como deve de ser e portanto, não queria deixar de fazer isso. Em relação à situação financeira, porque é que eu a trouxe cá? Porque é importante, é que às vezes, não é a intervenção aqui, é a intervenção em surdina, eu tenho ouvido, eu também ando na rua, aliás, dificilmente haverá um Presidente da Câmara que ande tanto na rua como eu, e as pessoas abordam-me, e os meus filhos andam no autocarro, e também ouvem pessoas e eu sei muito bem que alguma oposição em surdina, começou a tentar colocar-me um rótulo de despesista, “este Presidente da Câmara só gasta dinheiro e quer é festa” é preciso que as pessoas percebam que de facto nós queremos eventos na cidade e queremos afirmar Viseu como uma cidade de cultura, um concelho de cultura e de eventos, mas temo-lo feito e se verificarem o orçamento que temos utilizado, não é maior do que era nos anos anteriores, agora, temos procurado inclusivamente ir buscar apoios a Festa das Vindimas teve patrocínios, mas porque é que não há-de ter? É uma forma também de compensarmos se o nosso orçamento não chega para irmos mais longe, temos que encontrar formas criativas de engrossar o orçamento para atingirmos os nossos objetivos. Portanto, eu trouxe aqui a situação financeira, para que fique claro de uma vez por todas, que eu comprometi-me nas eleições com a minha equipa que ia fazer uma gestão tão rigorosa como existia anteriormente. Herdei uma excelente situação financeira e vou mantê-la, é esta a promessa que eu faço, por outro lado, também não vos escondo que a preparação do próximo quadro comunitário de apoio implica ter boa saúde financeira. Portanto, o facto de nós termos esta boa situação financeira, permite-nos estar neste momento a planear o próximo quadro comunitário de apoio, em candidaturas que vão ser da Câmara, outras que vão ser em parceria, enfim múltiplas situações e saber que temos a almofada financeira, e já agora dizer aqui à Senhora Deputada da CDU, ainda bem que se dedicou à filosofia, e que não se dedicou à gestão, porque com o raciocínio que ali fez, mal estariam as finanças da Câmara se seguissemos esse caminho porque efetivamente denota que não conhece a Lei, a preparação de um orçamento da autarquia implica que nunca se pode ultrapassar no ano em curso um volume de despesas face à receita obtida, há uma série de regras, já agora aconselho-a a ler a Lei da Finanças Locais que implica que fazer um orçamento não é exatamente gerir a mercearia, é uma coisa bastante mais complexa do que isso e portanto, já agora que fique bem claro que esta questão da situação financeira é também importante para nós podermos olhar para o futuro e podermos preparar o nosso concelho para o embate que aí vem. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, dizer-lhe o seguinte, para já agradecer-lhe os vários aplausos, foi a expressão que utilizou, aplaudo, aplaudo, aplaudo, três vezes que a utilizou. Dizer que, em relação à propaganda estamos conversados e já agora aproveito também para responder ao seu camarada de bancada, não se confunda comunicação com propaganda, não se confunda, olhe, desde já dizer o seguinte, a equipa que tenho foi toda escolhida por mim, toda, todos os Senhores Vereadores que hoje estão em funções, incluindo o Vice-Presidente, foram escolhas pessoais e na minha equipa também foram escolhas pessoais e sabe o que é que os distingue, é que eu escolhi os mais competentes, e tenho sempre essa preocupação e portanto, se hoje a cidade tem marketing, é porque de facto também me soube rodear de pessoas que me ajudam a fazer esse trabalho no dia-a-dia. Quero-lhe também dizer que a autarquia não gasta um cêntimo em estruturas, utiliza as que tem, porque é uma autarquia tem de facto bons contratos negociados de trás com a JCDecaux que lhe dá uma série de posições nos outdoors, tem uma série de outdoors que resultaram de uma série de negociações e todos os meios que a autarquia está utilizar para comunicar com os seus cidadãos já lá estavam todos, não adquirimos nem mais um, não instalámos nem mais um e não gastámos um cêntimo a montar uma estrutura que fosse, que fique bem claro, portanto, significa que estamos a utilizar bem as estruturas existentes. Hoje é preciso comunicar com os cidadãos, porque se não como é que nós podemos, por exemplo, eu sei que quando nós lançámos a campanha do SMAS, da melhor água, alguns dos Senhores até brincam com isso, podem brincar, a

verdade é que ela é uma das melhores águas, há uns que logo afoitamente vão buscar artigos que saem nos jornais onde é omitido e publicam-nos, não, é a ERSAR que faz essa classificação anualmente e o desafio que temos nas Águas de Viseu é de todos os anos conseguirmos estar na lista da ERSAR que qualifica a nossa água como uma das melhores águas do país, esse é o nosso desafio. Obviamente que primeiro falámos na qualidade das águas, a seguir modernizámos alguns serviços, fizemos o combate aos ilegais e estamos neste momento a fazer investimentos em infraestruturas para melhorarmos exatamente o serviço do abastecimento de águas e também os resíduos urbanos e ao mesmo tempo a preparar também para o próximo quadro comunitário de apoio para poder reforçar um aspeto de fragilidade que o nosso concelho tem que é exatamente o abastecimento de água, mas isso obviamente vamos ter que o fazer também numa perspetiva intermunicipal. Portanto, aquela propaganda que os Senhores fazem, ou dizem que se faz, é o trabalho de catorze, dezasseis horas por dia numa equipa mais todos os cerca de mil colaboradores que a Câmara tem nos vários locais a trabalharem juntamente connosco, mais os Senhores Presidentes de Junta e se de facto temos trabalhado muito, é natural que também os resultados comecem a aparecer embora com a consciência que nem tudo está feito. Portanto, sobre propaganda Senhor Deputado estamos falados. Em relação ao acompanhamento das instituições do ensino superior, posso-lhe dizer que desde que estou em funções, já falei uma boa dúzia de vezes com cada uma das instituições existentes, mantenho um contacto perfeitamente regular, aliás, o Piaget, a Católica e o Politécnico fazem parte do Conselho Estratégico, os tais Conselhos da nova governança que estão a cumprir o seu papel, que estão a cumprir o seu papel para pôr as instituições a falar umas com as outras e em cada uma das áreas, na área social, na área cultural, na área da educação, na área da juventude, estão a cumprir o seu papel, não há que fazer balanços, porque eu até levo esses conselhos e por convicção a debate prévio sobre determinadas matérias que considero fundamentais, da mesma maneira que faço o debate nesta Assembleia de forma aberta como tenho feito, também o faço com estes cidadãos porque acho que é a forma de nós podermos..., portanto, isto para lhe dizer que estamos a acompanhar de muito perto, e mesmo a situação do Piaget e portanto, mesmo muitas questões de licenciamento estão todas neste momento ultrapassadas, todos aqueles edifícios, é uma coisa também que nos deu algum orgulho foi, levarmos à Sessão de Câmara, designadamente um conjunto de isenções que foram atribuídas a esta instituição que permitiram a legalização de todos aqueles edifícios, portanto, a relação é de facto uma relação muito boa. Em relação ao Viriato de Ouro, eu não fujo às questões Senhor Deputado. Como se recordarão, eu no dia da minha tomada de posse, disse que iria apresentar a proposta da atribuição da mais alta condecoração e assim o fiz, na primeira reunião do executivo camarário, aprovado por unanimidade, fiz a apresentação da proposta para a atribuição do Viriato de Ouro ao Dr. Fernando Ruas, e da mesma maneira trouxe essa proposta à Assembleia Municipal, recordar-se-ão que só havia um partido que estava para votar contra, era o Bloco de Esquerda e eu até apelei ao Deputado do Bloco de Esquerda para que se abstinisse, numa atitude de reconhecimento de um trabalho que de facto é um trabalho excelente feito durante vinte e quatro anos ao serviço da nossa autarquia, e portanto, a população de Viseu através destes dois órgãos atribui um Viriato de Ouro ao Dr. Fernando Ruas, dei-lhe conhecimento pessoalmente de que perspectivávamos entregar-lhe o Viriato de Ouro no dia 21 de setembro e depois posteriormente como é normal, eram cinquenta pessoas que iriam ser homenageadas, entre Presidentes de Junta a Vereadores e o anterior Presidente da Câmara, foram enviadas cartas com o aviso de receção, é o procedimento normal a dizer que no dia tantos de tal vai ser atribuído, queira confirmar ou não a sua presença, queira confirmar a sua presença, estava pela positiva. A esmagadora maioria das pessoas responderam até ao dia 17 ou dia 18, dizendo que estariam presentes e o Dr. Fernando Ruas e o Dr. Américo Nunes, enviaram cartas, não, o Dr. Fernando Ruas só, enviou uma carta dizendo que não

estaria presente, argumentando um conjunto de razões, pronto, foi isso tão simples que aconteceu, não tenho mais nenhuma explicação a dar. Assumi que quem falta é que tem que se explicar, portanto, obviamente que a carta está na Câmara, é um património da Câmara que ficará para o futuro, mas portanto, foi exatamente assim que as coisas se passaram, o resto é do conhecimento público.-----

Senhor Presidente da Junta de Ranhados e meu caro amigo Luís Filipe, enfim, a intervenção que fez aqui também é uma intervenção que nos estimula. Ouvir os senhores Presidentes de Junta virem aqui reconhecer o caminho que estamos a fazer, não há maior estímulo, significa que nos estamos a entender e que estamos a construir o tal trabalho de rede, o tal trabalho de equipa, que não o digo por palavras, mas o vosso testemunho, acho que é a melhor forma das pessoas entenderem o trabalho que está a ser feito e obviamente que todos queremos ir mais longe, agora a verdade é esta, ainda não temos a definição do próximo quadro comunitário de apoio e naquilo que as juntas poderão vir a beneficiar, está a ser preparado neste momento o Programa Viseu Rural e será debatido também no Conselho Estratégico e muito dele está a pensar exatamente em quê? Na tal realidade das freguesias mais deprimidas do nosso concelho, naquelas que mais precisam de investimento. Agora, estamos seguramente a procurar com as freguesias encontrar pilares de sustentabilidade porque também temos consciência que se não se encontrarem esses pilares, algumas das freguesias do nosso concelho não vão ter um destino muito diferente de muitas freguesias deste país que hoje estão basicamente desertificadas. Deputada Filomena Pires, enfim, eu nem sei o que é que lhe diga não é, porque a Senhora Deputada, adota exatamente aquela postura que eu acho que é a pior possível, olhe, como ali o Senhor Deputado Baila Antunes, é destruir por destruir, enfim, quando as pessoas optam por isso, estamos entendidos, já agora dizer-lhe o seguinte, sabe que as instalações da CVR Dão, não são da Câmara, informe-se, aquelas instalações são da CVR Dão e portanto, a Câmara não tem que se substituir, a Câmara não tem capacidade para se substituir às diferentes instituições, estava mal da vida, então aí faltaria seguramente o tal dinheiro para as freguesias, porque não tem que se substituir às instituições, a Câmara vai falando, aliás, tem uma relação de grande abertura e de relação de parceria com a CVR Dão que também faz parte do Conselho Estratégico da Cidade, têm sido imensas as iniciativas conjuntas que temos levado a cabo, até para a promoção do Vinho do Dão, não lhe vou dizer que na nossa agenda não está sempre presente encontrarmos uma solução para aquelas instalações lá em baixo, seguramente que está mas, “ Roma e Pavia não se fizeram num dia” e não espere que se faça em onze meses tudo aquilo que gostaria porque se não também daqui a um ano ou dois, depois já não havia mais trabalho para fazer. Portanto, era isto só que tenho para lhe dizer e em relação às freguesias também aconselho o seguinte, que se informe melhor, antes de vir aqui intervir, é melhor esclarecer-se melhor antes de vir aqui. Em relação às queixas que diz que recebe todos os dias, olhe, nós nunca tivemos canais tão diretos na autarquia como temos atualmente, todos os dias através do Facebook, através de email, através de telefone e até presencialmente, olhe, eu todos os dias tenho pessoas à porta da Câmara, que quando eu chego às oito e meia da manhã me apresentam questões. Obviamente que sabemos que não está tudo feito, se tudo estivesse feito o que é que estávamos aqui a fazer? No concelho seguramente que há muitas matérias em que vamos ter muito trabalho para fazer e isso iremos seguramente ter. Já agora, que não fique aqui, o Deputado Ribeiro de Carvalho também falou sobre isso, em relação à água, convém referir que nós somos a segunda capital de distrito do país com a água mais barata, Nós temos a segunda água mais barata de capitais de distrito e já agora comparem depois o preço da água em Viseu com os concelhos aqui à volta, já agora façam esse exercício, o que significa que está-se a fazer aqui um esforço de gestão e já agora esteja tranquilo, que com a criação das Águas de Viseu, o que queremos provar é que é possível fazer uma gestão do tipo privado numa empresa municipal isto é às Águas de Viseu, estou-lhe a incutir conjuntamente com as duas pessoas que me acompanham na

administração, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador, estamos a incutir métodos de gestão e formas de atuação idênticas às que existiriam numa empresa privada, mas obviamente que vamos querer manter 100% de capital municipal, não pondo de parte outras soluções, designadamente intermunicipais, não ponho de parte, porque acho que temos, até no início de um quadro comunitário como este que estamos a entrar, há investimentos para serem feitos na área dos resíduos, basicamente com as duas ETAR, uma que vamos inaugurar, a do Farreco mais a que estamos a construir, ficamos basicamente com o problema resolvido, mas no domínio da água, ainda temos investimentos para fazer, e portanto, seguramente que é mais fácil fazer esses investimentos numa lógica municipal do que numa lógica municipal. Portanto, desafio-os a comparar os preços que pagam versos a qualidade que têm e a qualidade do serviço, em bom rigor a pressão é globalmente boa, é evidente que há e sabemos que em determinados picos, este ano felizmente o ano correu bem, não tivemos seca, mas sabemos que nos picos do verão, há claramente aqui uma décalage que não é fácil de resolver porquê? Porque não há água e ela está aí, temos é que em termos intermunicipais encontrar a solução, e ela está encontrada, portanto a paragem do Vouga é uma solução, é construir uma barragem que sirva vários municípios e essa mesma barragem vai permitir o reforço de água a Viseu, é um dos projetos que temos de facto em mira, mas que será sempre um projeto que não pode ser só da Câmara de Viseu. Senhora Deputada Manuela Antunes, o orçamento participativo lançado este ano, para já há sempre aqui uma questão, toda a gente procura a paternidade de tudo, eu paternidade só reconheço aos meus três filhos, esses sei que são meus não é, e reconheci-lhes a paternidade, mais do que isso, eu acho que cada vez mais numa vida pública, nós trazemos uma ideia e ela é apoiada e integrada, passa a ser parte da população, isto das pessoas virem aqui, isto fui eu o primeiro a falar, sei lá quem é que foi o primeiro a falar não é? Aquilo que nós estamos a colocar no terreno, foi um programa que foi escolhido pelos Viseenses e que teve, ainda por cima, um período de debate público com a inclusão de algumas sugestões nesse mesmo programa, somos o único município no país, que fique bem claro que o nosso Programa Viseu Primeiro, somos o único município, não conheço nenhum outro município, nem do Partido Comunista, nem do Partido Socialista, que tenha um programa que tivesse sido sufragado em eleições, que fosse sujeito a debate público e depois adotado como programa do município, isto acho, que é uma forma muito aberta de Democracia Participativa. Se nós estamos a colocar no terreno ideias que agradam ao Bloco de Esquerda ou ao Partido Comunista ou ao Partido Socialista, encantado da vida, cada vez que vejo um comunicado a dizer, fui eu que tive a ideia, então olhe se foi, fantástico, portanto, essas questões de paternidade..., se pusessem em causa a paternidade dos meus filhos, aí já ficava zangado, agora em relação a essas matérias, seguramente que não ficarei. Já agora dizer à Senhora Deputada Manuela Antunes, em oitocentas e cinquenta mil entradas, trouxe-me um caso, vá lá, não foi mau em termos percentuais, isso dá zero virgula zero qualquer cisa não é, porque disse que houve uma senhora que se queixou da questão da entrada. Já agora em ralação ao funicular, eu acho que foi uma aposta arrojada mas ganhadora, o facto de termos tido o funicular a funcionar durante a Feira de S. Mateus, foi amplamente elogiado e era ver a quantidade de gente que andou no funicular durante aquele período, o funicular andava constantemente cheio, agora, os espaços nos carris, já lá estavam, com o Funicular em movimento ou sem o funicular em movimento, já lá estavam, também não lhe vou esconder que já solicitei aos serviços e designadamente aos serviços técnicos, que estudem uma solução idêntica igual a outras que tenho visto por outras cidades por esse mundo fora, que é um sistema que permite fechar o carril quando ele não está a ser utilizado, isso está a ser estudado e de facto reconheço que aquela solução que ali está é perigosa, é perigosa para as crianças, é perigosa para as senhoras com os saltos, até para alguém menos avisado, mas estou completamente em desacordo, eu acho que o funicular a funcionar na Feira S. Mateus, foi uma excelente opção e que as pessoas apreciaram e fez a

tal ligação, a ligação entre a Feira e a Cidade, que permitiu que muitas pessoas que estavam a visitar a Feira, também viessem ao mesmo tempo ao Centro Histórico, visitar o Centro Histórico e que provavelmente se não tivessem este meio de ligação provavelmente não teriam vindo. A questão dos ciganos que foi aqui referida pela Senhora Deputada, saberá com certeza que dentro da rede que temos a Infante D. Henrique é uma escola com muito trabalho feito, que foi desafiada por nós a alargar essa experiência que tem tido a outras situações. É uma situação que nós acompanhamos diariamente e que obviamente que dentro da rede seguramente que iremos encontrando soluções. Os transportes escolares de que também falou, só referir porque eu há bocado esqueci-me de referir, nós instalámos trinta e dois abrigos nestas férias, não sei se sabe disso, trinta e dois, fizemos aqui um esforço muito grande e temos vindo a fazer também um esforço de racionalização dos transportes escolares para chegarmos ao encontro das situações, se as crianças andam na rua à espera do autocarro, algo está a funcionar mal na escola, vou ter que se saber o que é que se passa, porque se efetivamente o autocarro não está lá a essa hora e os meninos ando no meio da rua, isso não está bem, temos que saber o que é que se está a passar, temos que meter os meninos dentro da escola e deixá-los sair quando chega a hora do transporte, portanto é preciso e vamos afinar isto não é Senhor Vice- Presidente, porque efetivamente alguém não está a cumprir aqui com as suas obrigações não é? Já agora em relação a isto, obviamente que nós, como sabem para o ano também vamos lançar o concurso dos transportes de Viseu porque vai chegar ao fim a concessão que está em curso, e seguramente que vamos tentar otimizar cada vez, temos falado muito com os Senhores Presidentes de Junta e temos diagnosticadas todas as situações, já corrigimos várias do ponto de vista dos transportes escolares, algumas até em sintonia com instituições de solidariedade social e outras mas obviamente que há sempre espaço para melhorar. Já agora também dizer que as bolsas, falou aqui também sobre a questão das bolsas, basicamente as bolsas quer de dança quer de música, estão essencialmente a ser usadas no ensino secundário e portanto, são as que temos com o Conservatório de Música e temos também com o Lugar Presente no domínio da dança. Em relação ao Festival Outono Quente, só tenho que, pronto ainda bem que com esse entusiasmo veio entregar o convite, dizer-lhe que exatamente a filosofia, a política da Câmara do ponto de vista cultural é exatamente esta, é poder estabelecer parcerias com as diferentes instituições que enriquecem a nossa Cidade-Região e estamos a falar de instituições, umas sediadas em Viseu e outras fora de Viseu e construir com elas um programa consistente em que uma parte da criação seja de cá, e só lamento é que, enfim, aliás, parece-me até que há dois CDS não é, porque ouvi os elogios do Senhor Deputado, mas ainda há dias, o apoio ao Outono Quente tinha o voto contra do CDS no executivo camarário, portanto, os doze mil euros de apoio que a Câmara deu a esta iniciativa, mereceram o voto favorável do executivo e do PS e o voto contra do CDS, a dizer que éramos despesistas e que andávamos aqui, estão a ver a tal história do despesismo não é? Portanto isto é assim, e já agora dizer que estas parcerias que estamos a fazer com instituições como por exemplo a Zunzum, também são para as Freguesias Rurais, por exemplo a Zunzum, tem neste momento um protocolo que foi feito através da Associação do Desenvolvimento são as “Janelas para a Comunidade”, têm resultado lindamente e que achamos que é uma metodologia que vai ser muito interessante de seguir noutros locais, para já é experimental em três freguesias, mas seguramente que vamos alargar a outros grupos de outras freguesias para podermos fazer aqui um trabalho conjunto. Senhor Deputado Rafael Amaro, ainda bem que saúda o facto da informação ser exaustiva, porque o Presidente da Câmara tem aqui uma preocupação muito grande de responder a todas as perguntas para que os Senhores Deputados não tenham dúvidas, acho que é a minha obrigação, até no respeito pela instituição e pelo estatuto da oposição, se as pessoas perguntam, obviamente que têm direito a uma resposta e portanto, eu abordo com toda a frontalidade todas as questões que me são colocadas e portanto, vou continuar a fazê-lo independentemente de algumas

críticas que às vezes sejam feitas e também lhe quero dizer que não há aqui qualquer demarcação, eu fui Presidente desta casa, desta Assembleia Municipal durante dez anos, portanto tenho muito orgulho no trabalho que fiz enquanto Presidente e no suporte que dei à política seguida nos últimos vinte e quatro anos, que não haja dúvidas quanto a isso, não estou zangado com ninguém, aliás, eu é muito difícil zangar-me, é preciso mesmo muito para que isso aconteça e portanto, que fique bem claro isso. Há aspetos, e diga-me uma coisa, o Senhor Deputado que é um homem também da área da economia, isto de investimento, é, estalar um dedo e ele aí está não é? Depreende-se das suas palavras que é assim.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro intervém dizendo: Acho que não.-----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: A verdade é que este município em onze meses já tem, o Regulamento de Incentivos ao Investimento, tem o Gabinete do Investidor já com mais de uma centena de consultas, tem um Conselho da Diáspora criado que me tem permitido estabelecer uma relação direta com algumas comunidades que de outra maneira era mais a lógica da saudade e que agora estão centradas também na área da economia, tem um Dossier de Investimento, que agora já, quem entra através do AICEP, já sabe que existe Viseu e sabe quais são as condições favoráveis em Viseu. Portanto, todo este trabalho está a ser feito e há muitas sementes lançadas à terra, eu não sou dos que anuncio antes de estar com o contrato assinado, mas para tranquilizar o Senhor Deputado, obviamente que se é um dos três pilares fundamentais, nós temos consciência do seguinte: Este crescimento que Viseu teve, só tem uma forma de ser consolidado, é através da captação de investimento e a captação de investimento, não é só trazer investimento de fora, olhe, é acarinhar os que cá estão, e há pelo menos meia dúzia de processos de acarinamento de pessoas que cá estão, que estão a reinvestir em mais linhas de produção e outras coisas do género, é por outro lado suscitar um novo empreendedorismo, o empreendedorismo faz-se com os jovens, com os menos jovens, faz-se na cidade, mas também se faz nas freguesias, e portanto há esta lógica também de promoção do empreendedorismo e há uma lógica de trabalho em rede, posso-lhe dizer que estou Presidente da Câmara há onze meses e já passaram por esta cidade mais de cem empresários convidados por mim, vêm cá passar o fim-de-semana, vêm cá reunir comigo e nem que seja só para lhes mostrar a cidade, há pessoas que desconheciam em absoluto a nossa cidade e o nosso concelho, chegam cá e eu mostro-lhes a qualidade de vida que esta cidade tem, terá que reconhecer que a Bizzdirect já foi um resultado desta nova forma de estar e outras situações se Deus quiser e se o homem deixar iremos ter para trazer... há também já agora, a questão do Parque de Mundão, que era também uma questão que estava ainda por resolver e que está resolvida, hoje os terrenos do Parque de Mundão infraestruturados já têm um preço competitivo de mercado e temos neste momento várias negociações em curso para aquisições de lotes no parque. Agora, sabe bem que isto não cai do Céu, por outro lado e é uma pessoa séria que eu sei que é, conhece alguém que faça um investimento sem conhecer as condições reais do investimento? Como sabe ainda não estão cá fora os regulamentos do novo QREN, o Portugal 2020, é perfeitamente natural que alguns empresários estejam à espera de conhecer as regras para depois tomarem as suas decisões. Posso dizer é o seguinte, não temos descurado um minuto e já agora, também ainda não recebi nenhum empresário que me fosse indicado pelo Senhor Deputado. Portanto, se tiver alguma situação dessas olhe, tenho o maior gosto e aliás, sempre que um investidor aparece em Viseu, de imediato o Presidente da Câmara está disponível para o receber, acompanhá-lo, enfim, toda a equipa está prontinha para isso porque é a única maneira que teremos de no futuro consolidarmos o crescimento que temos e portanto, poder conseguir os tais postos de trabalho fundamentais para as pessoas. Portanto, eu não sou dos que diz que é importante, Viseu obviamente que é uma cidade com uma grande tradição comercial, queremos mantê-la, mas também é importante que

tenhamos cá bens e serviços transacionáveis e é importante criar empregos para os quadros, mas também para os operários porque também queremos operários a viver na nossa cidade, não queremos só quadros. Em relação à desmaterialização, não me costuma ver anunciar, costuma-me ver a dizer depois das coisas ficarem feitas o Senhor Deputado sabe e pode ficar tranquilo que quer no domínio da desmaterialização quer no domínio da georreferenciação está a ser desenvolvido trabalho interno na autarquia que a seu tempo será tornado público e mais do que isso, será tornado público com a assunção de prazos de resposta, além disso, está também em curso neste momento uma negociação com o estado central em alguns aspetos que tem a ver com o Programa Aproximar, que se vão cruzar com a autarquia para podermos chegar de uma forma homogénea a todo o concelho, não é só à cidade, é a todo o concelho para democratizarmos o acesso e vamos chegar seguramente ao momento em que ao meter o seu projeto pela via desmaterializada dum projeto da construção da sua unifamiliar, vai-lhe permitir saber aonde é que ele está naquele momento e fazer o acompanhamento através dos sistemas informáticos, seguramente até porque, se estas ferramentas não forem aperfeiçoadas, nunca poderemos ter totalmente competitivos face a outros concelhos e hoje a competição também se faz entre concelhos. Portanto, esteja descansado que nós estamos a trabalhar muito a sério na reestruturação e também no resto. Depois falámos também na parte financeira, não me vou repetir em relação a outras questões que eu já abordei designadamente à clarificação do despesismo, portanto, já esclareci exatamente a motivação que me levou a trazer isso hoje aqui. Em relação ao meu amigo e Presidente da Junta Custódio Ferreira, enfim, mais uma boa intervenção que fez aqui defendendo a sua dama que também é a nossa dama, porque, o investimento que foi feito na Freguesia de Ribafeita, é um investimento que beneficia o concelho como um todo, agora, obviamente que nós sabemos que há pessoas que gostam de desvirtuar a verdade, até chegou a sair uma notícia num jornal de que a Câmara teria apoiado em quinhentos mil euros este investimento, Enfim, não percebo, obviamente que há pessoas que gostam de dizer mentiras a verdade é que as decisões da Câmara são todas tomadas em reunião de câmara. Portanto, sempre que tenham dúvidas, é muito simples, consultem as decisões da Câmara, não é possível tomar nenhuma deliberação que não passe por a Câmara, ou passa por o executivo porque está dentro da alçada que é obrigatório ir ao executivo ou mesmo despesas inferiores, são ratificadas na reunião de câmara imediatamente a seguir. Portanto, a Câmara não pode gastar um centimo, felizmente, ou investir um centimo que não seja validado pela reunião do executivo, só têm é que se dar ao trabalho e já disse aqui várias vezes, não vou fazer o trabalho dos Senhores Deputados, consultem, ele é público. Desde o portal das compras públicas onde está lá tudo, às decisões da Assembleia, portanto, é só cruzarem a informação e quem quiser ter informação fidedigna está toda à disposição, felizmente que hoje há estes mecanismos de transparência que o permitem. Já agora, enaltecer, eu não sabia desses números das visitas, duas mil e oitocentas visitas em dois meses, estamos a falar numa inauguração que eu infelizmente não pude estar presente, porque estava de férias, também tenho direito e não pude estar presente, sei que correu muito bem, mas dou-lhe os parabéns porque efetivamente duas mil e oitocentas visitas feitas em dois meses num espaço rural, é uma coisa notável acho que estamos exatamente a ir ao encontro daquilo que era a nossa intenção quando fizemos esta opção e já agora também, agradecer-lhe as suas palavras de incentivo ao trabalho que temos vindo a desenvolver. Senhor Deputado Carlos Cunha, enfim, tenho que lhe dizer aquilo que disse há bocado, ainda bem que há dois CDS não é? Há um que adota a postura que o Senhor Deputado aqui adota, não deixou de enaltecer alguns aspetos positivos deste quase um ano de mandato, não deixando também de fazer as suas críticas, isto é que é o exercício normal da democracia e portanto, só quero agradecer a sua intervenção que aqui trouxe. Dizer-lhe só que, há claramente, e vamos debater a seguir a questão do Centro Histórico, portanto eu não vou agora antecipar muito algumas questões que aqui refere, mas se reparar no documento que foi distribuído

e que é o documento estratégico do Centro Histórico, está lá abordada a questão da habitação e lazer, como sabe a própria autarquia tem neste momento em andamento através da SRU a reabilitação de sete imóveis dos quais seis deles vão ser alocados ao alojamento de casais jovens e estou já a responder a uma outra pergunta que me fizeram sobre essa matéria. Não deixámos cair as residências de estudantes, nunca esteve na nossa intenção que as residências de estudantes fossem construídas pela autarquia. O que nós estamos neste momento é a motivar empresários de fora e outros de dentro a constituírem-se, enfim, face ao número de imóveis que estão disponíveis hoje no Centro Histórico a poderem reabilitar alguns desses imóveis alocando-os ao objetivo de serem residências que podem ser para estudantes, como podem ser para médicos, como podem ser para professores e como podem ser também no período de verão para recebermos turistas que venham a Viseu. Portanto, a autarquia como é normal e eu disse-o, este esforço que estamos a fazer no Centro Histórico, a autarquia não tem qualquer possibilidade de se substituir aos privados, portanto, o esforço de reabilitação de imóveis, terá que ser sobretudo um esforço feito por os privados, mas também os desafio a darem uma volta pela cidade, já agora é com orgulho que o digo, deem uma volta pelo Centro Histórico, eu ainda o fiz no domingo, fui almoçar com a minha família a um restaurante no Centro Histórico e andei a passear a pé, e vejam a quantidade de edifícios neste momento que estão a ser objeto de reabilitação de fachadas, fruto da política que a Câmara está a seguir que inventiva à reabilitação de fachadas e vejam a quantidade de edifícios que já estão neste momento em obra. Acho que apesar de tudo, é pouco, é pouco porque isto demora o seu tempo, mas nota-se já um grande incremento, aliás, desde que tomámos posse até agora, em onze meses já deixámos de exercer direito de preferência em vinte e oito situações, o que eu acho que é notável, há vinte e oito edifícios que foram transacionados no Centro Histórico durante estes onze meses e alguns deles ou a grande maioria com o projeto entrado para reabilitação, o que denota que, vamos ver este trabalho que lá está, não é um trabalho da autarquia. É da autarquia na perspetiva que está a facilitar e a dinamizar, mas são os privados. Por outro lado, só realçar para os Senhores Deputados que não conhecem, há aqui um fator que também temos que aproveitar, que é esta nova legislação que vai vigorar durante sete anos, com novas regras para a reabilitação dos Centros Históricos, chamada a reabilitação mais “*low cost*” em que o licenciamento é mais aligeirado e não é tão exigente do ponto de vista de alguns procedimentos, o que permite, essas contas não são minhas, foram feitas pelo Governo, poupanças de trinta a quarenta por cento na reabilitação, ora, se casarmos isto com a política agressiva que estamos a seguir de isenções desde que seja para efeitos de habitação própria ou de arrendamento, juntamente com esta legislação, mais os incentivos fiscais, IVA reduzido, mais o IMI e o IMT, mais os incentivos que vamos ter brevemente anunciados do novo QREN, do Portugal 2020, estamos convictos que a nossa cidade, aliás, o próprio Ministro do Ordenamento me dizia há dias que seremos a cidade neste momento no país melhor preparada para iniciar este novo ciclo, porquê, porque já fizemos o nosso trabalho de casa, saber para onde queremos ir, e aquilo que é da competência da Câmara a Câmara está a fazer e aquilo que será da competência dos privados, também espero que o façam, os comerciantes na reabilitação das suas lojas e na abertura de outras, e os privado, na reabilitação dos seus imóveis. Portanto, há aqui um conjunto de fatores que me levam a estar otimista, obviamente que isto não é de um dia para o outro, o que eu tenho dito é que este projeto do Centro Histórico é um projeto para uma década, não se consegue mudar a face de um Centro Histórico. Já agora, referir aqui o alargamento que vamos a seguir aprovar, espero que com a votação de todos os Senhores Deputados porque vamos alargar a área de reabilitação urbana para além do casco histórico à rua onde vive ali a Senhora Deputada do Bloco de esquerda e também lá em baixo à Ribeira o que permitirá designadamente, respondendo ao Senhor Deputado António Vicente que aqueles tais edifícios que não são da Câmara, nem vão ser, nós não vamos comprar aqueles edifícios,

mas provavelmente com estas medidas, alguns dos proprietários vão ser mais incentivados a fazerem a reabilitação, e já agora referir-lhe que é com algum orgulho que experimentámos aquela solução, resultou de uma apreciação que eu fiz no local quando fomos fazer a inauguração daquele espaço exterior e verifiquei o risco que se corria ali para as crianças que iam ter aulas na escola de música, os ratos que circulavam ali naquela vegetação, e então chamámos o proprietário do terreno para sabermos qual era a intenção que ele tinha de construir nos próximos tempos e o proprietário disse-nos que nos próximos dois três anos não tinha qualquer intenção de construir, então nós sugerimos ao proprietário que fizesse um contrato com a Câmara, nós faríamos o arranjo exterior daquele espaço, enfim, da forma bonita como ficou, porque acho de facto que melhorou imenso aquela parte do rio e a autarquia irá pagar duzentos e poucos euros por ano por aquele terreno. Portanto, acaba de ser uma forma de resolvermos um problema urbanístico que ali tínhamos, até de perigo para as crianças que andam na escola de dança, e portanto de termos ali uma margem do rio que de facto não era agradável e que agora está muito mais agradável. São quinhentos? Então são quinhentos euros, é o valor do IMI não é isso? Exatamente, o contrato feito foi, devolveríamos no contrato do aluguer do espaço, o valor correspondente ao IMI que o proprietário paga, o que nos pareceu também razoável porque enfim, obviamente que o proprietário se precisar do terreno a qualquer momento e é provável que venhamos a fazer isto noutras situações da cidade, que é em algumas questões pontuais podermos resolver. Esta foi uma metodologia nova utilizada que poderemos vir a replicá-la noutros lados que possam melhorar a vertente urbanística de alguns espaços da cidade. Já agora referir-lhe também que para o 2 de Maio, sabe-se que vamos lançar o concurso público de ideias e obviamente que esta aposta nos eventos e na cultura é uma aposta consistente, Viseu quer ser mesmo uma cidade de eventos e de cultura. Isto também para se ganhar... os Jardins Efémeros que já vão na sua terceira edição e portanto, já começam a ter uma determinada imagem nacional e se calhar depois podemos até ambicionar a ter uma imagem internacional. A Feira de S. Mateus já tem 622 anos, portanto já tem uma determinada imagem, alguns destes programas que estão a ser desenvolvidos, vão-se implantando, o Outono Quente foi premiado em termos europeus no ano passado, portanto, já é um programa também que já teve isso. A lógica é exatamente, numa perspetiva de rede termos um programa ao longo do ano e que também criem o hábito de vir, e não é transformar a Câmara num produtor de eventos, porque a ambição que nós temos, aqui com a Senhora Vereadora da Cultura, é que cheguemos a um determinado momento que basicamente a autarquia é um bocado o maestro e que numa velocidade cruzado, sejam as várias instituições da nossa Cidade Região a desenvolverem as várias ações e não só numa lógica de fruição, também numa lógica de produção e isso é extremamente importante. Senhora Deputada Adelaide Modesto, obrigado também pelas suas referências positivas, quer em relação à abertura do executivo quer em relação ao Viseu Educa. Obviamente que o Viseu Educa não esgota tudo, para já não desresponsabiliza os vários intervenientes na rede, respeita os vários intervenientes na rede, o que procura é que tudo isto comece a funcionar de uma forma articulada, cada um a cumprir com o seu papel e obviamente que não desresponsabiliza a crítica a questões concretas não é, seguramente que ele não esgota todas as questões. Em relação à Escola de Jogueiros, só dizer-lhe o seguinte, foi uma das escolas que eu visitei no dia da abertura do ano letivo, exatamente para me inteirar no terreno, ela tinha sido já objeto de algumas intervenções quer numas infiltrações que tinham designadamente no ginásio, no corte de uns ferros no gradeamento que nos foi sugerido pela Associação de Pais, e a questão do vídeo porteiro, está lá, não está é a funcionar, agora, havia a questão do acesso e como sabe, se está tão informada, sabe que a própria autarquia já fez, enfim, uma démarche junto do proprietário do terreno, que não está disponível para vender o terreno, para se fazer um acesso e vamos ter que encontrar uma outra solução num outro acesso diferente, assim como a questão do ginásio e do parque infantil. Agora, nós fizemos

uma intervenção em quase cinquenta escolas neste período ”Roma e Pavia não se fizeram num dia” aquilo que eu disse por exemplo a Senhora da Associação de Pais, na presença do Senhor Vice- Presidente e que depois recebeu de novo a Associação de Pais, é que temos devidamente elencadas as necessidades e lá chegaremos, iremos com certeza também lá chegar a essa situação, e quem diz essas outras, enfim, nós temos basicamente todas as situações diagnosticadas e da mesma maneira que fizemos o que fizemos agora, vamos continuar a fazê-lo. E pronto, penso que basicamente já respondi à Senhora Deputada Adelaide Modesto. Deputado António Vicente, já falei também do Orfeão e dos terrenos anexos, a Feira de S. Mateus, eu diria, ainda não estou satisfeito com a conquista do rio, porque acho que nós, fizemos ali já alguns ensaios bastante interessantes, designadamente o segundo palco, mas ainda não conseguimos este ano que as duas margens do rio ficassem ligadas dentro da Feira de S. Mateus e eu acho que isso é um dos desafios que temos, é conseguir ali uma forma criativa que permita usar as duas margens do rio, aumentando o espaço e sobretudo trazendo aquele espelho de água para dentro da Feira de S. Mateus, na preparação que estamos a fazer para o próximo ano seguramente que o rio vai ter uma importância ainda maior na feira. Portanto, concordo com a análise que faz, posso-lhe dizer aqui publicamente que não estou ainda satisfeito porque acho que a melhoria daquele espaço também vai ajudar, enfim, é necessário fazê-lo, assim como já agora a questão do... quem se referiu ao octógono foi o também Senhor Deputado Baila Antunes, à dois mil anos não é, vêm dois mil anos atrasados não é, porque esta apropriação que a Cidade-Região está a fazer nesta nova imagem, só tem dois mil anos não é, que é mais ou menos o tempo que tem aquele monumento, agora, não nos deixe de dar o mérito de trazermos uns dos ícones da cidade para passar a ser usado como um símbolo da cidade e presumo que até é capaz de gostar desta opção, aliás, eu pedi para distribuírem um pin igual a este a cada um dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas e espero que o usem com orgulho, vai ser distribuído durante esta sessão. Já respondi também ao Senhor Deputado António Vicente sobre a questão do alargamento da ARU, portanto aquela parte onde está hoje o Orfeão fica integrado dentro da nova ARU o que permitirá os benefícios que têm as pessoas que moram neste momento no Centro Histórico, no Casco Histórico, em relação à Mirita Casimiro a Senhora Vereadora também está em cima deste assunto, está a preparar uma exposição com o Teatro Experimental de Cascais sobre a vida de Mirita Casimiro, portanto, seguramente que vamos assinalar o centenário como deve ser. Senhor Deputado Baila Antunes, penso que é a última questão que tenho aqui para responder, mas já agora dizer-lhe que em relação ao Dr. Rui Moreira, somos amigos há mais de 25 anos, portanto, é uma relação muito consolidada noutros patamares e hoje também enquanto autarca e acho que não é indiferente a nossa boa relação nesta aproximação que tem existido entre Viseu e o Porto, duas cidades que têm muito a ganhar em estarem juntas. Quero só dizer-lhe o seguinte, nós só estamos a fazer uma coisa, é executar o programa Viseu Primeiro. O Senhor pode ter tido todas as ideias mais avançadas do mundo, o programa que eu estou a executar, é exatamente este o programa Viseu Primeiro, na metodologia que utilizamos para o mesmo. Sobre paternidade também já falámos e já agora olhe, o tango dança-se com duas pessoas e depende, há tangos mais rápidos e outros mais lentos, eu danço consoante a música não é, quando o Senhor Deputado vem aqui numa perspetiva criativa eu também sou criativo nas respostas que lhe dou, quando o Senhor vem aqui, como gosta de fazer, a destruir sistematicamente tudo o que se faz, eu também não vou dançar o tango consigo, aliás, prefiro dançar com uma das Senhoras que se encontram aqui na sala do que consigo, mas seguramente que, mesmo que o dececione irei sempre responder-lhe com toda a elegância, mas responder-lhe sempre da forma que o Senhor também me interpelar, portanto, será exatamente assim que eu irei fazer, e de incorreção seguramente que ninguém nunca me acusará porque eu não sou nunca incorreto para ninguém e olhe, também lhe digo, mesmo o maior democrata como eu, às vezes também é preciso ter paciência para ouvir certas coisas,

porque às vezes é tão injusto, que é preciso respirar duas vezes para não responder da tal forma que nós gostaríamos às vezes de responder e de facto eu vejo com tristeza até porque conheço muito bem o Senhor Deputado e a sua família, aliás, a sua irmã é uma amiga minha de longa data, estudou comigo na Faculdade, é uma família que muito prezo e veja com tristeza que o Senhor Deputado quando vai fazer ali uma intervenção por sistema, gosta enfim, vai dizendo genericamente um elogio mas depois destrói globalmente e quer dizer, nas suas palavras tudo o que se fez nestes onze meses está mal feito e depois acaba por chegar ao fim da sua intervenção sem apontar uma critica que seja, eu desafio-o a apresentar criticas. Se acha que um determinado caminho, por exemplo, se a política ambiental da Câmara está errada e até sei que é especialista nesta matéria, diga, está errada na forma como vocês vão abordar o Fontelo na requalificação que lhe querem fazer, está errada na construção da ETAR, está errada nos ramais que estamos a construir nas várias freguesias para fazermos um tratamento adequado e para resolvermos o problema que temos de algumas fossas que existem no concelho, se está errado, venha cá dizê-lo, é ali o sítio certo. O Senhor Deputado diz assim, Senhor Presidente da Câmara os Senhores estão a seguir o caminho errado nesta matéria, se o Senhor tiver razão, eu sou o primeiro a dizer, Senhor Deputado vamos conversar porque de facto isso que está a dizer é pertinente, agora, a critica vaga só pode dar lugar a uma resposta vaga também, porque quando Senhor diz, onze meses depois é só propaganda, por amor de Deus, isso é, sabe o que é que é isso, é desrespeito para com o nosso trabalho, é, é o que fica das suas palavras, repare, é desrespeito para pessoas como nós que estamos aqui numa lógica de serviço como vocês estão e todos os dias dão o melhor de si. Ora, se eu onze meses depois, chegasse à conclusão que tudo o que fiz até agora com a minha equipa foi propaganda, olhe, se calhar estava agora a apresentar a minha demissão e a dizer vou-me embora, mas não, eu tenho muito orgulho no trabalho que estamos a fazer, é um trabalho honesto, com os pés bem assentes na terra, consolidado, é um trabalho para uma década, porque eu até tenho dito, eu acho que os mandatos autárquicos deviam ser de seis anos, dois mandatos de seis anos, porque de facto são mandatos demasiado curtos para se poder planear e fazer, mas, a expectativa que eu tenho é efetivamente que os Viseenses me deem a sua confiança para em dez anos poder colocar no terreno exatamente o programa que estamos a executar e nesta perspetiva, não vou mudar, a lógica, o modelo de governação que adotei, vai ser o modelo de governação que vou seguir fielmente ao longo dos mandatos que os Viseenses me confiarem, mesmo ouvindo às vezes criticas injustas que mexem com o meu sistema nervoso, também não sou nenhum santo não é, mas olhe, engulo em seco e vou em frente e portanto, acho que não há nada pior, era o mesmo que eu agora, num trabalho que o Senhor faça para a Câmara e como sabe nós temos “n” parcerias com o Instituto Politécnico, algumas em que o Senhor Deputado também está envolvido e bem e eu vir aqui dizer assim, tudo o que o Senhor fez foi mal feito, o Senhor não se ia sentir bem. Não cometa essa indelicadeza nem para Presidente da Câmara nem para a equipa que o acompanha, olhe, nem para os seus camaradas que fazem parte do executivo, porque de quinze em quinze dias vão lá e têm tido uma postura extremamente correta e se for ver as decisões da Câmara, eu não sei qual é a percentagem mas olhe que, mas noventa e sete, noventa e oito por cento das decisões foram por unanimidade, será que estamos tão errados assim? Então estamos todos, estamos todos porque então, os Senhores Vereadores da oposição estão todos errados. Se votam as decisões do executivo desta maneira, enfim, acho que só a deputada Filomena e a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda é que ficam fora disto, portanto olhe, entendam-se lá e acho que é preferível então irmos para um caminho Senhor Deputado, até para evitar que diga que eu o enxovalhei, não enxovalhei ninguém, nem nunca faria isso a ninguém, não é a minha prática de vida, agora não se faz nada mas a verdade é que Senhor ainda vai elogiando, assim nas entrelinhas lá deixam passar uma mas, está tudo errado, depois lá deixa um elogio, enfim, pelos vistos nestes onze meses ainda se fez algum trabalho válido. Acho que a honestidade intelectual é uma

coisa muito importante e acho que em democracia... eu não quero que venham para aqui bajular-me, detesto bajulações, detesto mesmo, não gosto nada, aliás, toda a gente que trabalha comigo sabe até que quando me vêm dar novidades e dizem eu tenho uma má notícia e uma boa, eu quero primeiro a má, que é para depois então amenizar com a boa. Eu prefiro sempre trabalhar com os pés bem assentes na terra e obviamente que respeito as pessoas que têm uma opinião, mas respeito as pessoas que têm uma opinião clara, e que dizem assim, isto está errado e devia ser feito assim, e quando o Senhor Deputado vier aqui e me disser assim, isto está errado e devia ser feito assim, eu respeitarei muito mais as suas intervenções. Muito obrigado-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. Pediu a palavra como segunda intervenção o Deputado Carlos Cunha e depois o Deputado Rafael Amaro. Deputado Carlos Cunha tema palavra.-----

----- **TRINTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Reitero os meus cumprimentos ao Executivo à Mesa e aos restantes Membros aqui presentes. Apenas para fazer um pequeno esclarecimento em relação à matéria das ausências do Grupo Parlamentar do CDS que foi aqui focada, queria apenas dizer que o Senhor Deputado, neste caso Vereador Hélder Amaral não se encontra aqui presente por se encontrar hoje em trabalhos parlamentares, assim como haverá outras ausências aqui também que estarão nessa situação. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Deputado Rafael Amaro.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente, Mesa, Senhor Presidente da Câmara. Senhor Presidente eu venho aqui mas não queria aborrecê-lo, mas porque achei que há uma questão que não me respondeu, ou se respondeu, pelo menos não me respondeu objetivamente e com a clareza que ainda agora de certa maneira exigia do meu colega, que é, eu vou ler só nas informações para poder esclarecer. No documento que nós temos sobre as informações o Senhor Presidente sobre a questão financeira diz: Alguma oposição, alguma oposição tem vindo em aparente surdina a alimentar rumores e comentários sobre a situação financeira do município e concretamente sobre a sua pretensamente negativa evolução, várias vezes foi dito que esta Câmara tal e tal... mas é isto que me interessa, como eu me incluo, ou o Partido Socialista se inclui nesta alguma oposição e como eu disse aqui que o Partido Socialista não vai digamos que, receber este remoque digamos assim, esta crítica eu gostaria que o Senhor Presidente muito concretamente dissesse que oposição é essa? Aqui na Assembleia Municipal, eu próprio tenho a ideia que, mas pelos outros eles falarão, isto, e até vou dizer porquê, porque, obviamente que o Senhor Presidente esclarecerá como quiser, mas até para evitar que noutros documentos e digamos que, tenham origem na Câmara, noutros documentos de informação que esta ambiguidade não fique porque no Partido Socialista não aceitamos estes rumores e como não fazemos rumores Senhor Presidente, gostaríamos que dissesse concretamente qual é a oposição que faz ou que tem esta atitude, porque o Partido Socialista não é, como eu já disse. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra à Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **QUARENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Reitero os meus cumprimentos à Mesa e aos demais presentes, queria somente saber quanto a um ponto específico que aqui questioneei, se o executivo tem ou não uma resposta para me poder dar relativamente à estrada nacional 229, ao transporte escolar que é feito e que para junto à Estrada Nacional 229 que não tem nem passeios nem semáforos, uma questão reivindicada há muito pelas populações.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Deputada Manuela Antunes.-----

----- **QUARENTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE)**: Também era só a questão do transporte escolar. Eu penso que se calhar há pouco não me fiz entender. A escola acaba às cinco e meia para estes alunos e eles não têm transporte para casa ou seja, não é pela questão da escola os deixar sair, a questão é que as aulas terminam às cinco e meia e o autocarro passa às cinco e meia. O Agrupamento já tomou diligências que foi pedir à empresa que atrasasse a passagem do autocarro cinco ou seis minutos para permitir que os alunos saiam das aulas e se dirijam à paragem. Onde eu queria chegar é que na realidade os transportes não estão adequados aos horários dos alunos. No fundo era isso, era só um esclarecimento.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhora Deputada. Ia dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Já fizemos a segunda ronda, para terminar este ponto.-----

----- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Senhor Presidente, eu serei muito rápido, porque em relação ao que disse o Senhor Deputado Rafael Amaro, já tive vários minutos da minha intervenção anterior a responder à sua questão, portanto ela está esclarecida. Em relação à questão da Senhora Deputada Adelaide Modesto, da Estrada Nacional 229, eu já lhe disse há bocadinho que efetivamente há situações que estão perfeitamente identificadas e que serão tratadas, aliás, a situação da 229, é uma situação muito mais complexa do que essa, porque a 229 é hoje um dos grandes constrangimentos que temos no nosso concelho e se bem se recordar, ainda no dia em que esteve cá o Senhor Primeiro Ministro, na minha intervenção lhe referia como prioritária a questão da alternativa à 229 e seguramente que está identificada não é. Em relação à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, estas coisas fazem-se por ajustamentos, nós temos feito uma série de ajustamentos e combinado alguns ajustamentos com algumas empresas e instituições que fazem transportes, às vezes passa por o autocarro passar cinco minutos mais tarde ou da escola acabar cinco minutos mais cedo, essas situações, por exemplo a questão da Viriato que era uma situação antiga, resolveu-se o problema com um autocarro que faz depois o transbordo da central de camionagem para a escola. Nós estamos muito atentos a estas situações todas, agora, é preciso haver aqui alguma conjugação de esforços entre as várias instituições. Já agora uma questão que eu há bocadinho me esqueci de referir que foi também o Senhor Deputado Rafael Amaro que me levantou a questão e eu esqueci-me de lhe responder que é aos critérios, os critérios de convites da Câmara. Os critérios que hoje a Câmara tem de convites, são tão simples como estes, para já adotámos um sistema, os convites são feitos por via eletrónica, portanto quem não tiver email não é convidado, não vale a pena andarmos a gastar dinheiro em coisas que não devemos gastar, definimos um protocolo de todas as instituições que temos, obviamente que os eleitos têm visto, todos têm sido convidados para tudo, os Senhores Presidentes de Junta são convidados também para tudo e seguimos um critério que é: Convidamos todos os ex-Presidentes de Câmara, convidamos todos os ex-Presidentes de Assembleias Municipais, por acaso um deles agora é Presidente da Câmara, portanto não é convidado, infelizmente dos que ali estão naquela galeria só um é que é vivo, convidamos todos os ex-Presidentes de Junta e convidamos todos os ex-Vereadores do 25 de Abril para cá. Aliás, no dia em que esteve cá Senhor Primeiro Ministro, era visível no Salão Nobre para quem lá esteve, que estavam lá alguns Vereadores pertencentes a executivos anteriores, o que responde à sua questão. Sabe que eu sou um homem de critérios e acho que quando se define um critério bem ou mal, é um critério, e portanto acho que uma autarquia como a nossa, para além da relação que tem que ter com os órgãos eleitos e com as instituições, deve também ter regras na forma como convida, até para não haver aqui, estamos a convidar o A e não convidamos o B porquê? Portanto estes foram os critérios que encontramos para responder à questão dos critérios de convites da autarquia, mas se falou no assunto convém que fique claro e na Ata da Assembleia Municipal a forma como isto é feito, é assim, e é por mail. Agora, é provável que ainda haja uma ou outra pessoa

que ainda não tenha o mail na Câmara, e pode haver uma ou outra pessoa que não esteja a receber convite, vamos corrigir, as pessoas que tenham também o cuidado, até porque já solicitámos até por carta a algumas dessas pessoas para trazerem o email para termos a certeza que toda a gente passa a receber. Eu fico muito feliz quando vejo os Senhores Deputados nas ações da Câmara, é bom sinal, porque quando vão lá é sinal que estão também a dar ali o apoio à iniciativa, portanto, fico muito feliz quando nas iniciativas promovidas pela Câmara ou que têm o apoio da Câmara, ou seja o que for, que as pessoas adiram em massa, portanto, não excludo ninguém, a perspetiva deste Presidente da Câmara não é de excluir ninguém, é de incluir todos, todos somos poucos para o trabalho que temos pela frente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então ao Segundo ponto da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA O CENTRO HISTÓRICO – VISEU VIVA – PLANO DE AÇÃO PARA A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE VISEU.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Em relação a este ponto, de apreciação e votação, esta estratégia do Viseu Viva, o Plano de Ação para a Revitalização do Centro Histórico de Viseu, nada legalmente obrigaria a que nós trouxéssemos este assunto aqui à Assembleia Municipal, assim como à Reunião de Câmara, este assunto foi levado à Reunião de Câmara há quinze dias atrás, foi aprovado por unanimidade, penso que não estou a errar e solicitei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que neste fórum, houvesse também a oportunidade de debater e adotar a estratégia para o Centro Histórico. Basicamente hoje ao longo do dia, já fui abordando vários aspetos desta mesma estratégia, gostava de por um lado referir que batizámos esta Estratégia de Revitalização do Centro Histórico de Viseu Viva, temos aqui claramente um objetivo que é restituir numa década os tempos áureos que o Centro Histórico já viveu no passado e eu posso testemunhá-lo porque fiz a minha adolescência vivendo na Rua Direita e olhamos para esta aposta no quadro, por exemplo, por um lado na área da reabilitação urbana que hoje aqui espero que também venha a ser alargada com o voto dos Senhores Deputados e portanto, esta é desde logo uma opção de fundo que vai ter um impacto muito grande, não só no número de edifícios abrangidos, mas na área de Viseu que isto vai abranger. Portanto, são aqui incluídos para além daquilo que é o nosso Casco Histórico, portanto, a zona nobre do Centro Histórico, são incluídos aqui também a Rua das Bocas, é incluída toda a parte da Ribeira é incluído o Bairro Municipal e a Cava do Viriato, portanto, são estas as zonas que ficarão incluídas nesta intervenção. A futura área de reabilitação urbana de Viseu terá uma área de cerca de noventa e um hectares e contempla mil cento e vinte e três edifícios. Não vou voltar a falar aqui dos benefícios que isto traz, já me referi aos benefícios fiscais, já me referi a legislação, portanto, a intenção é que este alargamento traga também aqui um *elan* de reabilitação em outras áreas da cidade que passam agora a fazer parte da ARU, o que permitem, enfim, levar mais pessoas e ultrapassar este problema de perda de população que o Centro Histórico tem tido ao longo dos anos, ao ponto de neste momento viverem no Centro Histórico, no Casco Histórico, mil e duzentas pessoas. Podíamos ter optado por fazer um plano estratégico igual a alguns que já se fizeram, mais centrado na vertente humanística e menos nas pessoas, este é um plano estratégico muito centrado nas pessoas e por opção pusemos em debate público, ninguém nos obrigava, mas tivemos este documento dois meses em debate público e com satisfação refiro que foram incorporados neste plano estratégico cerca de trinta ideias, propostas apresentadas que depois se desmultiplicam, porque das muitas propostas que aparecerem, foram cento e cinquenta e duas, algumas cruzaram-se e elas estão todas afixadas no site da Câmara, portanto é fácil consultar, mas basicamente há trinta grandes propostas que acabaram por ser acolhidas neste programa, e prova-se que de facto o debate público dá

bons frutos, o que nós esperamos, é que efetivamente a população de Viseu, os eleitos se revejam nesta atuação que preconizamos para o futuro do ponto de vista do Centro Histórico. Portanto, também como prometi, não foi um debate de fachada, se fosse um debate de fachada não tinha incorporado e não tinha estado em dez das onze sessões que foram feitas, portanto, falei com os diferentes atores para encontrar aqui as várias questões. Obviamente que queria saudar este exercício de cidadania, o município demonstrou aqui de facto uma escuta ativa, dessas trinta preocupações e mensagens dos cidadãos listo aqui algumas, a criação das novas áreas de estacionamento à limitação parcial ou total do trânsito automóvel e do estacionamento em locais como o Adro da Sé, a questão da disciplina horária dos estabelecimentos à noite e o incentivo à insonorização e proteção acústica do edificado residencial, o incentivo à atração de lojas âncora e de uma agenda de animação para todo o ano, a promoção de feiras no mercado 2 de Maio, ao desenvolvimento também do centro comercial de ar livre, a criação de residências para estudantes e da adoção de manuais de conduta condominial também no centro histórico, apoio a projetos de arte urbana e também à criação de pistas cicláveis e respetivos parques de estacionamento, educação da comunidade para o património e retoma da investigação científica sobre a Cava do Viriato, das esplanadas de inverno aos hostéis, são muitos os contributos e os Senhores Deputados tiveram acesso ao documento e portanto, não vou aqui também maçá-los muito até porque ao longo do dia já fui abordando várias das questões do Centro Histórico, mas queria deixar aqui algumas notas e alguns comentários finais sobre esta apresentação, obviamente que o diagnóstico de partida desta estratégia, acaba por ser uma fotografia a preto e branco não é, preocupante, porque quando temos uma parte do nosso território que está em perda há muitos anos é preciso inverter fazer com que mais pessoas venham a viver lá, a verdade é que nós perdemos 30% da nossa população entre 2001 e 2011, é necessário inverter este movimento para recuperar porque não é possível ter um Centro Histórico dinâmico se as pessoas não habitarem lá, e portanto houve aqui também uma preocupação da parte do município, foi ao mesmo tempo que fazia o debate, ao mesmo tempo que estabilizava a estratégia ir avançando em algumas matérias como hoje já referi aqui, por exemplo a questão da Escola Profissional Mariana Seixas, a deslocalização das Águas de Viseu para o Centro Histórico, o avanço do concurso público de ideias para o Mercado 2 de Maio, a vertente também do concurso público para o nosso Hostel, enfim, todo um conjunto de ideias e de coisas concretas que já estão no terreno em ação e portanto, foi exatamente para isso. Queria também realçar que do debate público que se fez, para além das muitas ideias que foram transmitidas, globalmente acabou por validar as grandes linhas da ação que nós propúnhamos no documento, o que significa que a autarquia também soube interpretar um diagnóstico que tinha sido feito por diferentes setores da sociedade de Viseu. Portanto, destacar também já agora alguns aspetos finais deste plano de ação, um sei que é muito cara à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, a instalação de duas âncoras na Rua das Bocas, a opção por fazer a reabilitação da Casa Amarela ligando-a ao edifício que está ao lado para o futuro Arquivo Distrital e Municipal, portanto, aproveitando sinergias, assim como a reabilitação da Casa das Bocas onde se instalará futuramente a Unidade de Saúde Familiar nº4 de Viseu. São duas âncoras que terão de certeza um impacto grande naquela rua, para além de que está nas nossas prioridades junto da SRU, a reabilitação da Rua como um todo, mas que iremos fazer à medida que agora forem sendo feitas também estas duas reabilitações destes dois edifícios. Por fim também a questão da abertura da rede *Wireless* do Centro Histórico, há também o apoio à criação de um diretório comercial do Centro Histórico na internet, através do shopping virtual e há todo um trabalho que estamos a fazer também com a Associação Comercial, porque a dinamização do comércio no Centro Histórico vai ter que ser feita por comerciantes, quer dizer, a autarquia é aqui um facilitador portanto, em última análise eu gostava de terminar referindo o seguinte: Este plano, o plano que aqui apresentamos, o Viseu Viva é de facto um documento

estratégico de atuação para a próxima década do ponto de vista do Centro Histórico, mas ao mesmo tempo um documento aberto, um documento aberto de co-responsabilização de cada uma das partes, os empresários da restauração e dos bares, vão ter aqui uma co-responsabilização, os da hotelaria também a vão ter, os das lojas comerciais e da dinamização do comércio também vão ser, os próprios proprietários dos imóveis, também vão ter aqui uma lógica de responsabilização. Portanto, há aqui toda uma perspetiva de co-responsabilização para o sucesso final. A autarquia, não vai transformar o Centro Histórico no único espaço onde vai fazer investimento público ou que todo aquele espaço será de investimento público, há coisas que a autarquia vai fazer, criando as âncoras que são necessárias, só na Rua do Comércio, no fundo vamos ficar com três âncoras, o Hostel mais as Águas de Viseu, mais a Incubadora, três âncoras, na Rua Direita duas âncoras pelo menos, da responsabilidade da autarquia, a Escola Profissional Mariana Seixas, porque a autarquia também aqui foi o indutor desta infraestrutura e depois também a reabilitação do Orfeão, onde futuramente passará para lá a parte do Viseu Educa e também a Universidade Sénior, que já estava articulado com o anterior executivo. Portanto, há aqui também uma preocupação de criar uma âncora na parte da Ribeira e até nesta lógica da realocação dos edifícios há uma preocupação de procurarmos vir a colocar alguns serviços na parte da Ribeira, porque é uma parte que também tem vindo a envelhecer e a perder importância do ponto de vista económico, portanto, há uma atenção muito especial para o Centro Comercial Académico, assim como há uma atenção muito especial para o Centro Comercial Ecovil, inclusivamente no concurso de ideias que lançamos, deixamos a sugestão de que os arquitetos, as equipas que vierem a apresentar as suas ideias não deixem de fazer o enquadramento da envolvente do Mercado 2 de Maio e em bom rigor, todos nós reconhecemos que aquele é um espaço que não dignifica a nossa cidade. Portanto, para terminar dizer também que propomos criar uma comissão para monitorizar e vigiar a implementação do programa, independentemente da responsabilização dos órgãos eleitos, entendemos que é muito importante ter ali uma equipa relativamente pequena, onde haja um representante da restauração, um representante do comércio, um representante dos moradores, portanto, no fundo em que estejam as várias partes envolvidas, chamam-se “*stakeholders*” não é, as partes envolvidas para quê, para no dia-a-dia, nós vamos ter depois aqui uma série de situações para debater, os horários? Os horários são uma situação complexa, mas que vamos rapidamente ter que resolver e vamos ter que ter aqui um balanço, um balanceamento entre quem vive lá e quem vai ao Centro Histórico para se divertir. A questão do estacionamento? Não podemos também ir já para aquilo que eu ambicionava que era tirar o trânsito das quatro praças, que era do Adro da Sé, da D. Duarte, do Largo Pintor Gata e do Largo da Misericórdia, eu acho que em velocidade cruzeiro, aqueles quatro largos devem ficar completamente despidos de automóveis, mas é preciso também antes disso encontrar soluções para que as pessoas possam usufruir do Centro Histórico com os locais de estacionamento que temos também já identificados uma série de espaços para poder, enfim, levar as pessoas a estacionarem de uma forma disciplinada. Portanto, há aqui uma série de interesses que é preciso compatibilizar e que vamos fazê-lo também através desta comissão que visa monitorizar e vigiar a implementação deste programa. Portanto, como veem, o município não se pretende substituir a ninguém, diria que, precisamos que este projeto, este processo, é disso que estamos a falar, um processo de dez anos, nos levará também à candidatura do nosso Centro Histórico a Património da Humanidade, seguramente que nos trará aqui um grande alento e é um trabalho de todos, não será um trabalho só do município, agora, o município está disponível para aí fazer os investimentos que estão contabilizados e identificados neste documento, alocar alguns dos seus recursos para criar as tais âncoras que por outro lado permitam que a atividade económica e o repovoamento do Centro Histórico produzam os seus frutos e possamos em dez anos, mudar a face deste Centro Histórico. Portanto, é esta a estratégia que deixamos à

consideração dos Senhores Deputados, tendo eu solicitado ao Senhor Presidente que fizesse inclusivamente a votação do documento, porque acho que um documento sufragado por esta casa terá mais força, porque acaba por ser a estratégia onde nos revemos, podendo discordar num aspeto ou noutro, isso às vezes são questões menores, agora há claramente aqui uma assunção de uma estratégia para o Centro Histórico que esperamos que venha a ser ganhadora e estou certo que vai ser ganhadora. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Desde já agradeço Senhor Presidente a exposição, e não só o assumir da responsabilidade, porque a responsabilidade política da votação deste documento, porque neste âmbito acho que é um aspeto muito, muito positivo, porque não se limita só à apreciação, assume a responsabilidade pela votação e por prestar contas também mais tarde, da fiscalização e da aprovação deste próprio documento a esta Assembleia. Por isso, está em apreciação. Deputada Manuela Antunes.-----

----- QUARENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Eu vou ser um pouco maternalista outra vez neste caso, há bocado foi paternalismo mas neste caso vou dizer que vou ser maternalista e foi com grande satisfação que li este plano, porque contempla grande parte das propostas do Bloco, peço desculpa de mais uma vez ser maternalista, mas tenho que o dizer, é impossível não o dizer, das quais algumas temos vindo a falar há muito tempo, não só neste executivo mas no anterior e realmente também as apresentámos no recente período de discussão. Este plano dá particular importância à recuperação/reabilitação de ruas/edifícios emblemáticos da cidade como por exemplo e já foi falado aqui a Rua das Bocas, o edifício do Orfeão, e que alguns sendo propriedade do município acreditamos que este vai ser fidedigno na sua recuperação mantendo os traços originais. Mas, apesar deste grande interesse e vontade, não posso deixar de, mais uma vez, referir a urgência com que este executivo deve atuar no sentido de classificar como Património Municipal alguns edifícios que sendo propriedade privada correm o risco de destruição ou descaracterização e vou dar o exemplo de um edifício que já foi falado aqui, quer por mim no executivo anterior quer pelo meu camarada Vieira, que é o edifício nº 70 da Rua do Comércio, que estava à venda desde 2008 e que nós tivemos conhecimento que realmente já foi vendido e penso até que a escritura já foi feita, aliás, em relação a esse edifício o meu camarada Vieira trouxe uma Recomendação no dia 28 de abril deste ano, como classificação como património de interesse Municipal porque é um edifício cujo interior tem um estilo Arte Nova e Art Déco, que o tornam único em Viseu e um dos raros existentes em todo o país. Pergunto? Então a pergunta que deixo é, que medidas e procedimentos tomou o executivo para garantir que o novo proprietário não destrua, danifique ou adultere aquele património da cidade? Concordamos com a reconversão da ACRRU em ARU, com a delimitação de novas áreas, de acordo com as várias propostas, recomendações e chamadas de atenção que o BE aqui deixou relativamente à degradação, volto a falar da Rua das Bocas, (queria deixar só aqui um reparo que entretanto como a rua está mesmo muito degradada e digo muito muito, reforço, eu sei que já está no plano e portanto, o futuro será bom para a rua, espero bem que sim, a questão do policiamento que, quer as pessoas mais idosas, quer inclusivamente eu que resido ao fundo da rua, é muito raro aquela rua ter um polícia a passar por lá e portanto, é um pedido também que faço, que o policiamento se estenda da Rua Capitão Silva Pereira à Rua das Bocas) Zona da Ribeira e Bairro Municipal. A inclusão do Bairro Municipal permitirá obter incentivos à reabilitação através do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. No entanto, os moradores deste bairro, do Bairro Municipal, continuam numa longa espera e angústia quanto ao futuro, uma vez que não veem a reversão do longo processo de degradação deste bairro, que foi votado ao abandono, claro pelo anterior executivo. As casas precisam urgentemente de pequenas reparações e nem a Habisolvis, nem a Câmara, lhes dá

qualquer horizonte temporal ou um raio de esperança, pelo menos até à data deste documento que foi feito ontem por mim. A Câmara não pode esperar pelos fundos comunitários para começar a mostrar aos moradores que pretende tratá-los com uma dignidade que até aqui lhes tem sido negada. Pelo contrário, apesar de aqui termos vindo a fazer eco dos protestos dos moradores, continua o amontoado de pedras (apenas algumas foram retiradas para construir o muro), agora emparelhado com um monte de terra e entulho de obras. Abateram-se árvores sãs para alegadamente abrir valas para as infraestruturas como se não houvesse maneira de as contornar. Alguns moradores mais idosos, sobretudo mulheres, a viverem sós, e são muitas naquele bairro, queixam-se de que a assistente social da Habisolvis as tem informado, até ameaçado, nas declarações de alguns habitantes, de que vão deixar de morar num T3 e teriam de mudar para um T1. Ora, estas pessoas em idade avançada reivindicam o direito de ter um quarto disponível para um familiar ou qualquer pessoa que eventualmente venham a necessitar para cuidar de si.-----

No que diz respeito à CAVA DE VIRIATO, para além da necessidade urgente da construção do CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA CAVA, que o anterior executivo deixou ficar no papel do Viseu Polis, apesar de ser uma das obras mais importantes deste programa que constituiu uma oportunidade única de aproveitar fundos comunitários e do governo central, e que para nós bastava só este digamos, este assunto para termos votado contra a atribuição do Viriato de Ouro ao antigo Presidente da Câmara, lamentamos que o atual executivo nos apresente agora uma síntese diagnóstico da CAVA DE VIRIATO, que faz um “copy paste” do que escreveu o gabinete do Arquiteto Gonçalo Byrne, repetindo um erro histórico ao considerar a Cava como “obra provável do génio romano”, quando na própria placa identificativa do Monumento, da autoria da Arquehoje, existente perto da estátua de Viriato, é referida a seguinte explicação e eu não vou ler como é óbvio, a explicação toda, vou só ler os últimos dois parágrafos e vou citar o que está nessa placa:- “... Hoje, fruto das investigações que têm sido efetuadas nos últimos anos, podemos afirmar com alguma certeza que a Cava de Viriato deve corresponder a uma cidade-acampamento da época islâmica, seja da conquista do séc. VIII ou do período de Almansor.-----

Se até aqui a importância deste monumento era por ser um dos poucos acampamentos romanos do país, agora, como cidade-acampamento islâmica, a Cava de Viriato assume um relevo acrescido, não havendo paralelo tão bem conservado conhecido no resto da Europa.”-----

Se o valor da Cava, enquanto monumento islâmico, passa a ser acrescido de acordo com a opinião prevalente entre os historiadores e arqueólogos, que só apontam um monumento semelhante no mundo, em Samarra, no atual Iraque, não percebemos qual é a necessidade de recuperar a tese anterior, a menos que se queira validar historicamente o mito de Viriato, pastor dos montes Hermínios, para fins turísticos, como já foi anunciado pelo executivo municipal. Acontece que podemos manter vivos os mitos, sem necessidade de ocultar a verdade histórica.-----

Para terminar e ainda relativamente à CAVA não posso deixar de me referir às queixas de alguns moradores, de falta de limpeza por parte dos serviços municipais que só limpam a rua ao lado da rampa de acesso ao cimo dos taludes, no interior da Cava, ignorando a Rua do Picadeiro que num troço apresenta silvas a saltar dos muros para a rua estreita. Queria deixar só aqui uma nota que vamos votar a favor como é óbvio deste Plano.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Baila Antunes.-----

----- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimos, eu passava aqui os cumprimentos formais. Eu prometo que é a última vez que venho aqui hoje, graças a Deus, estão ali a dizer. Mas é para dizer bem, é para dizer bem na essência, nem tudo direi bem, mas no

essencial é para dizer bem. Desde já, e é preciso realmente ter nervos de aço e calma, e agora estou bastante calmo não é, é mesmo preciso para estar aqui a ouvir determinadas..., enfim, bom, desde já adianto que o Partido Socialista vai votar a favor do plano de ação e só podia ser, porque é um documento que adiciona, contudo importa apontar algumas questões críticas e fazer uma análise política. Sobre a forma e a metodologia, desde já e eu tenho-o feito sempre, elogiar a abertura à participação dos munícipes, enfim, foi uma estratégia muito boa a esse nível e realmente os Viseenses até parece que estão bastante agradados e certamente isso vai favorecer toda a implementação desta estratégia. Ainda sobre a forma, a anunciada estratégia para a revitalização evoluiu ou foi reconvertida em Plano de Ação o que à partida é positivo, porque via assim, objetivar mais a política municipal de curto/médio prazo para o Centro Histórico de Viseu, contudo, para se consubstanciar como verdadeiro plano de ação, o documento apresentado carece de algumas definições e contrariamente ao que o Senhor Presidente da Câmara diz, se calhar por, enfim, dever profissional professoral, eu normalmente explico o que se deve fazer nomeadamente aqui falta o “Como?” em relação a muitas das iniciativas “Quando?” e “Quanto?”. Isto é, não está estabelecido um cronograma nem uma aproximação tão pouco a um cronograma, não foi apresentado e imagino que a Câmara no seu “trabalho de casa” o terá feito, uma análise de custos e eventuais financiamentos de algumas das intervenções, muitas e bem serão da iniciativa privada, muitas serão da Câmara e portanto, é questionável, e de uma maneira distribuída no tempo, se foi feita uma análise de custos relativamente a este Plano. Sobre o conteúdo é extremamente positiva e desde logo se adianta o voto do Partido Socialista, é inteligente a extensão da área da intervenção, a nova ARU, por outro lado, estão contempladas diversas boas iniciativas e desde logo e porque se tem falado tanto delas, as tais âncoras é desde logo uma questão fundamental para se semear, são *clusters* que depois vão permitir vivencializar o plano e realmente ainda agora o Senhor Presidente elencou algumas delas, logo nesta primeira fase já estão selecionadas e já estão “picadas no terreno” o que é fundamental. É interessante constatar que as propostas feitas pelos munícipes, coincidem, enfim, não só, portanto, teve uma atitude maternal, eu agora vou ter uma atitude paternal em relação ao Partido Socialista que ao longo de trinta anos apresentou inúmeras propostas, algumas agora também, e vendo as trinta propostas que foram apresentadas pela população de Viseu, constata-se que a maioria, não sendo realmente estas que têm a ver com o alargamento da ARU, coincidem com as propostas do PS, e tudo bem, como do Bloco, porque já há uma certa e ainda bem, e isso vai ser muito bom para a implementação do programa, há unanimidade em Viseu, ainda que, com esta iniciativa, como a Câmara Municipal aponta, novas ideias também tenham surgido para lá destas unânimes, importa, e agora tem mesmo de ser, fazer um ou outro comentário mais crítico nomeadamente, eu ouvi a apresentação do Senhor Presidente relativamente a este plano, e fala que a dimensão social e humana está sempre presente, e é verdade, em muitos pontos está, mas deveria e que não a quis explicitar porque se não ficaria vinculada a essas políticas e não a um todo da intervenção do Centro Histórico, mas realmente eu acho que faltam algumas medidas que até são, por exemplo o PS nas suas 52 propostas apresenta, que são instrumentais e que são fundamentais a este nível, há uma questão que eu já aponte várias vezes, que eu ouvi várias vezes, o competente até à vista, coordenador desta iniciativa em termos do gabinete de revitalização do Centro Histórico, a questão das fachadas, dizem e é verdade que há outros programas de recuperação dos interiores, ao nível da habitabilidade, da salubridade, questões socialmente muito sensíveis, pequenas intervenções, e isto não está bem explicitado, este plano, parece não ter grande mal, devia ser muito mais explicitado a intervenção no miolo das habitações, há uma perspetiva exagerada, a perspetiva das fachadas, a nível da recuperação dos edifícios, por outro lado, eu acho que falta aqui algo mais sobre a Rua Direita, ao nível do comércio e não só, falou e muito bem das âncoras, e desde logo aquelas duas âncoras da Universidade Sénior, da

Mariana Seixas, vão ser desde já importantes, mas havia outras iniciativas porque realmente é um esteio fundamental da nossa cidade e deste Centro Histórico a recuperar. Outra coisa que eu acho que falta, que achamos que falta é questão da valorização do Património também Popular, o Histórico está realmente bem decernido no documento, etc., mas do património popular-tradicional, por exemplo as diferentes oficinas de latoaria, etc., haver algo que fizesse trazer mais à superfície enfim, este tipo de aspeto e realmente o Partido Socialista apresentou 52 propostas, algumas não estão contempladas, a maioria estão e de facto este é um bom programa. Eu queria só acabar fazendo uma questão, colocando uma questão ao Senhor Presidente. Na apresentação do Concurso de Ideias para a Cobertura do Mercado 2 de Maio, a que tive a oportunidade de assistir, o Senhor Presidente referiu que o Concurso teria a participação/assessoria da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos, porém em comunicado emitido por esta a 24/09, refere-se que saiu do processo por este violar a Lei no que se refere ao Código dos Concursos Públicos. Três Questões:-----

1. Está ou não está a Ordem dos Arquitetos neste processo?-----

2. Se não, à data da apresentação que o Senhor Presidente referiu que estavam dentro do processo, eles já estavam fora? Ou pelo menos já teria conhecimento que eles já estariam fora?-----

3. Por outro lado, é verdade que este Concurso de Ideias viola a lei?-----

Eu só achei isto estranho e não sei se viola a Lei, que é o primeiro lugar, não ter direito depois logo à sua concretização, podendo não ter, e acho muito estranho a Câmara ter dito que já tem até duas ideias, isto é perigoso, enfim, não querendo hiperbolizar, mas corre-se aqui muito o risco de ser uma dessas duas ideias que vai ser concretizada não? Isto é, e é isso que viola a Lei segundo a Ordem dos Arquitetos? Eram estas questões que eu também gostaria de colocar? Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado António de Figueiredo.-----

----- **QUARENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. O Centro Histórico é a joia mais valiosa que Viseu tem. A história da cidade está quase toda ali, à volta do morro da Sé. E quem quiser conhecer o passado e acompanhar o presente desta cidade, tem forçosamente que passar pelo Centro Histórico. Desiludam-se os que pensam que o Rossio (ou Praça da República) é o coração da cidade. Não é. Quando muito, será o centro administrativo, porque ali funciona o poder da administração local. E à sua volta, os bancos, não deixarão nunca de construir ali o centro financeiro da cidade.-----

Mas, no Centro Histórico está o poder religioso, simbolizado na Sé, igreja mãe da diocese. No Centro Histórico está o património arqueológico, artístico, edificado, sacro. Espólio de muitos séculos de vivências de povos com culturas tão diferentes, mas tão ricas, que modificaram a maneira de ser e de viver dos povos autóctones.-----

As questões à volta do Centro Histórico sempre foram uma preocupação dos executivos de Câmara que nos governaram nas últimas décadas. Mas este executivo, este Presidente, teve a visão e o arrojo de sonhar. Ao marcar na sua agenda a candidatura do Centro Histórico de Viseu a Património da Unesco, traçou o destino desta zona da cidade, repito, o diamante mais valioso que Viseu possui. A partir de agora, nada ficará como dantes. E não me refiro apenas à recuperação dos imóveis, refiro-me à segurança das pessoas e dos seus bens, refiro-me à limpeza e asseio das ruas, refiro-me à mobilidade de pessoas e de veículos, mas sobretudo, refiro-me à vida que tem de ser desenvolvida e devolvida a este espaço privilegiado da cidade, e destaco se me permitem muito embora não queira repetir algumas informações que o Senhor Presidente já aqui nos trouxe, mas destaco o reaproveitamento do edificado em ruínas para reconverter em serviços públicos, neste

aspecto estou completamente de acordo com a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda no sentido de preservar alguns edifícios do período da Arte Nova, são edifícios que não sendo classificados, correm o risco de depois um dia virem a ser, numa recuperação que qualquer particular ali venha a fazer, de virem a ser destruído. Destaco também a recuperação de edifícios para arrendamento jovem, as transferências de pessoas e a mobilidade de pessoas, foi aqui referida a citação da Mariana Seixas, mas provavelmente, muitas outras citações irão ocorrer ao longo destes dez anos que permitem que mais pessoas possam frequentar diariamente o Centro Histórico. Destaco ainda o esforço na dinamização que o executivo tem colocado na dinamização cultural, transferindo para esta zona um conjunto de eventos, alguns que já existiam, mas outros novos que dão vida aquela zona. Destaco ainda o alargamento da área de reabilitação urbana já aqui referida, para além da Rua Serpa Pinto e também para a zona da Balsa.-----

Sr. Presidente, haverá sempre alguém que, por miopia ou por cegueira crónica, não vê o que foi feito na zona histórica da cidade. E continuará a fechar os olhos ao processo de revitalização do centro histórico que Vossa Excelência já iniciou. O Senhor teve o privilégio e a visão de criar uma ponte entre a parte alta da cidade (Centro Histórico) e a parte baixa, para onde se alarga a área de reabilitação urbana. Era importante que esta ligação se estabelecesse, e Vossa Excelência conseguiu-o, em parte, com a ligação do morro da Sé ao campo de Viriato, no período da Feira de S. Mateus. Esta ligação, na minha perspetiva, é fundamental para trazer pessoas à parte alta mas também para levar gente que depois de visitar o Centro Histórico da cidade, vai visitar a parte baixa nomeadamente a Cava de Viriato. Sobre a Cava de Viriato, permita-me também referir aqui, as palavras da Senhora Vereadora do Bloco de Esquerda dizendo que...-----

- A Senhora Deputada Manuela Maria Coelho Antunes intervém dizendo: por acaso não me importava mas sou Deputada.-----

- O Senhor Deputado António Vicente de Figueiredo prossegue dizendo: Eu disse o quê, Vereadora? Lá chegará, não será aqui mas num outro sítio.-----

Quero dizer então Senhora Deputada e peço desculpa pela incorreção, que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, referiu como dado adquirido que a Cava de Viriato pertencerá ao período da reconquista com o Almansor, o grande problema é que na Cava de Viriato, os vestígios que têm aparecido não são ainda suficientes, ou durante muitos anos não foram suficientes, continuando a não ser para declarar tão taxativamente que aquilo pertence ao período e que teria sido um acampamento do exército dirigido por Almansor, ultimamente as coisas apontam nesse sentido e também porque e como referiu a nível europeu não existe outro exemplo e haverá exatamente apenas em Samarra no Iraque, mas isso não será motivo, na minha perspetiva logicamente para considerar taxativamente que aquilo não é do período romano, e fico-me apenas por aqui. Continuando então o meu pensamento, dizer Senhor Presidente que não estranhe, aliás, já o ouvimos aqui no orador que me antecedeu, não estranhe que continuem a questioná-lo sobre quais os recursos que vão ser aplicados na revitalização do Centro Histórico. Ou quais os prazos para conclusão das intervenções na recuperação dos imóveis. Curiosamente eu obtive alguns dados na leitura do documento que aqui apresentou, outras pessoas porventura, não veem isso e continuarão a não ver. Em minha opinião, é fundamental ocupar a maioria de prédios devolutos e é importante também que a área a revitalizar seja preservada sempre que necessário, a revitalização do Centro histórico tem como objetivos, atrair turistas e novos moradores, mas também é fundamental que se criem condições para que os residentes permaneçam ali criando-lhes as infraestruturas de alojamento e serviços. Já aqui foi referido e o Senhor Presidente tem isso em mente a criação de parques de estacionamento o reforço da segurança, etc., etc.-----

Disse vossa excelência e bem, que a candidatura à UNESCO não se faz sem a base social da comunidade. E é verdade que a comunidade, as pessoas que vivem o Centro Histórico e no Centro Histórico, tiveram esse papel preponderante de opinar, de sugerir e discutir as

propostas mais válidas para a revitalização que é desejada.-----
Concluo finalmente, Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, afirmando o que afirmou através desse documento, só o enobrece porque está a cumprir uma promessa que trouxe da campanha eleitoral, colocando como prioridade no programa Viseu Primeiro a revitalização do Centro Histórico da cidade. E cumprir promessas de campanha e depois aplicá-las, não será por certo um comportamento de exceção nos nossos autarcas felizmente, mas será sempre um bom exemplo de honestidade política. Fico satisfeito por isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito boa tarde, uma nota prévia que aqui queria fazer, relativamente a uma referência que foi feita ao pendor das minhas intervenções, para dizer que de facto um só Deputado com tempo extremamente limitado, como efetivamente tem acontecido, cada vez mais limitado, cada vez mais limitado, tem uma tarefa extremamente árdua relativamente a tudo aquilo que lhe compete, pois eu tenho que fazer a apreciação elogiativa da ação do executivo, eu tenho que fazer a análise em detalhe das medidas que são propostas, eu tenho que fazer a apreciação critica de cada uma das medidas, e eu tenho que fazer opções e como tenho que fazer opções porque o tempo é muito curto, prefiro naturalmente dar enfase aquilo que me parece que são apreciações criticas construtivas e propostas, porque tenho trazido Propostas e Recomendações a esta Assembleia que traduzem uma atitude extremamente construtiva que a CDU tem assumido nesta Assembleia. Relativamente ao Viseu Viva, dizer que, e vamos voltar às paternidades, o PCP foi de facto a primeira força política desta cidade a ser consequente na preocupação com a degradação do Centro Histórico de Viseu. Quando em 2005 convidou o então Presidente da Câmara Municipal de Évora e outras personalidades para debater a possibilidade de o mesmo se candidatar a Património da Humanidade. Dez anos depois, como em muitas outras situações tem acontecido, os que desdenhavam e até ridicularizavam a nossa proposta de então, vieram dar-nos razão, ainda bem! Lamentamos apenas o tempo perdido. Concordamos com parte muito substancial repito, concordamos com parte muito substancial das propostas vertidas neste plano, revitalização, apoio ao comércio, instalação de empresas e serviços âncora, regulamentação e fiscalização dos horários de funcionamento para o comércio noturno, mas discordamos frontalmente com o atentado que se quer fazer à obra de Siza Vieira relativa ao Mercado 2 de Maio, nele inscrita.-----

Qualquer outra cidade do mundo que tivesse uma obra de Siza Vieira no seu espaço faria disso um trunfo valioso para a atração de turistas, para a valorização da vertente artística e cultural da cidade, para a maximização em termos de imagem por possuir uma obra do mais reputado arquiteto da atualidade. Lembro-me de ter estado em Alavés, no norte de Espanha e de ver como eles valorizam o facto de terem lá um projeto arquitetónico de Óscar Niemaiier. Lembro-me de ter feito centenas de quilómetros para ir visitar uma moradia com desenho de Gaudi, nos confins de Navarra e ver centenas de turistas que ali foram pelo mesmo motivo.-----

Siza Vieira é tão-somente o mais reconhecido e premiado arquiteto contemporâneo português e do seu mundo. Do seu espólio constam o galardão máximo da arquitetura mundial, considerado o Prémio Nobel da Arquitetura, o Prémio Pritzker, a Medalha de Ouro do RIBA, o Prémio Wolf de Artes, o Golden Lion da Bienal de Arquitetura de Veneza e a semana passada, o Prémio Fritz Hoyer Awards 2014, por excelência em Arquitetura, com o seu projeto do Museu Hombroich, na Alemanha.-----

Viseu tem uma obra por ele assinada em pleno Centro Histórico e em vez de se procurar valorizar essa obra, tirar partido dela, divulgá-la, vai-se utilizar o camartelo para a

destruir. Sinto-me envergonhada e creio que qualquer viseense, qualquer pessoa com o mínimo de sensibilidade sentirá o mesmo.-----

Não importa aqui discutir se o projeto é do agrado de uns e repudiado por outros. É um projeto Siza Vieira e é essa mais-valia que tem que ser projetada e potenciada ao serviço do Centro Histórico, do comércio local e da cidade.-----

Em toda esta atuação da Câmara, parece haver uma reserva mental, uma intenção pré-determinada de destruir o projeto, como se o mercado 2 de Maio fosse a causa dos problemas do comércio local e o seu esconjuro à marretada fosse a sua salvação.-----

Diz o Senhor Presidente que foi lançado um pomposo concurso de ideias, mas interrogado na apresentação do Viseu Viva, de facto disse a Câmara ter projeto. Para que serve então essa mistificação do Concurso de Ideias? Para aparentar uma cobertura democrática a um atentado inqualificável? Há sem dúvida uma obsessão doentia da Câmara em destruir este projeto, aparentemente para poder vender umas garrafas de vinho aos amigos sem molhar o bestunto. Ainda um dia havemos de perceber porquê.-----

Repito o que atrás evidenciei, estou de acordo com muito do que está no Plano de Revitalização do Centro Histórico, não estou nem nunca estarei de acordo com um atentado contra uma obra, cujo autor está vivo e em condições de a poder melhorar, se para tal fosse solicitado. No que depender da CDU a Câmara pode contar com uma oposição firme e determinada contra a destruição da obra de Siza Vieira no Mercado 2 de Maio. E porque também trago propostas de enriquecimento aquilo que é o projeto, queria aqui apresentar uma Recomendação ao executivo camarário.-----

Topografia Literária Viseense.-----

Uma rota de escritores que sinalize todo um património existente na literatura escrita por autores que, de alguma forma se relacionaram com a cidade, mas também com o Concelho. Este é um riquíssimo património que pode contribuir para divulgar e valorizar a cidade. Lembro aqui uma pequena passagem de *Um escritor confessa-se*, de Mestre Aquilino Ribeiro “...instalei-me na Rua do Arco em casa da senhora Joaquina. No rés-do-chão, com saída também para a Quelha da Horta, era a loja de comes e bebes, e no piso superior a pensão dos estudantes – três a quatro quartos – servidos pela bodega”.-----

Também Camilo Castelo Branco situou em Viseu o seu celebre Romance *Amor de Perdição*, com personagens lendárias ligadas a lugares concretos. Igualmente Silva Gaio e autores menos conhecidos deram nome à cidade, escreveram sobre os seus lugares e as suas gentes.-----

Cabe nesta Topografia Literária Augusto Hilário e toda a lenda e mistério que envolve o seu tão vincado e efémero trajeto. Uma figura conhecida em todo o País e no estrangeiro (quem já não trauteou: ... “quando o Hilário cantava...” e contudo serão poucos os que sabem que nasceu em Viseu). Valorização que justifica proveitosas parcerias com a Cidade de Coimbra onde estudou e cantou. A modesta lápide que figura no local do seu nascimento diz bem da pouca importância que o seu nome e qualidades artísticas têm merecido do município.-----

Para quem pretende ser Património da Humanidade, incorporar nas ruas e lugares a memória dos que pela escrita elevaram o nome da cidade e lhe deram fama, afigura-se um projeto merecedor do apoio municipal.-----

Um exemplo óbvio ao qual se podem acrescentar muitos outros, de uma inscrição possível a surpreender certamente os amantes e cultores da literatura, arte que a cidade tem valorizado quanto a nós de forma muito insuficiente.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Quanto à proposta de Recomendação, enviaremos ao executivo camarário. Não havendo mais nenhuma inscrição, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Antes de mais queria, começar a intervenção

por dizer que o menino é lindo não é, o menino é mesmo lindo, porque toda a gente quer a paternidade da criança, portanto significa que o menino é mesmo lindo porque deve ser loirinho, olhos azuis, portanto, congratulo-me que em todas as intervenções, verifiquei que de facto o menino é lindo e que queriam todos assumir a paternidade e portanto, eu opto antes por dizer o seguinte: Onze meses depois de estarmos no exercício de funções, num dos três pilares da ação deste executivo conseguirmos avançar com o documento, fazer o debate público e trazer hoje a esta Assembleia a aprovação deste plano de ação, que não é um documento académico, não gastámos um cêntimo em consultoria neste documento é bom que se realce, mas também estamos a aproveitar o trabalho que vem de trás, por exemplo o trabalho que foi feito pela Parque Expo sobre a parte patrimonial estamos a aproveitá-lo porque é um documento que não deixamos de ter presente no trabalho. Verificar também que aqueles que criticavam a existência de um gestor do Centro Histórico, parece que finalmente me vêm dar razão que fazia sentido ter um gestor só para o Centro Histórico e ter alguém na SRU que se dedicasse em exclusividade de funções a desenvolver este projeto. Fazer isto em onze meses obviamente que temos que estar orgulhosos, sobretudo quando verificamos que toda a gente quer a paternidade da criança, eu partilho a paternidade desta criança com todos, não tenho dificuldade nenhuma porque seguramente que haverá neste documento contributos de muita gente, como haverá no futuro e portanto, quero também dizer à Senhora Deputada Manuela Antunes e esta parte de introito foi para todos os que usaram da palavra, que em termos de intervenção imediata, estão previstas intervenções na Rua das Bocas e na Rua de Soar de Cima, são as duas únicas intervenções que estão previstas por parte da SRU, e que a classificação de edifícios é algo que está a ser trabalho pela nossa Vereadora da Cultura porque de facto, uma cidade como a nossa tem que classificar os seus edifícios, por outro lado é também assumido que nós não queremos uma reabilitação de fachada, nós não queremos uma reabilitação que signifique manter a fachada e por dentro o edifício deixar ter alma, nós queremos edifícios com alma e portanto, vamos ser e estamos a ser rigorosos na perspetiva, até porque hoje há técnicas que permitem ver o estado do edifício e fazer a reabilitação mantendo a alma dos próprios edifícios. Portanto, seguramente que haverá essa preocupação. Em relação ao Bairro Municipal, é um tema pelo qual eu tenho um imenso carinho, como sabe até pelo facto do meu avô ter vivido no Bairro Municipal e eu ter, enfim, durante uma parte da minha vida ia almoçar todos os dias a casa do meu avô ao Bairro Municipal. Tenho mantido o contacto permanente com as pessoas do Bairro, algumas conheço-as desde pequenino e elas conhecem-me a mim e o que lhe posso dizer é que seguramente que o Bairro, vai ser um misto de um projeto de combate à pobreza, com cultura, vai ser muito entre estes dois balizamentos e de uma forma participada também por pessoas que nos têm estado a dar boas ideias. Seguramente que não é possível avançar já, por um lado com a estabilização do projeto até porque não conhecemos as regras, nós ainda não sabemos quais são os regulamentos do próximo quadro comunitário de apoio, obviamente que tenho informação que poderá permitir idealizar onde vamos encaixar esta candidatura, mas ainda não tenho os regulamentos cá fora e portanto, esteja certo de que esta opção de colocar o Bairro, aliás, se olharem para o mapa da cidade, toda a zona, a nova ARU é contígua à exceção do Bairro da Cadeia que fica portanto, excêntrica face à zona da ARU, mas consideramos que a importância deste espaço, é fundamental para o projeto que temos. Em relação à Cava, eu tive que travar aqui a Senhora Vereadora que ela já queria saltar também para o debate sobre a história da Cava, há uma coisa que sabemos, é que aquilo é um monumento único e portanto, se é um monumento único temos que o valorizar e felizmente que está na nossa cidade e portanto, eu acho ótimo, eu não sou historiador nem quero ser e não “não vou meter a foice em ceara alheia” passe a utilização do termo foice, pode não ser muito adequado, mas, há uma coisa que podem ter como certa, Viriato é uma figura da cidade, nós fizemos um pequeno estudo sobre a matéria e a esmagadora maioria das pessoas, associam o Viriato a Viseu. Agora, se temos uma figura

como esta vamos deitá-la pela janela fora? Não vamos não é, vamos usá-la, aliás, o octógono este aqui, está aqui bem presente na imagem nova da cidade. Em relação à discussão histórica, é saudável, seguramente que o sentido interpretativo, vai acabar por ser um dos projetos da Cava, é uma matéria riquíssima do ponto de vista de estudo, aliás, vi logo aqui, pessoas da área de História e com opiniões contraditórias, a verdade é essa o que não deixa de ser saudável, mas eu não me vou meter nisso, a Cava é claramente uma prioridade para este executivo o Centro Interpretativo da Cava, será um dos projetos que nós vamos procurar aprovar no próximo quadro comunitário de apoio e portanto, uma Cidade Região como a nossa é o resultado dos seus mitos, da sua história das suas histórias, portanto, é isso que faz no fundo a parte edílica e enfim, e a parte que pode puxar as pessoas cá a virem visitar a nossa cidade e portanto, seguramente que vamos explorar o mais possível todas essas histórias. Senhor Deputado Baila Antunes, olhe, é preciso coragem para assumir uma estratégia não é, isto não é um documento académico, como deve ter reparado, não é um documento académico, é um documento que foi feito no resultado de muitas ideias que tínhamos sobre o assunto e foi estruturado para ser um plano de ação. Portanto, nós podíamos estar aqui a apresentar um documento académico que nos tinha custado umas dezenas de milhares de euros, com muitos gráficos, com muitos mapas, que depois olhe, servia sabe para quê, para o Senhor pô-lo lá na estante de sua casa e a maior parte de nós iria colocá-lo na estante e daqui a dez anos não estava executado. Eu sou um pragmático, toda a gente sabe que eu sou um pragmático e portanto, prefiro ter um plano de ação para o Centro Histórico de pés bem assentes na terra que nos permita em dez anos mudar a face do mesmo do que ter um grande documento feito por, não tenho nada contra os académicos, antes pelo contrário, um documento bonito que no fundo, não nos permitisse passar à ação e a prova é que este documento está deito de tal maneira que nos permite passar de imediato à ação e portanto, o caminho é este, é o caminho que vamos seguir nos próximos anos. Ainda bem que reconheceu a questão do gestor do Centro Histórico, acho que é um bom reconhecimento e de facto, nós temos aqui uma, foi um bom passo que demos ao ter feito este caminho. Já agora também referir-lhe que obviamente há muitas coisas estão subentendidas, por exemplo, é nossa intenção que o Largo de S. Teotónio, venha a ser o Largo dos Ofícios, até porque já lá estão dois, já lá está o latoeiro e já lá está a fábrica de sabão que está a ser dinamizada por jovens talentosos que nós temos apoiado muito. Se repararem, temos procurado também puxar por alguns jovens da nossa região que também se estão a dedicar a colocar *design* e inovação em alguns produtos tradicionais, seguramente que ficará lá bem uma olaria, uma cestaria, aquela praça está mesmo fadada para ser um espaço exatamente para isso, para a parte dos ofícios. Em relação à Ordem dos Arquitetos. Há um contrato que foi aprovado na Câmara com a SRU. Portanto, como é que nós atuamos? Atuamos sempre através de contratos programa que fazemos com a SRU e neste caso concreto, celebrámos um contrato com a SRU para quê, para que ela desenvolvesse este processo e para poder contratualizar a Ordem dos Arquitetos para nos dar suporte ao concurso público de ideias para o Mercado 2 de Maio. No dia em que apresentámos publicamente todo este projeto, não tínhamos nenhum documento na nossa posse que pusesse em causa qualquer das opções, e pelo que me apercebi, terá sido colocado em causa por uma notícia saída num jornal. Portanto, a SRU está neste momento a trabalhar com a Ordem dos Arquitetos, parece que o problema que está ali, é essencialmente, aquilo que o Senhor advogava parece que não é legal, que é o facto da proposta vencedora poder ficar automaticamente selecionada para fazer o projeto. Parece que não é legal, e portanto, se não é, vamos deixar cair e depois, far-se-á um outro concurso, mas portanto, há aqui agora alguma situação de afinação que eu espero que nos próximos dias a SRU e a Ordem dos Arquitetos a ultrapassem para podermos colocar cá fora o concurso, porque eu prefiro ter um concurso deste com uma assessoria da Ordem dos Arquitetos do que outra entidade, mas também se tiver que recorrer à constituição de um júri por convite, também

o farei, agora, seguramente que preferia que este processo fosse com consultoria da Ordem dos Arquitetos e estou certo que o Arquiteto Marques, até porque também é Arquiteto, aliás, já agora referir que nós tivemos contactos com o Arquiteto Siza Vieira, eu tenho o maior dos respetos pelo Arquiteto Siza Vieira. Senhora Deputada Filomena Pires, eu tenho o maior das considerações, quer pelo Arquiteto Siza Vieira, quer por qualquer Arquiteto, quer por qualquer criador. O Arquiteto Siza Vieira é um dos expoentes máximos deste país, além disso tenho alguma expectativa que o Gabinete do Arquiteto venha a concorrer ao concurso de ideias, tenho alguma expectativa, isto é um concurso aberto não é, eu ficaria muito satisfeito que o Arquiteto Siza Vieira viesse reinterpretar a obra que fez no sentido de a adequar ao objeto que nós queremos, que é ser um espaço, uma praça, uma praça mesmo de utilização pelas pessoas viradas para as questões da cultura, para dar-lhe ali algum cunho também, conforme está no caderno de encargos do próprio concurso público. Portanto, não há aqui nenhuma tentativa de desvirtuar, embora eu também tenha algumas dúvidas Senhora Deputada, até pelo tipo da intervenção que fez se a Senhora Deputada não estaria a defender uma posição contrária, se nós tivéssemos optado por dizer ao Senhor Arquiteto, faça uma reinterpretação do Mercado 2 de Maio, isto porquê, porque aquela afirmação que a Senhora Deputada fez aqui, se fosse uma pessoa correta, ia lá retirá-la. Esta insinuação que a Senhora Deputada ali fez é de uma gravidade extrema, se a Senhora Deputada acha que alguma situação está a ser feita por esta Autarquia que não esteja no domínio da legalidade, e que seja incorreta, denuncie. Esta situação de a Senhora dizer que nós queremos fazer um pomposo concurso de ideias com o objetivo de vender algumas garrafas de vinho de uns amigos, isto é de uma grande gravidade Senhora Deputada, eu não lhe admito isso, não lhe admito isso e exijo que se retrate, ou que apresente provas. As coisas não podem ficar desta maneira, eu sei que a Senhora estava a trabalhar para a câmara, porque ao mesmo tempo que estava a falar alguém a estava a filmar. Agora, as afirmações responsabilizam quem as faz. Se a Senhora acha que nós estamos ali a comprar garrafas aos amigos, vá dizer ali onde é que estão essas garrafas compradas, porque eu não lhe admito isso Senhora Deputada, o contraditório, o mais possível, agora pôr em causa a honestidade quer do Presidente da Câmara, quer de pessoas que trabalham comigo, lá porque tenho um enólogo, ainda bem que tenho um enólogo na minha equipa. Um Vereador Enólogo traz o seu contributo para desenvolvimento rural. Agora, não lhe admito sequer essa insinuação e ficava muito satisfeito, até para a normalização da nossa relação, se não vou passar a olhar para si de outra maneira, porque uma pessoa que tem a coragem de vir levantar uma insinuação destas ali, ou tem provas e apresente-as, vá lá dizer porque é que disse isso ou então retrate-se, porque não foi correto aquilo que a Senhora acabou de fazer. Estou profundamente chocado com a sua intervenção, acho que no melhor pano caiu a nódoa, esta não é a atitude que eu espero de uma Senhora Deputada de um Partido Comunista que eu conheço bem e que normalmente são pessoas que são combativas mas que não atentam assim contra a dignidade das pessoas. Portanto, não olhe para mim com esse ar, porque efetivamente o que a Senhora hoje fez aqui, passou para lá da fronteira, passou para lá do risco e quem passa para lá do risco, ou se retrata ou então terá que esperar futuramente um tratamento diferente daquele que teve até agora. Mas se calhar foi para o filme que isso foi feito. Mas continuando ainda a dar as explicações aos Senhores Deputados, e estas coisas obviamente mexem com o sistema nervoso. Queria continuar a responder aqui a mais duas ou três questões. Por um lado reforçar aqui com o Senhor Deputado Vicente o cumprimento de promessas, as promessas devem ser cumpridas e honradas, eu acho que cada vez mais nós só devemos assumir os compromissos daquilo que entendemos que vamos conseguir fazer, até para quê, para não andarmos de quatro em quatro anos sempre a prometer as mesmas coisas, portanto é bom que isso se discipline. Em relação ao estacionamento, dizer também que se dá aqui uma feliz coincidência, é que neste momento, temos libertos os parágrafos da cidade o que nos

poderá permitir aqui, fazer um concurso, porque muito deste projeto pressupõe envolvimento dos operadores económicos e pode-nos permitir aqui fazer um concurso para o futuro que contenha construção de estacionamento e ao mesmo tempo exploração dos parcometros para diminuir o esforço financeiro que a câmara terá que fazer para atingir estes objetivos todos. Portanto, há aqui uma série de soluções que estão pensadas por nós, que agora vão ser paulatinamente colocadas em prática sobre as diferentes matérias. Portanto, eu penso que basicamente respondi a todas as questões que me foram levantadas, mas se efetivamente pretenderem mais algum esclarecimento direi. Não queria deixar obviamente de me congratular com, enfim, algum consenso gerado a volta da estratégia do Centro Histórico, é bom sinal, é sinal que estamos a interpretar aquilo que é o sentimento comum da população e também é sinal que as pessoas se vão sentir parte integrante de uma estratégia que queremos seguir, há sempre vários caminhos mesmo na questão do Mercado 2 de Maio. Mais uma vez desvirtuando as minhas palavras por parte da Senhora Deputada do Partido Comunista, a determinada altura, eu disse na sessão pública da apresentação da estratégia que nós até temos projetos para o Mercado 2 de Maio, era legítimo, a Câmara até podia ir encomendar um projeto a um arquiteto, fazê-lo e mandar executar, mas entendemos que é um assunto tão importante para a cidade e central, que faz todo o sentido que haja previamente à opção a oportunidade de apresentação de várias ideias, e portanto, mais uma vez procurou desvirtuar as palavras, obviamente que nós temos ideias, mal parecia, os serviços da Câmara têm lá pessoas muito competentes que já desenharam duas ou três soluções para o espaço, só que a opção não foi optar por uma dessas soluções, foi dizer, vamos abrir um concurso para trazerem mais ideias para nós podermos fazer uma boa opção, para que essa opção também seja precedida de algum debate público sobre a matéria, são questões que mexem com a vida da cidade, não devem ser decididas também de ânimo leve, até para evitar os erros, aquele projeto é bonito, arquitetonicamente não tenho nada a dizer, mas foi eficaz? Não foi. Quer dizer, independentemente de ter a assinatura de um grande Arquiteto, não cumpre a função que devia ter, agora, se não cumpre, não vou ficar aqui de braços cruzados à espera que o assunto se resolva, tenho aqui um postura proactiva, com o maior respeito pelo Arquiteto, esperando até que, nesta boa relação que existe com o Senhor Arquiteto, que ele venha através do seu gabinete a apresentar também alguma ideia que permita a reinterpretção. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se há mais alguma inscrição? Não havendo, íamos então passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com uma abstenção e quarenta e cinco votos a favor. (Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 473/474).*-----

Alguns dos Senhores Deputados Têm dado a sugestão que para nós mantermos o quórum, até pelo processo hoje, que tem a fixação em online em termos das votações é até por questões até de também da própria Mesa, de aferição e de facilitar um bocadinho o trabalho à Mesa, que houvesse cinco a dez minutos de intervalo, porque às vezes têm telefones e estão sempre a sair e a entrar em processos de votação, por isso eu propunha, se todos concordassem, cinco a dez minutos de intervalo e depois, iríamos entrar num processo contínuo de votações. Estão de acordo? Ok, cinco a dez minutos. Máximo dez minutos.-----

Senhores Deputados, agradecia que retomassem os seus lugares está bem? Então iríamos recomençar, eu pedia a atenção, foi solicitado pela Doutora Filomena Pires o uso da palavra em resposta à situação que houve de incidente anterior, por isso a título excecional, a Mesa entendeu conceder esta intervenção à Doutora Filomena Pires. Tem a palavra.-----

----- **CINQUENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Foi de facto com muita surpresa que me apercebi da interpretação que tinha sido feita das minhas palavras, dizer aqui que em consciência, eu não disse de facto nada de ofensivo, houve efetivamente uma interpretação menos correta daquilo que eu

aqui disse, ou pelo menos daquilo que eu quis dizer, pode ter acontecido que a expressão não tinha sido a mais feliz, mas de facto o que eu disse tem por base palavras do Senhor Presidente, que enfim, têm sido divulgadas na comunicação social. O Senhor Presidente tem dito, como justificação para de facto fazer a alteração ao projeto do Mercado 2 de Maio, o facto de pretender ali dinamizar feiras de vinho e gourmet e portanto, daí a minha referência ao vinho e nada mais do que isso. Lamento que de facto as minhas palavras tenham sido mal entendidas e insisto, em consciência, não disse nada de ofensivo, não foi minha intenção de forma nenhuma dizer aquilo que foi entendido nas minhas palavras, naturalmente que aquilo que aqui digo entendo que tem carácter político e não pessoal, assumo todas as responsabilidades por aquilo que digo, naturalmente que as interpretações que são feitas relativamente aquilo que eu digo, cabem a quem as faz, e já agora Senhor Presidente, também dizer-lhe que, ainda hoje houve aqui situações que se eu reagisse com essa sensibilidade se calhar também estava aqui muito zangada, porque fui chamada de ignorante e também não é bonito. Disse-me que de facto eu não percebia nada das contas do município e eu não reagi dessa forma, entendo isto como natural e absolutamente inerente ao debate político e democrático. Portanto, enfim, não sinto que em consciência tenha dito alguma coisa de ofensivo. Portanto, não me sinto na necessidade de pedir desculpa mas de facto também quis aqui esclarecer as razões daquilo que disse e o sentido daquilo que disse. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Íamos então entrar no Ponto Três. Eu propunha que em relação ao ponto três e quatro, atendendo que têm relação, propunha que fossem discutido em conjunto e depois votados separadamente. Se concordarem, se ninguém levantasse nenhum problema, então tínhamos a discussão do ponto três e quatro e votaremos em separado. Senhores Deputados, há alguém que queira intervir? Deputada Manuela Antunes, Deputado José Alberto.-----

----- **CINQUENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):** Primeiro queria só pedir, é um pedido de desculpas digamos assim, porque eu fiz chegar uma proposta de alteração ontem já no final do dia. -----

- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal intervém dizendo:** Eu peço imensa desculpa, e peço desculpa ao Senhor Presidente da Câmara e dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e pedia também desculpa à Deputada Manuela Antunes está bem? -----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu por acaso pensei que o Senhor Presidente ainda estava a propor o debate sobre a metodologia, e por isso entendi a ida da Senhora Deputada do Bloco de Esquerda nessa perspetiva.-----

Antes de fazer a apresentação dos dois pontos, que faço enfim, com o sentimento que estamos a apresentar duas boas propostas, eu não quero deixar passar em claro a intervenção da Senhora Deputada do PCP. A Senhora não se retratou, e na Ata está claramente que, “vender garrafas de vinho aos amigos” isto é ir a questões éticas, as questões éticas não é política, são questões éticas e portanto, as questões éticas estão acima de tudo, eu não aceito nem da Senhora Deputada nem de ninguém que ponha em causa a honestidade nem do Presidente da Câmara nem de alguém da sua equipa e portanto, que fique claro que aquilo que a Senhora foi dizer ali, não alterou em nada a interpretação que fiz daquilo que a Senhora efetivamente disse. Os seus camaradas que estão ali a gravar fizeram o filme, seguramente que o vão pôr em qualquer lado, o que a Senhora disse, foi exatamente aquilo que eu aqui repeti, e aquilo que está na Ata vai ficar para a Ata, e ficará como uma responsabilidade da Senhora Deputada que levantou um falso testemunho aqui na Assembleia Municipal, pôs em causa a honestidade do Presidente da Câmara e de pessoas do seu executivo, foi essa a sua intenção, quis macular, se calhar pensou que o Presidente da Câmara ia ficar calado. Não, o Presidente da Câmara quando tiver que defender a honra, a sua honra e de todas as pessoas da sua bancada fará, e

portanto, que fique bem claro que a Senhora Deputada só se enterrou mais com a explicação que deu, porque a humildade fica bem em todos, ficava-lhe muito melhor chegar ali e dizer assim: Não, de facto não estive bem, peço desculpa por aquilo que fiz, isso ficava-lhe bem e então passaríamos a outra fase. Quero dizer à Senhora Deputada aqui publicamente que, interpreto isso..., isso não é a escola comunista, a boa escola comunista não é essa, eu conheço muitos bons comunistas e não é essa a escola, a escola dos bons comunistas são respeitadores, debatem ideias, vão à luta, são combativos mas não são caluniadores, nem levantam falsos testemunhos, a Senhora Deputada hoje passou para o outro lado, isto é, passou o risco e passou para o lado daquelas pessoas que mandam assim umas bocas, é que a Senhora, não está numa conversa de café, eu sei que às vezes na conversa de café é que se fazem umas insinuações, “o fulano anda-se a abotoar, e mais não sei quê, vender umas garrafas”, isto não é um café, sabe, isto é uma Assembleia onde se exige que cada coisa que seja dita seja devidamente pesada. Portanto, quero que fique bem claro que aquilo que a Senhora Deputada foi fazer ali, no que diz respeito ao executivo, não se retratou minimamente e portanto, fica claro que aquilo que a Senhora disse foi caluniar o executivo e levantar falsos testemunhos em relação a determinadas matérias e designadamente a história de dizer que eu vendo garrafas de vinho aos amigos. Passando agora ao Ponto Três, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**. Como as Senhoras e os Senhores Deputados sabem, o IMI é uma das principais receitas, é mesmo a principal receita da autarquia, houve uma política enfim, de por um lado, e gostava de me congratular com isso, e gostava de o enfatizar aqui, somos um dos concelhos do país onde já foi concluída a reavaliação dos imóveis, portanto, neste momento, chegamos a esta altura do campeonato com a reavaliação feita por parte das finanças, e o executivo entende que, até face à situação que se vive, que deve manter a taxa mínima do IMI. Portanto, a proposta que nós trazemos aqui é que seja de 0,3 % de acordo com o preceituado no artº112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e portanto, no fundo o que é que visamos com isto, queremos também com esta medida estar a contribuir para o desagravamento da fiscalidade das famílias e também, contribuir para a atratividade do Concelho de Viseu e face até à situação financeira saudável que o município vive, podemos ter esta atitude de manter a taxa mínima ao contrário de outros municípios que até estando a recorrer ao Plano de Reestruturação Financeira, têm que pôr a Taxa do IMI no máximo. Portanto, assumimos esta proposta que estou certo que vai colher a unanimidade da aprovação desta Assembleia, até porque estamos aqui a propor a taxa mínima que efetivamente se pode colocar do ponto de vista do IMI. No Ponto Quatro, falamos de majoração e minoração, tem muito a ver com a opção que estamos a fazer no Centro Histórico e com este alargamento da ARU, e perceberão também dentro de algum tempo, até pelo trabalho que estamos a fazer com os Senhores Presidentes de Junta, que a ideia do município nesta aposta muito forte que está a fazer na reabilitação, possa depois vir a alargar estas majorações e estas minorações, a outros espaços dentro do próprio concelho para que a definição desta nova ARU não fique confinada só à cidade, temos também intenção e já o comuniquei aos Senhores Presidentes de Junta de podermos vir a identificar outras áreas de reabilitação urbana no concelho que possam beneficiar dos mesmos benefícios fiscais para a reabilitação e ao mesmo tempo da majoração e da minoração. Basicamente, estas são as minorações e as majorações que a Lei nos permite, por um lado minorar a taxa do IMI em cinco por cento em todos os prédios urbanos, portanto, esta minoração de cinco por cento é aplicada a todos os prédios urbanos desde que não estejam degradados e depois, cumulativamente mais quinze por cento aos prédios urbanos arrendados que cumpram satisfatoriamente a sua função de acordo com o estabelecido na Lei. Portanto, basicamente a pessoas que invistam na reabilitação dos prédios para poderem fazer o seu arrendamento. Portanto, estas situações de minoração que podem chegar a vinte por cento têm exatamente o objetivo de premiar aqueles que

fazem a reabilitação. A majoração em trinta por cento ir-se-á aplicar aos prédios degradados, portanto, acaba por ser uma política que desincentiva as pessoas de manterem os prédios degradados e portanto há aqui esta questão, portanto, desde que não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens estando ou não ocupados. Portanto, obviamente que o município independente destas duas propostas, não deixa de fazer aquilo que está a fazer, que é estar em contacto permanente com os proprietários procurando estimulá-los a fazerem a reabilitação ou quando não têm possibilidade, até ajudar a encontrar quem o possa fazer, com uma convicção, é que isto é uma aposta para valer, e portanto, edifícios degradados ou que estejam em ruínas, ou se encontra uma solução rapidamente ou então há mecanismos legais que poderão ser ativados, poderão passar mesmo por uma compra compulsiva ou até por uma expropriação porque este objetivo que acabamos por aprovar, esta estratégia não será compatível com o deixar que no Centro Histórico haja depois ruínas que não têm uma solução. Portanto, também queria aqui ao mesmo tempo que apresento estas duas propostas assumir claramente que, mesmo que isso não seja simpático, o executivo não deixará de atuar. Obviamente que não temos possibilidade de comprar todos os imóveis que estejam degradados, mas vamos procurar, aliás, o gestor do Centro Histórico tem feito um trabalho notável, muitas destas coisas que estão a acontecer na cidade não é porque o proprietário se tenha lembrado, agora vou pintar a fachada, é porque nós vamos lá falar com as pessoas e dizemos assim, olhe, a sua fachada não está em condições e tem este mecanismo da Câmara que pode permitir a pintura da fachada, o resultado está aí, não há nenhuma reunião de câmara que não tenhamos destas situações, este é portanto, um trabalho que está a ser feito no Centro Histórico. Mas estas duas propostas, apresentamo-las com a convicção de que estamos a dar aqui bons passos no sentido de por um lado desanuviar um pouco, aliás, já é notório, este ano vão ver quando as contas chegarem ao final, vai haver uma desaceleração da receita fiscal que deriva do IMI porquê, porque só este ano é se está a sentir o efeito da revisão para zero ponto trinta, mas felizmente o município tem condições para poder manter esta taxa mínima. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra a Deputada Manuela Antunes.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):** Boa tarde mais uma vez. Eu há pouco estava a enviar um pedido de desculpas por ter feito chegar tardiamente uma proposta de alteração, mas foi mesmo de todo impossível enviar mais cedo. A questão é que o Bloco de Esquerda concorda na íntegra com os dois documentos, mas para enriquecer este documento vamos fazer uma proposta que vem também de encontra e que reforça a preocupação que o executivo tem em relação às consequências sociais que o imposto traz aos municípios. Portanto, eu vou ler a nossa proposta ou possível proposta de alteração e que diz o seguinte:-----

À proposta da Câmara Municipal de Viseu de taxa de IMI sobre os prédios urbanos para 2014, a liquidar e cobrar em 2015-----

Considerando que:-----

- a) O Código do IMI prevê mecanismos de diferenciação das taxas aplicáveis aos prédios urbanos em cada município, mediante a definição de áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, mediante a minoração até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto (artigo 112.º, n.º 6 do Código do IMI);-----
- b) Os prédios urbanos foram todos reavaliados muito recentemente, para determinar o valor coletável para efeitos de IMI;-----
- c) Tal reavaliação levou a um aumento drástico da tributação de património imobiliário em sede de IMI;-----
- d) Os contribuintes que possuem habitação própria muitas vezes adquiriram a sua habitação com recurso a financiamento bancário e são tributados pelo património que

têm, mas também e sobretudo pelo que devem à banca;-----

e) A tributação do património, assim restringida ao património imobiliário revela-se, por isso muito injusta, recaindo sobretudo na classe média detentora de imóveis destinados a habitação própria e permanente;-----

f) Por tal facto se torna necessário reavaliar a política fiscal do Município, criando-se mecanismos de diferenciação em função da efetiva valorização da função social da propriedade, bem como das prioridades estabelecidas para a fixação de populações ou relativamente à reabilitação urbana.-----

g) A situação de crise económica e financeira, à qual o Município de Viseu não é alheio, recomenda uma maior equidade na distribuição da carga fiscal, aliás, já reduzida, e bem, com a fixação da taxa mínima de IMI, proposta de taxas que subscrevemos inteiramente;--

h) Algumas das freguesias na área do Município de Viseu, tal como todas as zonas rurais um pouco por todo o país sofrem com as consequências da interioridade;-----

i) De uma forma generalizada, nas zonas rurais as populações têm menor acesso aos serviços públicos, bem como ao resultado dos investimentos municipais, pagando muitas vezes bem caro o acesso aos mesmos, especialmente quando se verifica uma situação de ultra periférica relativamente à sede do concelho;-----

j) De uma forma generalizada se verificam menores rendimentos dos agregados familiares nas freguesias rurais, considerando até o envelhecimento populacional que lhes está associado, daí resultando parcas reformas como meio de subsistência;-----

k) Dos resultados dos Censos 2011 evidencia-se um aumento de 6,17% da população do concelho, verificando-se, contudo grandes perdas populacionais em freguesias rurais e periféricas, relativamente à sede do concelho;-----

l) Do quadro resumo, e portanto nesta proposta vem um quadro que como é obvio eu não vou ler na sua íntegra e da análise do quadro, resultam três grandes grupos com perda de população, as Freguesias de Calde e Ribafeita, perderam mais de 10% da sua população, as Freguesias de Cavernães, Silgueiros, S. Pedro de France e União de Freguesias de Barreiros e Cepões, perderam mais de 5%, as freguesias de Bodiosa, Lordosa, Santos Evos, União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto e União de freguesias de Couto de Cima e Couto de Baixo, agora dita freguesia de Coutos de Viseu, perderam pelo menos 5% da respetiva população.-----

Pelas razões expostas se propõe como critérios diferenciadores das freguesias, para efeitos de diferenciação da taxa de IMI no combate à desertificação, a perda de população, em 3 escalões, a saber as que perderam mais de 10% da população, as que perderam de 5% a 10% da população e as que perdendo população, perderam menos de 5% da população;--- A heterogeneidade das próprias freguesias, em si mesmas consideradas, aconselharia a um tratamento diferenciado de zonas específicas de cada uma delas para efeitos de diferenciação de IMI, evitando assim alguma injustiça que possa resultar da estrita diferenciação das respetivas taxas, ao nível do município, meramente em função da perda verificada em cada freguesia individualmente considerada, no entanto tal não é possível ainda este ano dado que, nos termos do artigo 112.º, n.º 6 do Código do IMI tal obrigaria à indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respetivos titulares;-----

Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis.-----

Todas as propostas apresentadas pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal podem por esta ser livremente alteradas, com exceção das previstas no artigo 25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, havendo assim para a Assembleia Municipal um “direito de emenda” como bem sublinha o Professor Doutor Cardoso da Costa in "As Assembleias Municipais e a Reforma do Poder Local" - Atas do Seminário do dia 26 de Maio de 2012 - Mirandela, Braga, 2013;-----

É legalmente admissível, nas matérias previstas no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, alterar as propostas da Câmara Municipal.-----

Nestes termos, o Bloco de Esquerda propõem que a Assembleia Municipal de Viseu delibere, ao abrigo dos artigos 25.º, n.º 1, alínea d) 25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro *a contrário sensu* e do artigo 112.º, n.º 6 do Código do IMI:-----

1 – Alterar a proposta da Câmara Municipal de Viseu relativa às taxas de IMI para 2014, a liquidar e cobrar em 2015, prevendo a minoração, em 30%, da taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos nas freguesias de Calde e Ribafeita, para combate à desertificação.-----

2 - Alterar a proposta da Câmara Municipal de Viseu relativa às taxas de IMI para 2014, a liquidar e cobrar em 2015, prevendo a minoração, em 20%, da taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos das freguesias de Cavernães, Silgueiros, S. Pedro de France e União de Freguesias de Barreiros e Cepões, para combate à desertificação.-----

3 - Alterar a proposta da Câmara Municipal de Viseu relativa às taxas de IMI para 2014, a liquidar e cobrar em 2015, prevendo a minoração, em 10%, da taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos das freguesias de Bodiosa, Lordosa, Santos Evos, União de Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto e União de Freguesias de Couto de Cima e Couto de Baixo, para combate à desertificação. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Eu vou dar um esclarecimento, porque já o tinha dado à Senhora Deputada, é assim: Senhora Deputada, ninguém pode alterar a proposta da Câmara Municipal, a manifestação que se tem é de votação e de acordo com a proposta da Câmara Municipal. Por outro lado mesmo que fosse possível haver uma proposta alternativa, ela tinha que ser entregue em tempo útil que não era o caso, por isso aquilo que a Senhora Deputada concordou, é que isto é por outro lado competência própria do executivo camarário e por isso, a apresentação de proposta, a aprovação é competência da Assembleia, mas aquilo que a Senhora Deputada concordou era fazer aqui a intervenção sobre o IMI, na base da sua proposta, foi isto, não podemos aqui limitar a intervenção, a Senhora Deputada entendeu que no seu período queria fazer esta intervenção e fez esta intervenção. Agora a admissão da proposta não era possível, quer em termos legais quer em tempo útil. Era só isto, só para dizer a razão desta intervenção.-----

Tem a palavra o Senhor Deputado José Alberto.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores.-----

O Decreto-Lei 287/2003 de 12 de Novembro, deu origem aos documentos reguladores do IMI e IMT, os denominados CIMI e CIMIT. Com o decorrer do tempo estes códigos sofreram ajustamentos, nomeadamente, aquelas que foram introduzidas pela Lei 55-A/2010. Ora o IMI é um imposto que incide sobre o património – prédios rústicos e prédios urbanos. Se, relativamente, aos primeiros os valores tributáveis são insignificantes por falta de atualização, no que diz respeito aos segundos, os valores patrimoniais recentemente atualizados, traduzem-se na cobrança de receitas muito significativas e de relevante interesse para o orçamento municipal.-----

Não podem, no entanto, o volume financeiro das receitas sobrepor-se às consequências sociais que adviriam de falta de cuidado para com os munícipes, sobretudo com aqueles que apesar de proprietários têm a sua liquidez depauperada. Por outro lado, a engenharia financeira do IMI pode revelar-se num instrumento importante de planeamento urbano, sobretudo no que diz respeito à regeneração urbana e à fixação de pessoas nos cascos históricos ou outros locais.-----

Viseu tem seguido, há já algum tempo, este processo de estabelecimento de medidas tendentes a recuperar e fixar pessoas na velha urbe que a pouco e pouco, de forma lenta mas consistente procura inverter a tendência de muitos anos.-----

Saudamos pois as medidas que ora nos são propostas, tendo em conta a carga fiscal a que as famílias e as empresas têm estado sujeitas, não contribuir mais para a diminuição do seu rendimento disponível apostando na manutenção da taxa mínima do IMI em 0,3% para o ano de 2014, conforme o preceituado no art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

Saudamos e exultamos todo o levantamento exaustivo e complexo levado a cabo pelo Viseu Novo, SRU, Sociedade de reabilitação Urbana de Viseu, que permitiu ao Executivo Municipal, em resultado da amplitude dos poderes tributários de que dispõe e tendo em conta aspetos de planeamento urbano, nomeadamente o combate à desertificação, previsto no n.º 6 do art.º 112º do referido Decreto Lei, na sua atual redação e legislação subsequente sejam minoradas as taxas do IMI, como o Senhor Presidente da Câmara já disse e referiu portanto em 5 e 15% cumulativamente no caso de serem satisfeitas as duas prerrogativas que aqui são referidas e majoradas em 30% a taxa a aplicar aos prédios degradados, que face ao seu estado de conservação não cumpram a funcionalidade habitacional e possam fazer perigar a segurança de pessoas e de bens, estando ou não ocupados, conforme n.º 8 do art.º 112º do mesmo código.-----

Com este desiderato, procura-se dar vida ao Centro Histórico e, simultaneamente, que os edifícios, a maioria com passado mais ou menos evidente, sejam devidamente recuperados tornando estes locais mais aprazíveis.-----

Assim, pelas razões aduzidas e porque acreditamos que o equilíbrio financeiro e orçamental, estão devidamente acautelados, somos de parecer de que deve ser votada favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Viseu, no que se refere a estes pontos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA CINCO: – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Dizer que relativamente ao primeiro documento estamos inteiramente de acordo votaremos a favor de acordo com essa concordância, relativamente ao segundo documento de facto há algumas observações que queríamos aqui fazer e há alguma discordância. A proposta que nos é apresentada enferma quanto a nós de dois problemas:-----

- Concordando com a lei, majora em 30% a taxa de IMI a aplicar a prédios degradados. Ocorre, temos conhecimento disso, que há prédios/frações degradados que são propriedade de pensionistas sem meios que permitam, de facto, proceder à sua requalificação, que não preenchem também os requisitos exigidos para serem suficientemente apoiados nessa requalificação. Penalizados na sua qualidade de vida por todas as malfetorias que em nome da crise se vão impondo a estas pessoas, vem agora o executivo camarário condená-los a pagar taxas que os empurram para aceitar qualquer proposta de venda, sob pena de lhes faltar o sustento básico.-----

- Também no que respeita a minorar aquela taxa, a proposta segundo a leitura que fizemos, correndo o risco de mais uma vez ser chamada de ignorante, a proposta fica de facto aquém da lei. Temos dificuldade em concordar com estas opções.-----

Não podemos ainda deixar de lamentar que não seja contemplada qualquer redução da taxa para proprietários que habitam a sua própria casa, sendo quanto a nós a situação que mais garantias oferece de a ocupação das casas perdurar e fixar residentes. Bem sei que se tiverem bem conservadas estas casas de facto têm redução de 5% mas entendemos que face aquilo que é a redução para as casas para arrendar há aqui de facto uma assimetria. São estes proprietários que apesar de condicionados quotidianamente nas suas vidas, insistem em não abandonar o Centro Histórico e têm impedido que a desertificação seja

ainda maior. Merecem mais atenção do que aquela que lhes é dada pela lei, e bem sei que é a Lei que não lhes dá atenção o que é incompreensível e inaceitável.-----

A este propósito gostaríamos de saber se a Câmara possui algum levantamento sobre quem são estes moradores e quantos são, se há alguma intenção de estimular estes residentes a permanecerem nas suas casas.-----

Aproveito ainda para questionar o Senhor Presidente sobre o alargamento da rede de gás ao domicílio em todo o Centro Histórico. Para quando se prevê essa infraestrutura uma vez que não consta do documento de estratégia para o Centro Histórico? Muito obrigado.-

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigada Senhora Deputada. Tem a palavra Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- CINQUENTA SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Senhor Presidente, reitero os meus cumprimentos e serei breve nesta apreciação, dado o adiantado da hora, e dizer que esta Assembleia já leva assim, umas longas horas. Ainda bem que nesta matéria de tributação municipal o seu executivo se pretende demarcar do anterior, do seu antecessor. Se há riqueza, a mesma deve ser redistribuída pelos Viseenses que durante vários anos foram sobrecarregados com taxas máximas de IMI, por isso nada melhor do que aliviar a carga fiscal municipal aos Viseenses que merecem esse prémio, fazendo assim jus à boa saúde financeira do município, dando desta forma aos Viseenses e às famílias maior poder de compra em tempos que não têm sido nada fáceis. Por isso a votação do CDS será favorável. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Não havendo mais nenhuma inscrição, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- CINQUENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Antes de mais, referir aqui que como é óbvio, esta proposta que nós trazemos aqui, tem muito a ver com uma questão que vamos a seguir votar. Se repararem, nós trazemos aqui a minoração e portanto ao ponto três nem me vou referir porque globalmente toda a gente esteve de acordo, mas no ponto quatro, a minoração e a majoração têm na sua base a ACRRU que futuramente virá a ser uma ARU, aliás, a própria Lei obrigava-nos a fazer esta opção, de fazer esta passagem para a ARU e obviamente que as contas estão feitas, nós temos que referir por um lado que aquela proposta, mesmo que fosse admissível que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda estava aqui a fazer, não era possível fazer, porque enquanto não delimitarmos a ARU nos espaços rurais, não podemos fazer a aplicação das majorações e minorações, isto só para que fique bem claro, porque mesmo aqui nós estamos ainda a tomar a decisão em relação à ACRRU depois é que temos que a alargar à ARU posteriormente. Por outro lado dizer que se fizeram contas o universo total de edifícios da ACRRU são 619 prédios urbanos, os prédios considerados para efeitos da aplicação das taxas são 595, obviamente que aqui não são considerados nem os prédios propriedade municipal ou estatal ou entidades públicas porque esses estão isentos de IMI. Da aplicação destas regras que aqui estão, porque isto implica prescindir de receita como é normal, portanto, não pode ser de ânimo leve é preciso avaliar face ao objetivo de política pública que temos, de estimular as pessoas a reabilitarem os imóveis para poderem viver no Centro Histórico há também que ver qual é a receita que o município vai ter a menos e portanto, desse ponto de vista as contas têm que ser feitas, nós estamos a falar de 107 prédios majorados em 30% por se encontrarem degradados, estamos a falar em 51 prédios minorados em 20%, de 424 frações minoradas em 20% e os restantes prédios serão minorados em 5%. Agora, esta aplicação resulta de quê, da avaliação que foi feita pela própria SRU a quem encomendámos este trabalho, que são as entidade especializada sobre esta matéria e resulta também da Lei em vigor, que pode ser alterada, e eu até acredito que esta legislação venham brevemente a ser alterada, porque como o Governo aprovou recentemente este novo programa para a reabilitação urbana e este licenciamento mais

simplificado e como estarão para sair os novos programas dos fundos comunitários que ao que julgo saber virão a ter uma aplicação, por exemplo, hoje em dia só entidades públicas e empresas é que podem recorrer a fundos públicos para reabilitação urbana, ao que julgo saber, vai ser um pouco mais aberto o leque de candidaturas futuras, portanto, é perfeitamente natural, que se há este objetivo que não é só do município mas nacional de reabilitação urbana, que a legislação venha a ser alterada, agora, nós temos que tomar as nossas decisões com base na legislação que aqui está, e portanto, isto responde às várias questões que me foram colocadas e que eu agradeço. Já agora Senhora Deputada Filomena, se calhar faria melhor ter feito a sua questão sobre o gás no ponto do Centro Histórico. Vamo-nos habituar a ser disciplinados. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então já colocar à votação. Íamos colocar o Ponto número Três **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – I.M.I.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.* (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 475/476).-----

Ponto Quatro, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO – I.M.I.- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por maioria com um (1) voto contra* (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 477/478).-----

Íamos então agora passar ao Ponto Cinco, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU – CENTRO HISTÓRICO, RIBEIRA, CAVA DE VIRIATO E BAIRRO MUNICIPAL,** dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Isto também já foi hoje muito debatido, mas basicamente o que é que se pretende aqui, esta presente Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Viseu, resulta do tal processo de reflexão estratégica e de consulta pública, portanto, em consonância com a política definida pelo município e na sequência também do debate que há bocado fizemos, e da adoção do Plano Estratégico Para a Revitalização do Centro Histórico, que a par de várias medidas e objetivos, integra também esta definição da ARU que foi aprovado na Reunião de Câmara no passado dia dezoito. Fiz questão de, em hoje trazer a esta Assembleia, não só a estratégia para ser validada e discutida, mas trazer já aqui algumas propostas concretas em que esta é já praticamente a proposta mestre, porque a criação da área de reabilitação urbana, é um grande passo que Viseu está a dar, porque por um lado está a fazer o seu alargamento indo exatamente ao Bairro Municipal, à Cava do Viriato, à Zona da Ribeira e portanto também há Rua das Bocas, permitindo que todas as pessoas que tenham imóveis nestes espaços ou que venham a adquirir, poderem gozar dos benefícios que a Lei lhe dá, designadamente o IVA reduzido, a isenção de IMI em determinadas circunstância, a isenção de IMT na própria transação dos imóveis, mais esta nova legislação, porque esta nova legislação que permite a reabilitação urbana, aplica-se também a estas áreas. Portanto, o Distrito de Viseu, será talvez o primeiro que está neste momento no País a aprovar o alargamento da sua Área de Reabilitação Urbana para quê, para que efetivamente seja alargado o âmbito de atuação e portanto é um instrumento fundamental para a política que hoje aqui felizmente vimos validada só com uma abstenção e portanto, o que lhe dá legitimidade do ponto de vista da sua implantação. Obviamente que a definição desta ARU e de outras que venham a ser consideradas no âmbito de uma avaliação global do concelho, das suas dinâmicas de desenvolvimento e também das políticas urbanísticas, é fundamental para o estabelecimento de um processo regenerador e ao mesmo tempo requalificador cujos efeitos se estendam a Viseu no seu todo e mais uma vez aqui o Centro Histórico está a servir de piloto para o resto do concelho, porque, aprovada hoje a ARU e aprovada esta política fiscal, iremos agora avançar para uma fase

juntamente com os Senhores Presidentes de Junta que aliás, já lhes transmiti isso numa reunião que tivemos, iremos convosco identificar áreas noutros espaços do concelho que possam vir depois a ser trazidas aqui à Assembleia Municipal, vamos pedir também à SRU pela experiência que tem que faça este acompanhamento. Portanto, vamos poder definir outras ARUs no nosso território, Exatamente para quê, para incentivarmos os cidadãos, não a construírem novo mas a reabilitarem, e por outro lado, insere-se na tal política de fixação de pessoas nas freguesias e como eu tenho referido, esta responsabilização dos Senhores Presidentes de Junta e estas ferramentas que estamos a dar, também são ferramentas que responsabilizam mas que ao mesmo tempo também permitem criar condições para seguir o tal slogan, isto sim é um slogan que eu tenho adotado que é, não queremos que mais pessoas saiam das freguesias rurais para virem viver para a cidade, portanto para isso o que é preciso? Dar condições para reabilitar património e os mesmos benefícios fiscais que a pessoas têm na cidade designadamente no Centro Histórico, melhorar a mobilidade, isto é, fazer com que as pessoas nas freguesias possam ter uma acessibilidade à cidade, mesmo aos fins de semana à noite, e portanto, o concurso que iremos fazer futuramente vai permitir isso e ao mesmo tempo, puxar pela economia de cada uma das freguesias através de aspetos, numas mais na vertente industrial, noutras mais a vertente religiosa, como hoje já aqui vimos, noutras mais a vertente agrícola, pecuária ou florestal. Portanto isto, insere-se numa política mais vasta e portanto também deixar aqui bem presente que estamos hoje a dar um primeiro passo para outros passos que vamos querer dar com as freguesias que também quiserem dar este passo, isto não é obrigatório, agora, vamos no fundo fazer chegar aos Senhores Presidentes de Junta alguns aspetos que são os que a Lei define para procurarmos identificar em cada freguesia áreas que nós possamos delimitar como áreas de reabilitação urbana e que passarão a ter estes benefícios o que também vai estimular algumas pessoas durante estes sete anos a fazer a reabilitação dos imóveis nas freguesias. Enfim, é uma política devidamente concertada que não tem em vista mais uma vez só a cidade. A cidade está a servir aqui basicamente de piloto para depois podermos alargar a outros territórios do concelho, obviamente que o município está a abdicar de receita, mas também penso que é um abdicar transitório, porque estimulamos as pessoas a reabilitarem e portanto, isto significa que do ponto de vista da animação da economia e etc., acaba por ter retorno, e de facto ter um prédio degradado para ser tributado também não é bom. Agora, já agora, deixar um último aspeto que é o seguinte: Todas estas políticas não são cegas. Se há município que tem muita preocupação com as questões sociais, seguramente que o de Viseu está no primeiro lugar e a prova é que em todas as reuniões do executivo, temos aprovado apoios a famílias que nos procuram e nem temos questionado se é da competência do Poder Autárquico ou se é da competência do Poder Central. Obviamente que nesta filosofia que estamos a seguir, não seremos cegos, se há pessoas que não têm condições, obviamente que encontraremos formas de não as empurrar para uma solução que não querem, agora também compreenderão que não podemos deixar que no centro da cidade e por outros lados existam ruínas até sempre. Como é que nós podemos depois fazer a classificação do património da cidade e candidatar a Cidade Património da Humanidade se deixarmos que algumas destas situações ocorram? Agora, não deixaremos de ter coração na forma de encontrar uma solução, em última análise em alguns casos, o município até pode optar por comprar por preço justo à pessoa para que não haja aqui uma lógica especulativa de se procurar aproveitar um estado de necessidade de alguém que não tem recursos, agora, seguramente que o município está atento até porque, há outro aspeto, é que ao delimitar a ARU, todos os imóveis que venham a ser transacionados dentro da ARU, o município tem sempre a prerrogativa de exercer o direito de preferência. O que é que isso permite? Permite, como há dias, numa situação que estávamos a verificar, que um imóvel estava a ser vendido abaixo do preço de custo, do preço real e nós exercemos o direito de preferência e portanto, passados alguns dias o

negócio voltou outra vez a ser feito por valores corretos, para que a situação fiscal ficasse cumprida, portanto, até a criação da ARU traz esta prerrogativa, que é uma prerrogativa do município, não se substituir ao mercado, longe disso, mas de ser aqui um bocadinho fiscalizador do mercado porque em cada situação analisa se quer exercer o direito de preferência ou não. Portanto, acho que este alargamento e esta filosofia que vamos seguir nas freguesias, será também uma forma de salvaguardar as pessoas com menos recursos, porque efetivamente vai-nos permitir identificar em certas circunstâncias se está a ser aproveitada a situação de carência da pessoa ou não, portanto, ao contrário do que dizia aqui a Senhora Deputada do Partido Comunista, mais uma vez isto não é assim, é desta maneira. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há mais alguma intervenção neste ponto? Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA E NOVE: – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Dizer desde já que votaremos a favor desta proposta, portanto, aquilo que eu aqui vou dizer não colide de forma nenhuma com a aprovação dessa proposta, no entanto, de alguma investigação que fizemos e que procurámos saber quais eram as consequências quando de facto nas cidades se procura fazer este alargamento das áreas de reabilitação, aquilo que efetivamente constatámos é que os resultados não têm sido os melhores e em alguns casos, têm sido mesmo um bocadinho desastrosos, por isso, aqui fica uma questão que se nos colocou naturalmente. Qual será a verdadeira vantagem que resulta deste alargamento, ao que pode ouvir das palavras do Senhor Presidente, será efetivamente procurar que a reabilitação seja feita em áreas que efetivamente exigem essa intervenção, mas, porque é que fazemos esta opção, por de facto fazer este alargamento enfim, que nos parece um bocado megalómano em vez de se fazer a intervenção de forma seccionada, Bairro a Bairro, zona a zona, e ficamos também um pouco sem saber como é que será feita esta intervenção. Portanto, há aqui um alargamento, confrontado este alargamento com aquilo que é plano que nos foi apresentado, sentimos que há efetivamente há informação que nos falta para poder ajuizar da possibilidade de rentabilizar efetivamente este alargamento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo íamos colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 479/480).* Íamos entrar no Ponto número Seis, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA TENDO POR OBJETO A CONCEÇÃO, EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE ALOJAMENTO LOCAL A INSTALAR NO EDIFÍCIO MUNICIPAL SITUADO NA RUA DR. LUÍS FERREIRA (RUA DO COMÉRCIO) N.º 92 A 106.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Apresento-o exatamente com a mesma fundamentação que usei, vou-me escusar de voltar a repetir tudo o eu disse. Esta é mais uma proposta concreta, numa sessão da Assembleia Municipal dedicado a um tema que nos é caro a todos, o Centro Histórico e estamos aqui efetivamente dar passos que nos permitem colocar já no terreno uma boa parte da estratégia. Eu sei que houve aí também quem insinuasse que a Câmara não tem vocação para explorar um hostel, obviamente que não tem, nunca a Câmara iria construir um hostel para explorar, isso se alguém o disse denota de facto uma falta de clarividência muito grande. Agora, a Câmara tem de facto um edifício na Rua do Comércio que depois da avaliação que fizemos tem boas condições pela sua localização e pela sua dimensão para ser objeto duma construção de um hostel e portanto, vamos abrir um concurso público que tem vários critérios não é, e que tem como objetivo, que apareçam operadores privados a apresentar propostas, sendo que aqui, vai ter um prazo de concessão de trinta anos, o edifício manter-se-á propriedade da autarquia, os critérios

de adjudicação entrarão em linha de conta com o projeto de exploração, até para termos a garantia de que será à partida um projeto enfim, com condições, com pés para andar, haverá uma segunda vertente de avaliação que é o projeto arquitetónico e por último também o valor da renda, porque sendo aquele um imóvel da autarquia, obviamente que é legítimo que a autarquia queira também ter uma remuneração do investimento que ali tem. Portanto, o objetivo é exatamente hoje nós aprovarmos aqui a aprovação das peças procedimentais para lançamento de Concurso público de concessão de obra, tendo por objeto a conceção, execução e exploração de um estabelecimento de alojamento local a instalar exatamente no edifício municipal situado na Rua Dr. Luís Ferreira, (Rua do Comércio) que vai do N° 92 a 106 de acordo também com as informações que foram disponibilizadas. Portanto, é mais uma questão concreta como foi a adjudicação do concurso Mercado 2 de Maio, Concurso de Ideias, enfim, a execução do projeto e do plano de ação que hoje aqui aprovámos. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Alguém quer intervir neste ponto? Tem a palavra a Deputada Joana.-----

----- **SESSENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA JOANA PATRICIA DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social, Público presente. A revitalização do Centro Histórico da cidade foi, desde o primeiro momento bandeira deste executivo e desiderato primeiro na linha estratégica de desenvolvimento para Viseu, o que mereceu e continua a merecer o aplauso de todos.-----

É unânime que, quer do ponto de vista urbanístico, social, cultural e económico os esforços que têm sido desenvolvidos para devolver a vida e a dinâmica ao centro da nossa cidade é um pilar ancora das potencialidades e recursos que Viseu tem para oferecer a quem cá vive e a quem nos quer visitar. As medidas tomadas têm revolucionado o dinamismo da cidade, projetando-a para fora como uma referência turística no norte e centro do país. Neste contexto, penso que todas as forças políticas devem partilhar com os seus concidadãos, o orgulho que se sente nas respostas diferenciadoras que vão sendo encontradas quer pelo executivo, quer pela iniciativa privada, neste sentido.-----

Assim, congratulamos este executivo na pessoa do Senhor Presidente pela visão estratégica já anteriormente evidenciada e uma vez mais demonstrada no ponto em análise, referente ao concurso público de concessão, execução e exploração de um estabelecimento de alojamento local. A abertura de um hostel coloca a nossa cidade na competição direta com outras cidades europeias que assumem este recurso como estratégia para o desenvolvimento de uma cidade-região. Um hostel oferece não só aos seus clientes uma alternativa ao simples alojamento como também uma panóplia de experiências substanciadas por diversos tipos de programas complementares à estadia, que permitem aos hóspedes usufruir das especificidades culturais do lugar. O custo mais reduzido deste tipo de alojamento permite uma resposta universal e transversal a qualquer classe socioeconómica tornando Viseu um lugar atrativo para todos. Para todos aqueles que têm interesse em viajar, em conhecer e vivenciar um conjunto amplo de experiências.-----

Viseu está, desta forma, a abrir portas. Ao apostar num novo conceito cosmopolita e jovem que dá a conhecer a cultura, a gastronomia, a arte de bem receber, encerrando todo o conjunto de pressupostos que tornam Viseu numa cidade em que vale a pena viver! No entanto, sabemos todos que este projeto pode implicar no futuro o investimento de diferentes infraestruturas de suporte que devem merecer o mesmo sentido de responsabilidade e atenção, algo que este executivo irá com certeza encarar não como barreiras mas como oportunidades de crescimento. -----

Por fim, parabenizar o executivo nesta medida é cumprir um dos propósitos da função autárquica e política no sentido em que ela própria nunca se deve substituir à iniciativa privada, mas sim potencia-la, promovendo um conjunto de condições que a viabilizem.-----
Num momento em que necessidades, objetivos, diretrizes e paradigmas estão permanentemente a mudar, esta resposta cumpre a responsabilidade de acompanhar a cadência de todas estas transformações.-----

Porque Viseu é vida, Viseu é futuro! Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma inscrição, íamos colocar à votação **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA TENDO POR OBJETO A CONCEÇÃO, EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE ALOJAMENTO LOCAL A INSTALAR NO EDIFÍCIO MUNICIPAL SITUADO NA RUA DR. LUÍS FERREIRA (RUA DO COMÉRCIO) N.º 92 A 106. Quem vota contra? Quem se abstém?** *Aprovado por unanimidade. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 481/482).*-----

Íamos passar ao Ponto Sete da Ordem de Trabalhos, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CMV PARA 2014.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, sugeria se estivesse de acordo, como os pontos sete e oito estão diretamente relacionados, apresentava os dois embora podendo debater em separado não é, porque o ponto sete, o que tem previsto é a alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2014 e prevê por um lado a criação de um posto de trabalho na categoria/carreira de Psicólogo a contratar em regime de contrato a termo resolutivo incerto, e portanto, tem como fundamento a criação do Viseu Educa, a complexidade e a elevada abrangência da área de intervenção do Gabinete de Educação e esta inevitável necessidade de reforçarmos os recursos humanos afetos ao referido serviço e no fundo, dotar a autarquia de competências que efetivamente precisa de reforçar nesta área. Depois, a segunda alteração, é exatamente para criarmos no Mapa de Pessoal o lugar de Coordenador da Polícia Municipal para darmos aqui, enfim, cumprimento à contratação do Subcomissário que assumiu funções de responsável da Polícias Municipal e que estará assegurado em comissão de serviço, porque é elemento dos quadros da Polícia de Segurança Pública, portanto, ficará em comissão de serviço. No Ponto Oito, o que nós estamos aqui no fundo a propor é a abertura de procedimento concursal destinado à contratação a termo incerto de um trabalhador ca Categoria/Carreira de Psicólogo. Portanto, enquanto no caso concreto do Coordenador da Polícia Municipal, optámos por essa solução da Comissão de Serviço negociada com a PSP e com o Ministério da Administração Interna, no caso de esta outra função para o Viseu Educa, portanto o que estamos a pedir aqui é para abrir um procedimento concursal para admissão de uma pessoa com estes requisitos para o Viseu Educa.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há mais alguma intervenção neste âmbito? Estamos aqui a falar de dois pontos. Ponto Sete e Ponto Oito. Não havendo nenhum pedido do uso da palavra íamos passar à votação. Ponto Sete **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2014. Quem vota contra? Quem se abstém?** *Aprovado por unanimidade. Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 483/484).*-----

Íamos passar agora ao Ponto Oito **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE PSICOLOGIA.-- Quem vota contra? Quem se abstém?** *Aprovado por unanimidade. Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 485/486).*-----

Íamos agora entrar no Ponto Nove e Dez, da Ordem dos Trabalhos. Como são duas eleições, nós pedíamos por um lado, as propostas aos Grupos Municipais e que a eleição se processasse em conjunto. Pedíamos também, que por uma questão de sigilo e confidencialidade de todo o processo, que houvesse aqui "alguma ordem" neste procedimento e que cada Deputado, calmamente fosse lá atrás e preenchesse lá atrás e depois, nós íamos chamando. Portanto preenchiam lá atrás e vinham votar aqui. Não é correto o preenchimento numa situação de votação nominal o preenchimento em Assembleia e por isso pedíamos que o preenchimento fosse de modo secreto como é óbvio, no biombo que está lá atrás. Por isso, quando fossem chamados um a um, se processasse essa situação. Como é óbvio, pedia se há propostas. Há mais alguma proposta? Não havendo, há aqui uma proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata que vou ler: Para REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES.-----

Efetivo – Carlos Costa-----

Suplente – Paulo Pereira-----

Para REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES.-----

Efetivo – Carlos Lima, Presidente da Junta de Freguesia do Campo-----

Suplente – Carlos Almeida, Presidente da Junta de Freguesia S. João de Lourosa-----

Em votação estas propostas têm a Lista A, por isso quem vota, vota Lista A, Nulo, ou Branco. Por isso nós íamos proceder à chamada e era só darem a volta, votarem e tornarem-se a sentar, está bem?-----

Começaríamos por:-----

Presidente de Junta de Freguesia de Abraveses, Rui Pedro Oliveira de Almeida;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Bodiosa, Rui Manuel dos Santos Ferreira;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Calde;-----

Presidente de Junta de Freguesia do Campo;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Cavernães;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Côta;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Fragosela;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Lordosa;-----

Representante da Junta de Freguesia de Mundão;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Orgens;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Povolide, não está.-----

Presidente de Junta de Freguesia de Ranhados;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Ribafeita;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Loba;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Santos Evos;-----

Presidente de Junta de Freguesia de S. João de Lourosa;-----

Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro de France;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Silgueiros;-----

Presidente da União de Freguesias de Boaldeia, Farminhão e Torredeita;-----

Presidente da União de Freguesias de Barreiros e Cepões;-----

Presidente da União de Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima;-----

Presidente da União de Freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá;-----

Presidente da União de Freguesias de Repeses e S. Salvador;-----

Presidente da União de Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto;-----

Presidente da União de Freguesias de Viseu;-----

Deputada Manuela Antunes;-----

Deputada Adelaide Modesto;-----

Deputado António José Coelho Lopes;-----

Deputada Filomena Pires;-----

Deputada Elsa Lemos;-----
Deputado Carlos Cunha;-----
Deputado Alfredo Gonçalves;-----
Deputado Pedro Antunes;-----
Deputada Cristina Fonseca;-----
Deputada Lúcia Silva;-----
Deputado Rafael Amaro;-----
Deputado Ribeiro de Carvalho;-----
Deputada Joana Ferreira;-----
Deputado Carlos Costa;-----
Deputado António Vicente de Figueiredo;-----
Deputada Filipa Mendes;-----
Deputada Sofia Pires;-----
Deputado José Alberto;-----
Deputado Manuel Teodósio;-----
Deputada Elisabete Farreca;-----
Deputado João Cotta;-----
Agora também tenho que ser eu;-----

Deputado José Ernesto;-----
Em primeiro lugar, enquanto vamos aqui a proceder à contagem, gostaria de agradecer a todos a compreensão porque acho que temos começar a dignificar as votações nominais e penso que só se consegue dignificar se fizermos este procedimento em termos de confidencialidade e de anonimato de todo o processo. Por isso agradecemos em nome da Mesa a todos a colaboração que tiveram neste Ato Eleitoral.-----

O resultado da Votação para a ELEIÇÃO PARA O REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU (EFETIVO E SUPLENTE) PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES, DO CONCELHO DE VISEU, *Vinte e quatro votos na Lista A, Um (1) Voto Nulo e vinte (20) Votos Brancos.*-----

No Ponto Dez, ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA, *Votos na Lista A Vinte e cinco (25), um (1) Nulo e dezanove (19) Brancos.*-----

Terminámos assim a Ordem de Trabalhos. Abre-se agora o Período de Intervenção do Público conforme previsto no Regimento. Nós tínhamos três cidadãos inscritos, um dos cidadãos desistiu, mas pediu para informar a Assembleia que o assunto que vinha aqui colocar já tinha sido esclarecido e por isso abdicava da intervenção. Por isso, temos outro Cidadão que é o Senhor Álvaro Martins Rebelo Pires a quem dava o uso da palavra.-----

----- **SESSENTA E TRÊS – O SENHOR ÁLVARO MARTINS REBELO PIRES:**
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, e Dignos Elementos da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, e Distinta Vereação, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia, Excelentíssimos Senhores da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Adivinho nos rostos de Vossa Excelências um pensamento comum, outra vez? Mas a razão pela qual venho de novo a esta Assembleia, transcende a mera questão pessoal, talvez por isso esta exposição, devo confessar, nasce viciada na forma, no processo e no objetivo. Ao proferir à Assembleia breves palavras em jeito coloquial, pago caro a avidez porque sou escutado pelo carácter efémero da própria oratória. Em nome da objetividade e contingência do tempo disponível, apago momentaneamente muitos dos meus desejos, emoções, preferências ou valores e no entanto a mensagem que importa transmitir, tendo em conta a excelência dos destinatários, reclama algo mais do que simples palavras de circunstância. É que na vida das instituições onde o homem é o ponto de partida e chegada de todas as forças disponíveis, há momentos cuja transcendência de alguns procedimentos conferem aquelas a chama interior do entusiasmo e o favor da opinião, as duas energias indispensáveis para erguer uma obra e imprimir um rumo de futuro. Há tempos alguém certamente bem-intencionado, me dizia

relativamente à minha comunicação anterior, para ser mais concreto, para citar e descrever factos, apontar valores, e tem razão, mas com uma ressalva, eu não venho aqui com um cheque na mão para Vossas Excelências assinarem, e aqui também não é lugar para acerto de contas, mas sim exaltar princípios, questionar procedimentos, apurar responsabilidades e de acordo com as competências legais de que Vossas Excelências estão investidos, fazer valer o poder fiscalizador, sancionatório e corretivo com todas as consequências daí decorrentes. Mas eu quero poupá-los a tão fastidiosa descrição de factos e o adiantado da hora também desaconselha, por isso apenas darei destaque a alguns bens significativos do comportamento indigno, prepotente e danoso aqui já referido noutra ocasião. Um esclarecimento prévio, eu não sou e nunca fui construtor do ramo mobiliário, e a minha atividade profissional era outra, o meu relacionamento com a Câmara advém das circunstâncias já conhecidas de Vossas Excelências na comunicação anterior, e também quero fazer uma observação, não me canso de repetir por uma questão de justiça e de verdade, a atual Administração simbolizada na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara não tem qualquer responsabilidade de todo o passado descrito. Mas, a verdade é que, eu tinha comigo um conjunto de situações para mostrar e explicar a Vossas Excelências tudo aquilo que se passou nestes longos anos, mas efetivamente sou forçado a retirar toda essa descrição porquanto não há tempo suficiente, e apenas direi o seguinte: É com efeito de um verdadeiro massacre, de um assassinato administrativo de que se trata, repito e relembro, a Câmara no passado, fez de um dever público um negócio, aproveitou-se de desigualdade flagrante para de forma discricionária, ilegal, injusta e injustificada e mediante interpretações abusivas da Lei, conforme lhe convinha, não respeitar o espírito do acordo estabelecido em 89 e que eu firmei à época com o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, e assim exigir e receber quantias que sabia de antemão que não lhe eram devidas, apropriando-se do que não era seu, valores indevidamente cobrados e pagos resultando com isso o esbulho de um quantitativo avultado. Eu não queria apontar aqui valores, mas sempre direi que aproximadamente estamos a falar de valores indevidamente cobrados aproximadamente de um milhão de euros, que eu paguei e também, pior do isso, o aprisionamento de garantias e receções de infraestruturas que perduraram injustificadamente no tempo fazendo letra morta do contrato de urbanização que eu fiz e que celebrei no ano 2000 no respeitante à libertação destas, com reflexos bancários inoportunos sujeitando-me a encargos elevadíssimos e muitos dos quais não estavam contratados. Eu quero lembrar a Vossas Excelências que na verdade eu quando firmei o acordo com a Câmara em 89, eu cumpri tudo o que me era possível cumprir, eu entreguei à Câmara naquela data, áreas para o complexo escolar, para a circunvalação, para as ruas envolventes da própria escola, três lotes que a Câmara vendeu nesse mesmo ano e que realizou avultado dinheiro, tenho comigo as cópias de pelo menos de dois lotes, mas que andarão perto, ainda em moeda antiga de setenta e quatro mil contos e depois, eu entreguei essas áreas, estamos a falar de áreas sensivelmente no caso de perto de quatro hectares, (três hectares cinco mil setecentos e oitenta e quatro metros quadrados) e a verdade é que, eu entrego tudo isso e ficou também nas obrigações que eu tinha um pagamento de sessenta mil contos em função e reajustável das infraestruturas que eu fiz todas. Todas, e que em termos previsionais andou na casa de um milhão setecentos e tal mil euros, e suportar os encargos de um coletor, coletor esse que passava em terrenos que não era meus e relativamente aos quais esperei treze/catorze anos que me os entregassem. Isto tem uma história que confesso, é absolutamente inqualificável, de maneira que relativamente a tudo isto, eu quero dizer a Vossas Excelências que eu fui altamente lesado em tudo, e perguntarão, então porque é que não recorreu ao Tribunal? Como já expliquei na Sessão anterior, esse foi sempre o refúgio constante da anterior Câmara. Eu posso-lhe dar exemplos mas que isto agora aqui já não é possível, de garantias bancárias aprisionadas no tempo que se repercutiram e ainda hoje se abatem em mim, por exemplo, uma garantia bancária desde 2001 de trinta e um mil contos ainda hoje ativa

comigo, já lá vão treze anos e de obras que não foram rececionadas invocando motivos para os quais não há qualquer justificação possível. Isto seria um rol que Vossas Excelências não podem imaginar, mas que em tempo oportuno e se assim acharem conveniente e se assim a Assembleia e as Forças Representativas, Vereação e com a Excelentíssima Câmara assim quiserem, eu darei todas as explicações, com uma advertência, eu tudo aquilo que afirmo justifico, justifico documentalmente, e pior, é que no acordo que foi feito na altura, que foi pensado e gizado numa zona de expansão da cidade, porque a Câmara naquela altura, o que queria? Queria apenas uns “metrinhos” para construir uma escola, e eu nas conversações que tive com o Senhor Presidente da Câmara, procurámos dar outra dimensão e então eu sugeri que tudo fosse englobado numa área total para o prolongamento da circunvalação, para a construção de uma escola e também para uma zona de expansão da cidade como era natural. Ora, eu faço esse acordo e no acordo que faço, eu não andei a dar aos bocados à “Senhora Câmara” parcelas da circunvalação nem da escola à medida que os alvarás fossem passados ao longo do tempo, não, estava-se num acordo que era para ser projetado temporalmente para muitos anos à frente. Ora, não foi isso que aconteceu, porque a partir de determinada altura um acordo que foi firmado com base numa legislação do tempo, foi subvertido posteriormente por uma nova legislação sem respeitar o espírito negocial em que ele foi estabelecido e exatamente por isso é que eu aqui estou, e enfim, tenho andado a tentar justificar e fazer ouvir a minha voz e por isso deixem-me que lhes diga, eu frequentemente ouço altas figuras vangloriarem-se do enorme corpo legislativo que nós temos no país, na abundância de Leis e fazem-no convictos do grande mérito, nada mais errado e ilusório, porquanto tal circunstância indicia que o legislador invade a área supostamente regulada pelas normas de comportamento social, pelas normas éticas, morais e da educação, o que significa dizer menos moral mais direito e esse é o pior sinal que uma sociedade pode dar de si própria. Na verdade, por detrás de um grande problema nacional, está sempre um problema de educação e eu vi isso refletido ao longo de todos estes anos todos passados. Com efeito, alguns entes públicos, seja por estupidez ou carácter duvidoso, atuam nos seus nichos de poder a coberto da impunidade que os abriga, praticando atos lesivos que era suposto nunca acontecerem, urge pois atuar modificando a Lei, desde logo responsabilizando-os pessoalmente pelos danos materiais ou morais, direta ou indiretamente provocados a terceiros ou há próprias instituições desde que provado, não o erro furtivo ou ocasional, aquele que a própria instituição corrige de boa-fé, mas a prática sistemática intencional, abusiva...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Peço desculpa, só chamava à atenção, como sabe são cinco minutos, nós já estamos com uma tolerância de outros cinco pedia para terminar.-----

- O Senhor Presidente Álvaro Martins Rebelo Pires prossegue dizendo: Eu vou então acelerar Senhor Presidente, muito obrigado... indignos de quem serve a causa pública, é pois um problema de caráter e sobretudo um problema dos valores que enformam as instituições, essa sim, a atravessarem profunda crise, porquanto sendo entidades abstratas projetam o caráter das pessoas que as servem, é assim que aproveito o momento para aqui destacar não apenas o meu exemplo, carrasco fiel de muitos anos, mas também para a exemplo dele trazer ao debate uma matéria de grande relevância e que se traduz concretamente na redefinição legal dos detentores de cargos públicos, trata-se no fundo de conferir mais proteção e segurança aos cidadãos e consequentemente mais confiança nas instituições, repito essas sim a atravessarem profunda crise. Na eventualidade de Vossas Excelências tomarem em mãos tão oportuna tarefa, seria bom que as influências partidárias se reduzissem ao mínimo numa matéria que se deseja de grande abrangência, mas sempre gostaria de os confrontar com a possibilidade de assumirem a partir desta Assembleia uma iniciativa de cariz legislativo, simples recomendação, código de conduta, chamam-lhe o que quiserem desde que se desenvolva em movimento direcionado para um

novo enquadramento legal da atuação dos detentores de cargos públicos técnico burocráticos. Os munícipes agradecem, Viseu e a Autarquia sairiam dignificados, neste contexto e aqui chegados, a questão fundamental neste momento a colocar a Vossas Excelências, é a de saber se a Assembleia está disposta a exercer cabalmente as suas competências e responsabilidades legais perante a panóplia de procedimentos administrativos, ilegítimos, ilegais, persecutórios dos quais por infortúnio fui vítima e daí extrair e fazer exercer as respetivas competências, foi aliás com esse propósito e que lhe recorde, na Sessão anterior solicitei a Vossas Excelências uma petição para nela expor tudo o que houvesse a expor e também a Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara, se tiver a bondade de me responder. Qual é o seu entendimento de tudo isto? Conhece a realidade em toda a dimensão, ou está confinado a um dissimulado relatório chegado às suas mãos branqueador da verdade dos factos? Tem noção da gravidade e da barbaridade jurídica e humana que isto representa? É que tal como referi na passada Assembleia, à qual não tive o ensejo de o ter como seu interlocutor direto, este é mais um desafio com que o Senhor está confrontado e irá pôr à prova a sua capacidade de decisão e a sua autoridade mais moral do que legal, porquanto no exercício de um cargo público, e mais concreto com a responsabilidade de uma instituição como a de Vossa Excelência, que se deseja digna e confiável, não pode haver lugar a silêncios, a omissões, a subterfúgios ou expedientes legais impeditivos da reposição da verdade. Em nome de um valor superior, o da legitimidade, acrescento mesmo, do exercício pleno do Poder Local que se perde enfraquece e desprestigia quando remete ou empurra veladamente para o foro judicial a resolução dos problemas da sua estrita competência, porque ele próprio os criou e pior ainda porque nunca os formalizou. Dito isto, o que espero de Vossa Excelência, não é o Dr. Almeida Henriques jurista, porque não suscitei os seus bons officios, mas o Dr. Almeida Henriques Presidente da Câmara, porque para todos os efeitos também sou seu munícipe e modestamente contribui também a par de muitos outros direta ou indiretamente para o desenvolvimento da cidade.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Apelava à sua compreensão não poderemos..., é uma questão de respeito mútuo está bem?-----

- O Senhor Presidente Álvaro Martins Rebelo Pires retoma novamente a palavra dizendo: Vou acabar. Ó Senhor Presidente, não me veja como seu inimigo, porque não o sou, quando muito apenas maçador por trazer-lhe uma situação grave, muito grave que outros criaram e que por certo, não foi culpa minha, para surpresa sua tomou em mãos, metaforicamente falando, não uma Câmara, mas um queijo suíço, bem embaladinho por fora, mas convenhamos, com alguns buracos por dentro. Senhor Presidente, não sou nem categoria tenho para seu conselheiro, mas respeito-o, considero-o, tenho-o na conta de bem-intencionado, e por isso permita-me dizer-lhe, corte-se essa garras de certas figuras seráficas de voz aveludado como seu timbre mas que escondem a perfídia dos seus intentos, verdadeiros carrascos que alimentando-se de uma burocracia estéril e de uma legislação camaleónica fazem valer-se da importância ficticiamente fabricada para o exercício abusivo dos seus cargos. Senhor Presidente, também a Câmara precisa de asseio, ética, credibilidade e deve ser chamada a resolver os seus problemas e os danos criados a quem de boa-fé nela confiou.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém mais uma vez dizendo: Não podemos, vai-me desculpar, terá que terminar e não podemos manter mais, é uma questão de respeito está a ver. Nós temos cinco minutos, está estipulado no regimento e já vamos em dezasseis minutos.-----

- O Senhor Presidente Álvaro Martins Rebelo Pires retoma a palavra para concluir dizendo: Com certeza Senhor Presidente. Eu lamento e termino, respeito-o desde já e não me alongarei mais com a certeza de que neste pouco tempo que me concederam eu faço um apelo a esta Assembleia. Façam tudo para que também aqui se faça ouvir a voz do Povo, esta também é uma forma de democracia direta. Muito obrigado e peço desculpa a todos.--

----- **MESA – SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado também pela compreensão. É só para dizer que o tempo previsto regimentalmente são vinte minutos e foram utilizados dezasseis minutos. Obrigado também. Dava a palavra ao nosso cidadão António Manuel Pereira.-----

----- **SESSENTA E QUATRO – O SENHOR MANUEL ANTÓNIO DE OLIVEIRA PEREIRA:** -----

Boa tarde a todos. Depois deste sermão tenho quase a certeza que não vou estar à altura do meu português, mas como já me conhecem, o meu português é um português de verdade e um português de Portugal.-----

Meus amigos boa tarde como já disse. Quero saudar o Senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo por ter ficado até esta altura de que o público seja ouvido que não foi, o dia anterior no dia 30 de junho da minha intervenção e esse 30 de junho não teve qualquer efeito, nada mudou. Eu estou aqui por interesse público, não por interesse pessoal, uma vez que faço parte da Freguesia de Barreiros Cepões, mas também sou Membro da Assembleia de Junta de Freguesia. Vou tentar fazer-me compreender melhor que a última vez, porque não é fácil quando se está à espera nove horas e que anunciaram que o Senhor nem inscrito está, hoje foi corretamente claro e bem. Depois da minha intervenção que foi sobre os saneamentos e água, hoje e é só sobre os saneamentos. Pescaram-se três pneus no açude do Vouguinha, beberam-se mais alguns litros de água imprópria. Os saneamentos continuam a correr na Ribeira do Seixal, isto é, um atentado ao ambiente, repito um atentado ao ambiente. Vou mostrar algumas fotografias, vou tentar ser breve, isto é numa distância de oito quilómetros na Ribeira do Seixal. (são exibidas fotografias) Isto é um atentado, isto é a ETAR da Freguesia de Cepões, lugar da Igreja, estes são os tanques que nunca serviram. Agora temos fotografias de ontem, de vinte e nove do nove de dois mil e catorze, os tanque, estes são mais um bocadinho escuro porque têm mais erva, mas estes são os tanques que continuam sem servir, este é um dos tanques que deve ser para onde vêm direto os resíduos, este é a cancela para as cabras não fugirem, este é um serviço que andam lá a fazer, um serviço que penso que foi depois da minha intervenção aqui, que tem cinco caixas de saneamento e que ainda não se encontram ligadas mas já têm oitenta centímetros de água, quer dizer que dentro destas caixas já há oitenta centímetros de água, continuemos sobre estes oito quilómetros, (continuando a exibir fotografias) isto é no Lugar da Igreja, isto é em Bertelhe, a ETAR que se encontra em Bertelhe, esta ETAR é escandalosa, como técnico de obras, saneamento, ETARs centros de incineração e purgação, que é como se chamam as ETARs em França, temos este tubo que dá saída para um riacho, para essa famosa ribeira, mas que é um riacho agrícola por enquanto, é este tubo, podem ver, o Senhor Presidente gosta muito de fotografias e ainda bem, este encontra-se nas Nelas, isto de Cepões aquele local, são três quilómetros. Agora, o mais grave, o mais grave é que não faz parte da nossa..., na Ribeira do Seixal, a nascente era água natural, agora, são resíduos do Bairro do Pereiro e Padrosinha diretos, da Freguesia de Satão, da Freguesia Barreiros/Cepões, bom, este é a fotografia limite da Freguesia de Barreiros com o Satão, com a Freguesias de Satão, é o Bairro do Pereiro em frente dos balaustres e é Padrosinha e talvez Pedrosas, isto faz parte de uma das saídas sem qualquer tratamento, isto é a continuidade da ribeira, sabão, óleo e companhia e sito é a saída de uma manilha que tem um metro e vinte de diâmetro para que dentro dela se movimente os... da Freguesia de Barreiros /Cepões, também temos, também mostrei aqui se não mostrei errei, também temos Barreiros, Barreiros encontra-se também com o mesmo problema, são umas fossas, umas fossas que estão cheias, atualmente estão cheias, também tinha aqui as fotografias e não sei se..., eu só tenho fotografias, como gosto de fotografias, mas pronto, Barreiros encontra-se com a mesma situação, a descarga é direta para o riacho. Quer dizer o quê, que sobre dez quilómetros esta ribeira que é a Ribeira do Seixal onde eu tenho dois quilómetros de concessão de pesca, temos todos os resíduos que vêm de Barreiros, Pereiro, Padrosinha, Nogueira, Brufe, quer dizer, tudo aquilo, mas o mais

grave não é isso, o mais grave que é um crime é o que estamos a tentar fazer, quer dizer, queria saber alguma coisa sobre esta obra, se há alguma obra em urgência, porquê? Porque há cinco anos que estou em Portugal e ouvi, ou tenho conhecimento que houve milhões, talvez quinze milhões para a Freguesia de Cepões, e esse é o caso mais grave, quinze milhões, não se começou por fazer saneamentos porque não existem, embora se diga que há 30% de pessoas que têm saneamento, é mentira, por enquanto ninguém tem saneamentos corretamente feitos não é, e vamos encontrar mais 70% que vão ser obrigados a ligar, esse é que é o problema maior, enquanto nós temos nesta imagem que há só 30% vamos ter mais 70% e se assim for, como são obrigados a fazer, quer dizer, isto vai ser, isto é à borda de um regato, “serviettes” higiénicas e companhia quer dizer, vamos ter uma inundação, até as pessoas de Bertelhe penso vão ficar inundadas. Agora para acabar, queria saber se há algumas obras previstas, sei que estão a ser feitas umas obras que não têm qualquer qualidade, e peço, nem peço desculpa, porque não se deve pedir desculpa quando há uma incompetência total de uns serviços que foram feitos daquela maneira não é, por isso, saneamentos, eu sou, fui técnico durante vinte cinco anos em França nesta área, sei o que é uma Central de Depuração, Central de Incineração e sobretudo saneamentos, aquilo foi de uma incompetência total, agora, queria saber, e estou livre, e o estar aqui, foi porque não pude ser recebido pelo Vereador, na Câmara foi-me recusado, porque se não nem vinha aqui, falava com o Senhor Vereador ou com os técnicos e não vinha aqui. Agora, estou disponível para ser recebido pelos Técnicos ou Engenheiros, mas perdoem-me mais uma vez meus pequeninos Engenheiros. Obrigado.----

----- **MESA – SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado pela sua intervenção Senhor Manuel Pereira. Agradeço a presença e a colaboração de todos, estão encerrados os trabalhos. Obrigado.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de trinta de setembro de dois mil e catorze quando eram dezanove horas e cinquenta e cinco minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui 14 páginas anexas que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)

ANEXO 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014 em 45
VOTAÇÕES *Presente em Sessão de 30/9/2014*
A Assembleia Municipal deliberou em 45
votos a favor e 1 abstenção
Viseu 30/9/2014
João Pereira

PONTO 2: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA O CENTRO HISTÓRICO – VISEU VIVA – PLANO DE AÇÃO PARA A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3	PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farneca		X			
4	PPD/PSD		Manuel Teófilo Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X				
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9	PPD/PSD		Sofia Margarida Gomes C. Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
11	PPD/PSD		Filipe Manuela C. Almeida Mendes		X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fomeca		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 2: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA O CENTRO HISTÓRICO – VISEU VIVA – PLANO DE AÇÃO PARA A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X				
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes		X			
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Maria Graça Almeida d'Eça Canto Moniz	X				
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50	BE		Manuela Maria Coelho Antunes		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida					X
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	45	0	1	1

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014

VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 30 / 9 / 2014

A Assembleia Municipal deliberou
aprovou por unanimidade de

Viseu, 30 / 9 / 2014

João Feres

PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – I.M.I., nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X				
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – I.M.I., nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X				
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Maria Graça Almeida d'Eça Canto Moniz	X				
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Manuela Maria Coelho Antunes		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			X
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			5	45	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014 *aprovou*
VOTAÇÕES *com 44 votos a favor e 1 contra*

Presente em Sessão de 30/9/2014

A Assembleia Municipal deliberou

Viseu, 30/9/2014

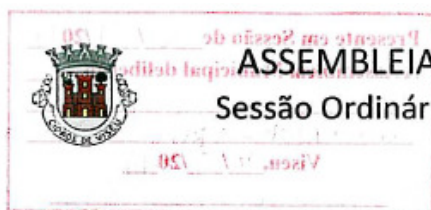
Joana Pereira

PONTO 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO – I.M.I.-
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, nos termos e para os efeitos do disposto dos n.ºs 6, 7 e
8 do artigo 112.º do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3	PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X				
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9	PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
11	PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO – I.M.I.- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, nos termos e para os efeitos do disposto dos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X				
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍLE VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Maria Graça Almeida d'Eça Canto Moniz	X				
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50 BE		Manuela Maria Coelho Antunes		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida					X
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			5	44	1	6	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014
VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 30 / 9 / 2014

A Assembleia Municipal deliberou aprovou

por unanimidade

Visu, 30 / 9 / 2014

Joana Ferreira

PONTO 5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU – CENTRO HISTÓRICO, CAVA DE VIRIATO E BAIRRO MUNICIPAL, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X				
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 4


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014
VOTAÇÕES

PONTO 5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU – CENTRO HISTÓRICO, CAVA DE VIRIATO E BAIRRO MUNICIPAL, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferrelra Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X				
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto					X
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Maria Graça Almeida d'Eça Canto Moniz	X				
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Manuela Maria Coelho Antunes		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida					X
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			5	44	0	0	3

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014

VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 30/9/2014

A Assembleia Municipal deliberou apelo

por unanimidade

Viseu, 30/9/2014

João Ferreira

PONTO 6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA TENDO POR OBJETO A CONCEÇÃO, EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE ALOJAMENTO LOCAL A INSTALAR NO EDIFÍCIO MUNICIPAL SITUADO NA RUA DR. LUÍS FERREIRA (RUA DO COMÉRCIO) N.º 92 A 106, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3	PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X				
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9	PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
11	PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD		Joana Patricia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIDAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leito de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014
VOTAÇÕES

PONTO 6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA TENDO POR OBJETO A CONCEÇÃO, EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE ALOJAMENTO LOCAL A INSTALAR NO EDIFÍCIO MUNICIPAL SITUADO NA RUA DR. LUÍS FERREIRA (RUA DO COMÉRCIO) N.º 92 A 106, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho					X
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X				
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes		X			
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Meta		X			
45	PS	U. F. FAÍLE e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Maria Graça Almeida d'Eça Canto Moniz	X				
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Manuela Maria Coelho Antunes		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				5	45	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 6



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014
VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 30/9/2014

A Assembleia Municipal deliberou apoiar

uma iniciativa de

Visu. 31/4/2014

João Pereira

PONTO 7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CMV PARA 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014 de 20 de Junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Ferreira		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X				
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFITTA	Cristiano Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	S. F. COUTO BAIRO	Fernanda Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	COUTO CIMA			X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 6



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CMV PARA 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014 de 20 de Junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREROS CUPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33	PPD/PSD	U.F. REFESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VILSOITO	Aurílio Pereira Lourenço	X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos				X
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X		
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro	X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X			
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves	X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X			
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos	X			
48	CDS/PP		Maria Graça Almeida d'Eça Canto Moriz	X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires	X			
50	BE		Manuela Maria Coelho Antunes	X			
51	Independente	ABRÁVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
52	Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses	X			
Resultado			5	45	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014

VOTAÇÕES

Presente em Sessão de 30/9/2014

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade,

Viscu, 30/9/2014

PONTO 8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE PSICOLOGIA – ART. 64.º DA LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FAITA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes	X				
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BOCOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVILÃO	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COITO BAIXO COITO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE PSICOLOGIA – ART. 64.º DA LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPQ/PSD	U. F. BARREROS CEPOES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33	PPQ/PSD	U.F. REFESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
34	PPQ/PSD	U.F.S. CIPRIANO VII SOITO	Aurélino Pereira Lourenço	X			
35	PPQ/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos				X
36	P5		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
37	P5		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38	P5		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
39	P5		António Manuel Antunes Rafael Amaro	X			
40	P5		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
41	P5		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X			
42	P5		Alfredo José Ribeiro Gonçalves	X			
43	P5		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
44	P5	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota	X			
45	P5	U. F. FAI. EVILA CHÁ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X			
46	CD5/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X			
47	CD5/PP		Elsa Maria da Costa Lemos	X			
48	CD5/PP		Maria Graça Almeida d'Ega Canto Moniz	X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires	X			
50	BE		Manuela Maria Coelho Antunes	X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BDALEIA, FARMINHÃO E TORREDETA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses	X			
Resultado			5	45	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL